

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM HISTÓRIA

Maria Emília Meira Lima Siliprandi

**MODOS DE VIDA: organização social e práticas políticas dos agricultores do
Reassentamento São Francisco de Assis**

Marechal Cândido Rondon

2009

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM HISTÓRIA

Maria Emília Meira Lima Siliprandi

**MODOS DE VIDA: organização social e práticas políticas dos agricultores do
Reassentamento São Francisco de Assis**

Dissertação apresentada ao programa de Mestrado em História, do Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras da Universidade do Oeste do Paraná (UNIOESTE), como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Davi Félix Schreiner.

Marechal Cândido Rondon

2009

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca da UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR., Brasil)

S583m Siliprandi, Maria Emília Meira Lima
Modos de vida: organização social e práticas políticas dos agricultores do reassentamento São Francisco de Assis / Maria Emília Meira Lima Siliprandi. - Marechal Cândido Rondon, 2009.
199 p.

Orientador: Prof. Dr. Davi Félix Schreiner

Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon, 2009.

1. Reassentamento São Francisco de Assis - Cascavel (PR). 2. Hidrelétrica de Salto Caxias - Paraná 3. Reassentamento rural. 4. Movimento de luta. 5. Movimento dos Atingidos pela Barragem do Rio Iguaçu (Mabi). 6. Comissão Regional dos Atingidos pela Barragem do Rio Iguaçu (Crabi). I. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. II. Título.

CDD 21.ed. 307.14
981.62
305.56
CIP-NBR 12899

AGRADECIMENTOS

Agradecer a todos os que contribuíram na construção desta dissertação não é tarefa fácil. Penso que os agradecimentos servem para que as pessoas que participaram da minha vida durante o período de Mestrado se sintam abraçadas e acarinhadas em sinal de meu reconhecimento pelos seus atos, pelas suas palavras, mas também pelos seus silêncios e pelas suas ausências, pois muitos aos quais me refiro aqui não leram, não viram, nem souberam o teor do meu trabalho, mas, de alguma forma, colaboraram para que ele chegasse a este estágio.

Estou ciente de que corro um risco ao tentar selecionar os nomes de quem devo agradecer, pois o problema maior está justamente em quem não mencionar. Embora uma dissertação seja uma atividade individual, em função da sua finalidade acadêmica, ainda assim tenho sinceros agradecimentos a fazer:

Aos professores do Programa de Mestrado em História: Dr. Antônio de Pádua Bosi, Dr. Gilberto Grassi Calil, Dra. Méri Frotscher, Dr. Rinaldo José Varussa, Dr. Robson Laverdi e Dra. Sara Yurkiv Gomes Tibes Ribeiro, pelos conhecimentos compartilhados.

Aos professores: Dr. Ângelo Aparecido Priori e à Dra. Méri Frotscher, pelas sugestões dadas na banca de qualificação. Foi por meio delas que pude voltar um olhar mais atento sobre algumas questões, oportunizando o enriquecimento desta pesquisa.

Em especial ao professor Dr. Davi Félix Schreiner, meu orientador, pelas sempre sábias palavras, com as quais me conduziu pacientemente, pela via da pesquisa. Pela sua competência docente, empenho, dedicação e, acima de qualquer coisa, pela sua exigência.

A todos os colegas de mestrado com os quais convivi durante o período dos créditos, tanto pelas contribuições nos momentos de embates, quanto pelos momentos agradáveis de bate-papo. De maneira especial, agradeço à Cíntia, pessoa doce e inteligente, que, ao dividirmos moradia no período dos créditos, tornou-se uma grande amiga.

A todos os reassentados que lutaram pela terra, e que dela extraem o seu sustento e a vida. Em especial, aos reassentados entrevistados nesta pesquisa, que me receberam, sempre solícitos, e comigo compartilharam as suas memórias, e à Roselei, que, em todas as visitas,

recebeu-me em sua casa, narrou-me suas experiências e disponibilizou o seu tempo para me acompanhar nas incursões pelo reassentamento.

Por não ter tido condições de afastar-me de minhas atividades de docência durante todo o processo de mestrado, agradeço aos colegas e amigos que, vez ou outra, “quebraram o galho” em minhas ausências e indisponibilidades de horário, principalmente à Telma e à Josiane.

À Viviane, que sempre me prestou “socorro” nas horas de apuro.

Aos amigos Sheila e Fabiano e ao afilhado Guilherme, por serem parte da minha trajetória pessoal e de trabalho, apoiando-me em todos os momentos. E, por ter sido ela, a Sheila, uma das responsáveis, através de seu incentivo, pelo meu ingresso no mestrado.

Aos amigos Bia e Daniel, que sempre, depois das exaustivas jornadas de trabalho, gentilmente me recebiam com um sorriso no rosto, propiciando-me momentos agradáveis de descontração.

À Elisângela, pelos conselhos de como conduzir a vida de mestranda e pelo precioso presente com o qual me agraciou, concedendo-me a alegria de ter o Franco em nossa família.

À Jamile, amiga e irmã, pela ajuda e disponibilidade sempre manifestada e pela amizade de longa data.

À minha mãe, Soeli, primeiro pela vida (isso conta muito!), e também pela compreensão, que só mesmo uma mãe poderia ter, em relação à minha ausência, uma constante nos últimos tempos. Ela, mesmo sem ter a noção exata do que é um mestrado, sempre me apoiou, acreditando na minha capacidade.

Por último (mas os últimos são sempre os primeiros), ao Vergílio, companheiro de todas as horas, que, com o tempo, acabou entendendo a importância do mestrado em minha vida. Por compreender os momentos de angústia e de nervosismos, por ouvir pacientemente as minhas queixas, bem como pelas inúmeras vezes em que não me ouviu, pois precisei ficar ausente. Enfim, agradeço pela paciência e pela compreensão reveladas ao longo destes meses, mas, principalmente, pelo amor com que tem cuidado de mim e da nossa relação.

RESUMO

Este trabalho aborda os modos de vida dos agricultores do oeste e sudoeste do Paraná atingidos pela construção da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias, na década de 1990, engendrando o Movimento dos Atingidos pela Barragem do Rio Iguaçu (Mabi). A pesquisa centra-se na investigação das experiências vividas pelos atingidos na formação da Comissão Regional dos Atingidos pela Barragem do Rio Iguaçu (Crabi), na luta coletiva pela terra e no processo de organização da nova vida no reassentamento. Nesse sentido, o trabalho busca compreender como ocorreu a organização social e produtiva do Reassentamento São Francisco de Assis, por meio da análise do Plano de Desenvolvimento (PD), documento construído pelos reassentados e por uma equipe técnica. O PD objetivou organizar as famílias através de projetos pautados num modelo de desenvolvimento diferenciado, que atendesse às expectativas e à realidade vivida por elas. Para entender essa processualidade, foi necessário explicitar a trajetória dos reassentados, atenta aos conflitos e às contradições, às convergências e às divergências entre os reassentados e entre reassentados e lideranças. Nesse contexto, procuramos evidenciar as relações vividas no reassentamento, o que permitiu o entendimento da sua organização e do seu funcionamento, ambos orientados para viabilizar a permanência e a qualidade de vida na nova terra. Ao mesmo tempo, evidencio interesses e expectativas dos reassentados em relação à agroecologia, como forma de agregar renda familiar. No seu conjunto, o estudo trata da construção da identidade de atingidos e a de reassentados, da propositura do Plano de Desenvolvimento, da dissolução da Crabi e das novas possibilidades que se abrem aos reassentados a partir da conjuntura atualmente vivida. O estudo revela que todas as experiências, inclusive a extinção da comissão, conduziram os reassentados a estabelecer novas relações sociais, produtivas e políticas, demonstrando que ainda há uma capacidade organizativa implícita na articulação desse grupo.

Palavras-chave: Reassentados. Modos de vida. Organização. Plano de desenvolvimento.

RESUMEN

MODOS DE VIDA: organización social y prácticas políticas de los agricultores del reasentamiento São Francisco de Assis

Este trabajo aporta los modos de vida de los agricultores del oeste y suroeste de Paraná, afectados por la construcción de la “Usina Hidrelétrica de Salto Caxias”, en la década de los 90, engendrando el “Movimento dos Atingidos pela Barragem do Rio Iguazu” (MABI). La investigación se centra en el sondeo de las experiencias vividas por los afectados en la formación de la “Comissão Regional dos Atingidos pela Barragem do Rio Iguazu” (Crabi), en la lucha colectiva por la tierra y en el proceso de organización de la nueva vida en el reasentamiento. En este sentido, el trabajo busca comprender como ocurrió la organización social y productiva del “Reassentamento São Francisco de Assis”, por medio del análisis del “Plano de Desenvolvimento” (PD), documento construido por los reasentados y por un equipo técnico. El PD objetivó organizar las familias a través de proyectos pautados en un modelo de desarrollo diferenciado, que atendiese a las perspectivas y a las realidades vividas por ellas. Para entender este proceso, fue necesario explicitar la trayectoria de los reasentados, atento a los conflictos y contradicciones, y las convergencias entre los reasentados y entre reasentados y liderazgos. En este contexto, buscamos evidenciar las relaciones vividas en el reasentamiento. Lo que permitió el entendimiento de su organización y de su funcionamiento, ambos orientados para viabilizar la permanencia y la calidad de vida en relación a la agroecología, como forma de agregar renta familiar. En su conjunto, el estudio trata de la construcción de la identidad de afectados y la de reasentados, de la proposición del “Plano de Desenvolvimento”, de la disolución de la Crabi y de las nuevas posibilidades que se abren a los reasentados a partir de la coyuntura actualmente vivida. El estudio revela que todas las experiencias, aun la extinción de la comisión, conduzo los reasentados a establecer nuevas relaciones sociales, productivas y políticas, demostrando que todavía hay una capacidad de organización implícita en la articulación de ese grupo.

Palabras-clave: Reasentados. Modos de vida. Organización. Plan de desarrollo.

LISTA DE SIGLAS

ABEF – Associação Brasileira de Exportadores de Frango
ACR – Animação Cristã
ACIC – Associação Comercial e Industrial de Cascavel
ADERABI - Associação para o Desenvolvimento dos Reassentados e Atingidos pela Barragem do Rio Iguaçu
APMF – Associação de Pais, Mestres e Funcionários
ASSESOAR – Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural
AVIPAR – Associação dos Abatedouros e Produtos Avícolas do Paraná
CDDHSSF - Centro de Defesa dos Direitos Humanos do Submédio São Francisco
CEEBJA – Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos
CHESF - Companhia Hidro Elétrica do São Francisco
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
COARA – Cooperativa de Comercialização e Reforma Agrária do Oeste do Paraná
COATER – Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos aos Reassentados
CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COOPCAFI – Cooperativa de Comercialização da Agricultura Familiar
COOPERIGUAÇU – Cooperativa Iguaçu de Prestação de Serviços
COPEL – Companhia Paranaense de Energia Elétrica
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CRAB – Comissão Regional de Atingidos por Barragens
CRABI – Comissão Regional dos Atingidos por Barragens do Rio Iguaçu
CRESOL – Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária
CRUB – Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras
CUT – Central Única dos Trabalhadores
ELETROBRÁS - Centrais Elétricas do Brasil S.A
ELETROSUL – Centrais Elétricas do Sul S.A
EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FETAPE - Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens
MABI – Movimento dos Atingidos pela Barragem do Rio Iguaçu
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MIRAD - Ministério do Desenvolvimento e da Reforma Agrária
MMTR - Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PD – Plano de Desenvolvimento Dos Reassentados de Salto Caxias
PEABA – Projeto de Educação dos Atingidos por Barragens
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PPP – Projeto Político-Pedagógico
PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PT – Partido dos Trabalhadores
SETP - Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social
UHE – Usina Hidrelétrica
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO 1 – REASSENTADOS: ENTRE AS PERCEPÇÕES DE HOJE E A MEMÓRIA DA LUTA	29
1.1 OS ATINGIDOS POR BARRAGENS NO DEBATE HISTORIOGRÁFICO.....	30
1.2 DAS TRAJETÓRIAS DE LUTA AOS ATUAIS MODOS DE VIDA	51
1.3 O PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO DA LUTA DOS ATINGIDOS	61
1.4 NO PROCESSO DA LUTA: O ENGENDRAMENTO DE PROPOSTAS DE ORGANIZAÇÃO DO REASSENTAMENTO.....	75
CAPÍTULO 2 – VIVENDO O REASSENTAMENTO: RECRIANDO O ESPAÇO SOCIAL E PRODUTIVO DO REASSENTAMENTO SÃO FRANCISCO DE ASSIS.	92
1. ORGANIZANDO O REASSENTAMENTO.....	92
2. UM PLANO DE DESENVOLVIMENTO PARA O REASSENTAMENTO.....	96
2.1 PROCESSOS PRODUTIVOS AGROECOLÓGICOS E COOPERAÇÃO	105
2.2 CULTIVANDO VALORES, RECRIANDO A VIDA COMUNITÁRIA.....	124
2.3 SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA.....	143
2.4 POR UMA EDUCAÇÃO BÁSICA “DO” E “NO” CAMPO	147
CAPÍTULO 3 – O REASSENTAMENTO NA ENCRUZILHADA	162
3.1 OS DISSENSOS E A EXTINÇÃO DA CRABI	168
3.2 TECENDO CAMINHOS	174
CONCLUSÃO	190
REFERÊNCIAS	193
FONTES	197

INTRODUÇÃO

Este estudo aborda os modos de vida e os conflitos entre os reassentados de São Francisco de Assis, por meio da análise de suas práticas e representações¹. O objetivo central deste estudo consiste em investigar, a partir dos relatos das experiências de vida dos sujeitos, como se teceu a organização social e produtiva do Reassentamento São Francisco de Assis, buscando entender como os reassentados percebem as conquistas, o sentido e o significado que atribuem à terra, ao outro, bem como às contradições existentes nas relações por eles vividas.

Nesse sentido, necessário se faz buscar explicitar a trajetória desses sujeitos a fim de compreender a organização e as relações vividas no Reassentamento São Francisco de Assis. Assim, perguntar-se-á sobre quais são as trajetórias e as categorias sociais que compõem o universo dos reassentados, como avaliam a luta pela terra e a organização social da produção do reassentamento e quais são os seus interesses e as suas expectativas em relação à proposição da agroecologia como forma de agregar renda familiar. Além disso, questiona-se como os sujeitos de trajetórias diversas se relacionam e formam um movimento de luta pela terra e articulam uma organização social no reassentamento para viabilizar a sua permanência na terra e quais são as possibilidades que se abrem, diante dessas experiências e diante da dissolução da Crabi, para novas relações sociais, produtivas e políticas.

Esta proposta de trabalho justifica-se no sentido de permitir um maior entendimento sobre as influências dos modos de vida no processo de mobilização para a conquista e a organização do reassentamento, bem como para a articulação desses modos em torno da construção de uma proposta de organização social e produtiva que visa orientar a constituição de diferentes formas de ação sobre um novo espaço para o homem do campo. Nessa direção, Marx (1977) faz compreender que é na base material da sociedade que o homem projeta a sua existência social, transformando-se e agindo e novamente transformando a natureza pelo trabalho.

Retomando os escritos de Marx, Edward P. Thompson e Raymond Williams contribuem significativamente com o estudo das relações sociais ao chamar atenção para o

¹ Conforme WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 1992. Podemos entender práticas e representações como sendo um sistema de significações que se expressa e está envolvido em todas as formas de atividade social, sendo então parte constituinte do que é tido, pelo mesmo autor, como modos de vida.

conceito de que o social, o econômico e o cultural se imbricam e constroem as relações sociais. A cultura é então entendida de modo amplo, como todo um modo de vida², engendrado na experiência social dos sujeitos. A partir desse referencial teórico buscou-se investigar, através das conflituosas e contraditórias relações sociais de produção, como se constituíram os sujeitos individuais e coletivos, engendrando um movimento social e, ao mesmo tempo, instituindo-se no *seu fazer-se*³. A investigação permitiu, então, entender como esses diferentes modos de vida, nas experiências diversas das famílias do Reassentamento São Francisco de Assis, teceram convergências e divergências na organização social da produção no reassentamento.

Os que chegam e circulam pela primeira vez no Reassentamento São Francisco de Assis logo percebem a beleza natural do local e, somada a essa visão da paisagem natural, a conquista do trabalho dos reassentados, conquista que se acha visível e expressa pelas casas, pelos galpões, pelas estradas, pela igreja, pelo salão comunitário, pelo posto de saúde e pela escola, que se fazem materialmente presentes em meio à paisagem das plantações e da criação de animais.

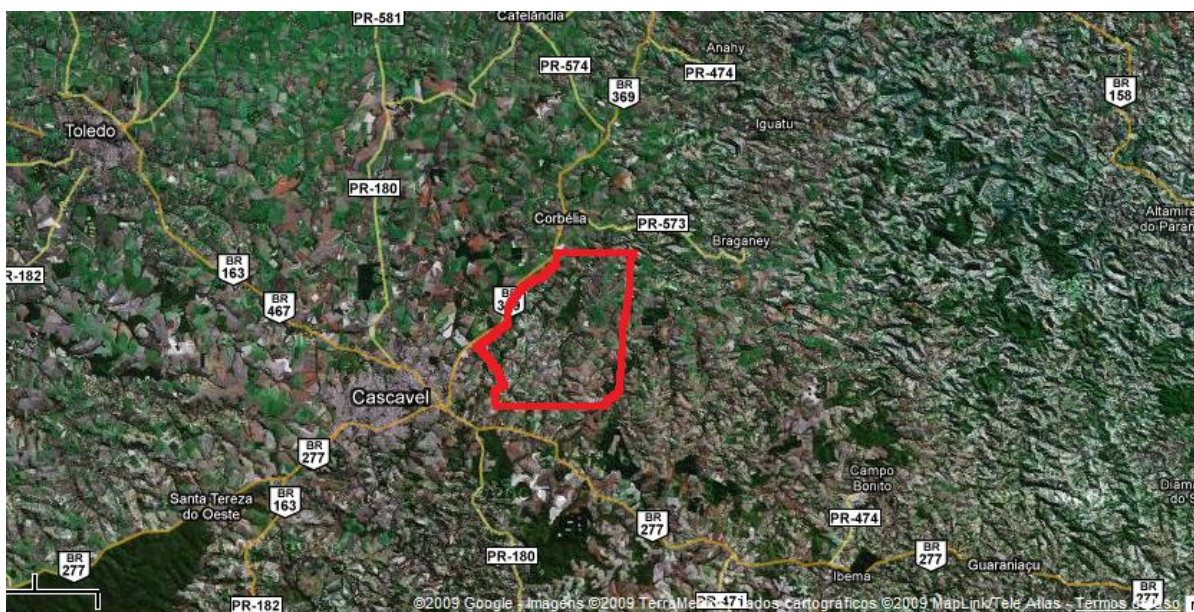


Figura 1 - Representação da área da Fazenda Flamapec, atual Reassentamento São Francisco de Assis, com acesso pela BR 369, Km 511.⁴

² A noção de *modos de vida* tem por referência a obra *Cultura*, de Raymond Williams. Nessa obra, o autor aborda cultura no sentido antropológico e sociológico como sendo “modo de vida global”, que envolve todas as formas de atividades sociais: as formas de organização, as práticas políticas, a economia e as expressões culturais, enquanto atividades artísticas e intelectuais.

³ A noção do(s) sujeito(s) que se constrói(em) no *seu fazer-se* é tributária de THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

⁴ Disponível em: <<http://maps.google.com.br/>>. Acesso em: 11 jul. 2009.

O Reassentamento São Francisco de Assis resultou da ação dos atingidos pela barragem de Salto Caxias e se deve à luta de homens e de mulheres que, somando forças, garantiram seus direitos, sendo um deles o direito à terra. Está o reassentamento localizado na zona rural da cidade de Cascavel, no oeste do Paraná, possui cinco comunidades formadas a partir de laços de parentesco e de vizinhança tidos ainda nos locais de origem e é um dos dez reassentamentos que foram organizados devido à construção da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias. A Usina, com a formação do reservatório de água durante a década de 1990, atingiu uma população de mais de 1.300 famílias, forçando-as a reconstruir seus modos de vida.

Construir hidrelétricas e barragens para aproveitar as forças das águas e garantir a produção de energia elétrica foi o fator desencadeante das relações de embate entre os atingidos por barragens, representados pela Comissão Regional dos Atingidos pela Barragem do Rio Iguaçu (Crabi)⁵ e a Companhia Paranaense de Energia Elétrica (Copel)⁶. A construção da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias atingiu, de maneira direta, uma população formada por pequenos proprietários ou pequenos agricultores⁷, (i) parceiros, (ii) arrendatários, (iii) meeiros e (iiii) posseiros⁸ que exerciam atividades agrícolas e a criação de pequenos animais.

Devido a essa diversidade de categorias e tendo observado em campo que, em geral, os reassentados, em sua maioria, cultivam os seus lotes apenas com o trabalho familiar⁹ e se

⁵ Entidade representativa das famílias atingidas pela construção da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias. A contextualização acerca dessa comissão será explicitada no primeiro capítulo deste trabalho.

⁶ Empresa estatal do Paraná, responsável pela construção e operacionalização de hidrelétricas no Estado.

⁷ Segundo Moreira (1999 apud SCHREINER, 2002, p. 52), emprega-se usualmente essa denominação aos agricultores da agricultura familiar. Ser pequeno proprietário ou pequeno agricultor não significa, necessariamente, que o resultado da sua atividade seja correspondente à sua nomenclatura, ou seja, pequena, pois uma pequena propriedade pode atingir índices altos de produção, assim como uma grande propriedade pode atingir índices baixos de produção. Pela expressão *pequeno agricultor* entende-se uma categoria com uma especificidade de organização social e modos de vida próprios, como, por exemplo, a predominância do trabalho familiar nas atividades produtivas agrícolas. Por compartilhar com o camponês dessas características, o termo “agricultor” deve ser lido como seu sinônimo.

⁸ Quanto a essa diversidade de situações no campo, os “parceiros” e os “arrendatários”, dentre outras categorias, que não se aplicam ao objeto em questão, passaram a ser sintetizados nos termos “trabalhadores agrícolas”, “lavradores” ou “camponeses”. Sendo o primeiro (i) caracterizado pela relação de parceria estabelecida com o proprietário da terra, ficando responsável por todas as operações nela, por sua vez o proprietário fica com o direito sobre parte da produção, que pode variar entre 20% a 30%. Já o segundo (ii) se caracteriza por pagar um valor por alqueire, por ano agrícola, pelo uso da terra, que, muitas vezes, é pago em espécie. Essas categorias constituíram-se e distinguiram-se em contraposição às de “latifundiários” e “grileiros”, denominações que passaram a abranger todo um conjunto de relações pautadas em formas particulares e diversificadas de exercício de dominação e exploração econômica. Os meeiros (iii), por sua vez, desprovidos de recursos materiais e financeiros, dependem do proprietário da terra para a condução de pequenos empreendimentos agrícolas, recebendo o solo preparado e a semente para o plantio, ficando responsáveis pelo plantio, pela limpa e pela colheita, dividindo o produto entre ele e o proprietário em duas partes iguais. O posseiro (iiii) é o agricultor familiar que cultiva uma determinada área como se fosse sua, mas não possui título de propriedade da terra. Sobre o assunto, ver CANDIDO, Antonio (2001) e MEDEIROS, Leonilde Servolo (1995).

⁹ De acordo com o *site* do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), é o trabalho familiar que viabiliza a agricultura familiar, que hoje é responsável por cerca de 60% dos alimentos que chegam à mesa das famílias

autodesignam agricultores, bem como observando que contam com a reciprocidade e a solidariedade comunitária de outras famílias, doravante utilizaremos o termo *agricultor* ou, ainda, o termo *reassentado*, tendo em vista a situação de atingidos e compulsoriamente deslocados de suas terras.

Localizadas nas regiões oeste e sudoeste do Paraná, no trecho final do Rio Iguaçu, as terras desses agricultores foram o local indicado pela Copel para a construção da barragem, que acabou por inundar uma extensão de 141 quilômetros quadrados¹⁰. De forma direta, pela inundação total ou parcial das terras, ou, de forma indireta, pela obstrução de estradas e pela separação das comunidades, os municípios atingidos foram, na margem esquerda do Rio Iguaçu: Nova Prata do Iguaçu, Boa Esperança do Iguaçu e Cruzeiro do Iguaçu. Na margem direita, os municípios atingidos foram: Capitão Leônidas Marques, Salto do Lontra, Boa Vista da Aparecida, Três Barras do Paraná, São Jorge D'Oeste e Quedas do Iguaçu, todos municípios pertencentes ao Estado do Paraná. As famílias da área afetada estavam organizadas, segundo o levantamento da Crabi, em 42 comunidades.



Figura 2 - Localização dos Municípios do Oeste e Sudoeste do Paraná que foram atingidos pelas águas da Usina de Salto Caxias.¹¹

brasileiras e pela matéria-prima para muitas indústrias, representando 85% do total de estabelecimentos rurais do país. Além disso, contribui para o esforço exportador do Brasil a partir de várias cadeias produtivas de que participa, sendo responsável por cerca de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional. Ao todo, são aproximadamente 4,1 milhões de famílias agricultoras, pescadoras, extrativistas, ribeirinhas, integrantes de comunidades quilombolas e indígenas produzindo, gerando renda e respondendo por 77% das ocupações produtivas e empregos no campo. Esses dados justificam os crescentes investimentos do governo federal nesse setor que, além de produzir alimentos, gera trabalho e renda no campo, ajudando o país a construir um padrão sustentável de desenvolvimento. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br>>. Acesso em: 12 fev. 2009.

¹⁰ Cf.: Copel: Projeto de Reassentamento Usina Hidrelétrica de Salto Caxias, 1995, mimeo.

¹¹ Disponível em: <<http://maps.google.com.br/>>. Acesso em: 11 jul. 2009.

A maior parte das famílias que hoje residem no reassentamento, quando ainda em seus locais de origem, elas se dedicavam ao trabalho rural na forma de pequenos proprietários, de arrendatários, de posseiros, de parceiros e de meeiros. Tais relações de trabalho são resultado do processo histórico contraditório da luta pela terra e, também, pela permanência nela, nas regiões oeste e sudoeste do Paraná, desde a sua ocupação¹².

A atuação dos atingidos, articulados na Crabi, garantiu que todas as famílias atingidas pela obra fossem indenizadas. Das 1.322 famílias, 583 optaram por reassentamento na região. As demais foram reassentados em áreas de remanescentes, ou receberam carta de crédito¹³.

No processo de luta contra a expropriação, uma das principais vitórias obtidas pelos agricultores atingidos pela construção da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias, organizados na Crabi, foi o direito de participar da escolha das áreas para reassentamento. Tal vitória não foi fácil, pois a Copel pretendia fazer a escolha sozinha, o que poderia acarretar problemas, devido ao descuido com alguns fatores, como a terra de baixa qualidade, sem infraestrutura e longe do local de origem dos reassentados, o que dificultaria em demasia a adaptação dos mesmos ao novo local¹⁴.

Outra conquista que faz parte desse processo reivindicatório, além da escolha do local onde iriam viver, e que foi obtido antes mesmo da procura das terras, foi o critério para a divisão da parte de terra, chamados de lotes, que caberia a cada uma das famílias a serem reassentadas, inclusive para os sem-terra. Para cada família foi definido o tamanho do lote de acordo com a força de trabalho familiar, ou seja, de acordo com condições específicas, como: a idade, a força física para a execução de tarefas e a disponibilidade de tempo para o trabalho na terra e às atividades agropecuárias. Assim, a cada membro familiar estabeleceu-se um

¹² Cf. BRENNEISEN, Eliane. *Da luta pela terra à luta pela vida: entre os fragmentos do presente e as perspectivas do futuro*. São Paulo: Annablume, 2004 (p. 19-21). A dinâmica das ocupações de terras na região é decorrente de um modelo fundiário concentracionista que, entre a década de 1930 e 1940, obteve incentivos especiais para que fossem ocupadas, preferencialmente, por populações vindas do sul do país. Nesse momento predominava a extração da erva-mate e da madeira. Durante o período que corresponde de 1940 a 1970, as terras com maior potencial agrícola foram adquiridas por meio da compra por parte das companhias colonizadoras privadas ou concedidas pelos governos federal ou estadual para essas mesmas empresas. Esse momento foi marcado por graves conflitos pela posse da terra ou pela permanência nela, pois a compra de terras na região passava pela ação de companhias colonizadoras, criadas pelo governo federal do presidente Getúlio Vargas, ou pelo governo estadual, representado pelo então governador Moisés Lupion, que mantinha vínculos ou permitia a atuação dessas empresas que ocupavam as terras, desconsiderando quem lá já estivesse e agiam, não raras vezes, de forma violenta. Após a década de 1960, através de incentivos governamentais, o objetivo foi a produção em larga escala voltada para o mercado externo, marcada pela intensa modernização agropecuária, com predominância da mecanização e da concentração de terras.

¹³ Cf. Crabi: Relatório Interno, 2003.

¹⁴ Cf. Crabi: Relatório Interno, 2003.

percentual equivalente em termos e força de trabalho: com idade de 5 a menos de 10 anos equivalia a 0,25 de força de trabalho; de 10 a menos de 15 anos equivalia a 0,50 de força de trabalho; de 15 a menos de 55 anos equivalia à 1,00 de força de trabalho; de 55 anos a menos de 60 anos equivalia a 0,80 de força de trabalho, e para aqueles de 60 anos ou mais, a força de trabalho correspondente era de 0,40¹⁵.

De acordo com esses valores estipulados, foi feita a somatória dos componentes (força de trabalho), chegando assim a um número que correspondeu ao tamanho do lote destinado a cada família. O tamanho do lote foi estipulado em 7 alqueires para as famílias com força de trabalho entre 1 e 2. Para as famílias com força de trabalho familiar acima de 2, foi aumentada, proporcionalmente, uma área de 2,5 alqueires para cada unidade a mais de força de trabalho. Além da definição do tamanho dos lotes, ficou definido que os reassentados contariam com uma infraestrutura interna dos lotes: construção da residência em alvenaria de 2 e 3 quartos, de 80 e 105 m², de acordo com o tamanho da família, a construção do paiol/chiqueiro, o acesso à residência; o abastecimento de água; de energia elétrica; o preparo, “murundus” e o calcário da terra.

Com esses critérios definidos, em 1996 começaram os trabalhos para a divisão das comunidades, trabalhos pautados nos critérios do envolvimento e da afinidade no que se refere ao parentesco, à vizinhança e à produção agropecuária. As famílias organizaram-se, territorialmente, em dez Reassentamentos¹⁶, numa área total de 18.887 hectares (ha), assim dispostos: Boa Esperança, com 22 famílias numa área de 719 ha; Centenário, com 43 famílias numa área de 1.462 ha; Três Barras, com 27 famílias numa área de 992 ha; São Marcos, com 26 famílias numa área de 823 ha; Nossa Senhora dos Navegantes, com 27 famílias numa área de 747 ha; Agroibema, com 53 famílias numa área de 1.994 ha; Santa Bárbara, com 88 famílias numa área de 2.630 ha; Saudades do Iguaçu, com 27 famílias numa área de 1.401 ha; São Francisco do Iguaçu, com 27 famílias numa área de 1.210 ha e São Francisco de Assis, com 243 famílias numa área de 6.909 ha – este último se constitui o objeto desta pesquisa.

O Reassentamento São Francisco de Assis é formado por cinco comunidades constituídas por oito grupos: Comunidade São Francisco - Grupo Vargem Bonita e Grupo São Lucas; Comunidade Aliança do Oeste - Grupo Aliança do Oeste; Comunidade Santa Luzia -

¹⁵ Copel: Projeto de Reassentamento Usina Hidrelétrica de Salto Caxias, 1995, mimeo.

¹⁶ Cf.: Crabi, Relatório Interno, 2003.

Grupo Santa Luzia e Grupo Pinheirinho; Comunidade Alto Alegre - Grupo Alto Alegre; Comunidade Nova União - Grupo Fazendinha e Grupo Renascer.



Figura 3 – Imagem da sede do Reassentamento São Francisco de Assis¹⁷: 1. Colégio São Francisco de Assis, ainda no mesmo quadrante, ao lado esquerdo dos três pavilhões do colégio, se localiza o Posto de Saúde; 2. Igreja Católica do Reassentamento, 3. Centro Comunitário/Social, 4. Pista do Jôquei-Clube e Lanchonete à margem da Prainha artificial.

Cabe ressaltar que os dados referentes ao número de famílias se referem ao ano de início da construção dos reassentamentos, em 1997, ano em que as primeiras famílias chegam ao local da nova moradia e que motivos como a chegada de parentes para fixarem residência junto às famílias reassentadas, atraídos pela qualidade de vida que o lugar proporciona, o casamento e a constituição de família por parte dos filhos dos reassentados são fatores que vieram a alterar esses números.

Um dos aspectos importantes do processo de reassentamento foi a preocupação para que as famílias tivessem condições de produzir e de viver com qualidade. Dessa forma, foi elaborado um Plano de Desenvolvimento (PD) por uma equipe de profissionais contratados pela Crabi e reassentados, sendo o objetivo principal desse Plano garantir na terra a permanência das famílias reassentadas¹⁸.

O Plano de Desenvolvimento (PD), discutido no ano de 2000, contém cinco programas: Agropecuário, Arte e Cultura, Educação, Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

¹⁷ Disponível em: <<http://earth.google.com.br/>>. Acesso em: 11 jul. 2009.

¹⁸ Cf.: Crabi, Relatório Interno, 2003. O documento citado será elemento de uma discussão mais ampla, que proponho no segundo capítulo deste trabalho.

Cada um desses programas possui objetivos e projetos específicos, que foram estruturados pela equipe técnica baseados nas necessidades dos grupos onde os projetos iriam ser colocados em prática e se viabilizaram através dos recursos repassados pela Copel. A implementação desses projetos possibilitou aos reassentados colocar em prática um projeto de seus modos de vida, embora não sem conflitos (cf. Schreiner, 2002).

É lugar comum nas falas dos reassentados entrevistados que o reassentamento é um local melhor para se viver, que superou em muito o local onde viviam antes da construção da barragem. Expressões como “*não existe no mundo um reassentamento que nem esse*”¹⁹ são manifestações dentre as várias falas povoadas de percepções positivas por parte dos reassentados sobre o local. Num primeiro olhar e, sobretudo, conhecendo a história dos reassentados e da Crabi, percebe-se que suas lutas e sua organização ao longo do tempo lograram êxito, conforme as conquistas aqui descritas. A viabilidade do processo de reassentamento está explícita aos olhos de quem visita o reassentamento, bastando observar as casas bem construídas, os carros dividindo espaços com tratores pelas estradas, a escola e as igrejas, a diversão dos moradores nos salões comunitários, a abertura ao turismo rural, entre outros exemplos que podem ser citados.

Existem, contudo, leituras diversificadas acerca desse assunto. Os trechos a seguir foram extraídos do Jornal Hoje²⁰, que veicula uma opinião divergente em relação ao até aqui relatado, pois o artigo traz uma série de notícias acerca da situação do Reassentamento São Francisco de Assis sob o título: “*Reassentados da Crabi estão à própria sorte*”. A notícia assim está transcrita:

Sozinhos. Entidade afastou-se das comunidades com o fim do convênio e dos recursos.

¹⁹ NUNES, Valdir Poluceno. *Entrevista*. Reassentamento São Francisco de Assis - Cascavel, 17 de julho de 2007.

²⁰ Jornal de circulação estadual que completou 32 anos de existência no ano de 2009, atualmente com periodicidade de terça a domingo e tiragem de 14.254 exemplares nos dias úteis. No domingo a tiragem é de 15.254 exemplares. O jornal pertence à RCK Comunicações Ltda. (Rede de Comunicações Kaefers), o grupo tem como presidente o deputado federal eleito em 2006 pelo PSDB, o Sr. Alfredo Kaefers, industrial do ramo do agronegócio. Empresário ativo, ocupou cargos como o de presidente PSDB de Cascavel, a presidência do Rotary Clube de Cascavel (1987-1988), é membro da Sociedade Rural do Oeste do Paraná, membro do conselho deliberativo da Associação Comercial e Industrial de Cascavel (ACIC), presidente da Associação dos Abatedouros e Produtos Avícolas do Paraná (AVIPAR), membro da Associação Brasileira de Exportadores de Frango (ABEF), além de ser o fundador do Instituto Alfredo Kaefers, com sede no município de Cascavel. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br>> e <<http://www.jhoje.com.br>>. Acesso em: 6 jul. 2009. Diante das informações colhidas acerca do jornal e de seu proprietário, é possível inferir uma correlação entre os interesses de determinado grupo político com o discurso altamente desqualificador da matéria jornalística em relação ao reassentamento e aos reassentados.

De 1998 a 2003, período de vigência de um convênio de cooperação econômico-financeira com a Copel, os reassentamentos de produtores rurais da Crabi (Comissão Regional dos Atingidos por Barragens do Rio Iguaçu) figuraram entre os melhores do país. Havia sistema educacional, de saúde, assistência técnica e veterinária para a produção, atuação coletiva e até uma feira anual, a Expocrabi, que atraía autoridades do Estado. A partir do fim do convênio, a realidade acabou exposta: o trabalho não conseguiu promover a sustentabilidade das comunidades. Ao contrário do que afirmam líderes antigos e atuais da Crabi, os investimentos não fizeram dos reassentamentos comunidades auto-sustentadas. A Crabi diz que elas estão independentes, mas estão à mercê da própria sorte.

No fim do convênio com a Copel – que repassava recursos regularmente – em 30 de dezembro de 2003 a associação Crabi saiu de cena e deixou as 600 famílias que eram lindeiras ao Rio Iguaçu – foram removidas para a construção da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias – administrar os reassentamentos por meio das associações criadas nas 15 comunidades localizadas nos dez reassentamentos. A Copel gastou cerca de R\$ 72 milhões para a construção da infra-estrutura dos nove projetos [...].

Por meio do convênio foram construídas duas escolas: uma na comunidade São Francisco, em Cascavel e outra na Comunidade São Marcos, em Catanduvas [...]. Os reassentados receberam ônibus para transporte de estudantes, ambulâncias, unidades de saúde, igrejas, salão comunitário, área de lazer, assistência agrícola e veterinária, escolas-modelo e um programa de desenvolvimento para adaptação ao novo local.

DEPOIS

Com o fim do convênio, de acordo com a atual presidente da Crabi, Margaret Maran, a atuação da entidade limitou-se a articulações para conseguir benefícios para todas as comunidades. “A entidade não realiza mais o trabalho de assistência técnica e social, que existia durante o período do convênio”, revela. “Hoje, cada um se organiza como acha que deve se organizar. O objetivo era justamente capacitar as famílias para que elas fossem auto-suficientes”, explica.

As escolas passaram para o Estado e Município. Cada agricultor faz o que pode para conseguir assistência agrícola e veterinária; [...]. “Cada reassentamento e cada produtor é independente”, declara Camilo. A manutenção das ambulâncias e dos ônibus depende da prefeitura [...].²¹

O artigo publicado descreve os investimentos feitos pela Copel, apresentando cifras e os feitos da estatal em prol dessa gente, os atingidos de Salto Caxias. Dá por encerradas algumas atividades, colocando-as na conjugação verbal do passado, tal como se algumas coisas não existissem mais no interior do reassentamento, o que não se percebeu nas visitas “*in loco*” para a realização deste trabalho. O articulista contrapõe as falas de reassentados e de lideranças a uma realidade observada e presumidamente concluída, indicando que a conquista está em crise. A lógica interna de construção do texto da matéria é exemplar da leitura que comumente tem sido feita pelos meios de comunicação acerca dos movimentos sociais que lutam pela terra, ou seja, embora se reconheça a necessidade de atender à demanda

²¹ Jornal *Hoje*, 12 de março de 2006, p. 12.

por terra aos trabalhadores sem terra e atingidos por barragens, os (re)assentamentos e os resultados obtidos pelas famílias (re)assentadas são vistos como ações governamentais inócuas.

Em outros termos, a ideia veiculada é a de que os reassentados só conseguiam se organizar e viver bem pelo fato de a Copel enviar verbas que viabilizavam essa situação. Entretanto, devemos observar que, ao tratar de determinados assuntos, tais como a sustentabilidade das comunidades, bem como a responsabilidade pela educação, há a necessidade de alguns esclarecimentos. Quanto às escolas, por exemplo, não se trata de terem “passado” para o Estado ou município, já que a educação é de responsabilidade pública²². Por não se tratar de escolas privadas, as escolas dos reassentamentos sempre foram de responsabilidade do Estado e do município de acordo com a sua modalidade, mantidas por estes em parceria com os reassentados, reunidos na Associação de Pais, Mestres e Funcionários (APMF), a exemplo do que ocorre também com as demais escolas públicas, sejam elas localizadas na cidade ou no campo.

No que diz respeito à sustentabilidade, ainda na citada publicação, o articulista segue fazendo a sua descrição, onde questiona a viabilidade do reassentamento e de sua organização social e produtiva, como demonstra o trecho a seguir:

Monocultura

[...] Apesar de cinco anos recebendo assistência e treinamentos, os reassentados da Crabi não aprenderam a diversificar a cultura e a produzir para a própria subsistência. A presidente da Associação Crabi, Margaret Maranhão, admite que a maioria dos moradores não conseguiu assimilar os conhecimentos adquiridos [...] “Para muita gente é retrógrado plantar a cultura de subsistência. Embora, existam muitas famílias que desenvolveram a cultura da diversificação tanto para a subsistência como para comercial”, explica.

Ela conta que 95% das famílias estão trabalhando com gado de leite, além da *rotação da cultura* entre soja e milho²³. (Grifo meu).

Mudança de Planos

Laticínio dá lugar à cooperativa de leite

A atividade mais promissora dos reassentamentos da Crabi é a produção de leite que, na época do convênio com a Copel, foi impulsionada pela melhora genética dos animais e conseqüente aumento na produção. Isso levou os produtores a pensar na construção de um laticínio [...]. *Por falta de organização e articulação política*, o projeto não saiu do papel e a ideia agora é montar uma cooperativa de produtores de leite. [...]

²² Cf. nos assegura a Constituição Federal da República Federativa do Brasil (1988), em seu cap.III, seção I, art. 205 e 208, inc. I, § 1º, 2º. e 3º.

²³ Jornal *Hoje*, 12 de março de 2006, p. 13.

EXPLICAÇÃO

A presidente da Cooperativa de Prestação de Serviços da Crabi, Sandra dos Santos, comenta [...] “*O laticínio não saiu do papel devido ao alto investimento inicial, que não pôde ser bancado pelos produtores*”, explica. Ela conta que será criada uma cooperativa de produtores de leite na comunidade São Francisco. “Esse projeto está em fase de implantação. Eles são os mais promissores nesse campo”, garante.²⁴ (Grifo meu).

A matéria estimula o leitor a formar uma imagem de que os agricultores ganharam uma série de benefícios em troca de suas terras que foram alagadas e que, mesmo com tudo isso, não foram capazes de “aproveitá-los”, creditando aos reassentados a incapacidade de se organizarem e de se articularem politicamente, demonstrando a imagem do homem do campo no Brasil, imagem essa que se aproxima da figura do personagem Jeca Tatu, criada por Monteiro Lobato²⁵ e insistentemente mantida a partir de posicionamentos que inferem ser esse sujeito: indolente, incapaz e atrasado.

A própria diversificação da produção centrada na agricultura familiar é tida como inviável, já que alguns reassentados não a praticam, creditando, conseqüentemente, a viabilidade na tendência de modernização do campo, nas grandes propriedades e na mecanização. Importante é, porém, atentar para a contradição que desponta nessa insinuação quando se menciona, no subtítulo da matéria, o termo monocultura, sendo que a direção da Crabi, à época, passou a informação de que muitas famílias mantinham as atividades orientadas pela rotação da cultura. A matéria coloca em “xeque” a capacidade dos reassentados, dando a impressão de que a intenção é a de penalizar os agricultores reassentados pela descontinuidade de alguns projetos, através do que é mencionado como “falta de organização e de articulação política”:

EXPOCRABI

Evento acabou por falta de verbas e organização

A exemplo da “morte” do laticínio antes mesmo de sair do papel, por falta de organização e articulação política, a ExpoCrabi – uma exposição de produtos agrícolas dos reassentados teve seu fim precoce.[...]. O evento trazia autoridades estaduais para a região, mas de repente, simplesmente acabou. [...]. Segundo a presidente da entidade, era muito difícil conseguir patrocínio para manter o evento. “Paramos porque não tínhamos patrocínios. Fizemos três edições, mas depois paramos”, explica²⁶.

Ainda nesse mesmo jornal:

²⁴ Jornal *Hoje*, 12 de março de 2006, p. 12.

²⁵ Sobre o tema, ver: LOBATO, José Bento Monteiro. *Urupês*, publicada nas “Obras Completas de Monteiro Lobato” Vol.1. 13. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1971

²⁶ Jornal *Hoje*, 12 de março de 2006, p. 12.

Prefeitura mantém veículo em oficina há cerca de sete meses. Ambulância fica parada por falta de manutenção. A parceria entre a administração municipal de Cascavel e a Comunidade São Francisco de Assis [...] está estremeçada. A prefeitura assumiu em comodato, a manutenção das duas ambulâncias da comunidade, mas uma delas está há cerca de sete meses em uma oficina mecânica para manutenção e a outra, segundo moradores, fica mais tempo parada do que atendendo as necessidades dos reassentados.²⁷

Não podemos desconsiderar essas questões, pois, ao que parece, algumas transitam em esferas que não dependem somente da vontade, do esforço ou da organização política dos reassentados. Por isso esses assuntos prescindem de análises pormenorizadas, visto que, como veremos neste trabalho, as falas dos reassentados indicarão limitações em determinados projetos, tais como os que se referem à Expocrabi e à conquista da efetivação de alguns projetos em políticas públicas, porém demonstrarão também algumas possibilidades que se abriram frente a uma nova realidade. São possibilidades que ainda não tinham sido experimentadas pelos reassentados, tampouco previstas pela Crabi, mas que, por vezes, foram enfrentadas com o aprendizado dos cursos e dos debates promovidos anteriormente por essa entidade.

Além dessas informações, o jornal coloca a dificuldade em acessar dados sobre a situação da Crabi. Expressa a indisponibilidade do órgão responsável pelas informações sobre o reassentamento para com a imprensa, hostilizando um clima de indisposição e desconfiança:

Coater dificulta acesso a informações da Crabi

A presidente da Coater (Cooperativa de Prestação de Serviços dos Reassentados), Sandra dos Santos, que também é secretária executiva da Crabi, depois de repassar algumas informações ao Hoje, recusou-se a fornecer dados sobre produção agrícola e número de famílias por comunidade, exigindo saber com detalhes, qual o foco da matéria e quem a solicitou e porque a mesma está sendo feita [...]

CONTROVÉRSIA

Antes do impasse, Sandra disse que os dados sobre produção estariam com a Copel, mas a empresa nega. [...] A associação Crabi catalogou a produção de todas as famílias de reassentados somente até o fim do convênio com a Copel, em 2003 [...]. Conforme a presidente da Crabi, desde o início as famílias faziam o escoamento da safra tanto em conjunto como individual. “O trabalho que era individual continua assim e os que eram em grupo também. Não mudou muito”, garante.²⁸

²⁷ Jornal *Hoje*, 12 de março de 2006, p. 13.

²⁸ Jornal *Hoje*, 12 de março de 2006, p. 13.

Embora muitos veículos da imprensa mantenham determinadas posições políticas e ideológicas e as defendam direta ou indiretamente, o que acima está reportado nos faz problematizar a suposta imparcialidade jornalística, ao passo que tratam o reassentamento num tom de hostilidade, como, por exemplo, quando se afirma que a cooperativa que presta serviços ao reassentamento se negou a passar informações para o jornal. Mas, por que deveria repassar essas informações? De fato a cooperativa negou-se? E caso tenha se negado, por quê? De qualquer modo, devemos conceder-lhe o benefício da dúvida, deixando suspensas algumas questões que, até este momento, ainda não foram elucidadas, mas que, no decorrer deste trabalho, serão retomadas e, na medida do possível, explicitadas e elucidadas.

Nessa perspectiva, o problema que se coloca, quando lidamos com esta categoria social, a dos reassentados de São Francisco de Assis, seus modos de vida e como estão organizados social e produtivamente no interior de suas propriedades, é bastante complexo e envolve uma série de elementos, entre eles a questão da propriedade da terra, do processo produtivo e das relações de trabalho na região oeste e sudoeste do Paraná.

Atualmente conhecida pela alta produção agroindustrial, a região passou, nos últimos 30 anos, por um aumento considerável em relação à produtividade do solo e do trabalho, levando ao aumento dos latifúndios e, com isso, à inserção da mecanização no campo, subordinando a agricultura ao capitalismo, o que acabou por inviabilizar, em grande medida, a agricultura tradicional. Tudo isso levou os agricultores familiares a buscar alternativas fora de suas pequenas propriedades e a migrações temporárias, contribuindo para o subemprego e o inchaço das periferias das cidades. Além da modernização da agricultura e do êxodo rural, o modelo de desenvolvimento pelo qual o Brasil passou durante esse período culminou na construção de cinco hidrelétricas²⁹ na região oeste e sudoeste do Paraná, o que gerou um cenário de exclusão e resistências (cf. Schreiner, 2002).

Essas são algumas das questões regionais que circundam o espaço e a organização social e produtiva do Reassentamento São Francisco de Assis. Todas essas características de uma dada realidade, a dos reassentados, nos remetem, de um lado, à produção acadêmica sobre movimentos de atingidos por barragens e sua organização produtiva e, de outro lado, a um estudo das experiências desses sujeitos a partir de suas próprias experiências e falas, de como interpretam a luta pela terra e sua organização social e produtiva no reassentamento.

²⁹ Usinas de Salto Caxias, de Salto Segredo, de Salto Osório e de Salto Santiago construídas no Rio Iguaçu. No Rio Paraná, foi construída a Usina Hidrelétrica de Itaipu.

No que se refere à produção acadêmica, há que se considerar que não há muitos trabalhos na área de História³⁰ sobre essa categoria social, enquanto que, em outras áreas, existem numerosos e ricos estudos. Esses estudos contradizem parte das ideias do articulista na matéria jornalística anteriormente apresentada e destacam a capacidade de organização coletiva e as conquistas dos atingidos por barragens, como veremos no primeiro capítulo deste trabalho.

A partir do debate com a historiografia, foi possível elaborar uma percepção acerca dos processos de expropriação da terra gerados pela construção de usinas, do consequente alagamento de áreas rurais e dos seus efeitos, bem como dos processos de reassentamento, e tudo isso permitiu tecer uma consideração: a de que é preciso investigar o processo de luta dos reassentados de Salto Caxias e as suas respectivas conquistas a partir das narrativas e das percepções dos sujeitos que construíram essa história, evitando com isso a exaltação da atuação de instâncias ou de entidades mediadoras, sem que com isso deixemos de considerar a trajetória e as ações dessas como elementos importantes em todo o processo. Desse modo, e tendo em vista que os atingidos pela construção da hidrelétrica de Salto Caxias se encontram já reassentados, proponho proceder à investigação sobre as percepções e os sentimentos despertados sobre o novo local, das novas moradias e da necessidade de se reorganizarem espacialmente e socialmente, dimensionando as diferentes interpretações e visões que estão envolvidas em torno desse processo, o que possibilita um alargamento na visão/produção historiográfica acerca da construção de usinas, em especial o processo de relocação e de organização do reassentamento que envolve os sujeitos atingidos.

Além disso, as formas de organização e de reorganização de agricultores expropriados da terra, que se constituíram como elementos privilegiados no estudo desenvolvido por Schreiner (2002), trouxeram elucidações pertinentes acerca dos diferentes modos de vida e de práticas desenvolvidas por esses sujeitos, levando-nos à compreensão de como ocorreu a organização social e produtiva no Reassentamento São Francisco de Assis. Através da

³⁰ PAGLIARINI JÚNIOR, Jorge. *Memórias de luta, lutas pela memória: o Reassentamento São Francisco de Assis*. Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus Marechal Cândido Rondon, 2009 (Dissertação de Mestrado em História) e SCHREINER, D. F. *Entre a exclusão e a utopia - um estudo sobre os processos de organização da vida cotidiana nos assentamentos rurais (região Sudoeste/Oeste do Paraná)*. São Paulo, 2002. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP. (Tese de Doutorado em História).

abordagem que ressalta a criação de um Plano de Desenvolvimento (PD), a viabilidade do projeto da agricultura familiar e a tendência ao associativismo proposto nesse Plano, o autor observa que, talvez, a proposta de desenvolvimento da agricultura orgânica possibilite a recriação da noção de agricultura familiar, agregando renda à produção, além de ser uma forma de manter os sujeitos no campo. Para além de uma proposta, a agricultura orgânica é colocada como possibilidade que dará solidez e sustentação ao projeto futuro no reassentamento, deixando assim um possível tema a ser investigado. Dessa forma, buscarei dar atenção a essa questão, retomando-a nestas investigações.

Em outros termos, cabe inquirir: – Como as propostas da agricultura orgânica e da agroecologia foram experimentadas no reassentamento? – Como a Crabi conduziu o processo de implantação da proposta junto aos reassentados? – No processo de discussão, proposição e implantação, houve divergências entre os reassentados e a Crabi e entre os próprios reassentados? – Por que somente parte das famílias aderiu às propostas? – Quais foram os argumentos de quem não aderiu? – A proposição da agroecologia e da agricultura orgânica se insere no projeto político de luta coletiva e de resistência no campo elaborado pela Crabi? – Foi o projeto político, consubstanciado no Plano de Desenvolvimento (PD), discutido com os reassentados? – Como se fez esse processo de discussão?

Nesse sentido, partindo da análise minuciosa do PD, procurar-se-á avançar na discussão de um tema a respeito do qual não há muita produção historiográfica: o planejamento estratégico na organização social e produtiva de um reassentamento, pois não é uma prática muito usual em se tratando desses processos.

Ademais, a presente pesquisa pretende contribuir para a compreensão e o estudo acerca dos reassentados do São Francisco de Assis pelo fato de buscar desenvolver a abordagem sobre a Crabi enquanto organização surgida no processo da luta e representativa dos atingidos, até a sua atuação entre e para os reassentados no reassentamento. Ou seja: – Como surgiu a Crabi e como atuou junto aos reassentados? – Procurou o projeto político desenvolvido pela Crabi junto aos reassentados abarcar quais dimensões da organização social e humana dos reassentados? – Diante da conjuntura vivida atualmente pelos reassentados, pode-se aceitar a afirmação de que os reassentados estão abandonados, de que não foram capazes de se articular politicamente, de organizar a produção e, portanto, se constituem os reassentados num fracasso do ponto de vista político e da produção, como indicam, entre outros articulistas, os fragmentos do citado jornal às páginas 16 a 20 deste trabalho? – Diante

da atual configuração da organização socioprodutiva e política do reassentamento, com a diluição da Crabi, quais possibilidades se abrem aos reassentados?

O Reassentamento São Francisco de Assis se encontra numa fase de organização social e produtiva já instaurada e esse é um novo desafio, qual seja o de perceber como essa organização está acontecendo, como ela se faz presente materialmente na vida dos moradores do reassentamento. Tal questão nos remete a Marx, para quem o estudo da sociedade deve partir da forma como os homens produzem os bens materiais necessários à sua vida. É através da análise do contato que os homens estabelecem com a natureza para transformá-la por meio do trabalho e das relações entre esses homens que se torna possível compreender como produzem suas vidas e suas ideias.

Considerando essa condição, somada a ela a dinâmica nas relações que envolvem os reassentados demonstrada até aqui, percebemos que a resistência e o enfrentamento desses sujeitos se impôs frente à dominação por parte do capital, cujos interesses se materializam na vida social, nesse caso também por meio da ação do Estado, expressa pela construção da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias. Segundo Vieira, Peixoto e Khoury:

A organização do controle social e das alternativas que a eles se opõem não se estabelece de um momento para outro, mas se constitui em projetos historicamente vivenciados em experimentações que têm a ver com a correlação de forças de cada situação, e significa sempre uma imposição de vontades sobre projetos alternativos, pois, ainda que perdedores, exprimem vontades, visões e perspectivas do real. (1995, p. 8).

Diante disso, faz-se necessário compreender a processualidade do movimento dos atingidos a partir das experiências de seus sujeitos, adotando uma postura de não generalização frente ao objeto pesquisado. Essa postura se tece no entendimento da dinâmica da mútua determinação existente entre o pesquisador e o seu objeto de estudo, traduzindo-se no diálogo entre a teoria e a evidência, procurando compreender o objeto a partir do movimento e da contradição do real. E, nesses termos, perceber a história como construção. Conforme Vieira, Peixoto e Khoury:

O historiador que busca compreender e recuperar o movimento, a contradição, e que entende que esta compreensão é dada pela mútua determinação do sujeito que investiga e do objeto investigado, só pode entender por método o *diálogo* entre teoria e evidências. Isto implica que os procedimentos não sejam definidos *a priori*, ou externamente, mas sim no decorrer da pesquisa, fruto do próprio diálogo. (1995, p. 44).

De mesma forma podemos citar Thompson, quando expõe a sua posição a respeito da relação entre teoria e realidade para a construção do conhecimento histórico:

Vou dar um exemplo e ah! Vejo a minha mesa. O fato de ser um objeto “nulo ou inerte” não impede que esse objeto seja uma parte determinante numa relação sujeito-objeto. Não se conhece nenhum pedaço de madeira que se tivesse jamais transformado a si mesmo numa mesa; nem se conhece qualquer marceneiro que tenha feito uma mesa de ar ou de serragem. O marceneiro se apropria da madeira e, ao transformá-la numa mesa, é governado tanto pela habilidade (prática teórica, nascida de uma história ou “experiência”, de fazer mesas, bem como uma história da evolução das ferramentas adequadas) como pelas qualidades (tamanho, grão, amadurecimento) da própria prancha. A madeira impõe suas propriedades e sua “lógica” ao marceneiro, tal como este impõe suas ferramentas, suas habilidades e sua concepção ideal de mesas à madeira. (1981, p. 26).

Nesse sentido, entendemos que o trabalho do historiador envolve ao menos três elementos: a metodologia, as fontes e as narrativas, e, como demonstrou Thompson, a história não pode partir de conceitos previamente estabelecidos. Além disso, como já mencionado, há uma mútua determinação entre o pesquisador e as suas fontes. Nessa relação metodológica, o historiador busca recuperar, através das fontes e das narrativas, as diferentes interpretações, a vida cotidiana e as experiências dos sujeitos que constroem a história.

Adotando essa concepção, busco construir esta pesquisa com base em bibliografia (livros, dissertações e teses), documentos (jornais, atas, planos e relatórios), observações de campo, bem como através das entrevistas realizadas com os moradores do Reassentamento São Francisco de Assis, procurando manter um diálogo constante com e entre essas fontes. Entre esses referenciais, serão utilizadas entrevistas realizadas por outros pesquisadores, entrevistas que, por terem sido realizadas há algum tempo, permitiram a visualização das mudanças, o que é um distanciamento enriquecedor para o cotejamento de alguns dados.

Em entrevistas com esses sujeitos, que, num dado momento, enfrentaram a experiência de reconstruir as suas vidas, pôde-se perceber a riqueza dos relatos que evidenciaram a pluralidade de ideias, de percepções sobre o tempo presente e de histórias vividas. Trabalhar, contudo, com fatos históricos recentes se apresentou como um desafio, já que a memória relatada pelos entrevistados passa ainda por um processo ativo de construção de significados, que, em alguns momentos, despontou de forma um tanto confusa. Além disso, o trabalho da realização das entrevistas exigiu disponibilidade de tempo, uma insistente busca de esclarecimento de informações “cruzadas”, o que me levou a circular pelas estradas do reassentamento na busca dos depoentes, aguçando uma memória geográfica ainda não

experimentada. Assim que encontrados os depoentes, conversas longas foram travadas, suscitando outros questionamentos, dos quais alguns deles certamente persistiram até a próxima visitação ao reassentamento, para a realização de outras entrevistas.

Mesmo diante de algumas dificuldades, ainda assim os sujeitos entrevistados possibilitaram um olhar atento para aqueles que, por anos seguidos, enfrentaram os desafios inerentes à construção de uma barragem e de sua principal consequência: a expropriação da terra. As comparações se configuram como algo presente nos discursos, tendo em vista que os modos de vida, consubstanciados na nova organização da vida cotidiana no reassentamento, possibilitaram avanços e melhorias, mas não apagaram as memórias de um passado (mesmo que distante), bem como não amenizaram as dificuldades enfrentadas na luta.

Entendemos que a entrevista oral (nas suas diferentes formas, como documentário, entrevistas ou depoimentos) se constitui num rico meio para este estudo, num campo de possibilidades, além de instrumento legítimo de trabalho do historiador. Como bem observa Portelli:

A História Oral é uma ciência e arte do indivíduo. Embora diga respeito – assim como a sociologia e a antropologia – a padrões culturais, estruturas sociais e processos históricos, visa aprofundá-los, em essência, por meio de conversas com pessoas sobre experiência e memória individuais e ainda por meio do impacto que estas tiveram na vida de cada uma. [...] A essencialidade do indivíduo é salientada pelo fato de a História Oral dizer respeito a versões do passado, ou seja, à memória. (1997, p.15-16).

Considerando a História Oral como uma arte do indivíduo, como propõe o autor acima citado, é que o historiador amplia e aprofunda o seu horizonte de compreensão acerca das experiências vividas e de como os sujeitos as organizam em suas memórias, entendendo memória como “[...] um processo individual, que ocorre em um meio social dinâmico [...]” (PORTELLI, 1997, p. 16). Assim, o historiador encontra a possibilidade de tornar realizável uma relação entre as lembranças do passado com a realidade tanto individual, como social, do presente. Nesse sentido, há que se considerar, ainda, que a História Oral, segundo Thomson, Frisch e Hamilton representa o:

[...] esforço de recuperar a experiência e os pontos de vista daqueles que normalmente permanecem invisíveis na documentação histórica convencional e de considerar seriamente essas fontes como evidência. (1998, p. 75).

Dessa forma, os sujeitos que se constituem como objeto desta pesquisa não são heróis, tampouco são aqueles homenageados com nomes de ruas ou de praças, nem mesmo aqueles consagrados pela comunidade através da reverência constante. São trabalhadores da terra, que vivem nela e dela extraem o seu sustento. Trata-se, portanto, de buscar o exercício de certa forma de inserir a história no seio da sociedade e, ao mesmo tempo, em extraí-la. O que se pode dizer é que o intuito mais relevante, nesse momento, é fazer com que a voz desse grupo pequeno, mas representativo, seja ouvida, voz a partir da qual o trabalho do pesquisador se lança em busca de sua finalidade.

Diante da configuração até aqui descrita, o presente trabalho está estruturado em três capítulos. No primeiro capítulo busca-se debater com algumas produções que versam sobre a construção de barragens no Brasil, a organização dos movimentos de atingidos que reivindicam contra essas construções, os reflexos causados nas populações atingidas, os processos de reassentamento e a reconstrução da vida desses sujeitos.

Partindo dessa discussão e acrescentado as narrativas dos reassentados acerca da percepção que eles têm do local onde vivem atualmente, busca-se então perceber como os reassentados interpretam as conquistas, as perdas e a atuação das lideranças, percebendo a relação desses elementos com a própria luta. A partir dos diferentes modos de vida, segue-se em busca de descobrir como esses sujeitos interpretam o passado vivido e experimentado com a construção da barragem e como ocorreu a organização dos atingidos frente à construção da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias. Com o objetivo de mostrar o contexto histórico quando da notícia da construção da barragem, seguido da recuperação da trajetória e dos processos que deram origem ao Movimento dos Atingidos pela Barragem do Rio Iguaçu, propõe-se a discussão acerca da trajetória histórica da organização do movimento, através da formação da Crabi e o seu envolvimento com a construção do reassentamento.

No segundo capítulo, o que se propõe é a discussão de como ocorreu o processo de construção de um projeto para a organização dos reassentados, com a proposta da construção do Plano de Desenvolvimento (PD). Busca-se compreender como foi organizada a infraestrutura, como foram propostos os modelos de desenvolvimento para a diversificação econômica, bem como a proposta para a organização social, todos traduzidos em programas e compreendidos no PD.

Com o objetivo de analisar como se deram as definições quanto à estrutura organizacional do reassentamento, como se deu o processo de formulação da proposta de organização social e produtiva do reassentamento e dos embates que ocorreram no decorrer desse processo, busca-se dialogar com o PD e com as fontes orais. Esse segundo capítulo pretende, ainda, compreender em que medida a viabilização do reassentamento significa um avanço político.

No terceiro capítulo são retomadas questões como a dos sentidos atribuídos às conquistas e aos modos de organização das relações sociais no reassentamento. O objetivo é avaliar como os reassentados interpretam as práticas políticas individuais e coletivas e a atuação da Crabi. No seu conjunto, pergunta-se se essas práticas e o trabalho desenvolvido pela Crabi constituem um avanço político na luta pela permanência na terra e para uma nova qualidade de vida. Pergunta-se também quais são as subjetividades individuais e as subjetividades coletivas que podem ser visualizadas, engendradas no fazer-se das relações sociais no processo de organização dos reassentados.

Nesse contexto, pretende-se investigar se houve e como são interpretados os possíveis “desencontros” entre os interesses e as práticas dos reassentados e a propositura do Plano de Desenvolvimento. Pergunta-se como ocorreu a diluição da Crabi e qual foi o respectivo impacto na organização socioprodutiva e política do reassentamento. Nesse sentido, o objetivo é analisar as novas possibilidades que se abrem aos reassentados a partir da conjuntura atualmente vivida.

CAPÍTULO 1

REASSENTADOS: ENTRE AS PERCEPÇÕES DE HOJE E A MEMÓRIA DA LUTA.

*“Em torno das comunidades existentes, historicamente bastante variadas, cristalizaram-se e generalizaram-se atitudes emocionais poderosas. O campo passou a ser associado a uma forma natural de vida – de paz, inocência e virtudes simples”.*³¹

Ao contrário da visão da vida rural explicitada na epígrafe, no campo engendram-se relações contraditórias e, certamente, mudanças significativas aconteceram na vida dos reassentados do São Francisco de Assis nos anos que se seguiram após a construção da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias, com um conjunto de relações sociais que se alteraram. Um fato de relevância, no entanto, em todo esse processo, é que, em meio ao reconhecimento da conquista e dos avanços, as relações cotidianas estão permeadas de incertezas e de conflitos que envolvem a reconstrução das vidas desses sujeitos, a exemplo de outras experiências de luta de reassentados, atingidos por barragens.

A construção de usinas e o conseqüente alagamento de áreas rurais, os movimentos reivindicatórios e de resistência a esses processos, bem como o reassentamento já foram objetos de estudo de inúmeros pesquisadores das mais variadas áreas do conhecimento. Parte

³¹ WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 11.

das análises que se voltam para o tema convergem, enquanto que outras divergem, enfocando a problemática de formas diversas.

Nesse sentido, para uma melhor compreensão deste tema e das diferentes problemáticas que dele decorrem, proponho uma revisão do debate historiográfico, a fim de compreender o que já foi pesquisado, como os autores delinearão as suas pesquisas, como foram trabalhadas as fontes; os avanços, os limites e as elucidações que as obras debatidas trazem. Certamente, a intenção de fazer esse balanço não é o de esgotar a discussão sobre a temática.

Destacam-se, na elaboração deste referencial, os trabalhos desenvolvidos por Araújo (1990), Peixer (1993), Bloemer (2000), Schreiner (2002), Makoski-Lombardi (2006) e Pagliarini (2009). Os trabalhos dos três últimos autores têm as análises voltadas para os atingidos de Salto Caxias, objeto do presente estudo.

1.1 OS ATINGIDOS POR BARRAGENS NO DEBATE HISTORIOGRÁFICO

A respeito do que vem sendo discutido sobre o tema da organização e da resistência contra a construção de barragens, a autora Maria Lia Corrêa de Araújo (1990), em sua obra “Na Margem do Lago”³², analisa, numa perspectiva sociológica, as origens do movimento sindical surgido na década de 1970, retratando a fase crucial na trajetória de lutas desencadeadas em torno dos efeitos da construção da Usina Hidrelétrica de Itaparica, no Vale do Rio São Francisco. O recorte temporal se dá entre 1973, quando do início do movimento social de Itaparica, até 1985, ocasião do término da pesquisa de campo, observando-se que, nesse momento, a usina ainda estava em construção, fato pelo qual a autora relata que havia, entre os reassentados, um clima de indefinição – no tocante ao reassentamento – e de incertezas quanto ao futuro. Trata-se de algo que se pôde perceber característico nos estudos sobre relocações compulsórias, podendo, possivelmente, ser um reflexo de todo o processo,

³² ARAÚJO, Maria Lia Corrêa de. *Na margem do Lago*. Recife: FUNDAJ/ Editora Massangana, 1990. (Estudos e Pesquisas Fundação Joaquim Nabuco).

pois os sujeitos atingidos sofrem a perda de referenciais de vida e de trabalho, que ficam submersos com as águas que inundam o espaço onde se constituíram socialmente.

O trabalho se destaca pela importância do registro dos conflitos ocorridos na área de influência da barragem de Itaparica, que atingiu 6.187 famílias rurais. Nessa pesquisa, são utilizadas as notícias publicadas no Diário de Pernambuco e as matérias jornalísticas foram eleitas fontes para demonstrar a proposital e insuficiente divulgação das manifestações dos trabalhadores da região semiárida. Além dessa fonte, os informes produzidos pelos sindicatos também foram utilizados, contando ainda com o material arquivado no Centro de Defesa dos Direitos Humanos do Submédio São Francisco (CDDHSSF) e na Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco (FETAPE). Foram realizadas entrevistas com membros da diretoria e assessoria desses órgãos e com alguns sujeitos envolvidos no processo, além de visitas à área.

Através do relato, a autora narra as transformações ocorridas na região desde o séc. XVIII, época da sua ocupação, até o séc. XX, para explicitar o processo de desenvolvimento da formação social da área de estudo, que, através da implantação de políticas públicas e da criação de órgãos governamentais, recebeu programas de combate à seca e para a promoção de desenvolvimento. Para tanto, foram construídas grandes represas, sob a responsabilidade da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF). Tratava-se, então, de programas que iam contra um modelo de desenvolvimento orientado pelo capital monopolista. Disso se percebe a presença marcante do Estado como adversário, alterando significativamente as relações sociais no campo no Nordeste. Daí a importância do estudo: abordar as ações de resistência contra a expropriação e contra os mecanismos de exploração do trabalho dos trabalhadores rurais em suas variadas categorias.

É possível perceber convergências entre grande parte das populações atingidas tratadas nos diferentes estudos que demonstram que os momentos de crise homogeneizam os interesses entre os sujeitos envolvidos que reivindicam em torno das questões da terra, muito embora alguns estudos, em especial o de Schreiner: “Entre a Exclusão e a Utopia – um estudo sobre os processos de organização da vida cotidiana em assentamentos rurais” (2002)³³,

³³ SCHREINER, Davi F. *Entre a exclusão e a utopia. Um estudo sobre os processos de organização da vida cotidiana nos assentamentos rurais (região Sudoeste/Oeste do Paraná)*. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 2002 (Tese de Doutorado em História).

apontem para o surgimento de contradições internas nesses grupos, pois se trata, como o autor referencia, de uma “população heterogênea”, com interesses diversos. No caso de Itaparica, o estudo não aponta para essa perspectiva – pelo contrário, destaca a homogeneização da população atingida como fruto da atuação dos sindicatos, que, organizando os moradores da área atingida, se colocam no processo de luta contra o Estado, desenvolvendo situações de resistência contra as repercussões do empreendimento e contra os efeitos prejudiciais que a relocação traria.

Assim como em outros estudos, em Araújo (1990) os movimentos sociais rurais aparecem como uma ação coletiva orientada por um projeto de transformação da sociedade que tem como apoio fundamental uma base organizativa. No caso do movimento dos atingidos de Itaparica, a ação coletiva surge orientada pelo sindicato que mediou os conflitos, organizando a luta camponesa. Essa informação nos conduz ao levantamento de uma questão importante para o entendimento de como ocorre a organização da luta por parte dos atingidos por barragens: – Por que, no caso dos atingidos de Salto Caxias, os sindicatos não tiveram a mesma força representativa na mobilização e na organização do movimento contra o processo de construção da Usina? Esta questão possivelmente seja esclarecida se levarmos em conta o fato de que há, entre o movimento de Itaparica e o de Salto Caxias, dentre outras, uma importante distinção, que é a de que os eventos ocorrem em espaços temporais diversos.

De acordo com Sader (1988), a partir da década de 1960 há uma crescente no que se refere à atuação dos sindicatos no Brasil, mas é principalmente na década de 1970, com o surgimento do “novo sindicalismo”, aproveitando-se de um momento de distensão e de abertura política, que os sindicatos exploraram novas possibilidades e acabaram por ocupar um lugar social, sendo considerados legítimos em defender os interesses dos trabalhadores, inclusive os da terra. Dessa forma, o fato de o movimento dos atingidos de Itaparica ter tido o sindicato como base organizativa se explica, possivelmente, a partir de uma dinâmica mais abrangente, que é a questão do tempo histórico e da trajetória de atuação dos sindicatos no Brasil. Se, nos anos de 1970 e 1980, se verifica uma forte atuação dos sindicatos, o mesmo não se constata durante a década de 1990, momento do surgimento da organização dos atingidos de Salto Caxias. Nessa conjuntura paranaense não há uma atuação tão marcante dos sindicatos, pois, pelo contrário, é um momento de declínio desse tipo de participação. Não obstante isso, alguns sindicatos rurais da região se envolveram, inicialmente, no processo de luta dos atingidos de Salto Caxias.

Assim, o estudo da autora propõe a compreensão acerca de um movimento social surgido e liderado por meio do sindicalismo, além de centrar-se na análise das atividades da CHESF, órgão que coordenou a construção dos grandes reservatórios no Rio São Francisco, contribuindo também para o entendimento do engendramento das estatais nesses processos.

Nesse sentido, ao abordar a atuação do sindicato como elemento central do estudo, propõe também a discussão das formas de luta (ações coletivas, denúncias, reivindicações, negociações e ações judiciais), da composição social e das orientações que definem o projeto político e a ideologia de um movimento, ao passo que aborda questões como a autonomia sindical em relação à sua vinculação com algumas entidades urbanas e rurais, enfatizando o sujeito coletivo representado pela organização sindical. Isso, certamente, traz elucidações sobre este último, mas, em contrapartida, a partir dessa proposição, gerou um obscurecimento dos sujeitos individuais que construíram essa história.

Também relevante é a denúncia, presente ao longo da obra, que reclama atenção para os danos irreparáveis que uma população atingida por barragens sofre: profundas alterações nos modos de vida, implicando a reformulação de hábitos e de tradições culturais adquiridas com a relação com o solo e ao rio – danos irreparáveis impostos exclusivamente para a implantação de projetos de modernização destinados à criação de uma infraestrutura produtiva que atenda a interesses maiores regionais e nacionais. A autora contribui ainda com o que diz respeito ao processo de construção de barragens quando desenvolve um quadro descritivo minucioso da evolução das lutas no Submédio Rio São Francisco, onde aparece, nitidamente, a organização interna das entidades ali sediadas na construção de mecanismos que permitem a expansão do movimento, centrando-se, principalmente, nas ações relativas ao reassentamento, à luta contra a grilagem e ao conflito com os índios.

A exemplo do que veremos apresentado nos trabalhos sobre os atingidos de Salto Caxias, de Makoski-Lombardi (2006) e de Schreiner (2002), também em Itaparica as principais formas de resistência por parte dos atingidos foram: paralisações, acampamentos, denúncias, cartas abertas à população, manifestos, publicação de um boletim, programa radiofônico e concentrações, reunindo os atingidos por barragens, ações judiciais, audiências e grupos de trabalho, articulação com entidades civis, entre as quais o Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e a Igreja Católica, resultando em enfrentamentos diretos através de ações mais ofensivas, culminando em ações coletivas de grande impacto:

Desse modo, o poder de mobilização demonstrado pelos sindicatos, a partir dos atos públicos realizados, parece conduzir à alteração nos padrões de comportamento até então adotados pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco. A violência inicial da CHESF, que, em parte, repetia procedimentos já experimentados em outras barragens, encontra uma resistência inesperada, ativa e intensa dos camponeses de Itaparica, gerando-se, a partir daí, as condições para o desencadear de um processo de negociação entre a empresa e os sindicatos. É verdade, também, que ocorreram concordâncias e acertos, mas, sem dúvida, iniciou-se uma fase de maior respeito às entidades sindicais como representantes da população camponesa atingida pela barragem. (ARAÚJO, 1990, p. 115).

Nesse sentido, pode-se traçar uma analogia entre os representantes dos atingidos de Itaparica e de Salto Caxias. Em Itaparica, o sindicato ocupou esse papel, enquanto que, no caso de Salto Caxias, os atingidos foram representados pela Crabi. Essas entidades se fizeram ouvir, resistiram e negociaram em nome dos atingidos. Percebe-se que, no caso de Itaparica, o sindicato é o centro das articulações de resistência e das negociações e, pelo visto, é tido, pela autora, como a mais importante expressão da forma de organização dos sujeitos pesquisados. Em relação a esse aspecto, é importante salientar que, de acordo com a noção de Thompson (1981), o sujeito coletivo é referenciado como a organização de sujeitos individuais, livres, que, vivenciando a realidade e a partir de suas necessidades, compartilham interesses em comum. Dessa forma, um sindicato ou uma comissão pode representar, porém não ocupar o papel do sujeito que está experimentando a situação. Esse entendimento nos leva a crer que a luta de atingidos não pode ser vista apenas como resultado da atuação das entidades mediadoras. Assim, não se trata de uma única entidade a promotora responsável pela organização e negociação e esta, parece-nos, é a concepção que, possivelmente, trata, de forma mais rica, os estudos que abordam os processos que envolvem o sujeito coletivo.

Assim, ainda que o estudo coloque em destaque a atuação do sindicato, a autora menciona, contudo, a fragilidade a que qualquer entidade representativa está sujeita, ao passo que ela toma para si a frente das negociações. Em direção à discussão das negociações entre atingidos e empresa, é importante ressaltar que nem todos os casos de construção de barragens trazem a atuação sindical enquanto representativa e mediadora. No caso dos atingidos pela Usina de Salto Caxias, a trajetória de constituição do sujeito coletivo, bem como as negociações, são construídas de outra forma. Ela se inicia com lideranças sindicais, políticas e com o apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), através de uma comissão (Crabi) que, no decorrer do processo, é assumida pelos próprios atingidos.

De maneira diversa da abordagem pretendida pelo presente estudo, o trabalho de pesquisa desenvolvido por Araújo (1990) aborda os conflitos advindos da construção da Usina em Itaparica sob a perspectiva da atuação das entidades sindicais, aspecto que o distancia do presente trabalho, pois, segundo a autora, os sindicatos atuaram como única forma de expressão dos movimentos sociais numa crescente desde a década de 1970, como o já explicitado anteriormente. A ação desses sindicatos consistia em reivindicar providências especiais para a situação, e, assim, atuaram de diferentes maneiras, seja para denunciar os problemas que afetavam a área, seja inclusive redefinindo a maneira como a seca passa a ser noticiada nacionalmente. Trata-se de atuação importante e que, notadamente, é diferente da atuação da comissão representativa dos atingidos de Salto Caxias, como veremos adiante.

A autora citada observa que, no conjunto da atuação do sindicato em toda a luta e suas respectivas conquistas, é importante atentar para o fato de que houve uma evolução, com mudanças qualitativas na formação de uma consciência mais crítica. Ocorreram avanços nas articulações com entidades de trabalho em todo o Brasil, com a CPT, na formação de lideranças, na elaboração de um documento sobre o reassentamento dos trabalhadores atingidos pela barragem de Itaparica, o que demonstra o abandono das reivindicações individuais, ampliando-se para a inserção do movimento na luta da classe trabalhadora pelo direito à terra, em geral. Diante disso, o reassentamento se configura como uma tática mais imediata de uma luta mais ampla pela Reforma Agrária.

Assim, a pesquisa acerca da atuação dos sindicatos frente à expropriação dos sujeitos pela construção da Usina de Itaparica se configura como um avanço de grande importância nesta área de estudo, principalmente por apontar o fenômeno da organização social em movimentos e em torno de um sindicato como algo constituído por pessoas com um mesmo objetivo. Essa abordagem prescinde de um cuidado maior, tendo em conta que, por mais que sujeitos se reúnam em torno de um objetivo, ainda assim não podemos esquecer que se movimentam por paixões, por necessidades e por ideologias e, por isso mesmo, o movimento está sujeito a desencontros internos e a contradições.

Em relação às contradições encontradas em processos de construção de usinas, o evento de Itaparica não se trata de um caso isolado, pois, em todo o Brasil, no período compreendido entre a década de 1960 a 1990, se espalharam construções desse porte, tidas como necessárias ao desenvolvimento do país. Disso decorrem os variados estudos realizados sobre populações afetadas pela construção de usinas hidrelétricas, em especial as populações

camponesas e indígenas, ao mesmo tempo em que aponta para um campo a ser explorado mais, como, por exemplo, a relocação e os seus efeitos.

Nesse sentido é que foi direcionado o estudo realizado por Peixer (1993), sob o título: “Utopias do Progresso e Dilemas de Itá Frente a uma Hidroelétrica”³⁴, trazendo, numa perspectiva sociológica, como objeto de estudo os moradores do município de Itá (SC) e as suas percepções acerca da construção da Usina Hidrelétrica de Itá³⁵. O estudo chama atenção para como ocorreram os processos de relocação dessa população atingida, onde o ponto mais importante e significativo foram as transformações que resultaram na reorganização socioespacial, bem como o conflito de interesses que gerou a dificuldade na participação da população nas negociações referentes à relocação e à insegurança acerca do futuro.

O estudo promovido pela autora buscou compreender a formação de um posicionamento evidenciado na postura favorável da população urbana de Itá em relação à construção da usina, percebendo, através das articulações, das lutas e dos conflitos que emergiram nessa população, como a pequena localidade se posicionou frente à necessidade de relocação. A autora se pautou na busca bibliográfica e documental e na realização de entrevistas com a população em geral. Em 1993, realizou outras entrevistas com moradores que já se haviam mudado para a nova Itá, buscando explicitar como, dentre uma população atingida, existem diferentes percepções a respeito da barragem, de como ela foi construída, as expectativas geradas, as múltiplas ações e como essas diferentes percepções, fossem elas individuais ou coletivas, foram fatores importantes para compreender o seu próprio posicionamento político em relação à construção.

A autora relata que a divulgação acerca da construção da Usina Hidrelétrica de Itá começou no final da década de 1970, após estudos para a sua construção que não contaram

³⁴ PEIXER, Zilma Isabel. *Utopias do progresso e dilemas de Itá frente a uma hidroelétrica*. Universidade Federal de Santa Catarina – Florianópolis, 1993 (Dissertação de Mestrado em Sociologia Política).

³⁵ A Usina de Itá situa-se no Rio Uruguai, contando com 141 km² de área total e com volume total dez milhões de m³, com potência de 1620 mega watts (MW). A área de sua construção atingiu uma localidade de grande ocupação territorial de minifúndios e alguns núcleos urbanos. O município de Itá se localiza no Oeste do Estado de Santa Catarina, está quase que integralmente situado às margens do Rio Uruguai e tem a economia baseada na agropecuária da pequena propriedade. A sede do município, que contava com uma população de 8.142 pessoas, concentrava os serviços de administração pública, saúde, comércio, bancos, igreja, escola e lazer, foi totalmente alagada pelo reservatório da barragem e a sua população foi relocada numa nova cidade construída a 5 km da que seria submersa. Dentre os nove municípios afetados, o de Itá foi o único nessa condição. Assim como boa parte do território catarinense, Itá tem a sua economia e sua história marcada por disputas e conflitos de terras, história que, nesse momento, é trazida à tona pela chegada da Usina Hidrelétrica, que exigiu um redimensionamento do espaço habitado.

com a participação da população diretamente envolvida – prática comum por parte das estatais, que, no momento dessas decisões, não consultam aqueles que serão diretamente impactados. Foi só em 1979 que, efetivamente, foram publicados os resultados dos estudos e a proposta da construção, surgindo as primeiras reações frente às informações imprecisas, o que originou a formação do Movimento de Atingidos por Barragens (MAB) e, em 1979, com a mobilização dos agricultores atingidos, formou-se a Comissão Regional dos Atingidos por Barragens (CRAB).

O estudo aborda, contudo, a percepção contrária a essa reação, trazendo como se criou a perspectiva de desenvolvimento para a pequena cidade. Ou seja, o estudo aborda como a perspectiva de desenvolvimento gerou um efeito positivo e, conseqüentemente, uma reação favorável à construção por parte dos moradores do núcleo urbano, que, a princípio, não tinham a informação de que o município ficaria submerso. A reação favorável envolvia grandes expectativas de lucro com o progresso da região, o que demonstra como um processo como esse envolve percepções e interesses diversos.

A organização das pessoas que teriam as suas vidas modificadas em função da construção da usina, as mobilizações ou, contrariamente, a passividade de alguns, tudo é tido pela autora como uma especificidade da localidade. Dentro desse contexto é que surgem dois movimentos em torno dessa construção, um favorável e outro contrário a ela. O posicionamento contrário, que mobilizou grande parte da população diretamente atingida, contou com o apoio dos setores progressistas da Igreja Católica e alguns Sindicatos de Trabalhadores Rurais. Do outro lado, os que mantiveram uma postura favorável à construção, ficaram restritos aos moradores da sede do município de Itá e do governo municipal, que viam na construção a possibilidade de desenvolvimento da cidade.

Diante disso, foi feita a proposta de construção de uma nova Itá, através de um modelo cheio de promessas da política social por parte da Eletrosul³⁶, que se utilizou de estratégias para propor a ideia positiva da construção da Usina, “minando aos poucos uma possível resistência” (PEIXER, 1993, p. 25). O assunto foi cercado de incertezas e de expectativas. A empresa começou a explicar os aspectos da obra, afirmando a inevitabilidade e o ganho com a

³⁶A ELETROSUL - Centrais Elétricas S.A. é uma empresa subsidiária da empresa Centrais Elétricas do Brasil S.A (ELETROBRÁS). É uma sociedade de economia mista de capital fechado, concessionária de serviços públicos de transmissão e de geração de energia elétrica. Com sede em Florianópolis, Estado de Santa Catarina e atuação preponderante nos Estados da Região Sul e Mato Grosso do Sul, a empresa é responsável pelas questões energéticas da Região Sul do país. Disponível em: <<http://www.eletrosul.gov.br/home/conteudo>>. Acesso em: 15 maio 2009.

mesma, além de a empresa responsabilizar Itá por algo de interesse coletivo: o progresso do país³⁷. Para tal convencimento, relata Peixer, a empresa adotou o procedimento de levar os futuros atingidos para conhecer as outras hidrelétricas, com o intuito de ganhar a confiança sobre o seu trabalho. Uma das usinas visitadas foi a de Salto Santiago, no sudoeste paranaense, onde foi mostrada aos futuros atingidos apenas a vila dos funcionários da Eletrosul, “coincidentemente” com o ocorrido com os reassentados de Salto Caxias, mostrando apenas o lado das negociações, negligenciando o lado dos atingidos.

A partir desse fato, deu-se início às reuniões com o MAB, CRAB e com algumas pessoas afetadas pela Usina Hidrelétrica de Salto Santiago, que fizeram a oposição ao que a empresa divulgava, formando-se uma percepção diversa para alguns moradores de Itá. Esse grupo se colocou em oposição – em sua maioria, da cidade – àqueles que tinham o desejo de progredir, demonstrando o quanto a visualização de diferentes experiências permitiu aos sujeitos formar percepções diferentes e reagir também de mesma forma, contando com o apoio de entidades, mas não sendo determinada por elas.

Em meio a essas divergências, foram definidos os critérios de relocação e a escolha do local a ser habitado, a partir de estudos realizados pela Eletrosul, que, para manter as relações, manter as vias de transporte e gerar o aproveitamento turístico da usina, escolheu uma área próxima da Itá velha para a construção da nova cidade. Toda infraestrutura, prédios públicos e moradias, tudo levou um longo tempo até ficar pronto. Ao buscar pesquisar esse processo, o estudo pode ser referenciado como contribuição para a compreensão dos processos de relocação, principalmente pela percepção apresentada nos depoimentos colhidos pela autora sobre o novo espaço a ser vivido, os conflitos e os dilemas da mudança para o novo local e a saída do antigo espaço social, demonstrando as dificuldades que a população enfrentou, tanto em reproduzir seu espaço social como o das atividades produtivas, na tentativa de superação da perda do velho quintal e de toda a história de construção do local onde se vivia.

Aliada a essa perspectiva, a autora coloca a expectativa que o novo espaço social gerou, como, por exemplo, quanto à percepção econômica. A ideia de progresso prevaleceu, pois, com a criação de novas necessidades na região, já que houve uma oferta maior de

³⁷ A construção da Usina Hidrelétrica de Itá, assim como as demais construídas ou em processo de construção no Brasil, faz parte do Plano Nacional de Energia Elétrica (20 dez. 1987) das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás), prorrogado para 2015, onde Itá foi a primeira usina construída dentre as 25 hidrelétricas projetadas para serem construídas no Rio Uruguai. Disponível em: <<http://www.eletrobras.gov.br/ELB/services/eletrobras/>>. Acesso em: 20 set. 2008.

empregos. Todas essas questões, pertinentes e que avançaram no sentido de aprofundar o tema, têm, neste estudo, destaque, por terem privilegiado as falas dos sujeitos envolvidos no processo – falas que muito contribuíram para que se pudesse perceber como os sujeitos envolvidos experimentaram a situação e demonstrar o quão conflituoso é o processo de relocação.

O estudo apresenta os sujeitos envolvidos como dependentes das interações políticas entre os seus representantes (o executivo local e a comissão de relocação) com os seus interlocutores (a empresa, a Igreja e o MAB), através da criação de uma comissão que ficou responsável pelos assuntos gerais. Ao longo do tempo, essa comissão ficou responsável apenas pela relocação da sede. Essa comissão foi decidida em reunião convocada pelo prefeito e foi formada por representantes de todos os setores envolvidos, ocupando o papel de elo entre a população e a Eletrosul. Por ter sido iniciativa do poder executivo, a comissão manteve uma dependência em relação ao poder local, o que acabou por privilegiar determinados grupos. Nesse sentido, é importante ressaltar que, na dinâmica dos processos de negociação da relocação, nem todos os casos obedecem a essa lógica, pois, como vimos no caso de Itaparica, foi o sindicato que tomou a frente da mobilização dos atingidos e das negociações junto ao Estado. Veremos, ainda no presente estudo, que a trajetória da Crabi ocorreu de forma contrária aos dois casos, apesar de que, entre essas duas comissões (de Itá e de Salto Caxias), há em comum as relações estabelecidas entre Prefeitura, Comissão, Eletrosul, Igreja e MAB. No caso de Itá, a população projetou, porém, a resolução dos problemas no poder executivo local e na comissão, inclusive com a aceitação da Eletrosul de que apenas essas duas instâncias representariam legitimamente a população, enquanto que, com a população de Salto Caxias, o vínculo com o executivo é mantido apenas inicialmente. O que ocorre no caso de Itá consistiu num comportamento atípico em se tratando de formas de organização para negociação em processos de desapropriações e de relocações, frente a outros estudos de outras barragens, demonstrando a importância e a especificidade desta pesquisa.

Nesse sentido, a relevância do estudo sobre o processo de relocação proposto por Peixer contribui para o presente estudo, que visa compreender como se deu essa dinâmica com os atingidos de Salto Caxias. Esses possíveis critérios em relação à organização espacial e social no novo local a ser habitado indicado no trabalho realizado por Peixer (1993), em Schreiner (2002) ganham em dada medida uma dimensão realizada. O autor, na sua tese de

doutorado em História Social³⁸, trata da trajetória e da organização da vida cotidiana dos sujeitos do Assentamento Vitória e Terra Livre e dos Reassentamentos da Crabi. Estes últimos, os reassentados, agricultores atingidos pela construção da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias na década de 1990, buscaram reconstruir as relações sociais e econômicas num novo local, sob a orientação e a organização da Crabi.

O autor traz a questão da luta pela terra como o pano de fundo que impele os sujeitos às novas experiências, em um novo local a ser conquistado e habitado. Preocupa-se em explicitar e compreender, em diferentes temporalidades, como ocorrem as relações comunitárias e de vizinhança; a organização econômico-social; as experiências de organização da vida cotidiana; a estrutura agrária e as contradições de classe. Para tanto, valem-se das narrativas orais dos sujeitos envolvidos, mantendo a preocupação em ouvir aqueles que podem retratar as experiências dos processos de expropriação, de luta e de organização do reassentamento.

Algumas das questões tratadas nesse trabalho puderam ser vistas em outros trabalhos aqui discutidos, por se tratarem de questões que se repetem em qualquer parte do Brasil onde exista a força da tecnologia, imponente, majestosa, contra algumas centenas de famílias que, no decorrer de tantas lutas pela terra, pelo seu espaço, são obrigadas a se retirar para outros lugares e recomeçar novamente. São situações que mudam e afetam a paisagem física e, com elas, as relações sociais, culturais, a moradia, os espaços de vida das populações que habitavam aquele local.

Ao analisar as experiências de organização da vida cotidiana, Schreiner amplia o raio de entendimento e de estudo dos modos de vida e das diversas formas de organização em cada comunidade, seja dos assentamentos ou dos reassentamentos rurais, a sua organização interna, as relações de solidariedade e de cooperação entre as famílias, as transformações da estrutura agrária no espaço regional, a articulação da resistência dos sem-terra e o surgimento de novos assentamentos e reassentamentos rurais.

Ao expor os sujeitos da pesquisa como construtores da sua própria história, o autor permite lançar outro olhar sobre a investigação dos assentamentos rurais, permitindo-nos compreender, através das falas dos sujeitos, a expressão do desejo pela terra, sua permanência, o ato de produzir a vida, o lugar de trabalho, de morada e de lazer que são

³⁸ SCHREINER, Davi F. Op. cit., p. 31.

interrompidos momentaneamente. É nesse sentido que são trazidos os depoimentos que descrevem a vontade de superar as diversidades da vida com a experimentação de diferentes formas de cooperação extrafamiliares e de vizinhança, práticas de solidariedade e de reciprocidade nas relações sociais, reforçando e recriando os valores tradicionais como o de família e o de vizinhança. Os depoimentos também reforçam, dentro da comunidade, interesses convergentes e contraditórios, indicando que os movimentos se processam em dois sentidos, no tempo e no espaço do acampamento, fazendo com que as famílias se ressocializem no convívio da vida cotidiana e nos enfrentamentos políticos, fortalecendo laços de solidariedade e de vizinhança, onde a sociabilidade se enriquece e novas experiências de cooperação passam a fazer parte do seu cotidiano. Disso, o autor pôde concluir que, apesar das heterogeneidades marcadas pelas etnias que ali se encontraram, os modos de vida e as trajetórias percorridas pelas famílias têm em comum contextos e situações de vida anterior, nas quais, ao se confrontarem com as necessidades de sua existência, formulam seus próprios valores e lutam pela terra como condição para defender seu modo de vida.

Nesse sentido, é possível perceber a importância de proceder à observação das experiências dos sujeitos, pois são elas que trazem uma maior riqueza nos dados e é pela observação e análise dos modos de vida que o estudo de Schreiner (2002) se destaca na compreensão das formas como se organiza o “novo” cotidiano. A reorganização do cotidiano e os modos de vida levaram-no à percepção de que, nos assentamentos estudados, a prática da policultura de subsistência, bem como a criação de animais para consumo próprio, ainda é bem forte, porque o trabalho é realizado pelos membros da família e por ser uma área pequena, e, ao mesmo tempo, de moradia. Nos reassentamentos, um dos fatores, à época da pesquisa, que contribuía para a socialização entre os reassentados era a Crabi. Essa comissão atuava através das suas lideranças e dos seus cursos e encontros, bem como desenvolvia, nos espaços comunitários (como a igreja, o salão comunitário e as escolas), atividades coletivas de valorização da vida no campo e da agricultura familiar, da cooperação agrícola e da preservação ambiental.

Outro elemento apontado nessa pesquisa de Schreiner é o de que esses agricultores que hoje estão residindo nos reassentamentos passaram por um trabalho de construção de identidade política de atingidos, quando da construção da usina. No processo de luta pela indenização surgiu a proposição da reivindicação de terra por terra. Para tal, contribuíram as experiências e os intercâmbios para conhecimento das lutas e dos resultados conquistados por atingidos de outras usinas.

No que se refere aos estudos sobre a economia, para Schreiner, campesinato é uma classe constituída por trabalhadores que, através de seu meio de produção (agricultura), podem cultivar a terra com base no trabalho familiar, mantendo um vínculo parcial com o mercado e, dessa forma, podem manter seu próprio modo de viver diretamente ligado à vida rural. Por outro lado, questionam a dominação capitalista através das ocupações e das resistências, recomeçando, assim, a retornar à terra e a resgatar o sentido de coletividade e de solidariedade. Segundo o autor, tais esforços têm contribuído para a recriação desses laços e de formas de cooperação agrícola, remetendo-os às suas origens tradicionais de mutirões e à organização comunitária dos caboclos e colonos.

São, porém, as contradições que revelam os conflitos de ideias e de práticas políticas. Schreiner (2002) traz alguns relatos a respeito desta questão, demonstrando alguns conflitos no processo de formação dos assentamentos e dos reassentamentos, também por haver divergências e conflitos entre caboclos e colonos devido às diferentes culturas desses sujeitos, pois, como já citado, o autor embasa a ideia de que sujeitos diferentes associam-se, unem-se nos momentos de crise, mas nem por isso perdem sua subjetividade.

No caso de estudos que envolvem as temáticas abordadas, o autor, assim como Peixer (1993), considera a heterogeneidade um dos elementos centrais de análise e aponta para as diferentes visões dos sujeitos, como condições sociais, visão de mundo e experiências diversas. Assim, para Schreiner, os atingidos de Salto Caxias não interpretaram os efeitos da construção da usina de forma homogênea, até porque os impactos não se limitariam à dimensão socioespacial da área a ser inundada, mas às diferentes formas pelas quais esses sujeitos desenvolveram sua percepção dos impactos da barragem e revelaram posicionamentos políticos num emaranhado de conflitos em torno de interesses. Embora os agricultores em geral sentissem a pressão das condições objetivas da usina, além da expropriação, a decisão de participar da luta da Crabi implicava certas escolhas morais, o que, para alguns, a exemplo das lideranças, significava uma opção política de enfrentamento, oposta aos interesses dos comerciantes e do governo do Estado.

Outro elemento, porém pouco explorado nas pesquisas realizadas com os agricultores reassentados, é a organização produtiva no novo local. Nesse sentido, a conquista do reassentamento é vista, por Schreiner (2002), como prospectiva, pois possibilitou aos trabalhadores sentirem a necessidade de continuar a luta pela terra, e pela qualidade de vida nela, para que, segundo o autor, encontrarem na Crabi a assistência através de técnicos e de

agrônomos que incentivaram a formação de associações, de cooperativas e a diversificação da produção, principalmente na agricultura orgânica, utilizando-se de recursos técnicos para essa produção diferenciada. Outra forma de renda é realizada por um pequeno grupo de mulheres, que disponibiliza a produção de mel e de geleia, para agregar valor à renda familiar. Percebe-se, contudo, que, nos tempos atuais, a própria organização produtiva para o pequeno produtor não oferece as mesmas possibilidades do passado, o que exige dos reassentados novas articulações. Além disso, a maioria dos reassentados não se envolve mais diretamente nas lutas da Crabi ou nos movimentos sociais, mas, mesmo assim, nos depoimentos recolhidos pelo autor, é unânime a afirmação de que a luta não pode parar, pois acrescentam que as terras ociosas devem ser ocupadas para que outras famílias tenham lugar onde trabalhar e viver dignamente.

Através do trabalho de Schreiner (2002) é possível compreender algumas questões centrais no que se refere aos reassentados de Salto Caxias, já que o autor trata dos diferentes modos de vida, das imbricações que daí resultaram. Esses diferentes modos de vida possibilitaram novas experiências e elas se verteram em nova organização, que traduz, pelo menos em parte, o sujeito coletivo. A experiência de uma nova organização parece ser bem explorada quando o autor, ao permitir-se ouvir as narrativas dos diferentes sujeitos envolvidos, também nos permite um aprofundamento nas questões que, de certa forma, se consubstanciaram no decorrer da luta do processo de reassentamento e que, ainda hoje, são elementos que, se bem explorados, continuam sendo objeto de pesquisa. As questões culturais explicitadas por Schreiner (2002) contribuem para a compreensão das relações de ocupação, de socialização e de organização produtiva no novo local. Trata-se de informações relevantes para a investigação dessa categoria de sujeitos e, em Bloemer (2000), são o elemento principal de sua análise.

Bloemer, em “Brava Gente Brasileira” (2000)³⁹, desenvolve um estudo na área de Antropologia Social acerca das famílias atingidas pela construção da Usina Hidrelétrica de Campos Novos, no Estado de Santa Catarina, seus dramas sociais, modificações socioeconômicas do local onde residem, histórias de vida que se modificam a partir dessa construção. A Usina de Campos Novos⁴⁰, assim como a de Itá abordada anteriormente, é uma

³⁹ BLOEMER, Neusa Maria Sens. *Brava gente brasileira*. Florianópolis: Cidade Futura, 2000.

⁴⁰ Cf.: PAIM, Elisângela S.; ORTIZ, Lúcia S. (Coords.). *Hidrelétricas na bacia do rio Uruguai: guia para ONG's e movimentos sociais*. A hidrelétrica de Campos Novos foi a primeira usina hidrelétrica a ser construída inteiramente em território catarinense e deslocou aproximadamente cerca de 135 famílias rurais de pequenos proprietários piscicultores. Está localizada às margens do Rio Canoas (Bacia do Rio Uruguai), entre

dentre as 25 hidrelétricas previstas para serem construídas pela Eletrosul na Bacia do Rio Uruguai. Nesse sentido, apesar de cada realidade se diferenciar, já que sujeitos diversos estão envolvidos, ainda assim alguns elementos são compartilhados nessas duas pesquisas.

Nesse estudo, questões como a organização econômico-social da sociedade rural camponesa – com foco na inter-relação entre dois grupos étnicos: os colonos (“italianos”) e os agricultores (“brasileiros”) que foram atingidos – são núcleo de preocupação de Bloemer. Elege ela, como objeto de estudo, os sujeitos que permaneceram no campo com a história de herança preferencial concedida aos filhos homens (tradicional às famílias italianas) e a saída dos não herdeiros em busca de outras profissões, deixando em evidência a fragilidade da organização econômico-social das famílias camponesas. O estudo aborda ainda a compreensão das representações da Eletrosul, que caracteriza a população estudada como pobre, precária e passível de remoção em virtude da construção da Usina Hidrelétrica na região (construção que se encontrava em curso quando da investigação), denunciando a visão deturpada que se fez acerca do camponês naquele momento. A autora buscou construir a sua pesquisa através de observações diretas, tendo como elemento principal as fontes orais, caracterizando-se como uma pesquisa que privilegia as narrativas dos sujeitos que constroem essa história.

Bloemer, através de seus depoentes, narra que as primeiras informações acerca da construção da Usina são repassadas através dos párocos da Igreja Católica que atuavam na região, por volta de 1983. A partir desse momento, uma longa luta foi travada entre a Eletrosul e os futuros atingidos, até que, em 1996, foi concedido o licenciamento para a construção da obra, levando a autora à reflexão acerca do modo como a implantação da hidrelétrica poderia alterar o curso da vida dos camponeses que ocupavam a região. Assim, como no trabalho de Peixer (1993), duas diversidades se colocaram: por um lado, o futuro “presente” nas hidrelétricas, ou seja, a modernidade do campo e da cidade com avanços tecnológicos, entre tantos outros benefícios que a energia traz para o homem; e, por outro lado, o homem do campo, com uma vida simples, com sua “roça”, com suas práticas repassadas de geração a geração, sendo afetado duramente por tais mudanças.

os municípios de Campos Novos e Celso Ramos, distante cerca de 390 km de Florianópolis (capital do Estado). Sua capacidade instalada é de 880 (MW). Atualmente, algumas usinas, dentre as 25 previstas, ainda não foram construídas, tendo em vista o fato de a execução da totalidade do plano delimitado pelo Setor Elétrico ter sido transferido de 2010 para o ano de 2015. Outras estão em andamento, como é o caso da Usina Hidrelétrica de Foz do Chapecó. Se todas as barragens previstas para bacia do Rio Uruguai forem construídas conforme os planos inventariados, mais de 3 mil km² de terras agriculturáveis, campos nativos, florestas e áreas ocupadas por comunidades rurais e urbanas serão perdidas para sempre sob as águas, trazendo consigo as consequências de construções desse porte.

De acordo com o já citado, habitavam, na localidade que seria alagada para a construção da usina, dois grupos étnicos distintos, um deles, com membros autoidentificados como “colonos” (descendentes de “italianos”) e o outro, os “agricultores” (“brasileiros”). A partir do momento em que houve o deslocamento das famílias para um determinado local demarcado pela Eletrosul, ambos os grupos passaram a conviver em espaços contíguos. Nesse sentido é que a autora vai tecer o seu trabalho, buscando descrever as divergências e as convergências que o processo de reassentamento acarretou para esses sujeitos.

O processo de construção da barragem e a inevitável expropriação da terra nesse caso, assim como os estudos aqui tratados, contaram também com a troca de experiências com outras comunidades atingidas pelas barragens, conjuntamente com o apoio da CPT, de lideranças sindicais e das comissões religiosas das Igrejas Católica e Luterana, que colaboraram para uma maior conscientização dos problemas que ocorreriam a partir da construção da barragem. Em conjunto com as experiências e os apoios das lideranças sindicais e religiosas, a CRAB veio para organizar e para desenvolver projetos e planos de desenvolvimento para os futuros reassentados – prática usual nesses casos, como já mencionado anteriormente.

O estudo aponta elucidações no que diz respeito tanto aos “brasileiros” quanto aos “italianos” que, nas narrativas de suas trajetórias, buscam rememorar quando chegaram ao local, como se estabeleceram, as desavenças enfrentadas pelos grupos. É também através das falas, bem como por uma observação atenta, que a autora descreve que existem algumas diferenciações entre os dois grupos étnicos, em relação à infraestrutura agrícola, além de cada um ter a distribuição de suas propriedades seguindo um padrão, apontando que os padrões culturais dos dois grupos étnicos reagem às escolhas e às definições a partir de seu modo de vida, incluindo especialmente o que e como produzir, comercializar, consumir e a divisão sexual e etária do trabalho.

Uma consideração importante da pesquisa refere-se à disponibilidade e à produtividade das terras para que fosse possível a reprodução econômica do segmento social em questão. Segundo a autora, dependendo do tamanho da propriedade e de sua possibilidade de utilização para as atividades produtivas, no caso dos “italianos”, os pequenos produtores são classificados e reconhecidos como “colonos fortes ou fracos”. Os fortes possuem criação de animais, como frangos, porcos e gado bovino para a comercialização, além de produtores que recorrem, quando necessário, à mão de obra assalariada como força de trabalho. A

distinção entre os “colonos fortes e fracos” está no fato de que os colonos fortes criam gado e porcos igualmente destinados à comercialização, enquanto que os colonos fracos têm esses animais para o seu uso e consumo. Além disso, os fortes possuem acesso a todas as informações para a comercialização de seus produtos, enquanto que os fracos ficam à mercê dos atacadistas, dos comerciantes locais, que pagam por esses produtos o que lhes convêm.

Ainda no que se refere à contribuição para os estudos sobre o modo de vida camponês, Bloemer (2000) afirma que há, entre “italianos”, uma forte convivência e dependência de laços familiares e comunitários, bem como os fatores étnicos e religiosos, indispensáveis para a reprodução, tanto econômica quanto social, desse segmento. Por outro lado, a semelhança entre “italianos” e os pequenos produtores “brasileiros” torna-se um ponto destacado pela autora. De um lado, os “brasileiros” reconhecidos como agricultores fortes em termos produtivos se identificam com os “italianos”, mas o mesmo não ocorre com os “brasileiros” considerados produtores fracos. Pode-se dizer que os “brasileiros” e os “italianos” fracos são aqueles que possuem menos terras e de má qualidade entre os agricultores da área pesquisada e também são aqueles que se encontram sem terra, que vivem em condições de agregados ou de arrendatários.

Verificou-se que, ao contrário dos “italianos”, os “brasileiros” não envolvem sua família nas atividades agrícolas – em alguns casos, cabe ao chefe de família a maior responsabilidade pelas tarefas produtivas. O modo de vida dos pequenos produtores brasileiros, no que diz respeito às suas práticas econômicas, continua vinculado ao passado, num universo de valores que a colonização não conseguiu ainda erradicar. Faz parte, dessa visão de mundo, um conjunto de representações que expressam autoimagens de cada segmento e do outro, com quem vivenciam a situação de contato interétnico. Essas imagens entre “italianos” e “brasileiros” foram herdadas, criadas, recriadas e atualizadas ao longo de suas trajetórias. Há, no universo cultural de “italianos” e “brasileiros”, uma autoconsciência social elaborada, circunscrevendo cada um deles como um “nós” em oposição aos “outros”, ou seja, como um grupo etnicamente diferenciado. Essa é a grande contribuição da pesquisa de Bloemer: conhecer como culturas diferentes vão ocupar espaços próximos, demonstrando outro matiz na dinâmica dos processos de relocação. Ou seja, a formação da identidade a partir das autorrepresentações e das representações dos outros. Isso gera convergências, mas também, não raras vezes, divergências.

O estudo de Bloemer aponta, entre outros aspectos positivos a serem destacados, para o fato de que tanto “italianos” como “brasileiros” foram autossuficientes, principalmente em termos dos produtos alimentares a serem consumidos pelos grupos domésticos, ainda que, em termos empíricos, essa autossuficiência tenha que ser relativizada. Para eles, ser colono ou agricultor é conviver com outros pequenos produtores em um espaço onde se conta com a reciprocidade e a solidariedade comunitária. Assim, é possível concebê-los como camponeses que continuam gerindo e produzindo sua vida nos limites de cada grupo doméstico, buscando e recebendo ajuda de outros membros da comunidade em momentos difíceis. Isso significa compartilhar, quando necessário, o trabalho, mas também o divertimento e a festa, sempre que possível, nunca deixando para trás o respeito e a confiança mútua entre eles.

Buscando compreender a formação da identidade de um novo sujeito social, dos atingidos por barragens, é que o trabalho: “Desenvolvimento Rural e Gênero: a participação das mulheres na organização de um movimento social – o caso da Crabi – PR”⁴¹, de autoria de Makoski-Lombardi (2006), teve como principal preocupação compreender como se deu e qual foi a relevância da participação das mulheres na organização e na direção do Movimento dos Atingidos por Barragens do Rio Iguaçu, bem como na Comissão formada a partir do mesmo movimento, a Crabi. Procurando contribuir para um melhor entendimento da problemática das relações de gênero e os desdobramentos que dela decorrem, a autora buscou embasamento teórico na literatura dos novos movimentos sociais e do próprio movimento feminista. Procurou ela compreender a divisão social do trabalho no interior das propriedades das famílias reassentadas e como essa divisão gera consequências na definição das atividades pluriativas dessas propriedades. Procurou ela, enfim, compreender como a questão de gênero é tratada na dinâmica do espaço chamado campo.

Fica expressa a visão de totalidade na pesquisa, ao passo que não só as questões de gênero e de desenvolvimento são tratadas. A autora busca compreender as relações históricas e sociais pelas quais os reassentados de São Francisco, expropriados de suas terras à margem do rio, vivenciaram. Nesse sentido, o estudo buscou resgatar aspectos socioculturais desde o tempo da chegada desses agricultores no oeste e sudoeste do Paraná, levando-nos a compreender quem eram eles no processo de colonização da área. O trabalho se caracteriza

⁴¹ MAKOSKI-LOMBARDI, S. P. *Desenvolvimento rural e gênero: a participação das mulheres na organização de um movimento social – o caso da Crabi – PR*. Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus Toledo, 2006. (Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio).

pela busca de dados e de referenciais importantes acerca da luta desses agricultores contra a expropriação, da luta pela terra e da formação da Crabi, o que nos possibilita um maior entendimento sobre a origem e o desenvolvimento do sujeito coletivo, onde se reúnem reassentados e reassentadas em busca da garantia dos seus direitos.

Além dessas questões, a perspectiva que orientou a pesquisa de Makoski-Lombardi foi a busca de dados que contribuíssem enquanto referenciais para a compreensão desses sujeitos inseridos numa esfera maior, que é a do desenvolvimento regional e do agronegócio. Para tanto, o estudo pautou-se em pesquisas de campo que permitiram à autora coletar dados sobre as atividades desenvolvidas nas propriedades das famílias reassentadas e a renda obtida. Além dessas questões de ordem econômica e produtiva, algumas outras relacionadas à esfera social também foram tratadas.

O objetivo da pesquisa se centrou no desvelamento das questões de gênero nas relações estabelecidas dentro do reassentamento. Um elemento de destaque na pesquisa é a construção do Núcleo de Mulheres da Crabi. A autora buscou, em narrativas e em documentos, a trajetória desse grupo e, a partir disso, inferiu que o Núcleo foi o grande responsável pela qualificação profissional e pela formação de ações por parte das mulheres reassentadas, o que resultou na autonomia delas e (como é concluso no trabalho) assim elas possuem menores chances de sofrerem alguma forma de violência. Dessa forma, o trabalho traz contribuições para a elucidação das relações de gênero, bem como atenta para a importância da produção pluriativa para essas famílias, já que é daí que provém a renda dessas mulheres, demonstrando que a mulher possui a mesma importância que o homem no que se refere ao trabalho e à renda, o que, em linhas gerais, contribui para a melhoria da qualidade de vida da família como um todo. Não só esse fato de relevância é sustentado pela autora, mas também é a atividade pluriativa que se configura, segundo a autora, como forma de resistência para a permanência no campo, nos conduzindo, no presente estudo, a reportar para a investigação da importância desse Núcleo de Mulheres, bem como nos despertando para o trato da questão produtiva no Reassentamento São Francisco de Assis.

Ainda no que concerne à busca de compreensão acerca dos reassentados de São Francisco de Assis, destaca-se, pela perspectiva alinhada à produção historiográfica e pela proximidade temporal da pesquisa, o trabalho de Pagliarini (2009): “Memórias de Luta, Lutas

pela Memória: o Reassentamento São Francisco de Assis”⁴², realizado entre o ano de 2007 e 2009, sendo que os investigados já haviam sido pesquisados pelo autor em outro momento de sua trajetória acadêmica. Nesse último trabalho, o autor, a partir das memórias dos reassentados e daqueles que ao reassentamento chegaram ao longo dos dez anos de sua existência, levanta a discussão acerca das relações sociais e da construção e das disputas de territórios, tanto no que diz respeito ao espaço do reassentamento em seus limites espaciais com as cidades vizinhas, quanto nas próprias relações que se estabeleceram com essas cidades. Segundo o autor, são inúmeros os conflitos e eles envolvem disputas políticas, econômicas e identitárias – manifestados em especial nas memórias do processo de luta, memórias que servem para demonstrar, em dada medida, quem é e quem não é reassentado, servindo, assim, para a construção identitária desses sujeitos.

Buscando uma compreensão da problemática que envolve o estudo da memória, do espaço e da identidade, Pagliarini trabalhou com fontes documentais, assim como manteve um diálogo frequente com os reassentados, fato que nos levou a refletir sobre a importância de ouvir os sujeitos envolvidos na pesquisa. O estudo perpassa a trajetória da luta, os embates, a constituição e atuação da Crabi, da luta ao reassentamento, demonstrando que a comissão contou com a colaboração e o apoio de entidades mediadoras (CPT, MAB e CRAB). É interessante observar que, no tocante à Crabi, o autor faz inferências até então não vistas em outros estudos, tendo em vista que o momento da pesquisa lhe promoveu a possibilidade de observar a finalização da entidade, levando-o a concluir que, por mais que estivesse passando pelo processo de extinção, ainda assim ela é marcadamente presente nas lembranças dos reassentados.

Ao lidar com a questão das disputas de território, o autor parte do presente vivido pelos reassentados e outro elemento despontou na pesquisa de Pagliarini, ou seja, aparece, nessa discussão, a instituição de dois novos espaços no reassentamento: a Prainha e a Hípica. Segundo o autor, esses espaços são tidos como assunto de maior divergência nas entrevistas, pois se trata de espaços para o uso coletivo e que foram arrendados, além de receber visitas externas (o que não é aceito pela maior parte dos reassentados), demonstrando a disputa pelo uso e pela administração desses dois espaços. Esse fato conduziu o autor à

⁴² PAGLIARINI JÚNIOR, Jorge. *Memórias de luta, lutas pela memória: o Reassentamento São Francisco de Assis*. Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus Marechal Cândido Rondon, 2009 (Dissertação de Mestrado em História).

reflexão sobre a abertura do reassentamento ao turismo rural, possibilitando a análise da utilização de uma nova denominação para o reassentamento, que passou a ser chamado, por alguns, de Colônia Rural. Esse fato é destacado pela importância de vir a possibilitar aos reassentados produzir e gerar renda com esse empreendedorismo que desponta em algumas ações, por parte de um grupo ainda pequeno. A discussão desses novos espaços nos pareceu importante e, por isso mesmo, será retomada em parte na presente pesquisa.

O trabalho traz a nítida percepção, por parte do autor, de que os sujeitos envolvidos em todo o processo enfrentaram dificuldades, numa trama de relações de poder, sendo assim conflituosas, e que, a partir disso, foram se construindo como novos sujeitos, os reassentados. Diante da dinâmica da realidade, o autor conclui que o território está se constituindo e que esse processo hoje é visto de formas diversas por esses sujeitos que ajudaram a construir e ainda constroem a sua própria história. Vista nesse sentido, a pesquisa enriquece um campo de possibilidades para compreendermos esses sujeitos e a dinâmica das relações que se estabeleceram em suas trajetórias.

Dessa forma, os trabalhos que aqui foram debatidos, em especial o de Schreiner (2002), o de Makoski-Lombardi (2006) e o de Pagliarini (2009), contribuíram para compor a construção do conhecimento acerca do tema e do objeto de estudo desta pesquisa e por isso mesmo, quando necessário e pertinente for, serão retomados. A partir do conhecimento proporcionado pelo movimento do debate com a historiografia, ainda neste capítulo, na próxima subseção, através do acréscimo das narrativas dos reassentados do São Francisco de Assis, proponho trabalhar com as percepções que eles têm do espaço onde vivem, local de onde, pelo exercício da rememoração, voltam ao passado e expressam essas lembranças, algumas vezes abertamente, outras vezes de forma velada/tímida.

Buscamos uma articulação que permitisse conhecer melhor a trajetória desses sujeitos, como eles dão sentido e significado ao que viveram na luta, ao movimento de atingidos, à atuação das lideranças, à terra, ora avançando com conquistas, ora restringindo-se pelas derrotas, mas nunca perdendo de vista a luta pela terra, que depois será expressa em reassentamento. Aos reassentados entrevistados neste trabalho, narrar suas memórias em nenhum momento me pareceu um exercício fácil a eles.

1.2 DAS TRAJETÓRIAS DE LUTA AOS ATUAIS MODOS DE VIDA

A condição de vida e de trabalho anterior dos reassentados pode ser tida como o modo de vida camponês. Segundo o levantamento feito por Schreiner (2002), a maior parte desses agricultores eram arrendatários, posseiros e meeiros (somando 431 famílias) e a outra parte eram pequenos proprietários (184 famílias). Caboclos e colonos chegaram às regiões oeste e sudoeste do Paraná por meio do projeto nacional de expansão agrícola. Os colonos sulistas, geralmente de origem alemã ou italiana, chegaram à região por intermédio da atuação das companhias colonizadoras. Esse processo não se deu de forma harmônica.

No que se refere à produção, centrava-se predominância na agropecuária em pequenas e médias unidades produtivas, utilizando-se intensamente da mão de obra familiar. A vida simples do cultivo da “roça” é um dos traços herdados dos colonos, que, com sua plantação de milho, feijão, batata, abóbora, amendoim, mandioca, com suas hortas, com suas vacas leiteiras, porcos e galinhas mantinham uma agricultura de subsistência, associada à produção orientada para o mercado. Havia também, na maioria das propriedades, o espaço reservado para o pomar, pois a propriedade ao mesmo tempo era local de moradia e de trabalho. Alguns desses agricultores se dedicavam à pesca no Rio Iguaçu, seja ela por lazer ou para a subsistência. No que diz respeito à organização da vida comunitária, das 42 comunidades atingidas, distribuídas nos nove municípios da região, estas compartilhavam de espaços comuns, como os de lazer e de religiosidade, articulando-se em relações de fortes laços de amizade, de parentesco e de vizinhança, onde a ajuda mútua era prática comum (cf. Schreiner, 2002).

Toda essa descrição do modo de vida desses agricultores talvez possa explicar o fato de alguns deles não aceitarem o deslocamento compulsório de suas terras, assim como a atitude por parte das lideranças que representavam essa população, ao passo que solicitaram para que os reassentamentos fossem construídos próximos uns dos outros, com a intenção de reproduzir as condições de vida e de trabalho do seu modo de vida, na tentativa de minimizar os danos para esses agricultores e suas famílias.

Parte das entrevistas realizadas com esses sujeitos, que ainda continuam vivenciando essa reconstrução de vida, foram usadas neste capítulo, inclusive com a utilização de arquivos extraídos dos próprios entrevistados, o que permitiu identificar elementos comuns em suas

trajetórias pessoais que, se considerados no seu conjunto e nas suas articulações internas, podem ser interpretados como um sentido da trajetória social do grupo. Os depoimentos a seguir referem-se, portanto, em sua maioria, ao material colhido diretamente pela autora, junto aos entrevistados.

Entre as múltiplas falas dos entrevistados sobre suas trajetórias de luta, ter deixado o seu local de origem, um território já conhecido, para constituir novas formas de ação sobre um espaço diferente, aparece como elemento novo. Nas falas, essa mudança, parece-nos, foi para melhor.

Porque hoje é assim, *nós somos* 2.731 alqueires com produção de 60 mil litros de leite por dia, é [...] sem contar a produção de soja, milho, feijão, fumo que graças a Deus está terminando, mas que já produziu muito.⁴³
(Grifo meu).

Valdir Poluceno Nunes é agricultor, natural de Três Barras do Paraná, tem 30 anos, sendo 14 deles vividos no reassentamento, com participação ativa como presidente reeleito por três vezes, de sua comunidade Alto Alegre. Atualmente não é mais presidente da comunidade, à qual ainda continua pertencendo. Além de agricultor, Valdir atua no ramo do turismo rural, arrendando a lanchonete que fica à beira de um lago no reassentamento, e também ocupa seu tempo com a construção de um jôquei-clube, também no reassentamento. No seu relato, o entrevistado demonstra a satisfação com o seu meio de produzir a vida, bem como com a forma como se organiza a produção do reassentamento.

Percebe-se que o entrevistado, mesmo não atuando mais como presidente da comunidade, contabiliza o sucesso do reassentamento fazendo questão de falar e, de onde fala, a impressão que passa é que fala enquanto líder, mencionando números que expressam essa conquista. Pode ser apontado ainda, em sua fala, o sentimento de pertencimento ao grupo de moradores do reassentamento. Possivelmente, a exemplo do que mostra Sader (1988), “[...] os acontecimentos cruciais, onde se encontraram e que constituíram momentos de fusão, produziram novas formas de identidade coletiva que criaram referências comuns mais abrangentes e vínculos maiores” (p. 312). A consideração da experiência da construção da barragem e do alagamento de terras, que em parte funda o sentimento de pertencimento, pode permitir uma análise mais profunda da maneira como os reassentados vivenciaram as transformações ocorridas em suas vidas e seus respectivos modos.

⁴³ NUNES, Valdir Poluceno. *Entrevista*. Citada.

Segundo Codo (2002), o importante para criar o pertencimento a uma coletividade é o compartilhamento da situação material, o que, para boa parte dos moradores do reassentamento, se efetiva, pois, além de terem nascido em comunidades de vida social e histórica muito próximas, o que tornou possível a criação de um modo de vida específico, mas não só isto, pois formou-se ainda uma maneira de sentir e de pensar própria do grupo, cujos integrantes, num dado momento, em nome dessa identidade, se unem em torno da resistência contra a construção da barragem. Nesse sentido, uma das formas básicas, a partir da qual a identidade social se constrói, é o sentimento de pertencimento.

O sentido de pertencimento à sociedade constitui um eixo fundamental das diversas definições de coesão social. Esse sentido é, em última instância, um componente subjetivo feito de percepções, apreciações e disposições dos que integram uma sociedade.

[...]

A coesão social exorta, pois, o fortalecimento da disposição dos atores de ceder benefícios com vistas a diminuir a exclusão e a vulnerabilidade de grupos em piores condições. Trata-se não só de um valor ético, mas também um valor prático, na medida em que as pessoas consideram que seu benefício é maior quando aderem mais ao “nós” e que o benefício revertido para a comunidade beneficia as pessoas porque lhes dá a garantia de maior segurança e proteção no futuro (CODO, 2002 apud HIRSCHMAN, 1977, p. 26-28).

O sentimento de pertencimento dos reassentados pode ser entendido, pelo menos em determinados momentos, a partir do sentido que fora referenciado pelo autor, ou seja, construiu-se na necessidade vivenciada conscientemente, pois a coesão poderia lhes garantir formas de resistência que, ao contrário, individualmente não os levaria às conquistas das quais hoje os reassentados têm orgulho. Considerando Sader (1988), a coletividade decorre da necessidade de reagir a determinadas situações compartilhadas, nas quais os sujeitos se encontram através de seus interesses comuns, assim: “[...] é na elaboração dessas experiências que se identificam interesses, constituindo-se então coletividades políticas, sujeitos coletivos, movimentos sociais.” (p. 45).

A coesão tida no processo de enfrentamento não é, contudo, a mesma quando se efetivou a conquista do reassentamento, conforme nos propõe o estudo de Schreiner (2002). Nessa referência empírica do estudo sobre reassentados, o autor trata a fase da luta como um momento de maior coesão, tendo em vista a necessidade de resistir, de lutar, de se constituir numa comunidade de iguais, mas que não se efetiva com a organização do reassentamento conquistado, sobretudo não se efetiva nas formas de organização da produção coletiva:

As narrativas dos assentados nas entrevistas evidenciam uma forte resistência às formas coletivas. As famílias rejeitam formas de produção rígidas. Talvez porque a organização coletiva anula os direitos individuais de propriedade e exige regras disciplinares, como o controle do tempo de trabalho e da produção. Com efeito, a solidariedade construída na luta é apenas momentânea, desfazendo-se na organização interna dos reassentamentos. (SCHREINER, 2002, p. 225).

É possível perceber, no que se refere à vida no reassentamento, que nem sempre as pessoas aderem à proposição de formas coletivas, como, por exemplo, o cooperativismo e/ou o associativismo⁴⁴, mesmo que essas formas de produção possibilitem ampliar a renda familiar, como veremos mais adiante, quando será tratada a questão da produção inicial no reassentamento. Os depoimentos que serão apresentados no segundo capítulo desta pesquisa trazem a falta do sentimento de coesão, ao passo que alguns reassentados não se enxergam pertencentes às novas formas de organização da produção.

Todavia, a fala do reassentado Valdir Poluceno Nunes, para além de referenciar o pertencimento, também remete à qualidade de vida. Como nesse fragmento de fala, outras falas convergem no sentido de o reassentamento ser um bom local para se produzir a vida material. Apesar de o espaço agora ocupado não reconstituir a realidade vivida às margens do rio, ainda assim esse espaço conquistado supera qualitativamente o local vivido quando da inundação pela barragem.

Para a reassentada Roselei Koch Ribeiro, 33 anos, natural de Nova Prata do Iguçu, agricultora e estudante de Pedagogia, que, na época do episódio da construção da barragem, residia em Boa Vista da Aparecida com seu esposo, expõe, em sua fala, sentimentos que envolvem orgulho do que fora conquistado, porém não elimina as lembranças e o sofrimento vividos.

⁴⁴ Trata-se de duas noções que compartilham de significados em comum. Tanto o cooperativismo, quanto o associativismo se referem à união de um grupo de pessoas em uma associação, sem fins lucrativos, que, unidas voluntariamente em torno de integrar esforços, buscam atingir objetivos em comum. Existem diversas formas de associativismo, informais e formais, uma das possibilidades de associativismo é a cooperativa. De acordo com as observações e entrevistas, além da consulta ao PD (2000), no caso dos reassentados do São Francisco de Assis, a associação foi a forma utilizada para a gestão da construção da infraestrutura (casas, galpões, etc.) nas propriedades, bem como para a união de famílias na compra de sementes e insumos agrícolas e venda da produção em conjunto. Segundo MARTINS, José de Souza. *O sentido do associativismo empresarial no Brasil agrário*. In: SZMRECSÁNYI, Tomás; QUEDA, Ariowaldo (Org.). *Vida rural e mudança social: leituras básicas de sociologia rural*. 3 ed. São Paulo: Nacional, 1979. O cooperativismo é fruto de uma forma de associativismo de atuação predominantemente econômica, com intencionalidade política, pois: “[...] consiste na técnica capaz de permitir ao produtor rural ampliar a retenção da sua parcela no preço final do produto ou, ao menos, atenuar a descapitalização no nível do estabelecimento rural. Por isso mesmo, o cooperativismo enquanto dimensão dos movimentos associativos agrários, tem também as suas implicações políticas, uma vez que se revestiu da condição de instrumento de defesa de interesses de classe” (p. 211).

Eu acho que essa estrutura [...] todo mundo que vem aqui fica boquiaberto de ver a estrutura que nós temos! Mas, assim, a gente não pode esquecer dos vínculos familiares, das histórias de vida, que isso ficou tudo pra trás, tem muita gente que fala: Ah! Agora eles estão lá, tão vivendo num lugar muito bom! Mas, acabam esquecendo *o que a gente passou para poder estar aqui*. [...]. Então, tem a questão boa, o ponto positivo que é uma estrutura melhor, talvez uma qualidade melhor de vida pra mim e pra minha família, mas tem a questão da nossa história também que [...] ⁴⁵. (Grifo meu).

Nas palavras da reassentada, a rememoração aponta para a memória da luta coletiva e do que ficou para trás que se contrapõe, em certa medida, ao hoje vivido. Toda uma comunidade se despediu de suas casas, de tudo o que haviam construído ao longo dos anos, para, num determinado momento, darem espaço à construção de uma barragem, frente ao desafio de mudarem-se para o reassentamento – uma experiência nova na vida daquela comunidade.

Existe um ponto de convergência nas falas desses sujeitos, no sentido de que os dois afirmam que as condições materiais atualmente, no reassentamento, permitem fazer um balanço positivo. Não bastou, porém, apenas a boa estrutura do local e a qualidade de vida. Uma das contradições encontradas no projeto de reassentamento pode ser percebida nesse fragmento de fala, pois, no caso do Reassentamento São Francisco de Assis, mesmo a relocação sendo entendida como uma vitória conquistada tanto no plano pessoal como na história do grupo, e esse lugar proporcionar uma melhor qualidade de vida em termos financeiros e estruturais, os personagens envolvidos na luta trazem consigo as lembranças de uma história que hoje está submersa.

A partir desse novo momento, percebeu-se que as experiências vividas pelas famílias do Reassentamento São Francisco de Assis se articularam na formação do movimento dos atingidos pela barragem, permitindo a eles compreender toda essa trajetória de busca, de poder, de trabalho e de satisfação com o seu meio de produzir. No seu *fazer-se* como sujeitos individuais e sujeito coletivo, teceu-se o imbricação entre as convergências e as divergências na organização cultural e social da produção no reassentamento.

Na entrevista de Roselei, a conquista, hoje representada por uma estrutura de melhor qualidade, se contrapõe a uma história de vida, de luta, de ganhos e de perdas. O apego e a identificação com o local de origem e com as pessoas revelam o quão conflituoso se deu o processo no qual esses sujeitos estiveram e ainda estão envolvidos. Nesse sentido, as falas

⁴⁵ RIBEIRO, Roselei Koch. *Entrevista*. Reassentamento São Francisco de Assis - Cascavel, 17 de julho de 2007.

apontam para as contradições, tais como a própria reconstrução do modo de vida e os desafios da estruturação social e produtiva do reassentamento, que corresponde à forma como esses sujeitos iriam viver e produzir no novo local.

Questões como lidar com a terra suscitaram não só dúvidas, mas problemas de ordem maior, como o conflito de interesses na garantia de subsistência frente ao “acostumar-se” no novo local. A própria reestruturação dos laços de vizinhança e parentesco surge como uma nova experiência, contraditória muitas vezes. Ainda na fala de Roselei essas questões ficam explícitas quando rememora a trajetória de sua irmã:

*Ela tinha dois alqueires de terra lá na beira do rio, né? E aí uma parte desses dois alqueires foi atingida, então o governo indenizava a área total e ela tinha direito ao reassentamento. Então, ela recebeu um valor x, sei lá 70, aproximadamente isso, uns 80 mil e ela veio pra cá, não mora aqui no reassentamento São Francisco, mas mora em outro reassentamento aqui próximo, e ela fez um investimento com vaca de leite e *ela tira uma renda boa hoje, mas ela diz que ela é triste! Ela não consegue ser feliz com o dinheiro que ela tem! Com a terra, com a casa, que tudo melhorou pra ela, assim, em termos financeiros, ela não consegue ser feliz com isso. Porque lá, ela tinha os amigos dela que ela desde [...] ela se criou lá, foi morar perto de amigas de infância e que, depois, elas se separaram. Ela veio morar perto de pessoas estranhas, um outro modo de vida. Na verdade, muda tudo, até o modo de você viver, morar perto de uma cidade, sei lá. Não sei quantos mil habitantes têm na cidade lá, comparado com Cascavel. Nova Prata com Cascavel não tem nem comparação, muda tudo. As relações com os amigos e até com os parentes, e ela ficou sozinha na verdade, porque ela morava, sempre morou perto dos meus pais, meus pais ficaram lá e ela veio*⁴⁶. (Grifo meu).*

Na narrativa de Roselei, é possível perceber que a memória da saída das terras que seriam alagadas para o novo local suscita um sentimento nostálgico, mas, apesar disso, ela procura salientar que o processo foi ainda mais difícil para a sua irmã, que acabou indo morar no Reassentamento São Marcos (um dos dez reassentamentos de Salto Caxias), ficando distante dos familiares, pelo fato de que Roselei, quando do cadastramento das comunidades e escolha da vizinhança no novo local, residia na propriedade do sogro em Boa Vista da Aparecida, já a sua irmã residia em Nova Prata do Iguaçu, próxima aos pais, que optaram em permanecer na cidade.

Há ainda, nessa fala, uma correlação pertinente entre a noção empregada pela reassentada ao que ela chama de modo de vida e o que este significa no campo teórico operacional. É possível perceber que ela define os valores centrais do modo de vida

⁴⁶ RIBEIRO, Roselei Koch. *Entrevista*. Citada.

camponês, como, por exemplo, a questão de viver próximo aos parentes e aos amigos, enfim as relações de vizinhança rurais e o quanto isso, quando alterado, resulta em mudanças significativas no ser social. Se tomarmos a concepção de Raymond Williams, encontramos a produção, o consumo, a moradia e as relações familiares todas como formas de atividade social reunidas no que ele chama de “*modo de vida global*”. Nesse sentido, como: “[...] ‘todo um processo social’, no qual os homens definem e modelam as suas vidas [...]” (1979, p. 111).

Com essa fala percebe-se que tais problemas não foram previstos, e sim vividos. Frente a esse dilema do deslocamento, observa-se que, para o reassentado, deixar o seu modo de vida no seu local de origem, um território já conhecido, para constituir novas formas de ação sobre um espaço diferente foi um elemento novo, complexo e contraditório.

Nessa direção, há que se considerar que as contradições que se estabelecem a partir da divisão de terra no nosso país vêm sendo não só alvo de discussões políticas, muitas vezes especulativas, como também são objeto de reflexão e de estudo por parte de sujeitos e de instituições comprometidos com a busca de explicações e de um melhor entendimento da situação que se revela nos diferentes modos de apropriação e de uso da terra, entre as quais a dos grandes latifúndios e das pequenas propriedades, e, ainda, outros tantos desdobramentos que incluem aqueles que não são possuidores de terra e ou que foram expropriados dela.

A situação de desigualdade e de exploração se desnuda com imensa violência quando da expropriação dos sujeitos da terra, condição material da sua existência e dos seus. O processo de construção de usinas hidrelétricas a partir do represamento das águas se configura como um desses casos. Segundo Grzybowski,

Os movimentos contra as barragens revelam facetas novas na luta pela terra. Trata-se, sem dúvida, de luta contra a expropriação. Mas a expropriação não é conduzida e nem serve diretamente aos velhos latifúndios em processo de modernização ou às fazendas das empresas industriais, comerciais e financeiras que se territorializam.

A situação é mais complexa – e aí os “interesses latifundiários” se fazem presentes de algum modo [...].

O importante a salientar é que, nas barragens, a expropriação é conduzida por empresas estatais. Os maiores e principais movimentos estão associados ao processo de construção de barragens para a geração de energia elétrica pelas empresas coligadas na ELETROBRÁS (CHESF, ELETRONORTE, ELETROSUL, ITAIPU BINACIONAL). Nos casos de barragens hidrelétricas, a desapropriação baseia-se no princípio legal da utilidade pública. Por isto, a luta contra as barragens configura-se como luta contra a expropriação feita pelo Estado em nome da sociedade. É a própria

legitimidade do Estado e da legalidade instituída que é denunciada. (1987, p. 25).

Assim, podemos dizer que o processo de expropriação em virtude da construção de barragens arruína as bases materiais de existência dos agricultores atingidos. Como o processo vai transcorrer, se serão pagas ou não as indenizações por parte do Estado, isso passa inegavelmente pela força que adquire o movimento de resistência à construção. Uma questão importante, como aponta a reassentada Roselei e que vem confirmar a fala de José Camilo, agricultor, hoje ex-líder do movimento, é o que a nova realidade propõe enquanto práticas diferenciadas, apontando uma contradição entre o vivido na beira do rio e o novo:

[...] eu vejo que isto é um problema do MST, *foi um problema nosso*. A gente pensa muito na questão da conquista da terra, conquistar! E quando está nessa luta *a gente pensa que se você tiver a terra, uma casa de qualidade, terra de qualidade, isso basta, tá!* E, foi o erro que também nós tivemos, que hoje eu percebo dentro disso, por isso que o meu trabalho é mais organizar as famílias assentadas aqui dentro do INCRA do que brigar pra que exista mais assentamentos. Então, esta é uma, é uma diferença e que eu não tinha esta experiência no começo. Porque no começo nós, eu pensava: ‘Poxa! Se nós vivia com três, quatro alqueires lá na margem do rio, muitos arrendatários, numa terra bem diferente daqui, que tem menos qualidade. Se nós vivíamos lá, por que nós não vamos viver muito melhor aqui?’⁴⁷ (Grifo meu).

O entrevistado traça um paralelo entre o problema que afligia a população que seria atingida pela construção com os problemas enfrentados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Os reassentados tiveram um único pensamento, ou seja, a conquista da terra, a conquista do seu espaço e a suposta qualidade de vida na nova terra, mas é a organização das famílias reassentadas que vai determinar o sucesso ou, ao contrário, o fracasso do projeto de reassentamento. Nesse sentido, o problema enfrentado pela Crabi e pelo MST é semelhante, ou seja, a luta é coletiva para a conquista da terra, mas, uma vez conquistado o (re)assentamento, há uma dificuldade de articular com as famílias a continuidade da luta, pois a preocupação delas se volta para a produção em unidades familiares, contrapondo-se, em geral, às formas coletivas de organização da produção.

Camilo estabelece um diálogo com o MST e, nesse sentido, há que se observar duas coisas: primeiro, é a de que a sua fala ainda expressa o posicionamento de liderança, cargo

⁴⁷ CAMILO, José Uliano. *Entrevista* cedida para Sheila P. Makoski Lombardi na sede do INCRA de Cascavel, em 4 de julho de 2005. Nessa oportunidade, o reassentado mantinha vínculo empregatício com esse órgão e, em virtude disso, já não ocupava o cargo de direção da Crabi, no qual esteve presente desde sua fundação em 1990 até o ano de 2004. Hoje, o reassentado não reside mais no reassentamento, o que impossibilitou produzir uma nova entrevista com ele.

que ocupou durante anos, situação que lhe possibilitou uma formação política; segundo, o lugar de onde ele fala no momento da entrevista é a posição de diretor do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) de Cascavel, o que, no seu conjunto, explica a clareza de sua fala e o sentido político de sua argumentação. É importante, porém, salientar que essa relação próxima entre os agricultores atingidos por Salto Caxias e os trabalhadores sem-terra não foi assumida pelos reassentados na totalidade. Para muitos, a Comissão (Crabi) deveria defender os interesses dos reassentados e da agricultura familiar, e não envolver-se na luta de outros movimentos, em específico o MST, por não se sentirem identificados com eles (cf. Schreiner, 2002).

Nesse contexto é que se podem investigar as divergências e as convergências de interesses, de valores, até mesmo dos laços de parentesco e de vizinhança e de conflitos, não obstante por mais que se tenha feito um esforço grande para manter esses laços. Enfim, que se podem investigar as divergências e as convergências entre o modo de vida que fora vivido num passado e o modo de vida que se passou a construir no reassentamento, pois as mudanças se deram e é nesse sentido que foi preciso organizar socialmente a produção dentro de um novo espaço. De acordo com Woortmann (1990), compreender a subjetividade de determinados sujeitos pode ser entendido como uma interpretação do pesquisador que, ao deparar-se com o seu objeto de estudo, busca uma “[...] interpretação subjetiva – pois trata-se da minha perspectiva – de sua subjetividade” (p. 2). Nessa perspectiva, a questão como a da terra, por exemplo, passa do campo da objetividade para ganhar atenção subjetiva, onde o pesquisador tem a possibilidade de explicitar os valores sociais, o sentido e o significado ao local onde os sujeitos se criaram ou viram os filhos crescerem, ou ainda os dois, encarando a terra como patrimônio da família. Para o autor, os valores sociais são sinônimos de subjetividade e ultrapassam as relações objetivas, pois é a própria “[...] concretude histórica em movimento [...]” (1990, p. 4).

Nesse sentido, Thompson (1981) pode ser referenciado da seguinte forma: “[...] os valores, tanto quanto as necessidades materiais, serão sempre um terreno de contradição, de luta entre valores e visões-de-vida alternativos” (p. 194). Ou seja, é nas ações humanas, vividas, sentidas, experimentadas que ocorrem as contradições que se traduzem como conflitos de valores e de interesses gerados pelas necessidades, vontades e “visões-de-vida” dos sujeitos. Desse modo, é necessário retomar a acepção de modo de vida em Thompson. Enquanto noção, modo de vida permite visualizar dimensões práticas (relações de um conjunto de sujeitos, de certo número de sujeitos ou categorias sociais). A título de exemplo,

como bem observou Woortmann (1990), o trabalho, a família, a terra e a liberdade são elementos da ética camponesa, ou seja, do modo de vida camponês. Todavia, isso não elimina as subjetividades, pois os sujeitos são portadores e movidos por interesses, expectativas, concepções e práticas que se tecem no fazer das experiências. Nesse sentido, deve-se entender a acepção de modos de vida pela noção que indica sempre movimento: o fazer-se dos sujeitos individuais e coletivos em suas experiências⁴⁸.

As experiências da vida material implicadas pela construção da Hidrelétrica possibilitaram, aos futuros atingidos, elementos para a construção de mais uma luta: a não expropriação – o que veio a contribuir para a formação da consciência social desses sujeitos, com a formação da Comissão Regional dos Atingidos pela Barragem do Rio Iguaçu (Crabi) enquanto sujeito coletivo⁴⁹ dessa história. Foram organizadas comissões nos nove municípios que seriam atingidos pela construção da Usina: Boa Vista da Aparecida, Boa Esperança do Iguaçu, Capitão Leônidas Marques, Cruzeiro do Iguaçu, Nova Prata do Iguaçu, Quedas do Iguaçu, Salto do Lontra, São Jorge d'Oeste e Três Barras do Paraná, com o intuito de trabalhar no esclarecimento e na conscientização da população, cujo resultado não foi fácil de ser alcançado, justamente em função do descrédito das lideranças perante boa parte da população, que não acreditava numa possível desapropriação.

A troca de experiências, o apoio da CPT e a articulação de algumas lideranças de sindicatos de trabalhadores rurais foram alguns elementos que colaboraram para uma maior conscientização dos problemas que ocorreriam a partir da construção da barragem, muito embora nem todos os personagens dessa história tivessem a mesma percepção. A divergência de interesses é comum em se tratando de uma população heterogênea: comerciantes, políticos, pequenos e grandes proprietários rurais, arrendatários e posseiros. Cada um tinha perspectivas diferentes em relação à construção da Usina. Enquanto para uns significaria o “progresso” da região, para outros resultaria em perdas que nem mesmo o dinheiro poderia recompensar, principalmente para alguns que já haviam passado anteriormente por um processo de expropriação.

⁴⁸ A esse respeito, ver: THOMPSON, E. P. *Costumes em comum. Estudos sobre cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

⁴⁹ A noção de sujeito coletivo aqui empregada tem por referencial a obra *Quando novos personagens entraram em cena*, de Eder Sader (1988). Nessa obra, o “sujeito coletivo” é apresentado como um grupo ou categoria social, onde os sujeitos se reúnem e elaboram uma identidade e, com isso, orientam práticas que expressam suas vontades, defendendo os seus interesses através de lutas.

1.3 O PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO DA LUTA DOS ATINGIDOS

No que se refere ao processo de organização do movimento, Andreia Doré, 22 anos, natural de Três Barras do Paraná, agricultora e atendente da lanchonete do lago do reassentamento e que vive com a família na propriedade proveniente do processo de reassentamento, revela que, quando do processo de luta pela terra, era “*muito pequena*”, mesmo assim, com certa dificuldade, rememora:

É. Foi um processo longo assim, foi uns dez anos pra gente conseguir aqui, no começo não estavam querendo... *eles queriam dar indenização em dinheiro! Não queria dar em terra, só que pra nós era melhor em terra [...]* que eu sei, foi o falecido Zezé que começou as negociações, o José Uliano Camilo também e, é isso assim, não sei muito [...]⁵⁰. (Grifo meu).

A reassentada Jucelha Catne, 24 anos, professora, natural de Três Barras, relembra esse momento, enfatizando também a questão do impasse acerca da forma como se fariam as indenizações:

A princípio teve bastante movimentação, porque ninguém sabia que eles iam. Porque na realidade *eles não estavam querendo dar outra terra em troca. Eles iam pagar em dinheiro e com o dinheiro que eles dessem você tinha que ir atrás de comprar a sua terra*. Mas, daí foram todas as comunidades atingidas, todos os municípios Nova Prata, Três Barras se reuniram, daí é que teve o movimento. E, todo mundo lutando junto por uma causa que *se eles estavam ocupando a terra, eles tinham que dar outra terra em troca*. Aí, então, foi através dessa luta de tempos, isso durou anos, que através dessa luta que foi conseguido essas terras aqui, que se não, era só o dinheiro que eles iam pagar e cada um que fosse comprar as suas terras.⁵¹ (Grifo meu).

No depoimento das reassentadas aparece um dos elementos contraditórios que se estabeleceram a partir das primeiras negociações. A empresa de energia Copel, em nome do Estado, oferece, a princípio, uma indenização em dinheiro pelas terras que seriam alagadas, porém os futuros atingidos não aceitaram, pois a terra tem um valor maior do que o dinheiro. Além disso, ela representa a única fonte material de sustento. Os sujeitos têm, para além da ligação com a terra pelo labor, as questões sociais e culturais que não podem ser mensuradas. Segundo Grzybowski,

Um aspecto fundamental do movimento de barragens diz respeito ao resgate de elementos sócio-culturais, definidores do grupo atingido, em associação à

⁵⁰ DORÉ, Andreia. *Entrevista*. Reassentamento São Francisco de Assis - Cascavel, 17 de novembro de 2007.

⁵¹ CATNE, Jucelha. *Entrevista*. Reassentamento São Francisco de Assis - Cascavel, 15 de março de 2008.

luta pela terra. Os atingidos, quando organizados em movimento, tendem a recusar a redução praticada na ação desapropriatória que vê tudo o que vai ser perdido sob as águas de um lago como possível unicamente de uma avaliação e uma indenização monetária. Por isto, os movimentos surgem, geralmente, por desacordo na avaliação, propondo a justa indenização, e avançam para propostas de terra por terra [...]. Neste processo de radicalização das propostas dos movimentos, a defesa da terra e a oposição às barragens aparecem como uma defesa de um espaço social e culturalmente organizado, com relações de parentesco, vizinhança e amizade, com suas escolas, igrejas e cemitérios. (1987, p. 26).

De acordo com o autor, a oposição à construção da barragem representa a defesa do espaço habitado. Em meio a divergências e a contradições, a percepção da eminência da perda do espaço de produção e reprodução da vida material e social do homem do campo provocou reações e resistência coletiva por parte de alguns moradores da região que seriam afetados pelo alagamento da Usina de Salto Caxias, culminando na formação de uma Comissão (Crabi), que, entre outras questões, vai tratar do que o autor coloca como desacordo na avaliação, reivindicando o reassentamento para todos ao invés de indenizações, o pagamento de preços justos pelas terras e a participação nas discussões.⁵²

Segundo Grzybowski (1987), uma das características evidentes, que deve ser destacada nos movimentos contra barragens, é justamente a heterogeneidade social dos participantes. Todos aqueles que vivem na área da construção da barragem e serão atingidos – via de regra, pequenos proprietários –, mas também existem os posseiros, os arrendatários, os agregados, os assalariados, os comerciantes, enfim todos se estabelecem em unidade, a de atingidos. Os interesses podem ser diferentes e divergentes em meio aos sujeitos que fazem parte do grupo, mas a luta depende da reação do grupo. É, pois, no grupo onde esses sujeitos buscam convergir em um interesse maior, que é a luta pela terra e a permanência nela. Segundo entrevista com uma ex-funcionária da Crabi:

Grandes e médios proprietários e comerciantes, em geral, vislumbravam lucrar com a instalação da usina. Muitos proprietários de terra imaginavam fazer seu preço para vender a terra, já os comerciantes pensavam nos lucros que teriam, advindos do aumento das vendas. Para eles, a usina traria o desenvolvimento da região e quem era contra a construção da usina, era contra o desenvolvimento. Já, entre os médios e pequenos agricultores, proprietários de terras, havia aqueles que não acreditavam na desocupação para a construção da usina. “Essa terra é minha, está no meu nome, eu comprei e paguei, ninguém pode tirá-la de mim”, eles falavam. Dentre os arrendatários, posseiros e peões, o clima de angústia era maior, pois mantinham condições precárias de acesso à terra, não acreditavam na

⁵² De acordo com o Relatório de Pesquisa sobre experiências inovadoras no campo, CPT, s/d.

possibilidade de que o Estado, ao desapropriar a área atingida pela usina, lhes daria condições de permanecer na terra.⁵³

Percebem-se, então, essas divergências iniciais entre os sujeitos, divergências que perpassaram por inúmeras situações, que vão desde as mais subjetivas, como a submersão pela água de uma história de vida pessoal e familiar, até problemas mais objetivos, como, por exemplo, de que forma seriam pagas as indenizações ou até mesmo se seriam pagas. Assim, esses sujeitos percebem que a terra, enquanto unidade produtiva de bens necessários à sobrevivência, se encontrava ameaçada. A existência dessa situação acarretou na percepção, por parte dos atingidos, embora diferentes entre si, de que vivenciaríamos uma mesma situação, a de expropriação, identificando-se na necessidade de formar uma organização de luta pela terra que seria perdida em decorrência do alagamento.

A construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu⁵⁴ na década de 1970, anterior à construção de Salto Caxias, também carregou consigo o elemento da contradição, pois, ao mesmo tempo em que se constituiu um marco na história do desenvolvimento da região, o que significaria para alguns o lucro, também o represamento das águas e o inundamento das terras trouxeram como consequência grandes perdas, como expulsão do homem da terra, e consubstanciaram a agressão ao meio ambiente. Como enfrentamento a essa construção é que, no final da década de 1990, principia o MAB no Estado do Paraná.⁵⁵

⁵³ Entrevista com ex-funcionária da Crabi, de nome não revelado, apud: Makoski-Lombardi, 2006, p. 56-57.

⁵⁴ A Usina Hidrelétrica de Itaipu foi construída na década de 1970 e no início da década de 1980, resultado da política desenvolvimentista pela qual o Brasil se orientava naquele momento, tendo por objetivo atender à demanda de energia gerada pela modernização. Apesar de não ser frequente a menção a essa construção e ao movimento de atingidos que dela derivou, por parte dos reassentados de Salto Caxias em seus depoimentos, sabe-se que houve a troca de experiências entre eles, através da Crabi, com alguns representantes dos atingidos de Itaipu, na década de 1990. O intercâmbio maior se deu, porém, por meio das orientações da CPT e do Movimento Justiça e Terra, que havia atuado conjuntamente com os atingidos de Itaipu até as últimas negociações no ano de 1982. Para saber mais sobre o assunto, ver: SCHMITT, Judite Veranissa. *Os atingidos por Itaipu: história e memória. Oeste do Paraná, décadas de 1970 a 2000*. Universidade Estadual do Oeste do Paraná – *Campus* Marechal Cândido Rondon, 2008 (Dissertação de Mestrado em História). A autora investigou o Movimento dos Atingidos por Itaipu, buscando compreender, através das entrevistas com esses sujeitos, quais foram os impactos e o que a construção da usina gerou em suas vidas, além de abordar os problemas sociais e ambientais que dela decorreram. Buscou recuperar, através da memória dos atingidos, bem como através de documentos, como foram a luta e as mobilizações, da rotina do acampamento à última negociação; por que alguns sujeitos se envolveram mas outros não, o envolvimento e a atuação da CPT e do Movimento Justiça e Terra. No que se refere às indenizações, a pesquisa evidenciou que os primeiros desapropriados receberam indenizações irrisórias, com valores muito abaixo do que de fato valiam as suas propriedades, também trouxe à tona as estratégias da Itaipu Binacional para gerar atrito entre os atingidos e o consequente enfraquecimento do movimento. Abordou, ainda, o posicionamento do centro administrativo da Itaipu; como foram conduzidas as negociações, as indenizações e como alguns dos atingidos destinaram o valor recebido, para onde foram e como vivem atualmente.

⁵⁵ De acordo com informações do *site* do Movimento dos Atingidos por Barragens, disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/>>. Acesso em: 20 fev. 2009.

Historicamente, essa configuração se insere num processo de longa duração de relação do homem com a natureza. Com o advento da Revolução Industrial, o homem desenvolve a possibilidade de dispor da natureza de forma intensa. Isso acabou por trazer benefícios, mas acompanhados, ao mesmo tempo, de efeitos negativos. O avanço da tecnologia é vertiginoso, o acesso a bens de consumo aumentou, aumentando assim a exploração dos recursos naturais, gerando a poluição ao meio ambiente, além, é claro, da exclusão a esse acesso de boa parte da população. Além disso, a geração de energia acabou representando um dos elementos propulsores do desenvolvimento econômico, contudo a energia elétrica produzida pelas hidrelétricas causou também impactos sociais, ambientais e econômicos graves. Segundo Cesco; Pasqualon e Amador, a construção de usinas hidrelétricas, além de alterar a paisagem, provoca alterações na ordem social e econômica da região atingida:

A opção pela geração de energia proveniente das usinas hidrelétricas, consideradas por muitos como a forma “mais barata, limpa e segura”, é responsável pelo deslocamento compulsório de milhares de pessoas que são obrigadas a abandonarem suas colheitas, criações e estilo de vida. Além dos prejuízos sociais, a construção de barragens implica perda de terras férteis e de vida selvagem, podendo ocasionar doenças e problemas de inundações decorrentes da operação de usinas. (2006, p. 74).

Foi feito um levantamento das condições das famílias que habitavam a região percorrida pelas águas do Rio Iguaçu, e que foram atingidas pela construção da barragem. Essas famílias sofreram com o descaso do Estado que, sem atentar para elas, para as condições de vida dessas pessoas, desencadeou um processo contraditório, que contou para a mobilização, inicialmente, com a participação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Prata do Iguaçu e com a CPT (cf. Schreiner, 2002, p. 42). Toda essa movimentação trouxe, como resultado, a criação da Crabi, em 1985, inicialmente não como Movimento Social, *status* que se foi constituindo contraditoriamente no decorrer do processo. Nesse momento, a Crabi foi formada pelos presidentes dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais do Oeste e Sudoeste do Estado. Foram, todavia, as experiências decorrentes da construção de outras Usinas, principalmente em outras regiões do Sul do país, que permitiram aos reassentados da Crabi uma maior resistência devido aos problemas que a construção da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias proporcionaria.

A Crabi surgiu enquanto comissão representativa daqueles que seriam os futuros atingidos pela construção da barragem no momento em que o Estado, em nome do desenvolvimento, expulsa os sujeitos da terra, não demonstrando uma preocupação coerente

para a situação que eles enfrentariam ao passo que se realizassem as desapropriações (cf. Relatório Interno da Crabi, 2003). Como forma de reação e de mobilização, a articulação dos atingidos levou a Crabi a se constituir num sujeito coletivo, objetivando entender a situação e reagir a ela, buscando realizar as negociações junto ao Estado. Isso levou a importantes discussões, chegando, posteriormente, a pontos de acordo com a Copel, e isso, certamente, não era o que a estatal estava pretendendo, ou seja, o projeto da Copel não correspondia ao que era solicitado pelos agricultores que seriam atingidos.

Valdir relembra esse primeiro momento. Foram momentos difíceis frente à notícia da construção da barragem e dos rumores de uma resistência. Sua fala evidencia o sentimento de desespero que, segundo o reassentado, foi o motivo maior para a união daqueles que seriam atingidos pela construção da barragem:

Na verdade, todo mundo ficou *desesperado* inclusive muita gente vendeu a terra, arrendatários foram embora, estavam tentando se desfazer do que tinham! [...]. Na verdade, *o que faz a gente se unir em tudo, em qualquer questão, é o desespero. Quando está tudo perdido e não tem mais o que fazer, vamos unir e tentar resolver a situação.*⁵⁶ (Grifo meu).

Ainda, sobre essa questão, Roselei rememora:

Eu realmente não acreditava que o Estado fosse fazer aquilo que a gente estava lutando, porque, assim, embora eu não fizesse muita parte, mas o que a gente ouvia falar nas reuniões *eu não acreditava!* Porque era assim uma coisa estrondosa! Pra mim aquilo não ia acontecer nunca.⁵⁷ (Grifo meu).

Esse momento de união para enfrentar o problema da desapropriação, citado por Valdir e Roselei, ocorreu a partir da constatação de um processo de perda e do desespero diante da situação. Além disso, através da visualização de outras experiências, através da troca de informações, reuniões, conversas nas rodas de chimarrão durante visitas entre vizinhos, foi o que contribuiu para a organização em um movimento. É preciso destacar que as experiências se estruturam a partir da realidade, o que nos faz lembrar das reflexões de Engels quando afirma que “[...] o fator que, em última instância, determina a história é a produção e a reprodução da vida real” (s/d., p. 284).

A experiência também é gerada na vida material. Segundo Thompson (1981), o ser social, sua consciência, concepção de mundo e as práticas políticas se constituem a partir das experiências vividas: “[...] a experiência (descobrimos) foi, em última instância, gerada na

⁵⁶ NUNES, Valdir Poluceno. *Entrevista*. Citada.

⁵⁷ RIBEIRO, Roselei Koch. *Entrevista*. Citada.

‘vida material’, foi estruturada em termos de classe, e, conseqüentemente, o ‘ser social’ determinou a ‘consciência social”” (p. 189). Nesse sentido, podemos entender que a experiência ocorre na vida em família, no lugar onde se mora, onde grande parte das relações sociais de produção são estabelecidas e que determinam a consciência social. Os reassentados vivenciaram, por meio de suas necessidades e problemas, o que possibilitou a resistência.

José Gonçalves de Oliveira, 51 anos, agricultor, nas horas vagas e de lazer é gaiteiro, natural de Rolândia, mas residente em Três Barras do Paraná desde 1976, até quando do alagamento, a luta, sua organização são rememoradas como experiências difíceis, mas de articulação e de união em torno de objetivos comuns:

A luta foi difícil porque, no início, ninguém acreditou que fosse acontecer como *nós* estamos, aqui, agora, nas casas. Foi com muita luta, o público todo unido, aqui, eram *milhares de pessoas* [...] então foi um debate muito grande, a população contra a Copel pra ver a barragem que eles fizeram o mesmo processo das indústrias lá e o problema é que se nós deixássemos quieto praticamente eles iam, às vezes, pagar só um pouquinho das terras e o resto ficava debaixo d’água e todo mundo ficava pior. Então aqui ficou bem melhor do que lá embaixo. [...] tinham as comissões organizadoras e, vamos supor assim, cada local tinha um presidente dos grupos. Aí os presidentes foram se comunicando uns com os outros, e aqueles presidentes com as outras organizações que é a diretoria e foram convidando as pessoas que tinham as terras, formando grupos e depois uniu todos para tentar contra a barragem que, logicamente, saiu, mas que indenizassem a coisa certa, que nem aconteceu⁵⁸. (Grifo meu).

A análise das experiências do passado a partir do presente indica que, se não foram milhares que de fato se envolveram, pois há falas que evidenciam que apenas parte dos atingidos participaram efetivamente da mobilização, ao menos parte dos trabalhadores rurais, em certo momento, visualizaram com clareza que precisariam agir. Ao utilizar mais a expressão “nós”, o entrevistado evidencia o sentido de coletividade da ação de enfrentamento. É possível perceber que o processo se fez tenso e conflituoso. Chama a atenção a forma de organização em comissões, cada qual com um presidente, forma que, em questões propostas aos reassentados, não foi possível detectar de onde surgiu. Na literatura sobre processos de expulsão da terra, a imprecisão dessa origem se repete, contudo se verifica uma forte presença dos sindicatos, como é o caso de Itaparica⁵⁹. Possivelmente essa forma tenha surgido entre os

⁵⁸ OLIVEIRA, José Gonçalves de. *Entrevista*. Reassentamento São Francisco de Assis - Cascavel, 16 de novembro de 2007.

⁵⁹ Sobre o assunto, ver: ARAÚJO, Maria Lia Corrêa de. *Na margem do Lago*. Recife: FUNDAJ/ Editora Massangana, 1990. (Estudos e Pesquisas Fundação Joaquim Nabuco).

atingidos de Salto Caxias também por influência e atuação dos sindicatos rurais que contribuíram na organização deles.

A organização dos sujeitos em torno de uma luta, que se traduz, nesse caso, pela comissão para defender o interesse dos seus, pode ser explicada por Thompson (1981), da seguinte maneira: a experiência ocorre para homens e mulheres como sujeitos, não autônomos, não livres, mas como pessoas que experimentam suas relações produtivas. Dessa forma, ao passo que os sujeitos experimentam suas relações, que são diretamente determinadas pelas necessidades e pelos interesses, também as compartilham de acordo com suas necessidades e interesses diante de processos de expropriação da terra e do trabalho.

Para Maria Vieira de Oliveira, 44 anos, trabalhadora do lar, natural de Assis Chateaubriand, anteriormente ao reassentamento moradora do município de Três Barras do Paraná, a memória acerca das movimentações de organização num primeiro momento lhe permite contar:

Lá foi uma coisa que *a gente quase não esperava*, quando a Copel foi lá, foi medir. Nós nem pensava que ia vim pra cá, mais daí deu tudo certo. O que eles fizeram lá, os papéis, daí nós pegamos só 100 metros de lá, nós nem ia ser muito atingido, mas como *a Copel quis que a gente saísse*, daí nós pegamos e deu certo de eu morar aqui. Porque foi até o dia que eles foram lá pra fazer os papéis, nosso cadastro, nós nem em casa estava, porque nós morávamos com meu sogro. Meu sogro hoje é falecido, daí quando nós chegamos ele falou: “ah, veio uns homens aí, daí eu disse os dados todos”. Meu marido sempre, desde que nós casamos, nós moramos juntos e daí eu falei: *será que vai ser mesmo, meu Deus, nós não pensava* [...] como a gente ia pensar nisto? *A gente nem entendia tanto*, daí quando foi um dia, eles foram lá e falaram tudo, já ganharam assim. Daí nós viemos para cá, fomos ver os papéis bem certinho. [...] tinha as pessoas, os representantes do grupo lá [...] a Margaret, daí traziam também o Camilo. [...] Só... que daí teve um ano de cesta básica também do governo, daí depois fomos para morar, os que eram os vizinhos mais próximos nossos. A Margaret morava lá no São Lucas, nós morava ali em cima, mas só que já os papéis, as coisa quem organizou foram eles, isso foi.⁶⁰ (Grifo meu).

No fragmento da entrevista, a reassentada, a seu modo, faz menção a diversos momentos, do processo de expropriação ao reassentamento. Refere-se inicialmente ao trabalho da Copel, das visitas para medição, do cadastramento das famílias e de como este foi feito. Relata a incerteza do que iria ocorrer, a insegurança que vivera e como soube da notícia de que “parte” da área onde morava seria alagada, justificando que não foi por desejo dela e

⁶⁰ OLIVEIRA, Maria Vieira de. *Entrevista*. Reassentamento São Francisco de Assis - Cascavel, 16 de novembro de 2007.

de seu marido a saída da terra compartilhada com o sogro, mas, sim, por ter sido decisão da estatal. Conta ainda que seriam realocados para a área do reassentamento que haviam visitado e daí em diante era “só arrumar os papéis”. Elenca alguns nomes de representantes, atribuindo-lhes a responsabilidade da organização dos papéis, referindo-se, provavelmente, ainda que de forma simplista, a todo o processo de enfrentamento e de acordos travado entre a Crabi e a estatal, que, nesse momento, tinham esses representantes na liderança.

Na mesma direção, Roselei Koch Ribeiro, que estava de viagem a trabalho no Estado de São Paulo, a lembrança dos rumores da construção da barragem vem ainda do tempo da infância. A entrevistada interpreta o processo e suas experiências pessoais de forma mais elaborada e a avaliação talvez seja resultado da sua formação universitária em Pedagogia, mas também há que se observar que sua fala tem como referência o lugar social como atingida e do lugar social na constituição nas relações familiares. Narra ela que,

[...] desde pequena a gente ouvia que lá ia ser inundado. Então, assim, quando a gente era pequena, era criança, a gente achava aquilo engraçado, maravilhoso, não tinha dimensão que isso tudo ia ter. Então, quando eu já estava mais jovenzinha, com uns 13, 15 anos, a gente soube que realmente ia haver construção da usina, *então aquilo foi deixando a gente bem chateada, porque a gente foi percebendo como que as famílias iam se distanciar umas das outras*. Muitas famílias foram vendendo, inclusive irmãos meus venderam o sítio da beira do rio e foram embora bem antes de passarem fazendo o cadastro, essas coisas assim... E aí depois que eu casei, quando o pessoal passou fazendo os cadastros, pra ver quantas famílias haviam pra serem reassentadas. A gente fez o cadastro sem muita empolgação, porque a gente não imaginava que ia ter realmente reassentamento e pra gente a coisa não mudava em nada, porque como eu já era casada e morava na terra do meu sogro, ia ter pequena parte da terra inundada, e essa pequena parte não era tão grande assim! Então, pra mim não teve assim um... mas, *eu ficava mais triste pelo sítio do meu pai, porque foi onde eu nasci, onde meu pai morava e ia ficar tudo debaixo da água e aconteceu!*⁶¹ (Grifo meu).

A fala de Roselei revela o conflito individual entre a permanência de uma situação, aparentemente estável, e a notícia da construção da Usina, que desestabilizaria a organização da vida cotidiana, a perda das relações de vizinhança, a exemplo do que a reassentada menciona ter sentido ao passo que viu seus irmãos e famílias vizinhas se desfazendo de suas terras, em especial o sentimento pelo inundamento das terras do pai. Ao mesmo tempo, a fala é indicativa de como os sujeitos, com diferentes percepções, posteriormente se constituíram mediante a união por objetivos comuns, num sujeito coletivo.

⁶¹ RIBEIRO, Roselei. Koch. *Entrevista*. Citada.

Nas entrevistas com os reassentados, além do conflito, da aflição, via de regra aparece o elemento da descrença de que, de fato, a construção da barragem fosse acontecer, até porque, segundo José Uliano Camilo,⁶² ex-liderança da Crabi, ainda na década de 1980 começaram os rumores sobre a construção de uma nova barragem. Entre 1985 e 1989 foram feitas discussões que envolveram alguns moradores da área e formou-se uma comissão com a participação de prefeitos, de vereadores, de presidentes de sindicatos das localidades que seriam atingidas, para as primeiras discussões com o intento de se posicionar diante da Copel, a fim de receber informações e fazer futuras negociações. Posteriormente, ocorreu a adesão dos agricultores que seriam atingidos pela construção da barragem. A partir de então, as discussões se ampliaram, gerando o primeiro seminário, em 1989, na cidade de Francisco Beltrão, contando com alguns representantes das comunidades que seriam atingidas, de alguns sindicatos rurais da região, além de pessoas ligadas à CPT, onde cresceu a polêmica sobre a construção da Usina, de acordo com o Informativo Cheiro da Terra⁶³.

No que se refere à comissão, Ilídio Meurer, 44 anos, ex-liderança no reassentamento, natural de Salto do Lontra, residia com sua esposa na propriedade de seus pais, em Nova Prata do Iguaçu, quando recebeu a notícia da construção e de que a propriedade seria totalmente atingida pela barragem, expõe que a criação e a atuação da Crabi ocorreu no princípio de todo o processo, explicando a sua origem da seguinte maneira:

[...] pra te contar a história da Crabi, ela começou um pouco antes. O nome de Crabi, ela veio lá do Rio Grande do Sul, lá do movimento de atingidos por barragem de Itá, que lá tinha a chamada Crab, Comissão Regional de Atingidos por barragens, daí aqui ficou Crabi, só acrescentou o I, que é Comissão dos Atingidos por Barragens do Iguaçu. Nesse processo quando da Crab pra Crabi, o nome foi constituído num seminário em Capitão, nesse meio aí se deu o nome do MAB, o Movimento Nacional de Atingidos por Barragens, se pensou uma coisa maior, nível nacional. Primeiro se pensou em fazer organizações via bacias dos rios, segundo momento região e no nível de Estado e outro momento que aconteceu o MAB, porque já tinha muitos problemas com a barragem de Tucuruí, no Pará, da barragem Balbina, entre a Bahia e Pernambuco, um monte de resíduo de problemas da barragem de Itaipu aqui no Paraná, que aí já vinha uma luta de um monte de pessoas por um benefício só. Então é que se constituiu essa coisa maior, que foi um movimento que tá hoje a nível de América Latina, a nível de mundo, que é esse Movimento por Barragens. Então, quer dizer, a gente veio nesse meio, nessa fusão, das comissões regionais ou das comissões das bacias, pra

⁶² CAMILO, José Uliano. *Entrevista*. Citada.

⁶³ Informativo da Crabi, n.1, junho de 1997. Editado sob a responsabilidade da Executiva da Crabi.

comissão nacional, como se dizia, foi se construindo essa coisa da luta, do movimento, dessa coisa maior.⁶⁴

A Comissão, formada como mencionado pelo reassentado, foi montada com a participação de representantes de todos os municípios que seriam atingidos e, inicialmente, não fora reconhecida pela Copel. Tais representantes foram escolhidos pelos próprios agricultores, para que então comesçassem o processo de orientação e de conscientização. Segundo o informativo⁶⁵, em 1990, em um seminário com representantes da CRAB/RS-SC, foram eleitas as primeiras lideranças da Crabi, formada exclusivamente por atingidos que ficaram responsáveis pela resistência a Salto Caxias: José Uliano Camilo e Nereu Gaffuri, grupo que posteriormente foi ampliado. Eles iniciaram as visitas às comunidades e, em meio a dificuldades, como a descrença por parte de alguns agricultores, tanto na ação do Estado e muitas vezes na própria organização de luta, é que, em 25 de julho de 1992, aconteceu o primeiro protesto contra a barragem de Salto Caxias, no município de Nova Prata do Iguaçu, às margens do Rio Iguaçu. De acordo com o Jornal Três Barras⁶⁶, a manifestação contou com a presença de cerca de 2,5 mil produtores dos municípios de Três Barras do Paraná, Dois Vizinhos, Nova Prata do Iguaçu, Boa Vista da Aparecida e Capitão Leônidas Marques, representando as famílias que seriam, de alguma forma, atingidas pela construção da barragem.

A ação serviu para o estreitamento das relações entre os sujeitos que seriam atingidos, pois foi nessa ocasião que se descobriu a situação dos atingidos de Salto Segredo, que viviam em casebres, sem a assistência da Copel. Este episódio serviu como exemplo, assim como mais um elemento para o fortalecimento da Comissão, pois se percebeu, segundo José Camilo, “[...] *que a união entre os reassentados além de uma forma de resistência, seria também uma articulação política que poderia assegurar a conquista dos direitos enquanto reassentados*”.⁶⁷ Ou seja, os futuros atingidos não se sentiam representados pela Comissão constituída por vereadores, prefeitos, presidentes de sindicatos e resolveram criar sua própria organização.⁶⁸

⁶⁴ MEURER, Ilídio. *Entrevista*. Reassentamento São Francisco de Assis - Cascavel, 4 de setembro de 2008.

⁶⁵ Informativo da Crabi Cheiro da Terra, n.1, junho de 1997.

⁶⁶ Jornal Três Barras, 12 a 17 de agosto de 1992, p. 7. Guaraniaçu/PR.

⁶⁷ CAMILO, José Uliano. *Entrevista*. Citada.

⁶⁸ No sentido de buscar uma explicação ou até mesmo em caráter de analogia, optamos pela menção à obra: *Os bestializados – O Rio de Janeiro e a República que não foi*, de José Murilo de Carvalho. Nessa obra, o autor descreve a total ausência da população fluminense no Rio de Janeiro do séc. XIX frente aos mecanismos formais do sistema político do Estado Republicano, por isso são denominados “bestializados”. De um lado,

Após muita resistência, em abril de 1993 a Crabi realizou sua primeira ação efetiva contra a construção, quando cerca de 4 mil pessoas se reuniram no canteiro de obras da Usina de Salto Caxias, arrancaram e queimaram os marcos da obra⁶⁹. Esse ato rendeu um inquérito policial por parte da Copel contra os dois líderes (José Uliano Camilo e Nereu Gaffuri), acusados de incitar a destruição de patrimônio público⁷⁰. Depois de todo esse processo de enfrentamento com a Copel, inclusive no próprio canteiro de obras, é que, no ano de 1993, a Comissão passa a ser reconhecida pela própria Copel, como entidade representativa legítima dos futuros atingidos para as negociações referentes às desapropriações. As lideranças da comissão passaram a fazer parte das negociações, dando então início aos pontos de acordo firmado entre a Crabi e a Copel (cf. Makoski-Lombardi, 2006).

É relevante considerar que a Crabi é tomada pelos atingidos e recriada a partir da percepção e da articulação desses sujeitos. Entendiam a necessidade de uma organização que fosse autônoma⁷¹, dirigida por representantes dos próprios atingidos e contando com o apoio de algumas entidades. O fato de a Crabi ser dirigida pelos próprios atingidos não anulou a existência dos conflitos e das contradições no decorrer do processo de luta pela terra. Não obstante as divergências, o processo de sensibilização foi se intensificando, principalmente quando os futuros atingidos foram conhecer a realidade de outros atingidos por barragens, que haviam passado pelo processo de expropriação e se encontravam em situações precárias de moradia e de subsistência, como demonstra o fragmento do documento que se segue:

ocorre essa ausência do povo, por não se sentirem representados pelos governantes, porém, de outro, há a abundância de povo caracterizada por uma intensa participação social por meio das organizações de assistência mútua, que foram se tornando espaços de lutas e de resistências ao poder, constituindo-se em uma nova forma de manifestação. Assim, a obra nos propõe uma reflexão: aquele povo assistiu a tudo bestializado ou se tratava de uma população bilontra esperando astutamente uma resolução a seu favor? O que nos leva a concluir que a participação do povo é de extrema importância para a tomada de decisões benéficas às massas. Esse reconhecimento pode ser visto na articulação dos atingidos de Salto Caxias ao passo que resolvem formar uma comissão própria, representativa dos futuros atingidos, negando assim aquela já formada, com a qual eles não se identificavam, pois não a viam como legítima representante de suas reivindicações.

⁶⁹ Jornal Gazeta do Paraná, 15 de abril de 1995, p. 8. Cascavel/PR.

⁷⁰ Informativo da Crabi Cheiro da Terra, n.1, junho de 1997.

⁷¹ Cf.: SCHIOCHET, Valmor. *Esta terra é minha terra – Movimento dos Desapropriados de Papanduva*. Blumenau, SC: Editora da FURB, 1993. A autonomia nos movimentos sociais pode ser entendida como a capacidade de auto-organização que o movimento tem, dispensando a participação diretiva ou tutelar de entidades ou organizações políticas. Assim, o movimento tem capacidade de decisão sobre o seu próprio projeto, a sua organização e as suas práticas (1993, p.152-153). É preciso observar, no entanto, que este conceito deve ser relativizado quando tratamos da Comissão Regional dos Atingidos pela Barragem do Rio Iguaçu (Crabi), pois a primeira comissão (que dá margem para a organização dos agricultores em torno da Crabi) surge através da iniciativa de políticos, de comerciantes e de latifundiários da região atingida. Outro fator a se observar é que a Crabi contou com o apoio de sindicatos rurais da região, da CPT, da CRAB-RS/SC e do MAB, o que pode ter influenciado na formação da comissão, em suas propostas, bem como na tomada de decisões.

A gente começou a verificar o caos que as famílias atingidas pelas outras barragens estavam ficando, o desinteresse da própria Copel e de todas as empresas pela questão social. Foi então que, a partir de 1990, nós mesmos, os atingidos, assumimos toda a luta, toda a coordenação da Crabi. Dali para cá é que começa mesmo a nossa história. (RELATÓRIO DO PROJETO DE PESQUISA SOBRE EXPERIÊNCIAS INOVADORAS NO CAMPO, CPT, s/d).

O fragmento do documento rememora um marco que se inaugurou no movimento a partir do episódio da visualização das experiências negativas dos atingidos por outras barragens e da percepção de que a falta de organização havia produzido, em outros processos de expropriação, uma condição de vida precária às famílias atingidas. Além disso houve a fala dos representantes da CRAB, que relataram suas histórias e trouxeram a esperança de que, em algum lugar do Brasil, a experiência de organização estava dando certo. E houve, enfim, o fato de não se sentirem representados pela comissão formada inicialmente. Esses fatores, somados, reforçaram ainda mais a luta em torno da conquista da terra e da permanência nela, fazendo com que as famílias se unissem em torno do objetivo de conquistar e de garantir um novo espaço para a reprodução de suas características culturais, sociais e econômicas. Segundo Makoski-Lombardi (2006), mais tarde isso acarretou um novo processo de luta e de reivindicação, processo que vai desde a escolha das terras até a aquisição das mesmas e a construção do reassentamento.

No que se refere à participação na luta, os reassentados rememoram cada qual de acordo com o que vivenciaram naquele momento. Andreia Doré lembra quem efetivamente da sua família participou da luta, das movimentações.

Foi mais o meu nono que participava das reuniões, vinha nos movimentos quando precisou, que às vezes, que nem quando foi feita a barragem, eles foram lá pra impedir, tivemos que acampar também pra conseguir, porque eles estavam meio assim [...] não estavam querendo comprar as terras pra nós, não!⁷²

Já José de Oliveira lembra que, apesar de não fazer parte da liderança, a sua participação foi para reivindicar os seus direitos. Para tanto teve de participar das reuniões, a fim de se informar sobre o que estava acontecendo e como deveria agir. Enfatiza que, assim como ele, havia outras pessoas na mesma situação e que a união do grupo naquele momento foi muito importante para que o movimento fosse “*pra frente*”:

⁷² DORÉ. Andreia. *Entrevista*. Citada.

A minha participação é o seguinte: como eu não era líder de nada, como acabei de falar pra ti, eu fui junto com o público fazer protesto, adquiri as coisas *que nós tínhamos direito*. Então como eu fui, várias pessoas foram [...] teríamos que todos juntos se organizar e reunir todos, participar das organizações dos grupos, lógico, das reuniões para tirar uma ideia mais concretizada, senão não dava nada certo, daí vinha em torno para nada, daí sim foi pra frente lógico.⁷³ (Grifo meu).

A fala de José de Oliveira dimensiona o seu fazer-se como sujeito individual e coletivo. E, nesse processo, engendrou-se a noção de direitos⁷⁴ individuais e coletivos. Ao utilizar a expressão “[...] *nós tínhamos direito*”⁷⁵, José refere-se ao direito à terra, ao trabalho familiar. Como mencionamos anteriormente, a terra, o trabalho, a família e a liberdade são, segundo Woortmann (1990), valores centrais do modo de vida camponês. O reconhecimento, na situação vivida, de que esses valores estiveram ameaçados instigou os trabalhadores à resistência. Isso nos faz lembrar de Thompson (1981). Para ele, a classe é estabelecida através dos sujeitos que se constroem no “*seu fazer-se*”, ou seja, é uma formação social. Quando homens e mulheres se reconhecem numa mesma situação, no caso dos atingidos na experiência da expropriação, passam a gerar objetivos em comum, para que, com isso, passem a defender os seus interesses, os interesses de classe. É na dinâmica dos processos históricos, nas relações produtivas, enfim, nas experiências vividas e ao longo do processo de luta que a classe surge, enquanto instância articulada a partir dos sujeitos e de seus interesses.

⁷³ OLIVEIRA, José Gonçalves de. *Entrevista*. Citada.

⁷⁴ O que nos remete à discussão do Estado de Direito, que nos é assegurado através da Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988, que garante os direitos civis aos cidadãos brasileiros, entre os quais o direito de acesso à terra. O Estado de Direito Democrático se caracteriza pela situação em que o Estado deve respeitar as leis, além de proteger a sua população através delas, na busca do bem comum. No Estado de Direito, as leis são criadas pelo Estado, através dos representantes politicamente constituídos e as leis, quando positivadas, devem ser respeitadas pelo próprio Estado. Nesse sentido, o poder estatal é limitado pelas leis, sendo o Poder Judiciário aquele que impõe as regras e os limites ao exercício do poder estatal. Assim, caso o Estado não cumpra com os direitos básicos inscritos na Constituição, outro direito assegurado por esta, e que, nesse caso dos reassentados, foi “acionado” através da criação da Crabi e da ocupação do campo de obras da usina, é o de que todos os cidadãos podem se expressar através do direito de livre organização e manifestação, que se propõe a colocar alternativas para se ter uma sociedade melhor. Daí a legitimidade dos movimentos sociais. Disponível em: <<http://www.mst.org.br>>. Acesso em: 24 fev. 2009.

⁷⁵ Refletindo acerca da tríade direito-lei-justiça, através da busca de direitos pela força da lei e considerando que a questão de direito é uma discussão central e contemporânea no Brasil, devemos observar que, no caso da Europa, por exemplo, o costume tornou-se lei pela força da articulação e da mobilização das camadas populares. No Brasil, embora nem sempre previsto em lei, os camponeses, em diversos momentos e espaços, elaboraram e explicitaram noções de direitos, demonstraram consciência dos direitos que possuem e, quando estavam ameaçados, sentiram a necessidade de expressá-los ou de recorrerem à justiça. Sobre o assunto, ver: THOMPSON, E. P. *Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998 e MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas fronteiras do poder. Conflito e direito à terra no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998. PRIORI, Ângelo A. *O protesto do trabalho*. Maringá: Eduem, 1996.

Roselei relembra como foram as primeiras movimentações e o faz através da menção a nomes de ex-lideranças no movimento, que mais tarde mantiveram-se no papel de líderes no reassentamento e na própria Crabi:

Na época não era Crabi. O José Camilo, a Margaret já haviam feito reuniões, explicando como é que seria o movimento. Inclusive eles iam à Nova Prata, eles marcavam encontro, onde todas as famílias atingidas se reuniam nesses encontros pra eles falarem pra nós qual era o projeto, quais eram os objetivos a alcançar, o que nós deveríamos fazer pra estar lutando. E, foi assim, então, foi através do Camilo e da Margaret.⁷⁶

Quanto à sua participação, explicita assim: “*Não... lá eu não palpitava, lá eu simplesmente ouvia!*”. Isso mostra que os sujeitos se inseriram no processo de diferentes modos e a partir de suas próprias percepções, o que, nesse momento, envolveu, além disto, segundo a depoente, a representação no movimento a partir das relações de gênero. Essa questão fica demarcada na rememoração através da citação dos nomes. Segundo o estudo desenvolvido por Makoski-Lombardi (2006), as mulheres, assim como os homens, tiveram um papel de destaque no decorrer de todo o processo. Na luta, quando se iniciam as discussões, elas se fazem presentes, haja vista que, em julho de 1993, numa reunião realizada no município de Três Barras, dois nomes de mulheres apareceram na ata, porém sem um envolvimento maior nas tomadas de decisões, o que despertou o interesse em buscar uma representatividade. Por isso algumas mulheres, inclusive a citada por Roselei, somando esforços, decidiram, a partir de 1994, marcar reuniões e buscar parcerias para a discussão da formação do Núcleo de Mulheres, situação essa que surtiu efeito, pois ainda nesse ano o Núcleo estava formado. Este assunto será retomado e melhor explicitado no segundo capítulo. A fala indica, ainda, o quanto as reuniões, assembleias e articulações foram importantes para a delimitação de objetivos e para a discussão do planejamento para que os objetivos fossem alcançados.

Desse modo, é possível citar que, desde as primeiras reuniões nas comunidades, perpassando pela reunião que teve como resultado a formação de uma Comissão constituída por políticos, empresários e representantes de alguns sindicatos rurais da região, até a primeira assembleia dos atingidos, tendo os primeiros contatos com o MAB, posteriormente com os expropriados de outras construções de usinas, chegando até o processo de assumir a direção da Comissão e assim resistir à construção da barragem em diferentes manifestações, muitas discussões em torno da organização da luta foram sendo realizadas. Assim, os reassentados,

⁷⁶ RIBEIRO, Roselei Koch. *Entrevista*. Citada.

tendo seus representantes reunidos na Crabi, buscaram orientar as reivindicações, traçando e organizando planos que lhes possibilitassem a realização de ações concretas para a nova vida, no reassentamento.

1.4 NO PROCESSO DA LUTA: O ENGENDRAMENTO DE PROPOSTAS DE ORGANIZAÇÃO DO REASSENTAMENTO

Valdir explicitou o seu envolvimento, rememorando a organização social do reassentamento a partir da formação da Crabi:

Começou a ter aqueles seminários com a Crabi, com a Copel, aquela discussão, e eu era jovem e eles me colocaram no grupo de jovem. Aí que eu comecei a me interessar pela luta da Crabi. Aí fui eleito pra ser um dos monitores do projeto de monitores que vieram pro reassentamento, primeira equipe que vieram pra trabalhar dos reassentados foram dos monitores, foram vinte e duas pessoas. A promessa na época é que formavam, que nós íamos sair formados técnicos agrícolas. Só que aconteceram alguns problemas no caminho, que isso acabou não acontecendo. *A gente acabou adquirindo bastante conhecimento, inclusive desses vinte e dois, acho que uns oito ou dez hoje são lideranças de alguma coisa.*⁷⁷ (Grifo meu).

A fala do reassentado Valdir aponta para a oferta de cursos de formação técnica para a organização produtiva do reassentamento, enfatizando a questão do envolvimento daqueles que participaram por escolha e indicação, levando à formação também de lideranças. Ou seja, houve um processo de formação dos sujeitos no processo de organização e da luta. Além disso, a fala indica que não houve apenas um aprendizado no sentido de formação política, como também no que se refere à formação pessoal e humana. É evidente que, quando se fala de lideranças, não só uma formação técnica está em jogo, pois existem questões que ultrapassam esse interesse. Ele afirma ainda quanto a seu envolvimento com a CPT e o Sindicato:

Na verdade eu já era, como eu já fazia parte do reassentamento, então, eu não precisei participar de nenhum desses órgãos pra entrar direto na luta. Eu já fui pelo caminho de presidente do grupo, presidente do grupo Alto Alegre. E, formou um grupo de 48 famílias. O primeiro presidente foi o Lucindo e o segundo já fui eu.⁷⁸

⁷⁷ NUNES, Valdir Poluceno. *Entrevista*. Citada.

⁷⁸ NUNES, Valdir Poluceno. *Entrevista*. Citada.

A ex-liderança José Uliano Camilo já aponta a participação na luta de forma naturalizada, como se não houvesse outra maneira: “[...] ou você se envolve ou você está na rua!”.⁷⁹ Camilo fala como ex-liderança que tomou frente do processo. Sua argumentação manifesta ainda um tom impositivo em relação a como deveria ser a participação e o envolvimento do grupo.

Homens e mulheres se unem quando têm um interesse maior e em comum, o da coletividade (THOMPSON, 1982). A fala a seguir deixa claro que nem todos os atingidos se envolveram de fato com a luta. A entrevistada Maria Vieira de Oliveira, quando perguntada sobre o seu envolvimento, discorre:

Agora, isso aí, sabe por quê? Porque lá a gente ficava mais em casa. Eu lá, só ia na Boa Vista ver uns negócios, coisa assim. Quase não entendia sobre essas coisas.⁸⁰

Quando solicitada para fazer um balanço sobre o papel e a atuação das lideranças, a reassentada Maria Vieira de Oliveira enfatiza o seu desconhecimento e envolvimento, colocando-se da seguinte maneira:

Não sei, *me trouxeram*, agora não sei entender. Deu certo aqui, por *alguns* eu posso comentar. Eu não entendo nada sobre essas coisas, eu entendo muito pouco. A gente não tem tanto estudo pra saber tão alta coisa. Que eu saiba, *o que eles fizeram* é certo. Pra nós foi bom.⁸¹ (Grifo meu).

As expressões “*me trouxeram*”, “*alguns*”, “*o que eles fizeram*” demonstram que ela não teve envolvimento, ao mesmo tempo em que reconhece e avalia que alguns fizeram a coisa de tal forma certa que hoje ela se encontra no reassentamento. Mesmo mostrando o desconhecimento e o desinteresse em relação à atuação das lideranças, a reassentada sabe que havia mais de uma liderança e, segundo ela, devido à ação dessas lideranças, hoje ela desfruta do resultado de suas ações. Ou seja, como não se envolveu no processo da luta, não visualiza a atuação dos atingidos que não eram lideranças, o que indica que os sujeitos têm percepções diversas e sua inserção no processo também é diversificada. Além disso, a fala da reassentada confronta-se com o pensamento relatado por Camilo em relação à participação da população atingida na luta. Talvez, em hipótese, essas sejam algumas das dimensões que tenham contribuído para o surgimento de determinados conflitos no reassentamento entre os

⁷⁹ CAMILO, José Uliano. *Entrevista*. Citada.

⁸⁰ OLIVEIRA, Maria Vieira de. *Entrevista*. Citada.

⁸¹ OLIVEIRA, Maria Vieira de. *Entrevista*. Citada.

agricultores e entre estes e a Crabi, como, por exemplo, o não reconhecimento nos projetos do PD por parte de alguns agricultores, assunto de que trataremos no segundo capítulo.

Para Andreia Doré, a atuação dos líderes é, resumidamente, explicitada assim: “*Foi ótima, conseguimos casa, tudo já estruturado, pra vim pra cá.*”⁸² Isso demonstra que os jovens, pequenos à época, pouco lembram, e o que lembram é de maneira positiva, pois não se envolveram na luta de fato, mas, é claro, sofreram as consequências dessa luta, inclusive dos benefícios, como é rememorado por Andreia.

As falas apresentadas até o momento parecem enfatizar a conquista como resultado da atuação das lideranças. De forma divergente, a reassentada Roselei, que desfrutava da juventude na época, faz, porém, um balanço mais crítico em relação à atuação das lideranças. Para ela, eles foram importantes, a organização foi imprescindível, a ideia foi “*bonita*”, porém indica um dissenso, quando enfatiza que o movimento e suas respectivas conquistas não se fizeram só a partir da atuação das lideranças, e sim do coletivo, reivindicando a valorização da massa:

Olha no início do movimento, e até bem pouco tempo a gente concordava com tudo que se falava até porque o projeto era muito grande e muito bonito. Então, assim, eu acho que todo mundo concordava, eu também concordava com aquilo. É... *foi uma organização muito grande, muito boa, bem organizada, mas é que eu analisei na época, era uma organização muito bem feita, porém com a participação de todos!* Se fala no nome de dois, três, e se esquece que a massa, o que deu no caso o gás para empurrar pra frente mesmo, *foi as pessoas que ficaram no anonimato*. Eu acho que foi uma luta muito boa, apesar de que precisou ter alguém lá na frente, com coragem pra lutar e dar a “*cara pra bater*” e... eu acho que deu muito certo, até certo ponto! E depois, *quando as famílias já estavam estruturadas aqui no reassentamento, daí já perdeu um pouco o sentido de tanta coisa que se impunha!* Dentro dos grupos, os grupos já foram fazendo a divisão de acordo com o que você queria, tinha, por exemplo, se você conhece fulano desde criança, e quer ser vizinho de fulano, cicrano. Então, assim, essa questão foi muito legal pra gente!⁸³ (Grifo meu).

A fala nos remete a outra hipótese, a de que é possível que todos soubessem da mobilização, todos tivessem sido convidados para participar das discussões na nova terra e, até certo ponto, instigados por suas necessidades a participar do movimento e da organização do reassentamento, mas a questão que se lança é: – Estariam todos de fato envolvidos nessa organização? – Havia, por parte de todos, a identificação com o que se propunha nessa

⁸² DORÉ, Andreia. *Entrevista*. Citada.

⁸³ RIBEIRO, Roselei Koch. *Entrevista*. Citada.

organização da vida na nova terra? – Por que, segundo a reassentada, depois de reassentados e devidamente estruturados, algumas “coisas” perdem o seu sentido? – Que “coisas” são essas? Essas e outras questões serão retomadas no segundo capítulo deste trabalho, quando da discussão acerca da organização social e produtiva no reassentamento, a partir do Plano de Desenvolvimento (PD).

Ainda assim, a fala traz um elemento importante, que é o da organização em comunidades, preservando os laços de vizinhança, de parentesco – reivindicação mantida nas negociações entre Crabi e Copel para o reassentamento. Essa reivindicação pode ser entendida como uma prática advinda do modo de vida camponês. Woortmann (1990) afirma que “[...] existem certas categorias comuns às sociedades camponesas em geral, como terra, família e trabalho” (p. 22), sendo elas articuladas entre si. Ao estudar as relações de vizinhança entre o campesinato brasileiro, em diferentes localidades, o autor discorre acerca das várias formas, em que essa relação pode acontecer, e afirma que, em geral: “[...] o vizinho é o igual com o qual se troca ajuda” (1990, p. 40). Isso pode contribuir para a compreensão desse modo de vida camponês, que insiste na manutenção da “vizinhança”.

O diálogo com a reassentada Lúcia Catne, 53 anos, agricultora e cozinheira da Escola São Francisco de Assis, natural de Boa Vista da Aparecida, residente em Três Barras do Paraná com o seu esposo e cinco filhos quando a sua terra foi alagada, aponta para a escolha da vizinhança e do sentido que está envolto em morar perto da família. Perguntei-lhe sobre como foi realizada a organização do espaço no reassentamento, dos lotes e dos vizinhos:

Que nem os vizinhos nosso aqui que eram de Três Barras, a gente era tudo vizinho lá, o nosso grupinho que mora aqui perto, assim, a gente morava tudo vizinho, daí a gente escolheu as áreas tudo perto.⁸⁴

O processo de escolha e os motivos, segundo a reassentada, se davam assim:

[...] era uma escolha, eu que escolhi os vizinhos! Ah... Eles faziam as reuniões e daí o Camilo falava assim: Vocês vão morar onde? Então, lá vai ser do fulano, lá do cicrano e... nós escolhíamos e ele organizava quem ia ficar vizinho de quem. [...] Porque daí a gente já era vizinho lá, já trazia a tradição de lá! [...] Nós viemos pra cá, pra ficar perto, tipo assim, mais vim pra cá, pra ficar perto do meu irmão, trabalhar com ele, ele é o único que mora aqui, o resto mora tudo em Santa Catarina. Ele é meu irmão mais velho, filho mais velho da minha mãe e eu sou a mais velha das meninas.⁸⁵

⁸⁴ CATNE, Lúcia. *Entrevista*. Reassentamento São Francisco de Assis - Cascavel, 15 de março de 2008.

⁸⁵ CATNE, Lúcia. *Entrevista*. Citada.

Quanto ao que se refere às relações de parentesco, cabe referenciar Woortmann. Para ele: “[...] o significado da terra é o significado do trabalho e o trabalho é o significado da família, como o é, igualmente, a terra enquanto patrimônio. Mais que objeto de trabalho, a terra é o espaço da família” (1990, p. 54). Essa identidade camponesa (que envolve, como elementos centrais, a terra, o trabalho e a família) sustenta, como decorrência, um posicionamento político para a garantia de sua manutenção. A luta também é pela opção de manter/recriar valores, por isso, no processo de escolha, buscou-se respeitar as opções dos atingidos. Observa-se, no depoimento, que a escolha se deu mediante referenciais, tais como: ser vizinho, ser parente, fazer parte de uma comunidade e poder trabalhar a terra junto com os seus.

Por isso, é preciso considerar também que as reivindicações presentes na luta foram se encaminhando a partir de práticas, de concepções políticas que fundamentam a organização do reassentamento. Como exemplo temos a organização das famílias em comunidade, as associações, as cooperativas... que foram questões pensadas e gestadas no bojo da luta, com claro viés político. As lideranças se deram conta de que não adianta só conquistar a terra, de que algumas reivindicações devem ser sustentadas, inclusive a escolha de como organizar os reassentados (como, por exemplo, a não aceitação da separação das comunidades), pois isso os enfraqueceria. Trata-se de uma visão política que visava evitar aquilo que os reassentados e as lideranças tinham percebido como fatores precários em outras experiências em outros processos de reassentamento, o que nos leva a afirmar que houve uma clara orientação política, e ela se fez contra a lógica da expropriação e suas consequências.

A entrevista com a reassentada Margaret Maran, 42 anos, que, por ocasião da construção da barragem, viu as suas terras ficarem 30 metros abaixo da água em Três Barras do Paraná, demonstrou que ela carrega consigo recordações bastante intensas. Enquanto ex-liderança do movimento e de uma comunidade no Reassentamento São Francisco de Assis, traz informações acerca da construção da barragem e de todo o processo. Atualmente é estudante do Curso Técnico de Meio Ambiente e não reside em sua propriedade no reassentamento, que, no momento, se encontra arrendada, mas que, segundo ela, é algo temporário. Quando questionada sobre quais foram e de onde vieram as ideias que pautaram as reivindicações frente à Copel, Margaret menciona:

A gente falava com as lideranças, claro que tinha a CPT, que tinha o Darci Frigo, o Edson, que já faleceu, tinha o Nilvo, tinham pessoas assim que a

própria Assesoar⁸⁶, que dava, que de certa forma, provocava, que dava elementos para a gente articular e ver não só o nosso umbigo, mas olhar para fora também. Se a Copel disse que a barragem é boa, mas vamos ver se é boa mesmo. Vamos ver “in loco”. E esse depoimento das pessoas, *nem todos iam, mas os que iam, quando voltavam, falavam para a comunidade. A gente organizava a reunião [...] a gente se reunia periodicamente, as reuniões com a Copel, para fazer qualquer ação, a gente se reunia para ver as estratégias, como é que era, como a gente ia fazer. [...] o que influenciou também foi que a gente foi conhecer os projetos de reassentamento de Itá, que é aqui no Paraná mesmo, Chopinzinho, Mangueirinha, e que a gente achou muito interessante, mas o principal é você unir as pessoas, e se você se une, você tem mais força, e o reassentamento era projeto da Crabi.*⁸⁷ (Grifo meu).

No caso de Ilídio Meurer, este reassentado e ex-líder teve uma participação ativa em todo o processo, pois, segundo a sua narrativa, tanto ele, como o pai e os irmãos, sempre participaram ativamente do Sindicato Rural de Nova Prata, bem como da organização religiosa na comunidade onde viviam, o que o levou a ser escolhido como representante da comunidade, função que o deixou responsável pelo repasse das informações sobre o resultado das discussões e reuniões que estavam ocorrendo à época. Mais adiante, no decorrer do processo, Ilídio foi eleito vice-presidente da comissão dos atingidos e, por esse envolvimento, relembra as contribuições e influências que receberam para que fossem feitas as reivindicações que, posteriormente, se efetivaram com a conquista do reassentamento e de toda a respectiva estruturação.

[...] veio a CPT, e com a CPT veio junto outros atingidos de outras barragens, tipo assim como a de Itaipu, a de Itá, entre o Rio Grande do Sul e Santa Catarina, que eles já tinham conhecimento do processo de barragem, como aconteceu lá. Eu diria assim que foi o primeiro passo, o primeiro marco que a gente fincou pra questão chamada organizativa. Isto aqui na verdade foi um espelho da barragem de Itá no Rio Grande do Sul, que eles construíram uns reassentamentos ali em Mangueirinha no Paraná e em Chopinzinho. A briga deles era com a Eletrosul na época, que era estatal [...]. Então, a gente aqui na verdade foi mais um espelho do que foi lá, pela luta deles.⁸⁸

⁸⁶ A ASSESOAR (Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural) foi criada em 1966 por 37 jovens agricultores, com o apoio de padres belgas e de profissionais liberais de Francisco Beltrão. É uma associação de agricultoras e agricultores familiares dirigida por elas e eles. É uma entidade jurídica de direito privado, de caráter educacional e filantrópico, sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade de Francisco Beltrão, Estado do Paraná, Brasil. A ASSESOAR tem, hoje, 283 associadas e associados de 16 municípios da região sudoeste do Paraná; tem uma equipe de 17 trabalhadoras e trabalhadores em agronomia, veterinária, educação, comunicação, pedagogia, contabilidade, biblioteca, secretaria, serviços e administração. A ASSESOAR se relaciona com dezenas de outros atores sociais, formando um coletivo de sujeitos que interagem no fortalecimento da Agricultura Familiar e no Desenvolvimento e Agroecologia. Disponível em: <<http://www.assesoar.org.br>>. Acesso em: 25 fev. 2009.

⁸⁷ MARAN, Margaret. *Entrevista*. Cascavel, 5 de setembro de 2008.

⁸⁸ MEURER, Ilídio. *Entrevista*. Citada.

É difícil precisar exatamente de onde vem essa orientação política. O que se percebe é que se origina em múltiplos lugares e que há uma intensa troca de experiências entre atingidos de diversos lugares. A CPT aparece repetitivamente nos depoimentos, que afirmam que ela foi uma aliada que colaborou em grande medida, mas não exclusivamente. Esse amadurecimento é uma soma de trocas de experiências, das discussões entre reassentados, lideranças, agentes pastorais, políticos. Tudo isso foi se articulando na luta e conquistado com o reassentamento. Assim, é relevante mencionar que as falas dos reassentados apontam para a prática de reuniões e de discussões frequentes para as tomadas de decisão do que seria pauta das reivindicações junto à Copel, bem como de que forma estruturariam o reassentamento.

Isso tudo foi discutido. O processo das casas, do barracão, da escola, da igreja, do centro comunitário, da estrada, de tudo como está aqui, tudo isso, a discussão durou mais ou menos uns seis meses e no mínimo reunião duas vezes por semana. Um pouco espelhado naquilo que os gaúchos e catarinenses⁸⁹ tinham conseguido, a gente tentou melhorar aqui. Isso foi uma discussão muito ampla, sabe? Todo mundo participou. Essas reuniões eram feitas na chamada executiva do movimento, essas reuniões voltavam para as comunidades, pra repassar essas informações. Tinha político envolvido, tinham os caras que entendiam de construção [...].⁹⁰

Essas discussões marcam uma parte do processo reivindicatório, bem como da trajetória de luta em sua totalidade entre as décadas de 1980 e 1990, de tal forma que, em alguns casos, o mais importante não estava centrado nas discussões ou nos debates de como seriam feitas e quais seriam as exigências. Alguns outros elementos perpassam essas reuniões, percepções diferenciadas, como a do reassentado José, que centra uma importância nas figuras dos líderes, não só como os responsáveis por conduzir as reuniões, trazendo e discutindo as informações com as comunidades, mas como aqueles que tinham condições de orientar os reassentados para o que deveria ser feito.

No meu ponto de vista, as lideranças foram umas pessoas que organizaram muito bem as coisas, lógico. Porque a população praticamente não teria condição de ir atrás de nada, que não tinha aquela experiência. Então, através dos líderes, que tinham algumas outras pessoas que davam ideias para os líderes, então eles iam buscar as coisas, falavam com a população que fossem atrás. Então, no meu ponto de vista, eles agiram muito bem. Ficou ótimo!⁹¹

Ao final da fala, o reassentado José deixa expresso um juízo de valor qualitativo no

⁸⁹ Referindo-se às reivindicações pautadas pelos atingidos pela construção da Usina Hidrelétrica de Itá, no Rio Uruguai, que atingiu parte do território do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.

⁹⁰ MEURER, Ilídio. *Entrevista*. Citada.

⁹¹ OLIVEIRA, José Gonçalves de. *Entrevista*. Citada.

que diz respeito à atuação das lideranças e salienta ainda que para, a conquista e as garantias da luta, há de se levar em conta a sua experiência e as ideias para a reivindicação, além de orientarem a população, que não tinha essa condição necessária para que a luta e as ações se efetivassem de fato, desvalorizando o coletivo. Na fala, o reassentado deixa implícita a relação entre experiência, organização e ideias, demonstrando, em sua simplicidade, que as ideias não se dissociam da prática vivida.

Quando questionado sobre o que pensa da atuação das lideranças num sentido geral, Valdir contraria, em certa medida, os outros moradores. Apesar de ele reconhecer a importância do trabalho desenvolvido pelas lideranças, ele aponta descontentamentos (divergências), como demonstra a fala a seguir:

[...] outros pontos que a gente *tem que parabenizar, a organização que na época foi o José Camilo e companhia ltda. É o que fez com que o povo se unisse*, fez que o povo realmente acreditasse, que isso era verdade, que realmente podia acontecer.

Porque, na verdade assim, eu devo muita obrigação pro José Camilo, pro Hélio, para Margaret Maran, são as lideranças antigas, *mas de um ponto em diante não deu mais!* Eu devo obrigação, não gosto deles, mas reconheço que realmente, assim, nunca vão existir pessoas assim como eles, mais é histórico isso... Eu acho que o dia que eles morrerem, eles vão virar até rei. Tem uma história muito bonita deles, porque assim, *a partir do momento que os teus pontos negativos morrem junto*, só ficam os positivos, eu acho que eles vão ser até umas pessoas reconhecidas um dia aí.

[...] as lideranças tinham um pouquinho de conhecimento, eu não sei de onde eles buscaram tanta ambição, *porque não existe no mundo um reassentamento que nem esse*.

[...] mais isso tem que dar os parabéns, por ter tanta essa coragem de chegar lá e falar, porque se fosse outra pessoa digamos assim, ia chegar lá e falar: Ah, queremos um reassentamento assim, com uma casa de madeira, um barracão e ta, ta, tá... Esquecia de colégio, de posto de saúde, dessa estrutura toda que a gente tem aí.⁹² (Grifo meu).

A fala ostenta, com orgulho, o reassentamento, quando se refere à conquista da estrutura. Busquei dialogar com o entrevistado, questionando-o se foi devido à atuação das lideranças que foi possível ao reassentamento estar como está hoje, e sobre isso Valdir argumenta:

Até um ponto, digamos assim, eles somaram muito, *depois começaram a dar prejuízo*. Mas, não é por isso que tem que deixar que realmente eles foram heróis, mesmo que a gente não goste.⁹³ (Grifo meu).

⁹² NUNES, Valdir Poluceno. *Entrevista*. Citada.

⁹³ NUNES, Valdir Poluceno. *Entrevista*. Citada.

Valdir reconhece a boa atuação da liderança, mas demonstra o desdobramento da ação dos líderes e uma insatisfação quando menciona o termo prejuízo. Quando questionado ao que se refere esse prejuízo, assim responde:

Nossa, isso aqui... Porque isso aqui também era pra ser, se fosse utilizado o dinheiro que foi desviado, não desviado! Digamos assim, não desviado, *foi investido mal*, investido nessa sede⁹⁴ aqui, isso podia ser o melhor ponto turístico do Paraná, porque foi jogado muito dinheiro fora, pelo amor de Deus, não tem explicação!⁹⁵ (Grifo meu).

Segundo o reassentado, os investimentos provindos da Copel não foram bem aplicados. Segundo ainda o seu relato, a sede foi construída para o uso coletivo, porém, no decorrer do processo de desenvolvimento do reassentamento, houve a necessidade de alguém assumir a lanchonete da beira do lago, levando-a ao processo de arrendamento. Ele mesmo assumiu durante um tempo, que durou dois anos.

Eu trabalhei com eles aqui dois anos, quando eu era presidente da associação, então a gente construiu um monte aqui, foi por isso que eles me tiraram. Na época nós tinha uma dívida de 18 mil reais, mas isso daqui fatura 5 mil por final de semana. Então, 18 mil não era dívida, mas eles usaram esses 18 mil pra me tirar e eles conseguiram me tirar, mas eu nem fiz resistência, tá... tchau, fui!⁹⁶

Essas falas do reassentado indicam as divergências que vão aparecendo ao longo da organização social do reassentamento, demonstrando os diferentes projetos e as diferentes expectativas. Nesse caso, segundo o próprio reassentado, a divergência de interesses surge em virtude da má utilização das verbas destinadas para a construção da sede, deixando de investir numa infraestrutura de melhor qualidade, o que levou à necessidade de proceder ao arrendamento da lanchonete do lago. Essa decisão foi tomada com a finalidade de possibilitar investimentos na sede. Assim, ao passo que alguém a mantivesse com fins lucrativos, haveria uma rentabilidade maior com o estabelecimento, conseqüentemente possibilidade de investimentos, o que levou à abertura do espaço para pessoas de fora do reassentamento. Ainda no tocante às divergências, Valdir menciona a questão de dívida, e que, por motivo de

⁹⁴ Referindo-se à sede recreativa de uso coletivo que fica à beira do lago do reassentamento, onde o reassentado estava concedendo a entrevista. A sede é um local central nas relações sociais dos reassentados. É onde boa parte dos agricultores e suas famílias passam seus momentos de lazer, pois, além da infraestrutura equipada por salão de jogos e lanchonete, ainda assim conta com uma área reservada para banhistas, uma espécie de praia artificial, a “prainha” como eles a denominam. Nesse lago também pode ser feita a atividade de pesca competitiva, quando ocorrem os campeonatos e de lazer ao longo do ano. A sede é o local de trabalho do reassentado que é o arrendatário do estabelecimento.

⁹⁵ NUNES, Valdir Poluceno. *Entrevista*. Citada.

⁹⁶ NUNES, Valdir Poluceno. *Entrevista*. Citada.

dinheiro, tiraram-no da sociedade de arrendamento que mantinha com outros dois reassentados, sustentando a ideia de que as divergências são geradas pela presença de múltiplos interesses. O reassentado demonstra, nessa e em outras falas, o potencial turístico do reassentamento, o que, de alguma forma, vem sendo cogitado por um grupo dentro do reassentamento – a possibilidade do turismo rural. Inclusive este e mais dois outros reassentados vêm se dedicando à construção de um jóquei-clube.

Eu estou construindo o jóquei-clube aqui! [...] que nós estamos construindo no jóquei-clube o que eles tiraram, estava previsto agora 81.500,00 reais, mas até hoje já foi gasto 120.000,00 na construção e eu não podia fazer um orçamento muito grande também.⁹⁷

O reassentado explicita o investimento que está sendo aplicado na construção do jóquei-clube. Há algum tempo atrás, cerca de cinco anos, segundo Valdir, havia sido feito um jóquei, porém em pouco tempo foi desativado. Agora, em sociedade, está sendo retomada a ideia dessa atividade recreativa no reassentamento. A fala, para além da intenção da exploração do lazer e do turismo do local, deixa clara a possibilidade que se abriu: um potencial turístico para os reassentados explorarem e dali tirarem a sua renda. Mesmo estando previsto no PD do reassentamento, alguns reassentados não aprovam a entrada de “gente de fora”. Entretanto, para o reassentado em questão, esse potencial significa o que ficou de mais importante em todo o processo.

Nesse sentido, podemos citar o estudo de Pagliarini (2009), que, a partir de entrevistas com alguns reassentados do São Francisco de Assis, pôde evidenciar que os reassentados pouco se utilizam do lago e do jóquei, vindo a convergir com as falas e com as percepções apresentadas no presente estudo. Segundo o autor, a visitação de pessoas desconhecidas é malvista pelos reassentados, isso como decorrência de determinados incômodos havidos, pois, segundo os depoentes deste estudo, são gerados transtornos por essas pessoas de fora, que procuram os locais de lazer no interior do reassentamento para transgredir certas condutas legais e morais. Além dessa questão, Pagliarini (2009) aponta, porém, o envolvimento de disputas políticas e administrativas, denotando uma disputa de territórios, tendo em vista que os locais em questão pertencem a todos os reassentados, porém são arrendados por um grupo de moradores.

⁹⁷ NUNES, Valdir Poluceno. *Entrevista*. Citada.

Além dos espaços centrais (as estradas, a igreja, as quadras, os campos de futebol, o salão comunitário, o posto de saúde e a escola), outros dois espaços chamam atenção aos que visitam o reassentamento: o lago e o jóquei-clube. Importante é ressaltar que a intenção de Valdir na exploração do turismo rural visa necessariamente à obtenção de lucros para os próprios reassentados, uma vez viabilizando o turismo com bases sustentáveis.

Quando questionada sobre o jóquei, sobre o interesse de se ter um estabelecimento como esse dentro do reassentamento, se seria viável a obtenção de lucro, Lúcia assim responde:

É, o negócio dos cavalos aí, eu não conheço, já teve umas duas ou três carreiras aí, mas eu nunca fui [...].
Só sei que é o mesmo rapaz que arrendou a lanchonete. Alugou por dez anos, nesses dez anos ele toca a lanchonete e toca o negócio dos cavalos. Ele é unido com outros aí. E isso traz dinheiro só pra ele, é dele! Na verdade, se fosse ver, assim no começo, tinha que trazer dinheiro pro reassentamento, porque a maioria do dinheiro que construiu a maioria da lanchonete é de dinheiro que veio da escola, veio das verbas da escola, só que daí não deu certo, daí arrendaram pra outro, pra outro cuidar e [...].⁹⁸

A fala da reassentada aponta para uma divergência de interesses sobre o espaço coletivo no reassentamento. Entre outras questões, a que mais chama atenção em relação ao turismo rural é justamente a questão financeira, pois a exploração dessa nova área parece privilegiar apenas alguns, sendo que a área que está sendo explorada é de uso e propriedade coletiva. Além dessa questão, aparece outra: a preocupação com a visitação frequente de “gente de fora”. Segundo alguns reassentados, isso gera, muitas vezes, desgosto, problemas.

Até aqui, alguns pontos se revelam nas falas dos reassentados. São elementos, muitas vezes, contraditórios. Ainda assim, fazem menção à força que os reassentados têm, força para se unir, para reivindicar, enfim para empreender novas lutas, pois a atuação das lideranças não ocorreu isoladamente, como bem lembrado anteriormente pela reassentada Roselei. É importante mencionar que toda a movimentação contou com a participação efetiva de boa parte dos atingidos, o que resultou na criação da Crabi.

Assim sendo, para a compreensão do processo como um todo, é interessante observar algumas falas que chamam atenção para a atuação da Crabi. Para o depoente José, as propostas apresentadas para a organização do reassentamento parecem ter partido da Crabi e não de uma iniciativa dos próprios reassentados:

⁹⁸ CATNE, Lúcia dos Reis. *Entrevista*. Citada.

A Crabi é a organização da turma daqui mesmo [...] da população do reassentamento [...] um órgão assim, estadual, federal, mas da turma daqui mesmo. O seguinte, a Crabi era um órgão que as diretorias, eles buscavam outros setores de reuniões para fora, para abrir ideia pra nós mexer com atividades no campo, sobre vaca leiteira, outros itens que a turma não conhecia, não tinha conhecimento lá fora. Então a diretoria comunicava a turma pra tirar uma ideia como é que ia começar o trabalho.⁹⁹

Diante dessa percepção um tanto confusa por parte do reassentado José, tendo em vista a menção que faz a órgãos públicos, ainda assim o reassentado entende que a Crabi é como um órgão que tem relação com as atividades produtivas do reassentamento. Nesse sentido, é relevante compreender melhor a atuação da Crabi. Como vem sendo tecido ao longo deste trabalho, o papel desempenhado pela Comissão na trajetória de luta é de extrema importância, tendo em vista a articulação e a mobilização dos reassentados numa organização, num sujeito coletivo que enfrentou e reivindicou melhores condições de vida. Através da percepção de todos, em especial das lideranças, foram exigidos meios de produção e de infraestrutura de melhor qualidade daquelas que os agricultores tinham antes do reassentamento, visando garantir mais do que a conquista da terra. Além da luta, pode-se perceber a presença da Comissão em todo o processo de estruturação do reassentamento, da construção das casas à organização social e produtiva dos reassentados no novo espaço.

A Crabi possibilitou a resistência à construção da barragem, evitando que as famílias ficassem desassistidas, lutou contra a expropriação da terra para todas as categorias de trabalhadores que dela viviam e, quando próximos ao sonho do reassentamento, se depararam com mais uma luta, a de impedir a construção do aeroporto de Cascavel na área¹⁰⁰ que havia sido desapropriada para a construção do Reassentamento São Francisco, o que exigiu, mais uma vez, o empenho dos reassentados e da Comissão. Sem nunca deixar de apoiar, participar, quando não organizar manifestações, a Crabi sempre esteve envolvida com as reivindicações de soluções para os problemas do meio rural.

No decorrer do processo, antes de reassentar, na chamada primeira etapa, foram realizados, pela Crabi em parceria com algumas cooperativas, cursos, pré-seminários e intercâmbios para diagnosticar o “sonho” de cada família para a nova área, o que resultou num projeto de desenvolvimento rural, o Plano de Desenvolvimento (PD). Enquanto o PD

⁹⁹ OLIVEIRA, José Gonçalves de. *Entrevista*. Citada.

¹⁰⁰ De acordo com o Informativo da Crabi Cheiro da Terra, n. 1, junho de 1997, o então prefeito de Cascavel, Salazar Barreiros, e o governador do Estado do Paraná, à época Jaime Lerner, não buscaram alternativas e tentaram convencer os reassentados de que o aeroporto deveria ser construído na área da Fazenda Flamapec, atual Reassentamento São Francisco de Assis (vide localização no mapa da p. 11 deste trabalho).

estava sendo germinado, paralelamente ocorreu a fase de transição, onde houve a correção do solo nas fazendas. Logo em seguida, a Crabi organizou a fase de cogestão, onde as próprias associações passaram a gerenciar os recursos destinados à assistência técnica, prestada pela Cooperativa Iguaçu de Prestação de Serviços (Cooperiguaçu), ocasião em que a Crabi pretendeu, através dessa parceria entre reassentados e cooperativa, possibilitar autonomia nas escolhas e no gerenciamento das propriedades aos agricultores (cf. Informativo Cheiro da Terra, 1997), indicando uma conquista que é prospectiva.

Assim, a Crabi foi participando ativamente de todo o processo. Esses dados serão tratados na discussão que será apresentada a seguir. Interessante se faz ouvir o que os reassentados pensam sobre a sua atuação no reassentamento. Andreia, quando solicitada a falar sobre o papel e sobre a importância da Crabi, limitou-se a dizer: “*Olha [...] mas assim eles ajudaram bastante! Foi um dos movimentos que mais ajudou aqui dentro*”.¹⁰¹

Para Maria Vieira de Oliveira, a atuação da Crabi está relacionada à organização de tudo no reassentamento, mas, ao mesmo tempo, evidencia que o acesso à Comissão não era tão fácil, ou seja, havia dificuldades na relação entre a Crabi e os reassentados.

Ah, menina, a Crabi quando nós chegamos aqui, eu não sei tudo, os homens os próprios dois anos, acho, no máximo, depois eles saíram, a gente não tem muito acesso sobre eles. Isso aí, no caso, eles organizaram tudo, não sei essas coisas, pouco entendo (risos)¹⁰².

Segundo Valdir Poluceno Nunes, a atuação da Crabi se deu antes mesmo do reassentamento, ou seja, a Comissão atua desde o princípio da luta.

Na verdade, assim, a Crabi participou desde o momento pra enturmar esse pessoal que recebeu a notícia de que iam ganhar o reassentamento ou a carta de crédito. Nessa época se trabalhou muito curso, intercâmbio. O pessoal (Crabi) levava o pessoal de uma comunidade visitar a outra bem desenvolvida e aí foi fazendo com que as pessoas tivessem sonho e que isso seria na nova terra, que seria aqui. Por exemplo, assim, foi feita pela Crabi muita reunião, se discutindo o que queria. Então, com isso, foi se formando a cabeça das pessoas de lá, chegando aqui tendo mais ou menos uma visão do que se queria pro reassentamento.¹⁰³

Quando os entrevistados se referem à Crabi, estão, na verdade, se referindo a um grupo de lideranças e a uma organização. Nesses termos, os sujeitos da ação são os

¹⁰¹ DORÉ, Andreia. *Entrevista*. Citada.

¹⁰² OLIVEIRA, Maria Vieira de. *Entrevista*. Citada.

¹⁰³ NUNES, Valdir Poluceno. *Entrevista*. Citada.

representantes das comunidades dos atingidos sob a sigla da Crabi, o que implica afirmar que o sujeito coletivo nasce com a organização de sujeitos individuais. Segundo Sader:

Já não se trata da idéia de algum sujeito histórico privilegiado [...]. Mas trata-se, sim, de uma pluralidade de sujeitos, cujas identidades são resultado de uma pluralidade de sujeitos, cujas identidades são resultado de suas interações em processos de reconhecimentos recíprocos, e cujas composições são mutáveis e intercambiáveis. As posições dos diferentes sujeitos são desiguais e hierarquizáveis; porém essa ordenação não é anterior aos acontecimentos, mas resultado deles. E, sobretudo, a racionalidade da situação não se encontra na consciência de um ator privilegiado, mas também é resultado do encontro de várias estratégias. (1988, p. 55).

Isso nos leva a perceber que, no caso dos sujeitos que estão envolvidos, eles ao mesmo tempo representam e são representados no sujeito coletivo e, por isso, devem ser entendidos a partir de suas subjetividades e racionalidades que, sem dúvida, despontam na pluralidade que compõe o coletivo, mas que não dispensa esse entendimento. Assim, reassentados e Crabi, em toda essa composição e movimentação, acabaram por acarretar um novo processo de luta e de reivindicação compreendido entre o período de 1993 (quando se firma o Termo de Compromisso¹⁰⁴ com a Copel) até o ano de 1998.

Trata-se de uma luta que vai desde a escolha das terras até a aquisição das mesmas terras e a construção do reassentamento, segundo exigências feitas pela Comissão. Uma das principais reivindicações, exposta nas falas, é a preservação dos laços de vizinhança e de parentesco. Outra seria reassentar dando condições para que as famílias tivessem garantida infraestrutura adequada, que possibilitasse aos reassentados viver com qualidade de vida a fim de minimizar o impacto sociocultural, reivindicando, principalmente, o reassentamento também para os não proprietários, que sofreriam muito com a desapropriação das terras onde trabalhavam. Todas essas exigências se devem, em parte, àquilo que os reassentados estavam vivenciando, mas sem dúvida também são decorrência das experiências de visita a outros reassentamentos. Visualizando a situação precária de outros reassentados, os agricultores de Salto Caxias, em conjunto com a Crabi, puderam discutir e chegar a determinadas escolhas que vieram a se tornar cláusulas e pontos de acordo. Essas cláusulas e esses pontos de acordo, por sua vez, consistiam na recriação de práticas que lhes poderiam possibilitar a melhoria de suas vidas em todos os aspectos: nas condições de cultivo da terra, na estrutura de suas

¹⁰⁴ Termo de Compromisso resultante dos termos redigidos nas reuniões realizadas em 20/8/1993 e 18/9/1993, entre a Copel e a Comissão Parlamentar, Comissão de Prefeitos dos Municípios Atingidos pela Construção da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias (COSACA), Sociedade Rural do Oeste do Paraná, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Boa Vista da Aparecida, Departamento Rural da Central Única dos Trabalhadores e Crabi, firmado em reunião no dia 7 de outubro de 1993, na cidade de Cascavel.

moradias, na qualidade da saúde, da educação e do lazer. Enfim, tratava-se de conquistar melhor infraestrutura de meios de produção de vida e de trabalho em relação àquelas que eles tinham antes do reassentamento. Isso se tornou questão central na luta. Em linhas gerais, os pontos de acordo são:

1. As propriedades devem ser cadastradas individualmente, com o levantamento de todos os bens e serviços existentes que possuam valor a ser indenizado na presença e sujeito à aprovação do proprietário da área.
2. O processo de reassentamento deverá destinar-se preferencialmente aos pequenos proprietários e aos produtores não proprietários, inclusive seus filhos, desde que casados, os quais serão auxiliados pela Copel e reassentados em áreas loteadas de no lote mínimo de 7 alqueires, adquiridos pela empresa e aprovados antecipadamente pelos futuros reassentados.
 - 2.1. As áreas deverão se localizar preferencialmente na mesma cidade.
 - 2.2. Obriga-se a Copel a fornecer toda infra-estrutura necessária à relocação (casa, paiol, área corrigida e outras benfeitorias necessárias).
 - 2.3. A Copel deverá dar aos reassentados o apoio técnico administrativo e econômico.
 - 2.4. Em caso de reassentamento em área de mata nativa, a Copel se empenhará em conseguir a regularização para desmatamento de 80% da cada lote.
 - 2.5. A Copel se obriga a construir todo o sistema viário, igrejas, escolas, centros sociais, postos de saúde, posto telefônico, cemitérios, etc.
3. O proprietário atingido que desejar permutar a sua área será auxiliado pela Copel, que fica responsável por todas as despesas de documentação.
4. Os proprietários que se sentirem capacitados para realizarem transações imobiliárias, receberão da Copel o valor de suas indenizações.
 - 4.1. No caso de desapropriação amigável, a Copel se responsabilizará pelo recolhimento do imposto sobre o lucro imobiliário.
 - 4.2. As terras serão avaliadas de acordo com a sua capacidade de uso e produção.
 - 4.3. Todas as benfeitorias, culturas e madeiras existentes nas propriedades serão compradas pela Copel e, no ato da escritura, serão doadas ao desapropriado.
 - 4.4. Para permitir a legalização da nova área adquirida pelo desapropriado, a Copel pagará adicionalmente as despesas necessárias.
 - 4.5. Em caso do desapropriado adquirir nova área dentro do estado do Paraná, a Copel se compromete em fornecer um padrão de energia elétrica, no mínimo idêntico ao que o desapropriado possuía.
5. A Copel deverá adquirir os remanescentes de propriedades que se tornarem inviáveis a sua utilização ao atingido desapropriado, as quais serão destinadas ao programa de reaproveitamento de áreas remanescentes para relocação ou reassentamento ou aproveitamento como áreas de preservação e de proteção do reservatório.
 - 5.1. Em caso do atingido desejar ficar como remanescente, a Copel permitirá o acesso ao lago pela sua faixa de segurança.
6. Serão constituídas comissões de entidades representativas dos expropriados para, juntamente com a Copel e no prazo de 63 dias, estabelecer preços mínimos que permitirão aos proprietários desapropriados adquirir outra área, no mínimo equivalente em produção à área atingida.
7. Todas as desapropriações das famílias atingidas estarão concluídas dentro das seguintes datas: a) 30% entre julho/94 e julho/95; b) 40% entre julho/95 e julho/96; c) 30% entre julho/96 e julho/97; d) o processo se realizará em quatro etapas: 1) *Conhecimento das necessidades de áreas para reassentamento* até agosto/94. 2) *Escolha e definição das áreas pelos envolvidos*. 3) Processo de compra pela Copel com duração de três meses. 4)

Implantação do projeto de reassentamento com duração: - 03 meses para levantamento cartográfico; - 06 meses para elaboração do projeto e plano diretor do loteamento; - 15 meses para licitação e construção das residências e outras benfeitorias, totalizando 24 meses para a entrega dos lotes e benfeitorias aos reassentados; - as entidades representativas deverão aprovar juntamente com os reassentados, as áreas selecionadas pela Copel para a compra; - os sindicatos e entidades representativas dos reassentados deverão se comprometer de proteger estas áreas contra invasões; - a Copel, imediatamente após a conclusão das casas, fará a entrega aos reassentados inscritos no projeto; - a Copel permitirá que sejam feitos loteamentos para reassentados e proprietários que queiram permutar terra para manutenção da mesma comunidade. 7.1. A Copel pagará a título de indenização pela produção renunciada. 7.2. As áreas que necessitem ser desapropriadas até março de 94 para a construção do canteiro de obras terão compensação equivalente a 10%. 7.3. Os laudos de desapropriação deverão ser feitos seqüencialmente sem intercalação, iniciando-se a partir do local da construção da barragem.

8. Comprometem-se os atingidos a entregar as suas áreas desapropriadas até no máximo 6 meses antes do fechamento da barragem.

9. O Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) de Salto Caxias levará em conta, nas alternativas locacionais, a comparação entre a construção de Caxias Alto e Caxias Baixo mais a Usina de Cruzeiro.

10. A presente proposta, depois de aceita pela Copel, deverá ser assinada por seu presidente.

11. As instalações comerciais que ficarem próximas ao reservatório e que sofrerem impacto comercial negativo deverão ser relocadas e/ou indenizadas.

12. Atendidas as condições estipuladas neste Termo de Compromisso, as entidades signatárias se comprometem a garantir a não interferência dos seus associados na execução da obra. (TERMO DE COMPROMISSO FIRMADO ENTRE A COPEL E A COMISSÃO PARLAMENTAR, COMISSÃO DE PREFEITOS DOS MUNICÍPIOS ATINGIDOS PELA CONSTRUÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA DE SALTO CAXIAS (COSACA), SOCIEDADE RURAL DO OESTE DO PARANÁ, SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE BOA VISTA DA APARECIDA, DEPARTAMENTO RURAL DA CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES E CRABI, 7/10/1993). (Grifo meu).

Esses pontos foram exigências da Comissão e, ao mesmo tempo, foram determinantes para o processo que decorre a partir da data em que o acordo é firmado. Nesses termos do acordo fica explícita a preocupação em assegurar garantias aos agricultores atingidos, a partir de então futuros reassentados, tendo em vista que o deslocamento compulsório sempre resulta na perda de importantes referenciais espaciais, sociais e culturais dos atingidos. Nesse sentido, vemos que a questão da infraestrutura e da organização social e produtiva na nova terra são pontos cruciais a serem tratados e garantidos. Uma vez que os reassentados vêm de lugares diversos e com experiências de vida e de trabalho diferentes, percebemos que essas “histórias de vida” anteriores influenciaram na forma e na intensidade de sua participação no

desenvolvimento da luta e da própria organização do reassentamento, cuja realização, com o termo assinado, ficou mais próxima.

Assim, o processo de reassentamento prescinde de uma nova forma de organização da vida social e produtiva, pois esse novo território também está por se construir e isso se constituiu em mais um desafio para esses sujeitos. Dessa discussão é que me ocuparei no segundo capítulo, que se segue.

CAPÍTULO 2

VIVENDO O REASSENTAMENTO: RECRIANDO O ESPAÇO SOCIAL E PRODUTIVO DO REASSENTAMENTO SÃO FRANCISCO DE ASSIS.

*“O campo não é apenas um quadrado de vida, mas um espaço vivido, isto é, de experiências sempre renovadas, o que permite, ao mesmo tempo, a reavaliação das heranças e da indagação sobre o presente e o futuro”.*¹⁰⁵

1. ORGANIZANDO O REASSENTAMENTO

A partir da construção do reassentamento, houve uma série de transformações na vida dos homens e das mulheres que enfrentaram o problema do alagamento de suas terras, e que agora teriam de enfrentar os conflitos da relocação. Na organização do espaço coletivo do reassentamento, a escola e o salão comunitário, conjuntamente com a igreja, ocupam os lugares centrais. Assim, esse espaço coletivo se constitui como local de encontros e de conflitos nos quais os reassentados constroem relações e se identificam como grupo.

Depois da conquista do reassentamento e de uma infraestrutura construída segundo as exigências feitas pela própria Crabi, com as moradias, os galpões, as estradas, a igreja, o posto de saúde, os centros comunitários, a escola e, inclusive, a escolha dos lotes levando-se em conta os laços comunitários de vizinhança e de parentesco, durante o processo de organização, os reassentados sentiram a necessidade de definir objetivos para a produção e para a vida social do reassentamento.

¹⁰⁵ SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1988. p. 114.

Segundo José Camilo, a negociação para a escolha da terra, a verba de manutenção temporária (VMT)¹⁰⁶ e o preparo do solo foram conquistas importantes. Essas, por sua vez, foram resultantes de uma preocupação política pautada por um trabalho de debate entre lideranças e reassentados, em que se percebe que o viés político buscou, além das conquistas, formas de permitir a permanência do reassentado no campo. Nesses debates surgiu, também, a propositura de organizar a produção, já que, segundo Camilo:

[...] não existia uma organização de produção antes do reassentamento, as associações foram criadas através das afinidades de religião, lazer, esporte, vizinhança, não por organização produtiva, daí é que vem a ideia da criação de reassentar em comunidades. A organização da produção vai surgir lá no reassentamento, cada associação através do presidente e vice-presidente, cada direção levava as propostas para a Aderabi¹⁰⁷, se discutia, tomava as decisões e depois se efetivava.¹⁰⁸

Tendo em conta que o modelo de desenvolvimento agrícola predominante na sociedade atual não atendia às necessidades dos reassentados, é que uma das preocupações foi pensar em formas que garantissem a permanência do homem produzindo no campo e, que, segundo Camilo, foram questões pensadas no desenvolver da luta e foram pauta dessa mesma luta.

Pensados no âmbito da produção é que foram discutidos os dez modelos de propriedade. Essa discussão ocorreu no espaço de tempo entre a construção da infraestrutura por parte da Copel, iniciada no ano de 1996, e a efetiva mudança dos reassentados para o novo espaço no ano de 1998. Segundo algumas fontes orais¹⁰⁹, os dez modelos dizem respeito a dez tipos de galpões, diferentes entre si. Em reuniões eram apresentadas as propostas, permitindo aos reassentados avaliar qual modelo de galpão ficaria apropriado, que atenderia

¹⁰⁶ Conforme o documento Programa de Reassentamento da Copel – Vol. I, abril de 1996, no que diz respeito ao acordo entre a Crabi e a Copel, ficou assegurado o pagamento de uma verba de manutenção temporária (VMT). Essa verba foi repassada a cada uma das famílias reassentadas, na forma de parcelas mensais, pelo período de 12 meses, contando a partir da data de mudança da família para o reassentamento. A verba se destinou como uma forma de apoio à produção. Para as famílias que contassem com força de trabalho de uma a duas pessoas, seria destinado o VMT de um salário-mínimo; para famílias com força de trabalho maior que dois, a VMT contaria com o salário mínimo acrescido de ½ salário mínimo para cada unidade a mais de força de trabalho.

¹⁰⁷ Associação para Desenvolvimento dos Reassentados e Atingidos pela Barragem do Rio Iguaçu.

¹⁰⁸ CAMILO, José Uliano. *Entrevista*. Citada.

¹⁰⁹ CAMILO, José Uliano; MARAN, Margaret; MEURER, Ilídio. A respeito dos dez modelos de propriedade, não foi possível a localização de documentos que explicitem os elementos envolvidos na proposta e no funcionamento dos galpões nas propriedades. Segundo Margaret Maran, existiam os projetos técnicos e as maquetes dos dez modelos de galpão, porém não se sabe com quem ficaram esses documentos após a extinção da Crabi.

às suas necessidades, de acordo com a opção produtiva em que ele incorresse. Segundo Margaret Maran, o processo transcorreu da seguinte maneira:

[...] vinha um recurso x para construir um galpão de 150 metros, mas assim, é o que a Copel repassava para as associações, mas nós como Crabi a gente se preocupava como ia vir discutir a questão da diversificação, para as famílias poderem se diversificar. É aquela história que a gente discutia assim, não adianta você ter terra, só o fato de você ter terra, tem gente que tem 40 alqueires de terra e vive na miséria, então você tem que ter terra, mas você tem que ter condição de ter uma qualidade de vida melhor, *para você ter, você tem que diversificar ela, diversificar a propriedade*. Então cada modelo foi isso, por isso que a gente trabalhou muito com as famílias, então aquilo que eu falei, primeiro, no primeiro momento foi feito uma entrevista com cada família. Cada família foi conhecida assim, *olhar o que a família faz, o que não faz*, o que é possível despertar nela, no sentido de produzir, o que ela produz, *o que ela tem vontade de fazer, que ainda não faça*. Levar ela para conhecer outras experiências de pessoas de culturas familiares que se deram bem e se desenvolveram, volta, a família pensa um pouco e é isto, faz o seminário, aí com a comunidade, mas cada família vai lá, e vai dizer o seu. Então cada família foi construindo o projeto dos galpões, foi contratado dois engenheiros agrícolas, foi contratado um outro que era especialista mesmo em desenho, e foi feito os modelos daí, as maquetes para dez projetos.¹¹⁰ (Grifo meu).

Embora a nova organização espacial já tivesse sido estabelecida com a escolha dos lotes e dos vizinhos, a construção do galpão visou viabilizar a diversificação das atividades na propriedade, possibilitando manter uma articulação entre o que os reassentados produziam antes do reassentamento, formas que estão enraizadas no modo de vida camponês, com as novas expectativas de produção (agroecologia, cooperativas, etc.), demonstrando que o plano de reassentamento se destinou a identificar e programar as ações necessárias para minimizar o prejuízo na vida dos reassentados, assim como uma proposta política que tem presente duas temporalidades: o novo e o velho.

Para saber mais a respeito da construção dos galpões, questionei a reassentada, que, enquanto ex-líder, passou por todo um processo de formação política, o que lhe permite estabelecer uma organização e um discernimento das informações a que teve acesso à época, sobre onde e por parte de quem se originou a ideia de construir um barracão que atendesse especificamente às necessidades de cada família, em cada propriedade:

Na verdade, assim, a gente não se inspirou muito em ninguém não. Eu acho que Salto Caxias foi uma coisa bem interessante, porque a gente foi construindo conhecimento, *pegando experiência daqui, de lá e vendo*, olhando *os outros projetos de reassentamento que tinham dado certo*, que

¹¹⁰ MARAN, Margaret. *Entrevista*. Citada.

não tinha, o que que a gente podia melhorar, e buscando uma das coisas, que a gente dizia assim, para as pessoas serem felizes, tem que fazer aquilo que elas gostam, não adianta pegar, viabilizar estas famílias, se a gente pegar elas e levar lá nos reassentamentos e, tem uma terra boa, plana, mas cheia de, com outra cultura, que é da monocultura da região, e que *as pessoas tinham que buscar a questão da diversificação para se viabilizar*.¹¹¹ (Grifo meu).

Segundo o relato, seriam dez os modelos para dez tipos de atividades. Como veremos adiante, são quatro grandes projetos (Produção Vegetal, Produção Animal, Transformação e Comercialização da Produção e Meio Ambiente) que compõem as propostas de atividades do PD. Eles, por sua vez, se desdobram em outros tantos projetos. Segundo a reassentada Margaret¹¹², a partir de uma combinação entre os projetos e seus desdobramentos, foram montadas as dez maquetes. Elas eram então propostas para as famílias e, de acordo com a “aptidão” de cada uma delas, era indicada uma forma de produção para a propriedade. Esses modelos, em parte, advêm de experiências trocadas com outros atingidos, das observações feitas em outros reassentamentos, bem como da adaptação feita pelos profissionais da Crabi envolvidos na estruturação do reassentamento, sempre mantendo um dos critérios principais: a diversificação da produção.

São projetos de modelos de produção que têm feição política, com a visão de que os reassentados, para permanecerem no campo, precisariam diversificar e trocar produtos entre si. De alguma forma, isso significa o retorno a um costume próprio da cultura camponesa e nos remete às práticas do MST¹¹³ que possibilitam a troca de mercadorias entre os agricultores e a diversificação da produção com o intuito de agregar renda, embora, na maioria das vezes, mediada pela moeda e não produto por produto ou produto por trabalho. De qualquer forma, isso significa viabilizar o reassentamento e a agricultura familiar, que, além de possível, é necessária, importante e viável. A agricultura familiar se contrapõe ao modelo imposto politicamente, o agronegócio, o que significa então que o projeto para o reassentamento se contrapõe ao modelo preponderante.

¹¹¹ MARAN, Margaret. *Entrevista*. Citada.

¹¹² Informação recebida em uma conversa informal com a reassentada Margaret Maran em 12/3/2009.

¹¹³ Como já mencionado anteriormente numa das análises de um fragmento de entrevista (vide p. 58) e por julgar pertinente, retoma-se aqui a observação de que algumas concepções e práticas comuns entre os reassentados de São Francisco de Assis e os trabalhadores rurais sem terra do MST se devem a um esforço por parte das lideranças da Crabi. Isso se explica, em grande medida, pela formação política dessas lideranças e pelo contato que tiveram, ainda no bojo da luta, com as práticas de organização da produção do MST, como a cooperação e a agroecologia, as quais julgavam serem formas de resistência e de viabilizar o reassentamento, o sustento e a qualidade de vida das famílias reassentadas.

Insisti em perguntar à reassentada Margaret se esses dez modelos vinham prontos de algum lugar e aos reassentados caberia apenas a escolha entre um deles.

[...] no primeiro momento, a Copel contratou a empresa e a empresa fez os pilares e cobertos e deixou lá, e daí no segundo momento é que foi feita a divisória interna, que daí foi uma outra parte do recurso que foi repassado, para fazer a parte interna daí. [...] *Como se dividiria esta parte interna a gente discutiu mais ou menos um seis meses.* [...] *Todas as pessoas da família participavam, a mãe, o pai, filha, nora, todos que moravam naquela casa,* que constituíam a unidade familiar participavam no projeto, dos questionários, das perguntas, em cada casa. Quem fez essa, claro que a Copel que pagou, *mas quem dirigiu foi nós, quem dava a linha metodológica, onde a gente queria chegar, era nós direção da Crabi.* Então que foi feito assim, foi feito esta entrevista com as pessoas e foi levado para fazer intercâmbio, eles foram conhecer os vários tipos de produção que tinha na região toda, e aí voltaram a discutir, teve seminários para discutir, o que as famílias viram. [...] a família decidia, o que elas queriam produzir e escolhia a sua maquete. O desenvolvimento do projeto produtivo de cada família. A gente chamou de sonho, na nova terra o que você quer fazer? Então, antes foi feito intercâmbio, foi conhecida várias experiências, olhando sempre a realidade.¹¹⁴ (Grifo meu).

Na fala, a reassentada e ex-liderança assegura a participação de todos nas discussões para a tomada de decisão sobre a divisão interna dos barracões e expõe o processo como um todo, em que a construção do barracão é uma das condições necessárias para o projeto de reassentar garantindo a manutenção do homem no campo. Esse objetivo se complementaria com a implantação de um Plano de Desenvolvimento que tivesse condições de materializar todo esse processo, de forma a demonstrar algo que germinara na luta, ou seja, uma forma de resistência a um modelo de desenvolvimento agrícola, fundamentado em tecnologias, na utilização de inseticidas e na preponderância da grande propriedade, para atender às necessidades da indústria. Na visão das lideranças, nessa conjuntura, a agricultura familiar se torna inviável, refletindo-se em falência dos pequenos proprietários e no conseqüente abandono do agricultor de suas terras, o que deveria ser evitado.

2. UM PLANO DE DESENVOLVIMENTO PARA O REASSENTAMENTO

Pensar e formular um Plano de Desenvolvimento envolve uma série de elementos e um deles é de fundamental importância. Emprestado da área da Administração e Marketing de Empresas, encontramos um termo e conceito, que se funda na concepção metodológica que é

¹¹⁴ MARAN, Margaret. *Entrevista*. Citada.

chamada de “planejamento estratégico”. Para entendermos melhor o que isso significa, recorreremos à literatura dessa área. Philip Kotler (1975), um dos defensores da utilização do planejamento estratégico, propõe que ele é um processo gerencial contínuo e sistemático, que permite estabelecer a direção a ser seguida por uma organização, visando maior grau de interação desta com o ambiente, e diz respeito à formulação de objetivos para a seleção de programas de ação e para a sua execução, levando em conta as condições internas e externas à organização. No decorrer desse processo, deve ser realizada uma análise sistemática dos pontos fortes e fracos da organização e das oportunidades que o meio ambiente fornece, com o intuito de estabelecer os objetivos, as estratégias e as ações para o seu sucesso. Um dos maiores objetivos da implantação de um planejamento estratégico é o de garantir a sustentabilidade do desenvolvimento social e econômico de uma organização, que, segundo o autor, a longo prazo depende da capacidade de entender o contexto e de preservar o equilíbrio dos sistemas naturais e sociais dos quais os sujeitos envolvidos e a organização dependem.

Esse pensador da área da administração entende que um planejamento estratégico deve ser orientado para o desenvolvimento econômico e social de uma organização. Em geral, o que podemos observar, em se tratando do mundo das empresas, é que as metas almejadas na implantação de um planejamento estratégico obedecem mais à ordem lucrativa, ou seja, econômica. Se, no entanto, pensarmos na implantação de um planejamento estratégico em um reassentamento, e nesse caso evidencia-se o Plano de Desenvolvimento como sendo um desdobramento que dimensiona essa opção por parte de lideranças e reassentados, percebemos que pensá-lo, na verdade, foi muito mais do que pensar a questão econômica, pois, além da infraestrutura, a criação e implantação do PD envolveu a questão política e social. Dessa maneira é que se pensou nas pessoas, nas relações de gênero, nas relações comunitárias, enfim, o processo, em sua totalidade, alcançou a abrangência de se pensar no ser humano e voltar-se para a sua qualidade de vida.

Ilídio Meurer afirma que as discussões em torno de um Plano de Desenvolvimento antecederam a chegada dos reassentados ao Reassentamento São Francisco de Assis. Segundo ele:

Esse processo, eu diria assim, ele foi um pouco discutido antes e implementado já quando se estava aqui. Porque esse processo de transição enquanto que se tinha a área definida aqui e toda a construção disso tudo, isso aqui durou 3 anos, até construir casa, estrada, barracão, rede de água, de luz. Tipo assim, a área aqui é nossa, está comprada, aí eles passam a medir,

definir as comunidades, isso tudo vai durar três anos, nesse período se vinha discutindo essa questão [...].¹¹⁵

O reassentado e ex-líder aponta para o período compreendido entre os anos de 1995 a 1998, onde as discussões dos projetos estavam em andamento, porém é quando os atingidos, já reassentados, percebem as dificuldades em trabalhar na nova área, os novos desafios que aparecem no dia a dia da agricultura, que essas discussões se intensificam.

Nesse sentido é que houve condições de fazer uma discussão coletiva, no ano de 2000, quando, a partir de uma parceria entre os reassentados, a Crabi e seus respectivos profissionais, foi proposto um Plano de Desenvolvimento (PD), que atendesse a essas necessidade e aos anseios dos reassentados. Com sua elaboração, objetivava-se:

[...] apresentar uma proposta de intervenção técnica, com o objetivo de desencadear um processo sócio-educativo com as comunidades reassentadas, possibilitando o encaminhamento de ações concretas, o aprimoramento e a sistematização das atividades desenvolvidas. (PLANO DE DESENVOLVIMENTO, 2000).

O primeiro passo foi elaborar uma organização para a produção no coletivo, organizar os grupos. As discussões contaram com membros de todas as comunidades, que traziam seus anseios e dúvidas, discutiam em assembleia e, através da intervenção dos técnicos, chegavam a soluções pertinentes ao modo de plantar, de colher e de organizar a venda de seus produtos. A organização da produtividade prescindia também de uma reflexão acerca do que poderia ser beneficiado dentro do próprio reassentamento, ou seja, alguns grupos, como é o caso do grupo de mulheres, por exemplo, que assumiram empreender uma panificadora no reassentamento, além de programas de aproveitamento do que a propriedade excedia para complementar a renda da família.

Através da leitura do PD, pôde-se perceber que a formulação do documento objetivou trazer, em seu conteúdo, a proposta de projetos de ação com vistas à estruturação social e produtiva do reassentamento, de forma sistematizada, buscando construir a organização da “nova terra” a partir das necessidades expostas e das escolhas feitas em reuniões.

Segundo a reassentada e ex-líder Margaret Maran, o surgimento das discussões em torno do PD engendrou-se a partir da percepção da necessidade de articular diversos projetos complementares e inter-relacionados, propondo ideias que deveriam ser colocadas em prática.

¹¹⁵ MEURER, Ilídio. *Entrevista*. Citada.

Uma coisa era assim: a gente tinha vários projetos e a gente queria unificar estes projetos. Por exemplo, tinha o projeto de educação, tinha o projeto da cultura, tinha projeto de produção, tinha não, a gente pensava que ia... que ia fazer isso. Por exemplo, tinha a escola que tinha sido discutida, estava sendo construída a escola, tinha os postos de saúde que estavam sendo construídos, a gente estava discutindo como é que ia fazer e tal, mas não era uma coisa bem articulada, como posso falar, não articulava um com o outro. O plano de desenvolvimento, quando a gente começou a discutir junto com os técnicos, não era da liderança, os profissionais técnicos, tanto da área social quanto da área agrícola, e tinha uma divisão interna dentro da Crabi também, tinha os da área social e os da área agrícola, né? Aí os da área social, cinco pessoas, e da área agrícola eram 20, entendeu? E como é que a gente ia, e aí partir mais, diria mesmo da nossa equipe social que eu coordenava, que a gente tinha que articular essas coisas para quando os técnicos fossem lá fazer reuniões com os agricultores, que eles tivessem primeiro, a gente queria sensibilizar eles também, depois eles poderiam ter claro que o plano, o projeto era uma única coisa, não era só você ir lá e plantar feijão e arroz e tirar o leite da vaca, se o marido batia na mulher, se o filho não ia para a escola, se a família não se divertia, não participava dos momentos culturais, entendeu? Como é que a gente ia fazer isso? Aí que a gente começou a pensar no plano de desenvolvimento que tinha que ter um objetivo, tinha que ter uma meta e que todas as pessoas envolvidas, tanto os dirigentes, tanto os técnicos, as outras famílias deveriam participar, começar a entender esse processo, um ligado no outro. Que era o conjunto do reassentamento era isso, na totalidade. E aí teve os eixos que a gente elaborou: o eixo da educação, o eixo da cultura, o eixo da saúde, desenvolvimento social e comunitário, produção, agroindustrialização e a gente ia trabalhando cada um desses. Então assim, na educação a gente trabalhou a educação formal e a informal, que a educação formal era o que, era as escolas, daí fizemos o Pe-a-bá, que era a educação de jovens e adultos, que nós alfabetizamos 500 pessoas no reassentamento, tinham 500 pessoas que num primeiro momento, quando a gente ia para as comunidades, eu tinha muita dó, uma das coisas que eu puxei bastante essa questão da educação, sabe, porque as pessoas saíam da reunião antes de terminar e comecei a observar que elas não sabiam assinar o nome. É uma vergonha terrível você não saber assinar o nome, você receber um documento e não saber ler o que está escrito naquele documento [...].¹¹⁶

A fala da reassentada traz alguns elementos que levaram à elaboração do PD. O depoimento expõe que todos deveriam participar das discussões e que, para além de uma mera “idealização” dos projetos, a realidade vivida pelos reassentados prescindia de uma atenção pormenorizada, a exemplo da questão da alfabetização. De acordo com a reassentada, a percepção da realidade que orientou as discussões em torno dos projetos foi a de manter uma visão de totalidade, onde os elementos da organização social estivessem articulados com os elementos da organização produtiva. Chamou-nos a atenção, em sua exposição, a formação humana, pessoal da reassentada, pois a mesma concluiu o ensino fundamental, no entanto possui uma fala articulada, além de demonstrar dominar o assunto do qual está falando. Isso demonstra que o movimento não foi só importante para as causas, mas para a formação das

¹¹⁶ MARAN, Margaret. *Entrevista*. Citada.

pessoas também e, nesse caso, muito se deve à trajetória de liderança que a reassentada experimentou.

Ainda no que se refere à elaboração do PD, a fala da depoente confirma o que fora encontrado no próprio documento, um plano articulador de múltiplas dimensões (social, cultural, político e econômico) que procura fomentar e recriar um modo de vida para torná-lo próprio do reassentado, para viver o reassentamento com relações sociais (familiares, de vizinhança, comunitárias) mais humanas, com uma educação libertadora, com uma organização produtiva alternativa (orgânica, agroecológica e associativa). No seu conjunto, trata-se de um projeto político de uma nova comunidade de interesses¹¹⁷, político-econômica e humanamente mais avançada, que une tradição e inovação, o arcaico ao moderno.

Segundo o PD (2000), os objetivos de reassentar com qualidade de vida se cumpririam através de projetos que enfatizariam a promoção e a valorização da pessoa em suas particularidades e potencialidades, diante da realidade na qual estão inseridas, a fim de buscar o desenvolvimento pessoal, bem como o coletivo, tendo em vista a prática da agricultura familiar e o desenvolvimento comunitário, que se concretizaria na organização de cooperativas, onde o trabalho desenvolvido visa somar e garantir a totalidade do projeto.

Os recursos financeiros para o desenvolvimento dos projetos foram subsidiados pela Copel, que tinha se comprometido a estruturar o reassentamento, bem como por um fundo levantado com o arrendamento das áreas produtivas do reassentamento para seus antigos proprietários, no período em que a Copel estava construindo a infraestrutura do reassentamento. Todavia, a Crabi, responsável, conjuntamente com os reassentados, pela elaboração do documento, não pôde administrar os recursos. Foi então que se formou a Associação para o Desenvolvimento dos Reassentados e Atingidos pela Barragem do Rio Iguaçu (Aderabi). Esta, por sua vez, se constituiu enquanto entidade jurídica composta por 19 associações. No início, os projetos funcionavam nos dez reassentamentos, aos quais estavam vinculadas as 19 associações de agricultores, que constituem então a Aderabi, e cada

¹¹⁷ Segundo Raphael Samuel (1990 apud SCHREINER, 2002, p. 54), o termo *comunidade de interesses* pode ser adotado quando estamos diante de uma comunidade na qual as práticas cotidianas (a socialização, as práticas políticas, as relações interpessoais, a vivência religiosa e de lazer) são vividas num espaço social através de interesses compartilhados. Essas relações comunitárias e de vizinhança vivenciadas pelos sujeitos pressupõem que se leve em conta que as mesmas não se processam de forma harmônica, pois há, nessas relações, pontos de interesses comuns, mas há também pontos contraditórios e conflitantes. Desse modo, para reunir esses aspectos numa única expressão, talvez seja preferível utilizar a noção *comunidade de interesses*, como propõe Schreiner a partir de Samuel e Thompson. (SAMUEL, Raphael. História local e história oral. In: *Revista Brasileira de História*, v. 9, n. 19. São Paulo: Marco Zero/ANPUH, 1990. p. 219-243).

comunidade possuía uma associação com estatuto e regimentos próprios, bem como diretoria eleita em assembleia. Sobre isso, Ilídio discorre:

[...] só que aí tem mais um meio aí nessa coisa, quando se teve a comissão formada por todos os municípios, se criou num segundo momento uma pessoa jurídica, porque antes era só uma bandeira de luta, a Crabi. Depois se precisava criar uma pessoa jurídica, pra cuidar dos recursos, daí a criação da Aderabi. Nesse momento, quando se mudou do primeiro momento para o segundo se teve uma eleição dentro... representativa de todas as comunidades que iam ser atingidas pela barragem, de todos o municípios, ocorreu no sindicato de Nova Prata, não tenho bem precisamente o ano [...]. Houve uma eleição para criar essa pessoa jurídica, aonde os mais votados ficariam como o coordenador, o presidente, e assim por diante, tinha até o quinto escalão no caso, presidente, vice-presidente, tesoureiro, secretário e coisa assim.¹¹⁸

Diante dessa organização em torno da Aderabi, as discussões eram feitas, primeiramente, no âmbito da comunidade, nas associações. Depois os representantes levavam a discussão e encaminhavam as propostas para a executiva da Crabi. Esta, por sua vez, com os técnicos e representantes das associações, desenvolviam projetos e estratégias para o seu desenvolvimento, que eram trazidos de volta, pelos representantes, para a discussão na base, a fim de que todos pudessem participar e dar o seu parecer.

Finalmente, com o PD construído numa parceria entre os reassentados e a Crabi, que contou com a participação de uma equipe técnica formada por 11 profissionais, duas assistentes sociais, um médico veterinário, uma pedagoga, uma enfermeira, uma jornalista, dois engenheiros agrícolas, um agrônomo, uma psicóloga e uma secretária, todos contratados pela Crabi e responsáveis pela elaboração e implementação do plano juntamente com os reassentados, poderia ser efetivado na prática. Como a Copel se tinha comprometido com a estruturação das famílias nas novas áreas, a convite dela e da Crabi foi firmado um convênio com uma cooperativa de assistência técnica ao agricultor, chamada Cooperiguaçu, como já mencionado anteriormente. Conforme o informativo Cheiro da Terra (1997), a Cooperiguaçu começou a atuar no reassentamento em maio de 1996. Depois de concluída essa primeira etapa, a cooperativa, em seu trabalho de assistência, se voltou para a recuperação e a correção do solo nas fazendas onde estavam sendo construídos os reassentamentos. Posteriormente forneceu assistência técnica na construção do PD. Sobre isto, Ilídio relata:

O segundo processo, entre meio a esse primeiro e segundo processo, ainda teve um convênio com uma empresa chamada Cooperiguaçu, que era um

¹¹⁸ MEURER, Ilídio. *Entrevista*. Citada.

convênio de assistência técnica, que daí cada reassentado tinha o direito de fazer um intercâmbio, vê a propriedade que produzia peixe, que produzia leite, eram as propriedades referenciais na região. Foi feito vários intercâmbios, o pessoal foi para Pato Branco, Beltrão, Toledo, na própria região de Cascavel, Santa Catarina. Então teve um monte de propriedades que foram visitadas, chamado de intercâmbio que foi um convênio da Copel com essa cooperativa de prestação de serviço.¹¹⁹

A dinâmica de funcionamento da equipe técnica e de seus objetivos de trabalho que se expõe na fala do reassentado, assim está expressa no PD (2000): “[...] uma assessoria que vem aos grupos populares com um saber que lhe é específico, e que dá a esses grupos uma contribuição teórica própria” (apud OLIVEIRA, 1990, p. 9). Em contraposição a isso, chamou atenção o fato de o reassentado Ilídio afirmar: “*O plano, ele acabou de ser elaborado, pensado e posto, quer dizer, tentado pôr em prática quando já se estava aqui*”. Continuando o diálogo, questionei-o sobre o porquê dessa afirmativa. Assim me respondeu: “*Eu diria o seguinte, de todo esse plano aí, eu não sei se, se aproveitou 20%, sabe? Ele foi muito filosófico, muito teórico e muito pouco prático*”. Fazendo menção à equipe técnica, ele continua:

Os técnicos fizeram um rodeio danado, porque eles tinham que ganhar tempo nesse rodeio pra eles garantirem mais tempo de salário deles. Coisa que eles podiam implementar em 6 meses, eles levaram 2 anos [...]. Por que essa aí, essa coisa mede muito a questão da formação, mede muito a questão do conhecimento que as pessoas têm, tipo assim, às vezes ele é feito de uma forma muito técnica que as pessoas não conseguem absorver isso. Então, eu acho que esse foi o grande problema da coisa. Às vezes, se ele fosse posto de uma forma diferente, ele poderia ter avançado mais. Porque nós que viemos de lá, a maioria do pessoal vamos dizer assim, eu não vou dizer analfabeto inteiro, mas meio analfabeto. Uns tinham mais conhecimento, conhecimento de mundo e do próprio conhecimento escolar, era muito diferenciado, e isso manda muito, quanto mais conhecimento, mais avançado, consegue pegar mais, outros não conseguem. O documento foi, eu diria assim, bem discutido, bem pensado, bem feito. Agora, a execução dele é que deixou muito a desejar!¹²⁰

Os fragmentos da entrevista estão permeados pela crítica ao PD. Assim, pode-se perceber que o processo de implementação do plano contou, segundo o relato do reassentado, com alguns pontos que ficaram lacunares na formação técnica dos reassentados, o que, em dada medida, está caracterizado pela insatisfação por parte de Ilídio no tocante à assistência técnica fornecida nesse momento de organização e aprendizagem no novo lugar. O que foi exposto pelo reassentado pode indicar possíveis falhas na orientação, no diálogo com os

¹¹⁹ MEURER, Ilídio. *Entrevista*. Citada.

¹²⁰ MEURER, Ilídio. *Entrevista*. Citada.

reassentados, por parte desses profissionais naquele momento e, possivelmente, em reflexos futuros na organização produtiva do reassentamento. Nesse aspecto, Scudder salienta:

Certamente o alto índice de fracasso de esquemas de reassentamento em todo o mundo pode ser atribuído, em parte, às premissas essencialmente diferentes dos técnicos ditando aos relocados, cujo comportamento eles só compreendem parcialmente. (apud MARTINS COSTA, 1989, p. 227).

Nesse sentido, encontramos no PD (2000) a menção que diz respeito a ter havido uma preocupação com a sua formulação e implantação, o que inclui a assistência técnica ofertada aos reassentados. Segundo o documento, o processo de desenvolvimento esteve ancorado em uma metodologia, que consistiu, no primeiro momento, em reconhecer os problemas e a realidade enfrentada pelos reassentados. Por meio da utilização de técnicas educativas, um grupo é instigado a expressar a sua visão de mundo, o modo de pensar e de agir diante dele, o que possibilitaria a compreensão dos anseios desses sujeitos acerca dos auxílios de que prescindiam.

De acordo com os relatos, o segundo momento foi o de definir as ações, sempre agindo por meio da coletividade, já que houve todo um investimento, por parte das lideranças e equipe técnica, em trabalhar a ideia de que essa era a melhor opção, trabalhar de forma coletiva. A intenção, nesse momento, foi a de identificar as prioridades, a de elaborar o planejamento, de construir estratégias de ação pertinentes aos interesses do grupo, a fim de que, posteriormente, isso se tornasse uma máxima sobre a qual todos pudessem calcar suas ações.

O terceiro momento, da organização da formulação do documento, consistiu nas discussões estabelecidas em reuniões. Os reassentados, com a ajuda da equipe técnica, construíram uma teorização sobre as suas práticas cotidianas. Segundo o documento, foi o momento no qual foi promovido um espaço para a reflexão sobre a prática que os reassentados executavam em suas propriedades. O intento desse passo foi o de incitar os reassentados a regressarem às suas atividades de forma teórica. Para tal intento foram usados subsídios, sempre com o acompanhamento da equipe técnica da Crabi, a fim de que alcançassem o objetivo de converter a teoria em guia de uma prática de transformação.

Por último, e de forma contínua, foi feita a avaliação sobre as ações desenvolvidas, com a finalidade de, em grupo, perceber os avanços atingidos, as necessidades que, por ventura, persistissem. Tudo isso foi feito com vistas à formação de uma atitude consciente e

crítica. Esses foram os elementos que, consubstanciados, culminaram na elaboração e na aplicação dos projetos e dos programas que contêm as orientações para a organização da nova vida social e produtiva no reassentamento. No seu conjunto, a implantação do PD viabilizaria os reassentamentos em espaços de resistência, levando os reassentados a assumirem uma perspectiva de enfrentamento e de avanço político.

[...] a proposta de desenvolvimento da Crabi, a qual tem por finalidade contribuir na capacitação das pessoas num trabalho comunitário, dentro de um processo de apreensão e construção do saber numa constante releitura da realidade, no enfrentamento com o poder político-ideológico, tornando-as agentes de transformação, isto é, protagonistas de sua própria história. Nesta perspectiva o grupo apresenta propostas de saídas frente a suas necessidades e aspirações para a permanência na terra garantindo assim a sustentabilidade econômica na sua propriedade. (PLANO DE DESENVOLVIMENTO, 2000, p. 9).

A propositura e o conteúdo do PD (2000) nos indicam a necessidade de discutir esse documento, de analisar como se deram as definições quanto à construção de uma proposta da estrutura organizacional do reassentamento, como ocorreu o processo de formulação da proposta de organização social e produtiva, os embates que ocorreram no decorrer desse processo, bem como a situação em que se encontra o reassentamento hoje em relação à aplicabilidade desse plano, buscando compreender por que a viabilização do reassentamento pode significar um avanço político.

Cinco são os programas constantes no PD (2000): Programa Agropecuário, Programa Arte e Cultura, Programa de Desenvolvimento Comunitário, Programa de Educação e, por fim, Programa de Saúde, sendo que, desses programas, apenas o primeiro não se vincula ao Programa Social. Nesses programas constam as diretrizes fundamentais da proposta de organização da produção e da vida comunitária no reassentamento, que se apresenta subdividida em projetos organizados.

Buscando compreender o processo de elaboração, bem como o conteúdo do próprio documento, sua propositura e objetivos, é que procurei cotejar as falas de reassentados entrevistados com aquilo que se constitui como elementos centrais de análise do PD (2000).

Cercado de expectativas, em parte induzidas pelos referenciais das conquistas efetivadas, em parte sobre as diversas e garantidas atividades que seriam possibilitadas, conforme propagavam os técnicos, é que os reassentados, em parceria com a Crabi, lançaram

mão do PD, um projeto que fez assomar a perspectiva de confirmação de um forte desejo dos reassentados: o desejo de se adaptar ao novo lugar, melhorando a qualidade de suas vidas.

À medida que o PD foi sendo construído, os reassentados perceberam que as discussões em torno do “sonho na nova terra”, como mencionou a reassentada Margaret Maran, ganhavam, nos programas, contornos mais definidos. Assim, cada programa compõe-se, em sua especificidade, parte de um todo. Desses programas é que se ocupa a discussão a seguir.

2.1 PROCESSOS PRODUTIVOS AGROECOLÓGICOS E COOPERAÇÃO

No que se refere ao desenvolvimento produtivo no reassentamento, o Programa Agropecuário tem por objetivo garantir às famílias reassentadas a permanência na terra. Esse programa propõe aperfeiçoar os processos produtivos e incentivar os produtores a se reunirem em associações e em cooperativas, gerando um aproveitamento da mão de obra existente nas propriedades, permitindo a comercialização da produção. Por meio desse processo visa-se à melhoria da qualidade de vida e à preservação do meio ambiente (cf. PD, 2000). Esse programa está organizado em quatro grandes projetos, que se desdobram, por sua vez, em outros vários projetos. São eles:

- Projeto de Produção Vegetal: interligados a este estão os projetos Produção de Sementes; Produção de Cereais; Produção de Frutas; Produção de Hortaliças; Produção de Cana-de-Açúcar; Produção de Café; Produção de Mandioca; Produção de Pupunha; e Armazenamento de Produtos Agrícolas.

- Projeto de Produção Animal: articulados a este estão os projetos Produção de Frango Colonial; Produção de Ovos Coloniais; Produção de Leite; Produção de Bovinos de Corte; Produção de Suínos; Produção de Peixe; Produção de Mel; Sanidade Animal e Inseminação Artificial.

- Projeto de Transformação e Comercialização da Produção: somados estão os Projetos Fábrica de Ração; Abatedouro de Suínos; Abatedouro de Aves; Beneficiamento de Cana-de-Açúcar; Entrepasto de Ovos; Empacotamento de Feijão; Comercialização e Derivados do Leite.

- Projeto Meio Ambiente: compõe-se com os projetos Conservação do Solo, Água e Mecanização; Reciclagem de Lixo; Reflorestamento e Infraestrutura Comunitária.

Um aspecto importante a ser ressaltado é o princípio que fundamenta os programas, em especial o Programa Agropecuário. Através da sistematização de um processo que esteve em curso durante as discussões e construção do documento, esse programa, em sua totalidade, está voltado para a pluriatividade¹²¹. Através da prática da agricultura familiar, com a diversificação das unidades produtivas entre agrícolas e não agrícolas, visa-se tanto à produção para o consumo familiar, como também à comercialização dos excedentes da produção, ou seja, tem-se, ao mesmo tempo, em amálgama, a recuperação de formas antigas de se produzir (práticas que já eram utilizadas pelos reassentados antes, em suas terras antigas) em sintonia com as novas tecnologias.

No que diz respeito às práticas produtivas, Lúcia rememora como foi sendo organizada a produção na nova terra, anterior à elaboração do PD (2000):

Foi em grupos. Eles plantavam em grupo até arrumar as terras. Foi uns três anos, plantando em grupo com os vizinhos. Como é que eles falavam naquele tempo? Era o coletivo, que eles falavam. Quem tinha gado, já trazia o gado, já ia preparando as terras... daí, ia plantando, plantava tudo, feijão, milho, soja pra nós e o que sobrava nós vendia¹²².

É possível perceber que era dada grande ênfase à produção coletiva, pois, mesmo em meio ao esquecimento da reassentada, talvez por não ter se engajado muito naquele momento, ainda assim é mencionado o termo coletivo, possivelmente um sinal do trabalho que fora feito em torno da importância dessa prática. Nesse sentido, a diversificação das atividades, a coletivização do trabalho na terra e a venda do excedente da produção se cumpriram na prática durante o período entre 1998 e 2000, correspondente às três primeiras safras no reassentamento. Nesses primeiros anos, como mencionado, a predominância do cultivo centrava-se no plantio da soja, do milho e do feijão, além do plantio de frutas, de verduras, de legumes, de raízes e de hortaliças, produtos que eram destinados mais ao consumo das famílias. Nos anos seguintes, como mostrou o estudo realizado por Makoski-Lombardi (2006), durante o período da realização da pesquisa de campo no reassentamento São Francisco de Assis, entre o ano de 2004 e 2005, a autora pôde observar vizinhos, em comum

¹²¹ Cf. SACCO DOS ANJOS, F. Pluriatividade e ruralidade: enigmas e falsos dilemas. In: *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*, n.17, outubro de 2001, p. 55-77. O termo *pluriatividade* é designado para o fenômeno da combinação de atividades agrícolas e não agrícolas numa mesma propriedade, variando as associações entre a primeira e as atividades como a industrialização regional, o turismo, a indústria doméstica rural, a prestação de serviços, mantendo sempre a produção a partir do modo familiar. Sendo esse um fenômeno pertencente à agricultura familiar, visa gerar estratégias que garantam a reprodução material da família e a permanência dela no campo.

¹²² CATNE, Lúcia. *Entrevista*. Citada.

acordo, cultivarem determinada cultura para obterem facilidades na hora da compra de insumos, bem como na hora da venda, após a colheita, o que permite pressupor a existência de parcerias. No que se refere à forma de organização produtiva, concluiu: “[...] predomínio da produção agrícola e forma de organização produtiva com predomínio da diversificação agropecuária” (p. 85). Esse estudo permite-nos inferir que a ideia de reforçar os laços de solidariedade entre as famílias agricultoras, com práticas associativas e a proposta de diversificação da produção na propriedade familiar referenciados no PD (2000), de alguma forma e, em certa medida, perduraram até nos anos seguintes da elaboração do documento.

Quando solicitada sobre quais foram as questões pelas quais o coletivo deixou de funcionar, Lúcia argumenta:

É que era tudo no maquinário, daí na hora de ajudar todo mundo tinha que trabalhar, juntar aqueles nó de pinho... Mas, todo mundo tinha que se ajudar, assim foi coisando com o trator de esteira, fazendo os murundus. Daí, depois já não estava mais dando certo, uns já queriam mexer com vaca, outros já queriam plantar menos pra mexer, daí foram tirando. Um povo, um pouco, queria plantar a terra, outro pouco já queria gramá, arrumar pro gado, daí não dava, cada um tinha que cuidar do seu. Cada um foi plantar o seu. Quem queria gramá, gramava, colocar vaca, colocava. Quem queria plantar as terras inteiras, plantava. O pessoal falava, cada um que saía, falava assim: “eu vou sair fora do coletivo...” (risos) daí vinha outro e falava: “eu vou sair também!” e foram saindo. Saía fora quem queria, quando viu, acabou com o coletivo.¹²³

Já para a reassentada Roselei, a experiência do associativismo, do coletivo, é tratada, em sua memória, como algo que não deu certo, por motivos como dinheiro e falta de experiência com esse tipo de prática.

Eu acho que depois a gente acabou caminhando sozinho, com as próprias pernas, porque ou você aceita ou você desvia, algumas famílias, como é o nosso caso aqui e dos nossos vizinhos, então a gente se afastou, se afastou do grupo, então a gente não participava de mais nada! Foi uma briga muito grande que, logo que a gente veio pra cá, como o pessoal via muito dinheiro, então começaram a entrar em associação pra comprar trator, esses tipo de coisas assim, investimento muito alto, que a gente não tinha nenhuma experiência e não tem até hoje nessa questão de administração, não conhecia a questão da produtividade aqui, a gente não tinha uma experiência pra falar assim: “não, a gente deve investir nisso!” E, a gente acabou ficando de fora, nós entramos e, depois, quando pensamos direitinho, a gente acabou ficando de fora, prejudicando o grupo. Não que isso tenha prejudicado, é que demorou um pouquinho mais pra sair os tratores pra essas outras famílias e, depois disso, simplesmente eles não convidaram a gente pra reunião de

¹²³ CATNE, Lúcia. *Entrevista*. Citada.

grupo, a gente não ficou sabendo mais nada, nem o que era do nosso interesse! Então a gente se isolou e eles também [...].¹²⁴

As falas evidenciam o conflito em relação ao modo de produção coletivo e ao associativismo, devido à divergência de interesses entre os reassentados. As duas formas são propostas no PD para que as famílias pudessem organizar e comercializar a sua produção. A reassentada Roselei sente-se afastada do grupo, não só ela, mas menciona a sua vizinhança, em virtude da associação na compra de maquinário e da dificuldade de administrar essa nova relação que advém da propositura do coletivo. Essa experiência conflituosa e a consequente opção pela organização da produção de forma individual é reforçada pela visão de José Oliveira. Para ele, a forma como está organizada atualmente a produção no reassentamento é satisfatória: “*Individual é bem melhor, cada um faz o que quer, cada ideia uma sentença, (risos) cada um faz o que bem entender daí*”.¹²⁵

As percepções acerca desse assunto são diversificadas, muito próximas à opinião expressa por Roselei, quando perguntei a Ilídio Meurer sobre como funcionou o trabalho coletivo que existiu no princípio da organização do reassentamento e o motivo de não ter continuado dessa forma. Ele argumentou:

É! São coisas que estão aí, que às vezes foi feito de maneira um pouco... eu vou dizer assim, por falta de conhecimento não deu muito certo. Mas eu acho, na minha visão que o futuro pra nós na agricultura vai ser formas de associação ou cooperativismo, porque se não, nós não vamos ter mais como conseguir ficar na agricultura, no pedaço de terra que nós temos, conforme está indo a conjuntura nacional e internacional que está aí. Eu acho que não deu certo foi por falta de conhecimento, pra mim foi a questão x, faltou mais conhecimento, de aprofundamento. Tanto é que nós hoje em dia aqui, nós temos um grupo aí, nós estamos fazendo um curso sobre essa questão de cooperativismo pela Universidade Federal do Paraná, são quatro anos, nós estamos aí nuns 50% feito, então aí dentro a gente vê e começa a rever muita coisa que foi feito de errado pra trás, e foi falta de conhecimento mesmo. [...] não foi pego alguém que tinha um conhecimento maior, e essa questão de cooperativismo não é tu pegar e sentar dois ou três dias e discutir sobre isso. É uma coisa bem mais ampla que isso [...]. É uma coisa bem mais ampla essa coisa de cooperação, de cooperativismo. Não é uma coisa tão simples. Tu tem que ter um embasamento maior [...].¹²⁶

O reassentado atribui a não continuidade da prática coletiva e associativista à falta de conhecimento. Segundo ele, ao passo que se aprofunda o conhecimento existe uma condição de conduzir o trabalho em cooperativas ou associações que viabilizem a produção e garantam

¹²⁴ RIBEIRO, Roselei Koch. *Entrevista*. Citada.

¹²⁵ OLIVEIRA, José Gonçalves. *Entrevista*. Citada.

¹²⁶ MEURER, Ilídio. *Entrevista*. Citada.

a agricultura familiar. Percebe-se que, embora o reassentado Ilídio atribua a inexistência da organização cooperativa única e exclusivamente à falta de conhecimento, isso pode levar a um reducionismo explicativo sobre tal fato, pois, se refletirmos sobre o assunto, podemos perceber, como mencionado no depoimento do reassentado José de Oliveira, que não é própria do modo de vida camponês a estratégia coletiva. Em geral, o agricultor até adere a um sindicato, participa de uma cooperativa, porém chega na hora de trabalhar a terra, de comercializar e de somar a renda, o camponês prefere ter o controle decisório sobre o quê e como fazê-lo. Um exemplo é o dilema enfrentado pelo próprio MST, que muitas vezes encontra essa dificuldade em relação àqueles que foram assentados. Depois que estão na terra, os assentados deixam de aderir à prática cooperativa para plantarem e comercializarem sua produção individualmente – em unidades familiares. Isso não quer dizer que eles não seja solidários e que não pratiquem ações coletivas e comunitárias. Para além disso, há que se mencionar, como bem observa José Vicente Tavares dos Santos¹²⁷, que a família é um trabalhador coletivo.

Ao mesmo tempo em que o reassentado Ilídio faz um balanço em relação ao assunto e as causas que interferem na não continuidade das práticas coletivas, ele arrisca um entendimento da situação do homem do campo, quando menciona “*a conjuntura nacional e internacional*”, apontando para uma das fragilidades existentes, hoje, no campo: a da sobrevivência da propriedade familiar frente ao modelo instituído pelo capital, dos grandes latifúndios, acenando que somente as formas de organização em questão é que garantirão a manutenção da pequena propriedade no campo, o que parece ser fruto de um aprimoramento que o reassentado vem buscando no curso por ele mencionado, mas não só. Como já exposto no caso de outros reassentados entrevistados, é possível afirmar que a opinião de Ilídio é fruto também da formação política e pessoal construída ao longo do processo, na trajetória de reassentado e de ex-líder, o que não interfere na afirmação de que faltou alguém especializado que pudesse fazer uma orientação mais consistente e aprofundada sobre o assunto naquele momento.

Embora o reassentado tenha essa perspectiva do que aconteceu e do que pode acontecer em relação ao cooperativismo e/ou associativismo, ainda assim, ao apontar a sua opinião acerca do Programa Agropecuário, Ilídio Meurer ressalta aspectos positivos.

¹²⁷ Sobre o assunto, ver: SANTOS, José Vicente Tavares dos. *Colonos do vinho – estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital*. São Paulo: Hucitec, 1978.

Eu acho que o que mais avançou foi o programa agropecuário, pelo incentivo que teve já naqueles intercâmbios, na questão onde o pessoal de tirar leite de umas vacas “pé duro” lá, aqui já veio num padrão diferente. Onde tirava o leite manual, hoje todo mundo na ordenha. Eu diria que esse programa foi o x da coisa, acho que foi interessante.¹²⁸

Mesmo com a anotação de algumas divergências (tanto na elaboração como na execução do programa em seus projetos), ante o exposto nas falas dos reassentados, bem como pelas informações sobre o programa agropecuário levantadas no PD (2000), pode-se afirmar que, embora não existisse um Plano, o que vem a se materializar apenas em 2000, já no processo de reivindicação estava claro, para as lideranças, algumas delas descritas aqui, que a escolha das áreas próximas aos centros comerciais, a construção dos galpões a partir dos dez modelos, o incentivo às formas de organização cooperativista e associativista, a diversificação da produtividade, a transformação e a comercialização para a solidificação das organizações produtivas e a forma de agregar valor ao que é produzido na propriedade, tudo seriam fatores de garantia de permanência dos atingidos na nova terra. Com o desenvolvimento das discussões e com o apoio da equipe técnica, reassentados e lideranças encontram, na prática da pluriatividade, o alicerce necessário. Essa forma de resgate de antigas maneiras de produzir ultrapassa a esfera de reaver uma forma de produção, pois, embora antiga, são modernas, visto que, nessa prática, confluem aspectos positivos, já que nela se inclui agora a preocupação com o meio ambiente, com o incentivo à agropecuária orgânica, o que se revela na qualidade dos produtos e se sincroniza com a proposta de qualidade de vida. Ademais, esses fatores estruturam relações humanas mais comunitárias, agregando valores com a construção do associativismo e/ou do cooperativismo.

Nesse sentido é que se faz importante ressaltar a propositura da prática agroecológica, através do Projeto Meio Ambiente, um dos eixos do Programa Agropecuário. Segundo Relatório Interno da Crabi (s/d), a agricultura orgânica, através da preservação do meio ambiente e da promoção da saúde, seria incentivada de forma intensa e permanente, contando com ações conjuntas entre técnicos, agricultores e lideranças, visando agregar valor à matéria-prima e, conseqüentemente, ampliar a renda familiar.

A indicação dessas práticas é percebida a partir da leitura dos programas e dos projetos do PD (2000), onde consta que todas as atividades produtivas propostas pela Crabi são voltadas para a agroecologia. Apesar de o termo ser pouco utilizado nesse documento, ainda

¹²⁸ MEURER, Ilídio. *Entrevista*. Citada.

assim todas as orientações se remetem a essa prática, como vai sendo exposto na tecitura do presente capítulo. As diversas ações produtivas e sociais dos agricultores sempre devem estar voltadas ao novo jeito de produzir, modo já conhecido em dada medida por eles, valorizando a vida e o meio ambiente. Assim, trabalha-se na perspectiva da produção integrada de animais e de plantas, tendo como princípio a sustentabilidade de todos. Cada unidade produtiva deve ser planejada e organizada de forma a atender às perspectivas na produção vegetal e animal, na transformação e comercialização e na infraestrutura comunitária. No que se refere a esse eixo, como ele foi pensado, proposto e discutido, Margaret assevera:

[...] foi discutido com todos, mas aí assim, tem duas coisas que são bem... na verdade tinha duas coisas: uma era que a gente queria garantir a cultura das pessoas lá da beira do rio, porque as pessoas lá plantavam agroecológico, era de garantir, então isso, por isso que eu falo para você que era interligado, você pegar, por exemplo, a horticultura e preservar a cultura, preservar o plantio também é preservar a cultura entende? Como é que as pessoas plantavam, como é que elas viviam lá. Por que aqui ela tem que usar veneno se lá não usava? Entendeu? Então essas coisas, de garantir um pouco isso e outra é a questão da sustentabilidade mesmo. Do não ao pacote químico que a gente percebia, por exemplo, que... e aí teve assim alguns momentos que foram bem cruciais, e acho que esse ano é um outro, que a gente está vivendo um momento bom para discutir agroecologia, olha o preço que está o adubo, olha o preço que está o veneno! Então assim, é claro que a gente foi buscar a informação e buscou parceiros que tivessem conhecimento mesmo da técnica da agroecologia, os técnicos que vieram trabalhar com a gente já tinham um pouco este perfil, foi feita seleção na época de contratar.¹²⁹

A fala elucidativa pontua os elementos principais dessa propositura, enfatiza a dimensão que abrange discutir a agroecologia atualmente, reforça a ideia da manutenção do modo de vida e da inconsistência deste com o uso de venenos, salientando, através da lembrança, que na antiga terra já era praticada a agroecologia, o que pode ser tomado como uma estratégia para a legitimação da proposta: os usos do passado. Além disso, há outra questão importante, que é a da manutenção da família na terra, viabilizando o seu sustento, com produtos saudáveis. Demonstra, ainda, a preocupação em preservar e, ao mesmo tempo, em recriar práticas culturais, econômicas e educacionais como alternativas para a sustentação do modo de vida camponês, contrapondo-se, assim, ao modelo preponderante do agronegócio, o que implica afirmar que se trata de uma proposta envolta de sentido político. Além dessas questões, o depoimento nos direciona a retomar a hipótese levantada no primeiro capítulo no que se refere à participação e à concordância dos reassentados na construção da propositura do PD. Quando a reassentada afirma que: “foi discutido com todos”, surgem-nos as seguintes

¹²⁹ MARAN, Margaret. *Entrevista*. Citada.

questões: – Seria mesmo possível a discussão ter alçado e sensibilizado (no sentido de aceitação) a todos os reassentados? – De onde partiu ou quem apresentou a proposição da agroecologia? – Não houve resistência por parte dos reassentados?

Nesse sentido, o PD nos evidencia alguns elementos. Com o propósito de reverter, em curto prazo, alguns problemas ambientais, principalmente o de conservação do solo e da água, a contaminação desses recursos naturais, bem como aqueles que derivam deles, como os problemas relacionados à saúde, segundo o documento, deveriam ser executadas ações a partir de um trabalho com a comunidade. Entre as ações, uma profunda discussão sobre o uso adequado dos recursos naturais e os processos que envolvem o desenvolvimento rural dentro de um panorama futuro foi indicada como necessária com a participação de toda a comunidade, com o objetivo de promover integração à natureza de forma racional. Em relação à qualidade de vida, foram criados o Projeto de Conservação de Solo, Água e Mecanização, Projeto Reciclagem de Lixo, Projeto Reflorestamento e Projeto de Infraestrutura Comunitária.

Para substituir o uso de agrotóxicos e adubos químicos por práticas de manejo de solo e água, pragas e doenças, através de tecnologias alternativas apropriadas ao desenvolvimento da agricultura orgânica, foi pensado e proposto o Projeto de Produção Vegetal. Como a produção animal depende da produção vegetal, ou seja, os animais necessitam de proteínas vegetais para transformar em carne, leite, ovos, entre outros, a interação das produções vegetal e animal é de grande importância no processo de estruturação das unidades de produção agroecológicas. Por sua vez, a infraestrutura comunitária é vista como o espelho das comunidades, devendo-se dar muita atenção para os aspectos de conservação, de manutenção e de paisagismo, os quais proporcionarão, às famílias pertencentes à comunidade, orgulho de ali morarem.

No que se refere ao Projeto de Transformação e Comercialização da Produção, o PD (2000) assegura ser ele o processo pelo qual se daria a consolidação das organizações produtivas, sendo esse um caminho a ser percorrido em longo prazo, proporcionando às pessoas envolvidas um profundo conhecimento e domínio dos processos produtivos e administrativos, o que, segundo o depoimento de Ilídio Meurer, não ocorreu, por causa dos descompassos entre a orientação e a assistência técnica, e o efetivo aprendizado desses processos por parte dos agricultores.

O que aparece insistentemente no PD (2000), perpassando pelos demais programas como eixo norteador, é um novo modelo de produção agrícola, cuja base tecnológica, práticas do trabalho e forma de pensar estão voltadas ao desenvolvimento da agroecologia, com a proposta da preservação e da educação ambiental, além da redução gradativa do uso e da dependência dos insumos industrializados, com a produção de sementes próprias, através da adubação verde e do manejo adequado dos resíduos orgânicos, dos solos e dos recursos hídricos.

De acordo com o estudo desenvolvido por Schlachta (2008), as práticas que se voltam para manter o equilíbrio ecológico, centradas na produção orgânica e associadas à agricultura familiar, garantem renda e sustentabilidade ao agricultor, além de serem o principal fator responsável por postos de trabalho no meio rural, por concentrar a mão de obra nos membros da família. Salienta que pode ser esta uma agricultura sustentável, ao passo que o controle e o manejo pode ser feito pelo próprio agricultor, sem se submeter aos interesses dos latifúndios e ao comércio das multinacionais do agronegócio, negando, assim, a dependência de insumos ou créditos rurais que advenham dessas empresas. A harmonia com a natureza, o estímulo à diversidade biológica, o comprometimento com a conservação dos recursos naturais, a negação de agrotóxicos e de produtos transgênicos e a importância da cooperação entre os agricultores, são alguns elementos que constituem a chamada prática agroecológica. Assevera ainda o autor que essas práticas, além de um estreitamento entre a agricultura familiar e a agricultura orgânica, propiciam recriação de formas de solidariedade entre os vizinhos e tudo isso se engendra à luta pela reforma agrária.

Uma das contradições entre reassentados e lideranças da Crabi está nessa prática descrita por Schlachta (2008), ou seja, na proposição da agroecologia. De acordo com o observado no Reassentamento São Francisco de Assis, bem como diante de alguns depoimentos, foi possível perceber que o projeto produtivo não se viabilizou na sua totalidade quando se chegou à questão de implantar a produção orgânica, a agroecologia e o cooperativismo. Ocorre que houve leituras diversas por parte dos reassentados, gerando resistência em relação ao que propunham as lideranças. Estas percebiam o projeto como possibilidade de viabilização econômica, significando um avanço político. Por terem sido escassos os recursos providos da Copel para financiar a estrutura burocrática que sustentava os projetos, talvez essa escassez tenha levando a essas divergências citadas. Por outro lado, ao contrário da questão relacionada à produção orgânica, à agroecologia e ao cooperativismo, o

modelo de diversificação da produção foi efetivamente implantado, funciona como o planejado e atualmente tem dado resultado no reassentamento.

Para muitos reassentados, o eixo norteador no qual se pautou a proposta do PD, a agroecologia, tornou-se obsoleto. As entrevistas com os reassentados revelam que alguns utilizam a agroecologia no plantio para o consumo próprio, além, é claro, de respeitarem a preservação ambiental. Como fonte de recursos, contudo, da subsistência à venda do excedente, essa maneira de cultivo e produção se tornou inviável, como a fala a seguir registra:

A dificuldade que hoje se nós precisarmos de mão de obra, a gente não tem mão de obra e, precisa de mão de obra. A gente sempre tá fazendo troca de serviço ou contratando. Hoje não tem mais mão de obra aqui, hoje se eu precisar, ó tem um cara aí me ajudando hoje, mas você consegue pra uma ou duas vezes por semana. Antes, se eu precisasse de 8, 10 caboclos aqui, tinha. Hoje não tem! Então, tipo assim, essa questão orgânica ela é viável, mas tem que ter uma família, tem que ter a força de trabalho dentro da família e minha família é muito pequena e a gente sai muito, a gente não para em casa e daí fica aquela coisa de mal olhado, mal olhado porque a gente não para em casa (risos)... Então a gente depende de trabalho de terceiros, daí não funciona. Eu vou deixar um pedaço agroecológico, orgânico, para o meu consumo, esse eu vou cuidar, mas o resto, milho pra silagem, esse eu não tenho mais condições de fazer isso. Porque eu tenho 3 alqueires de planta e, eu não vou conseguir plantar isso aí e limpar tudo na “boca branca”, que é a enxada, não tem condição.¹³⁰

Nota-se que o problema maior está com a necessária contratação de mão de obra e com a perda de horas trabalhadas. A atual situação dos agricultores demonstra que não dispõem de tempo suficiente, de contingente familiar, de mão de obra disponível para a contratação, nem vontade de ficar horas retirando, na enxada, o mato do meio das plantações, possivelmente por trazer lembranças das dificuldades na antiga terra. Esses indicativos talvez possam ser tomados como uma forma de resistência ao que lhes foi proposto, o que aponta que o projeto que incentivou a produção orgânica e a agroecologia não convenceu os reassentados quanto à sua importância, pois, nos termos citados no depoimento do reassentado, por mais que ele afirme que um pedaço de sua propriedade será reservado para a prática agroecológica, ainda assim, como nos informa o estudo de Schlachta (2008), não se trata da prática agroecológica de fato, pois esta requer a articulação de outros elementos, visto que só assim se atinge a dimensão totalizadora que caracteriza tal prática.

¹³⁰ MEURER, Ilídio. *Entrevista*. Citada.

Assim, à medida que as visitas ao reassentamento foram sendo realizadas, outras falas dos agricultores foram se consubstanciando entre si, dando sustentação à percepção inicial, da contradição entre o que propõe o documento e os modos de cultivo da terra no que se refere à prática da agroecologia, como no caso do reassentado José de Oliveira, que, quando questionado sobre essa prática, afirmou não praticá-la e nem lembrar de ter recebido orientações a respeito do assunto. Disse saber de alguns moradores do reassentamento que praticam a agroecologia ainda hoje, como é o caso de Ilídio Meurer, que está abandonando essa prática para aderir ao convencional, pelo menos no que diz respeito ao plantio da maior parte da propriedade. Ainda quanto à conversa com José de Oliveira, perguntei-lhe sobre a agroecologia, se tem essa prática norteando a produção em sua propriedade. A resposta foi: “*não!*”¹³¹. A mesma negativa apareceu no depoimento da reassentada Andreia Doré, quando lhe perguntei se a propriedade da família era destinada à cultura do orgânico. Então lhe solicitei o motivo pelo qual não se dedicavam à produção orgânica e o que ela pensa sobre essa prática:

Ai, assim, a minha família acha que não é muito viável, dá muita mão de obra. [...] Eu acho ótimo! Tanto pra saúde, pro meio ambiente é joia! [...] que dá mais lucro dá, mas também dá mais serviço!¹³²

A jovem reassentada acha importante a agricultura orgânica, tanto para a saúde como para o meio ambiente, contudo alega que a opção por não aderirem a essa prática na propriedade de seu pai se dá pelo fato de dar mais trabalho, ou seja, não é viável pelo excessivo investimento em mão de obra, mesmo que esses produtos possibilitem uma margem maior de lucro. Dando continuidade ao assunto, questionei sobre a importância da defesa do meio ambiente, da agroecologia e se ela conhecia o projeto da Crabi de incentivo à produção agroecológica e ao plantio de orgânicos. A resposta, nas suas palavras, foi: “*Ah... Eu acho que é importante, mas não sei te dizer assim qual é a importância, entende?*”. Então a questionei sobre detalhes de como, no geral, a propriedade da família é cuidada, cultivada e ela responde da seguinte maneira:

Olha, que eu sei, meu pai usa veneno em tudo e a preservação a gente faz, tem que preservar. A gente tem uma área que foi determinada pela Copel¹³³ logo que nós viemos pra cá, que não pode desmatar nada...¹³⁴

¹³¹ OLIVEIRA, José Gonçalves de. *Entrevista*. Citada.

¹³² DORÉ, Andreia. *Entrevista*. Citada.

Perguntei-lhe, então, se a questão de preservação fora apenas uma determinação da Copel, ou se essa questão e o que com ela se envolve foi em algum momento tratado pela Crabi, em reuniões, cursos ou algo do gênero:

Ah... daí é que nem eu te falei, eu não fiz, acho que o meu pai também não, não lembro de nada disso de agroecologia, nem na escola.¹³⁵

Embora tenha estudado na escola do reassentamento, a depoente continua a sua afirmação de não ter discutido sobre o tema: “*Olha... que eu lembre, muito pouco*”¹³⁶. A fala da reassentada dimensiona algumas das contradições a que está sujeita a implementação do PD na organização do reassentamento: o desconhecimento do documento e de seus programas e projetos, o uso generalizado de agrotóxico, a preservação por determinação da Copel e não por necessidade ou por fruto do amadurecimento das discussões que circundaram a problemática, como aponta o documento. No que tange à falta de conhecimento sobre a proposição da agroecologia, a fala da reassentada se contrapõe à proposta da educação formal presente no PD (2000), onde os conteúdos programáticos têm por intenção contemplar a realidade vivida pelos reassentados, levando em conta as suas práticas cotidianas. Considerando que a agroecologia é uma prática agrícola amplamente incentivada no PD (2000) e, para além disso, é um dos eixos fundamentais e que perpassam todos os demais programas e projetos, segundo consta no documento referenciado, os programas devem se “entrecruzar”, devem dar sustentação um ao outro. Assim, à medida que a prática da agroecologia é incentivada nas propriedades, o colégio deveria contemplá-la em seus conteúdos, o que parece, por declaração da reassentada, não aconteceu.

Ocorre que as ações, previstas pela Crabi para a discussão dos termos e para a realização de cursos e dos treinamentos acerca do que estava sendo proposto no PD (2000), inclusive no que concerne à proposição da agricultura orgânica e da prática agroecológica, foram, segundo alguns reassentados, realizadas. De acordo com Roselei: “*Tudo o que nós sabemos hoje sobre o plantio, como lidar com as vacas, tudo nós ficamos sabendo nos cursos*

¹³³ Referindo-se aos termos constantes no Programa de Reassentamento da Companhia Paranaense de Energia Elétrica. Vol .I, abril de 1996, que determina a Área de Reserva Legal ou Área de Preservação Permanente (APP) em cada propriedade, em consonância com o estabelecido na legislação ambiental em vigor na época.

¹³⁴ DORÉ, Andreia. *Entrevista*. Citada.

¹³⁵ DORÉ, Andreia. *Entrevista*. Citada.

¹³⁶ DORÉ, Andreia. *Entrevista*. Citada.

da Crabi, nos intercâmbios que nós era incentivado a ir [...]”¹³⁷. Sobre o assunto, Margaret destaca que:

É a realidade ali, se você pegar qualquer agricultor, qualquer agricultor, que é reassentado e você conversar com ele, ele vai ter outras respostas, outras questões, que nenhum dos outros agricultores familiares tem porque eles participaram de um processo de construção de luta, de formação, de capacitação, uma série de coisas [...]. Todas as pessoas da família eram convidadas e participavam, a mãe, o pai, filha, nora, que todos que moravam naquela casa, que constituíam a unidade familiar participavam nas discussões do projeto. Dos questionários, das perguntas, em cada casa, quem fez essa, claro que a Copel que pagou, mas quem dirigiu foi nós, quem dava a linha metodológica, onde a gente queria chegar, era nós: direção da Crabi, então foi feito assim. Foi feito esta entrevista com as pessoas e foi levado para fazer intercâmbio, eles foram conhecer os vários tipos de produção que tinha na região toda, e aí voltaram a discutir, teve seminários para discutir o que as famílias viram...o que queriam.¹³⁸

Além dos depoimentos das reassentadas Roselei e Margaret, alguns trechos extraídos do Projeto Político-Pedagógico (PPP) da Escola Municipal do Reassentamento São Francisco sustentam a participação da comunidade na articulação e na consecução de alguns dos objetivos correspondentes entre o PD (2000) e o PPP:

Como resultado das discussões desencadeadas junto à comunidade atingida por barragens surge, então, uma proposta de educação diferenciada que seja capaz de fortalecer os laços de solidariedade e união, de instrumentalizar o aluno e a aluna com domínio do conhecimento científico de forma que possa construir-se um(a) cidadão(ã) apto(a) para atuar com autonomia [...]. Compreendendo, ainda que o processo educacional não se efetiva apenas no âmbito das salas de aula, a Escola do Reassentamento São Francisco prevê a elaboração e a execução de projetos alternativos que envolvam a comunidade em sua totalidade, que contribuam para o desenvolvimento do cooperativismo, conscientizando quanto à necessidade da preservação do meio ambiente e do comprometimento com as instituições públicas, promovendo o gerenciamento descentralizado e democrático (p.1). [...] É nesta perspectiva que os integrantes da Escola Municipal do Reassentamento São Francisco propõem-se a construir um currículo como crítica, uma vez que o concebem como fruto da discussão dos(as) envolvidos(as) no processo de educação escolar [...] (p. 9). (PPP ESCOLA MUNICIPAL DO REASSENTAMENTO SÃO FRANCISCO, 2006).

A Escola São Francisco de Assis se localiza dentro do reassentamento e tem por prioridade atender aos reassentados, desde a educação infantil até o ensino médio (educação básica), e, por esse motivo, é que a reassentada Andreia Doré cursou os seus estudos nessa instituição, situação que lhe permitiu emitir algumas considerações. Tendo em vista a

¹³⁷ RIBEIRO, Roselei Koch. *Entrevista*. Citada.

¹³⁸ MARAN, Margaret. *Entrevista*. Citada.

afirmativa da depoente de não ter discutido e se o foi: “ *muito pouco*” a questão da produção orgânica e da agroecologia na escola e a fim de promover o cotejamento, outros trechos foram extraídos do PPP (2006). Esses trechos contrariam a fala, já que demonstram uma correspondência entre a propositura do PD (2000) e os objetivos e conteúdos trabalhados na escola.

Objetivos específicos:

[...] Proporcionar um ensino de qualidade e diferenciado voltado para os interesses e necessidades do homem e da mulher do campo, ampliando-lhes a visão de mundo;

[...] Desenvolver a consciência crítica que valorize a agricultura familiar e o respeito ao equilíbrio ecológico, bem como às peculiaridades regionais;

[...] Promover núcleos de pesquisa e/ou trabalho orientado nas propriedades rurais de abrangência da unidade escolar, visando o intercâmbio direto escola-comunidade;

Implantar disciplinas específicas voltadas para a compreensão dos problemas do homem e da mulher do campo e para o gerenciamento da propriedade rural; [...]. (PPP ESCOLA MUNICIPAL DO REASSENTAMENTO SÃO FRANCISCO, 2006, p. 2).

Sobre os conteúdos contemplados nas disciplinas da Matriz Curricular da educação infantil à 4ª. série¹³⁹:

PROGRAMA CURRICULAR

[...] a educação para o trabalho através da interação com o meio ambiente para, a partir dessas relações, reconstruir a sua história e a de sua comunidade, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida. Sendo que é também competência da instituição escolar ultrapassar os limites e promover uma educação que seja capaz de dar respostas aos problemas e necessidades de sua clientela. Por isso esta escola propõe-se a trabalhar, desde a educação infantil, com disciplinas que socializem conhecimentos que possam ser utilizados para um melhor aproveitamento da propriedade rural e promover ações que desencadeiem atitudes de respeito ao meio ambiente e de solidariedade entre os envolvidos no processo. (PPP ESCOLA MUNICIPAL DO REASSENTAMENTO SÃO FRANCISCO, 2006, p. 12-13).

Nesse sentido, conteúdos que envolvem, por exemplo, a saúde e a higiene animal; fungicidas; dejetos rurais; adubos verdes; adubos orgânicos; reconstituição da mata ciliar; a importância do grupo na vida das pessoas; o estudo dos Movimentos Sociais; o MABI; a

¹³⁹ Importante é observar que o documento (PPP) que serviu como fonte a que tive acesso para esta pesquisa, nessa ocasião, ainda não havia sido reformulado para contemplar a reforma da ampliação do ensino fundamental para nove anos, previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996). Tornou-se obrigatório, pela Lei nº11.114, de 16 de maio de 2005, e sancionada pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, através da Lei nº11.274, de 6 de fevereiro de 2006, que determina a matrícula de todas as crianças de seis anos no primeiro ano do ensino fundamental, não mais na pré-escola. A lei também estabelece prazo até 2010 para que Estados, municípios e Distrito Federal implementem a medida. Disponível em: <<http://www.portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 2 mar. 2009.

função social da terra; campesinato brasileiro; reforma agrária; cooperativismo e associativismo; agricultura familiar... são contemplados e perpassam as disciplinas do Programa Curricular. Esses conteúdos, por sua vez, indicam que a Escola Municipal do Reassentamento São Francisco trabalha a favor do que é proposto como eixo norteador do PD (2000) e, parece, no cotejamento das falas e do documento, foi uma construção coletiva, pensada e discutida para corresponder aos interesses e à realidade dos sujeitos que habitam no reassentamento.

Por outro lado, temos a fala de Lúcia¹⁴⁰, que reforça a de Andreia, ao passo que responde ao questionamento sobre o conhecimento do projeto que propõe a agroecologia da seguinte maneira: “*Não, nunca ouvi falar. [...] nem eu nem o meu esposo*”. A partir disto, pergunto-lhe então acerca do conhecimento e da prática da diversificação na propriedade. A isso a reassentada Lúcia infere: “*Sempre planta duas lavouras, ou é soja e milho, ou é soja e feijão*”. A fim de compreender melhor como ocorre o cultivo da terra, questionei se utilizavam maquinários. Ela explica: “*O nosso lote tem 7 alqueires, hoje a gente usa as máquinas e os inseticidas pra cuidar dele.*”

Quando Lúcia coloca que nunca ouviu falar do projeto de agroecologia, afirmando que nem ela, nem o seu esposo participaram de cursos ou de reuniões que tratassem desse assunto, há uma contradição, pois a mesma reassentada coloca:

Ah, a gente sempre era convidado pras reuniões, a assistente da Crabi ou as lideranças da comunidade passava de casa em casa convidando, entregando os bilhetinhos, sabe? E se a gente não ia, eles vinha depois saber por que.¹⁴¹

Na fala da depoente, as falas das reassentadas Roselei e Margaret se complementam, pois demonstram que os agricultores eram chamados em suas casas para que participassem das reuniões e das discussões, reforçando a real possibilidade de que o PD (2000) e outros documentos e projetos, como é o caso do PPP, foram amplamente discutidos com toda a comunidade. O que mais chama atenção na fala de Lúcia é, porém, com relação à agricultura anterior ao reassentamento. A reassentada e sua família residiam em Três Barras e seus procedimentos se aproximavam de práticas agroecológicas sem que tomassem conhecimento do fato. Tendo percebido isso, questionei-a sobre as atividades que exerciam antes de residirem no reassentamento, sobre como tratavam as questões ligadas à terra:

¹⁴⁰ CATNE, Lúcia. *Entrevista*. Citada.

¹⁴¹ CATNE, Lúcia. *Entrevista*. Citada.

Nós plantava um pouco e também mexia com vaca de leite. Era em terra arrendada, [...] era tudo na mão, no “muque”, meu marido mesmo plantava. Daí no final mesmo, nós estava mexendo só com vaca. Deixamos de plantar o feijão e cuidava das vacas de um primo irmão do meu marido.

Ainda no que se refere às questões da terra, acrescento perguntando-lhe se havia algum tipo de preocupação com o meio ambiente, se praticavam o desmatamento ou a queimada.

Não, não tinha preocupação não, agora que tem! [...] sempre existiu, mas naquele tempo a gente nem sabia direito. [...] Na beira do rio não desmatava, ao redor das águas não, por causa da vertente. Nós cuidava das águas assim. [...] Tinha que queimar sim, prá limpar as capoeira, daí colocava fogo pra poder plantar, queimava as madeiras finas, as raízes ficavam.

Continuando o diálogo com Lúcia, falo sobre o cultivo orgânico e se eles trabalhavam com esse tipo de produção. Ela responde:

E, lá tinha veneno pra usar menina? Só orgânico. Aquele tempo não tinha assim... era difícil usar veneno, plantava e colhia tudo natural. Se fosse hoje, hoje também não vem, né? Difícil vim, por causa dos insetos, hoje em dia tem que usar tudo veneno, não vinga!¹⁴²

Como observou a reassentada, naquela época tudo era mais difícil, não tinha veneno para usar na lavoura, por isso se plantava e se colhia tudo natural. Hoje, a situação mudou devido aos insetos, havendo a necessidade de usar veneno em tudo. Esse fato também é lembrado por Ilídio Meurer:

Lá eu diria que era a produção do orgânico mesmo, lá a gente nunca passou veneno em nada, até o pasto era tudo roçado. Só que lá na época, não era essa coisa, orgânico é uma coisa nova, foi depois que a gente veio pra cá que começou a se discutir o orgânico, o agroecológico, não sei o quê. Lá a gente plantava na dura sorte, nunca passou nada, limpava na enxada. Lá era orgânico mesmo, mas não era reconhecido como orgânico, nem sabia o que era orgânico, a palavra.¹⁴³

Interessante observar é que as falas convergem num sentido, o de que cultivavam o orgânico mesmo sem saber que o estavam fazendo, ao mesmo tempo remetem a alguns elementos que contrapõem as antigas práticas quanto ao cultivo, trato e organização da terra do que é praticado hoje no reassentamento. Anteriormente ao reassentamento praticavam a queimada como forma de “limpeza” da área, porém não usavam o veneno nas plantações. No

¹⁴² CATNE, Lúcia. *Entrevista*. Citada.

¹⁴³ MEURER, Ilídio. *Entrevista*. Citada.

reassentamento não praticam a queimada, pois, além de ser ilegal, compromete o solo, mas utilizam-se do veneno, indicando, principalmente na afirmativa de que a melhor maneira para acabar com os insetos é o veneno, um enorme antagonismo. Na fala da reassentada e ex-líder perpassam elementos que possibilitam uma reflexão sobre os possíveis responsáveis por esse antagonismo:

[...] eu posso dizer... existem os gargalos no processo: um deles é que a gente está numa região que é extremamente monocultura, e com muitas empresas veneneiras. Então o seguinte: aí assim, a terra é plana, favorece o uso do agrotóxico, para que você vai carpir, se você pode, em meia hora, passar... Levar uma semana carpindo, um mês, se em meia hora, quinze minutos, com o trator você passa e mata tudo, para quê que você vai fazer isso? Entendeu? Aquela história, por que eu vou fazer calda se eu vou lá, compro um pacotinho de veneno pronto que os bichinhos vão comer? Então é a questão do pacote tecnológico. Esse é um gargalo que você assim... Primeiro, as pessoas vieram de um lugar onde sofreram muito, tinha que arar de boi, fazer não sei o que, então assim, as pessoas queriam mudar de vida também do ponto de vista do sofrimento, entende? Então para utilizar, nem sempre as tecnologias estão a serviço que não estejam no pacote. Então para fazer a agricultura agroecológica você precisa, tem que ter outras práticas, nem sempre você tem equipamentos adequados para isso, para fazer esta outra prática. E aí vai de uma consciência, porque você trabalhar com agroecologia é construir um processo diferente, é você ter conhecimento da planta, do solo, é um processo lento, você não vai dizer que vai fazer agroecologia de hoje para amanhã, você leva muito tempo para fazer isso, e para você fazer isso, você tem que se capacitar, do ponto de vista de parar, ficar olhando, observando, e daí tem os vizinhos que tira sarro, tem o vendedor de veneno que chega ali e fica bravo, chega ali e fica insistindo em cima. Até assim, tem algumas famílias que adotaram, tem famílias que plantam um pedaço só, que só tem a horta, as frutas que são agroecológicas, as mandiocas, não sei o que, o restante... sítio inteiro agroecológico acho que não tem no reassentamento mais...¹⁴⁴

Fatores como a morosidade do processo, como, por exemplo, a conversão do solo, a localização do reassentamento numa área de grande produção de monocultura, sendo, portanto, as propriedades rurais alvo de visitas insistentes de vendedores de agrotóxicos, mercado bastante desenvolvido na região, o que de fato demarca a realidade do homem do campo no oeste paranaense, além do desejo de “se livrar do sofrimento” que fora vivido na antiga área de trabalho, certamente contribuíram para a não adesão à produção agroecológica, permitindo-nos reavaliar melhor a hipótese desenvolvida ainda neste capítulo de que houvera formas de resistência por parte dos reassentados no que se refere à adesão à propositura da agroecologia. A percepção é a de que tão somente um elemento isolado não veio a culminar em tal fato. É preciso levar em conta que a intensidade das subjetividades e das racionalidades

¹⁴⁴ MARAN, Margaret. *Entrevista*. Citada.

dos agricultores frente à propositura pode ter contado em sua formação com os elementos constitutivos da realidade histórica, social e econômica da região. Esses, sim, são fatores que, associados, nos permitem alargar o entendimento acerca da problemática.

Nesse sentido, não obstante a realidade apontada nos depoimentos, José Camilo reconheceu ser esse um tema conflituoso entre os reassentados. Quando questionado acerca das discussões que ocorreram no âmbito da organização da produção, o ex-líder, assim como Margaret, ressalta os elementos que influenciaram os conflitos entre a proposta do projeto agroecológico e a prática dos reassentados, respondendo:

Também teve conflito, pois nós tivemos sempre um projeto mais voltado pra agroecologia e [...] deu problema, porque as cooperativas daqui de Cascavel e região são muito fortes. Deu problema muito grave. Os compradores e vendedores de insumos e os técnicos que visitavam as propriedades diziam que precisava passar isso ou aquele outro veneno, que os agricultores estavam perdendo tempo, induzindo ao uso do inseticida, que comprassem os produtos, a Crabi tem posição contrária a isso.¹⁴⁵

O depoimento expressa, com clareza, o posicionamento de um sujeito coletivo, da Crabi, e, embora tenha a percepção de que nem todos os reassentados tomaram consciência do que o plano propôs para a organização da produção, nem da própria necessidade de reafirmar seus laços com a nova terra através da preservação de um antigo modo de cultivá-la, e, mais ainda, de se propor a cumprir com um projeto de resistência às ditas técnicas modernas, José Camilo afirmou que, em sua propriedade, trabalha com a agroecologia.

Nós sempre tivemos a maioria plantando convencional, nós nunca conseguimos a maioria plantando orgânico. Nós temos um grupo que ainda continua produzindo orgânico e [...] que é uma coisa muito difícil, porque a produção orgânica nós, eu tenho uma avaliação que nós cometemos um erro estratégico nessa discussão. Porque a discussão foi bem, nós conseguir as pessoas através da questão financeira, o orgânico dá mais dinheiro, o preço é maior e coisa e tal, [...] você só vai [...] produzir o agroecológico se você tiver consciência, não se tiver dando mais dinheiro, isso tá bem claro! Nós não investimos tanto na questão da consciência do que nós investimos na questão de ganhar mais pra produzir orgânico e tal, e, isso foi um erro estratégico. Continuo tendo certeza disto hoje.

Tenho nove alqueires, totalmente agroecológico. Dentro da minha propriedade não entra, não vai entrar nunca veneno, nem adubo químico, nada químico. Isso aí é uma questão de consciência, não vendo hoje, não tenho uma venda direta de produto orgânico, mas eu estou produzindo

¹⁴⁵ CAMILO, José Uliano. *Entrevista*. Citada.

organicamente hoje, eu não, a minha família! Eu estou mais aqui ¹⁴⁶do que em casa! ¹⁴⁷

Outro elemento é apontado nessa fala, e assumido enquanto erro de estratégia, qual seja o descuido com a questão do amadurecimento da adesão à prática agroecológica, que deveria emergir como fruto de um posicionamento consciente, e não apenas com finalidades econômicas, que parece foi o ponto enfatizado nas reuniões e nos cursos. É bem relevante apontar que essa fala foi proferida pelo reassentado no ano de 2005, e que, hoje, a sua área de terra no reassentamento está arrendada, o que nos leva a ter em conta o posicionamento que o mesmo manteve até esta época em relação ao assunto e à prática exercida em sua propriedade. A observação, de forma alguma, compromete os depoimentos aqui expostos e que foram produzidos recentemente. Pelo contrário, serve de espaço para confrontar diferentes perspectivas assumidas no reassentamento.

Com o intuito de buscar elementos que pudessem corroborar o entendimento acerca do impasse controverso que circunda a proposição da agroecologia, já que ela é o eixo central do PD (2000), passei a levantar informações acerca de por que a proposta ter encontrado resistência e poucos a ela aderiram. O relato de Margaret explicita algumas evidências:

[...] eu diria, eu falo até hoje assim, não é que não deu certo, é um sucesso a agroecologia, só que a agroecologia tem que ser passo a passo construída. Eu acredito muito assim, que se a gente conseguir implementar mesmo, de fato dar continuidade ao programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar que é um programa do governo federal, que o município está executando com algumas famílias, são 113 famílias do reassentamento que já aderiram a este projeto, e com a possibilidade de 30% da merenda escolar ser da agricultura familiar, a gente vai garantir isso. Porque é aquilo que eu falo para você, tudo o que você faz do ponto de vista de discutir projetos, se ele não tiver uma política pública que o amarre, que dê continuidade, que dê garantias de algumas coisas. Agora tem muita gente, eu diria que não sei se 100%, que 98% das pessoas, pelo menos em volta da casa não utiliza veneno, não utiliza nas frutas, nas verduras e tal, eles pensam para não passar veneno porque eles têm o conhecimento do que o veneno causa... É isso que eu te falei, primeiro porque as famílias na verdade teve muita gente que, hoje eles já retornaram, mas teve muitas famílias que, muita gente que me doía o coração de dizer: “não quero nem ver enxada na minha frente porque eu trabalhei a vida inteira”, que nem eu falei para você, o sofrimento que as pessoas passaram, trabalhando em morro, carpindo, não sei o que, virando pedra. Quando eles viram uma terra que nem essa, eles não querem

¹⁴⁶ Referindo-se ao INCRA de Cascavel, onde, na ocasião, o reassentado ocupou o cargo de direção, deixando, assim, a sua família “tocando” a propriedade. Segundo especulações que são veiculadas no próprio reassentamento, atualmente o ex-líder e a sua família não residem mais em sua propriedade no interior do reassentamento, a mesma encontra-se arrendada e há informações de que Camilo esteja trabalhando em uma instituição mediadora para a reforma agrária no Estado do Acre.

¹⁴⁷ CAMILO, José Uliano. *Entrevista*. Citada.

saber disso, e aí a tecnologia disponível para essas pessoas não leva em consideração a agroecologia, esse é um fator. O outro fator é de a gente estar numa região extremamente do agronegócio e da monocultura...¹⁴⁸

Um novo elemento é acrescido no depoimento de Margaret. Segundo ela, a implementação de um projeto centrado na agroecologia não depende apenas da adesão dos reassentados, mas também de políticas públicas, como a citada, que consiste num programa federal de incentivo à agricultura familiar, através da aquisição dos produtos provenientes dela. Certamente, se a agroecologia fosse tornada uma política na esfera pública governamental, ao menos na esfera municipal, a possibilidade de um fortalecimento estaria ampliada. Também perseveram nessa fala as opiniões expressas por Ilídio e por Lúcia quanto ao penoso esforço de trabalhar a terra na “boca branca” ou no “muque”. Assim, é possível afirmar que vários são os fatores que se consubstanciam no momento em que se vai fazer um levantamento acerca do que pôde ter ou não influenciado na adoção de alguns e a não adoção pela maioria dos reassentados da prática agroecológica no Reassentamento São Francisco de Assis. As falas ora divergem, ora convergem entre si, mas um elemento comum que chama atenção nos depoimentos é a opinião de que a prática da agroecologia traz inúmeros benefícios para todos, frisando a própria intenção do projeto, mas que, por vários fatores, já discutidos, não se cumpre no interior das propriedades.

2.2 CULTIVANDO VALORES, RECRIANDO A VIDA COMUNITÁRIA

No que se refere ao Programa de Arte e Cultura, segundo o Plano de Desenvolvimento (2000), a sua proposta traz o incentivo às manifestações artísticas dos reassentados a fim de promover o gosto pelas artes nas suas diversas linguagens, a preservação do patrimônio histórico-cultural, valorizando a cultura popular e a interação entre os reassentados e as comunidades vizinhas, buscando desenvolver a consciência da realidade desses sujeitos e o exercício da cidadania. Para tanto, o programa propõe, através dos projetos, um trabalho contínuo e prolongado de intervenção junto aos reassentados, onde a escola ocupa um papel fundamental no processo de discussão e de viabilização da formação cultural dos jovens e das crianças. Esse programa divide-se nos seguintes projetos: Eventos Culturais; Mostra Cultural; Cursos e Comunicação. Para entender melhor a respeito do Programa de Arte e Cultura,

¹⁴⁸ MARAN, Margaret. *Entrevista*. Citada.

perguntei a Margaret, como e por que ele foi pensado de tal forma, qual era o seu objetivo, bem como a sua importância para o reassentamento.

Arte e cultura a gente fez, eu diria assim, a mostra cultural foi uma coisa bem importante, a gente desenvolveu as mostras culturais, a gente fez até a sexta... Era uma por ano, é claro que as mostras culturais deveriam ter continuidade, mas a gente lutava para que ela fosse uma política pública, não conseguiu ser. Você não tem a cultura aqui em Cascavel, é muito frágil, nos outros municípios nem se fala, nem tem. Então assim, de fato a gente deu uma mostra que era possível fazer, mas dar continuidade nisso você precisava de muito recurso, então deu uma parada justamente por causa disso, mas eu sei assim que muitos jovens ainda fazem muita coisa, lá dentro do reassentamento. *Despertar justamente nas pessoas que a cultura ela era importante, então assim, a gente despertava desde a leitura, a questão da poesia, da música da expressão corporal*, de tudo isso a gente fazia, e aí não envolvia só jovens, a gente envolvia desde criança até pessoas de idade, foi muito legal esta parte... Também *trabalhávamos principalmente a questão dos hábitos, o que cultivava, o que fazia, como a gente sabe que esta coisa da cultura da beira do rio era uma cultura mais, como posso dizer, do jeito de produzir, a gente pedia para o pessoal, o pessoal trazia pão de casa, fazia rosca de polvilho, trazia a galinha caipira, o chimarrão, o jeito de fazer o chá*, não sei o que, essa era... A alimentação, então *a gente trabalhava a arte e cultura no resgate* que a gente fazia era mais no sentido de chás, do que as mulheres faziam, plantavam determinadas, traziam as mudinhas dos chás que já plantavam que já faziam que não sei o que, era uma forma da gente resgatar um pouco isto, esse era o resgate... A família toda participava.¹⁴⁹ (Grifo meu).

A fala revela várias atividades que eram desenvolvidas no programa, tanto no projeto dos Eventos Culturais e da Mostra, com os concursos, grupos de leitura, aulas de música, de dança; como nos cursos e encontros onde se propunha o resgate da cultura da beira do rio, buscando envolver a todos. Diante do exposto, a proposta dos reassentados e da Crabi através do PD (2000) e da referência da fala da reassentada, apontam que o programa teve por objetivo contemplar elementos importantes e favoráveis à manutenção e à preservação de um modo de vida, das características socioculturais dos reassentados. Isso tudo nos remete a uma dimensão de discussão política, que traz em seu bojo uma noção de cultura holística, como modo de vida global, o que nos faz retomar as reflexões de Raymond Williams, mencionada no primeiro capítulo deste trabalho, e aqui se faz pertinente citá-la de forma mais específica:

[...] há certa convergência prática entre os sentidos antropológico e sociológico de cultura como “modo de vida global” distinto, dentro do qual percebe-se, hoje, um “sistema de significações” bem definido não só como essencial, mas como essencialmente envolvido em *todas* as formas de atividade social, e o sentido mais especializado, ainda que também mais comum, de cultura como “atividades artísticas e intelectuais”, embora estas,

¹⁴⁹ MARAN, Margaret. *Entrevista*. Citada.

devido ênfase em um sistema de significações geral, sejam agora definidas de maneira muito mais ampla, de modo a incluir não apenas as artes e as formas de produção intelectual tradicionais, mas também todas as “práticas significativas” – desde a linguagem, passando pelas artes e filosofia, até o jornalismo, moda, publicidade – que agora constituem esse campo complexo e necessariamente extenso. (WILLIAMS, 1992, p. 13).

Trata-se de uma noção de cultura vista como todo um modo de vida: práticas e representações, sentidos, formas e conteúdos, significados. Os reassentados, ao trabalharem diversos aspectos (como, por exemplo, foi mencionada a expressão corporal), a proposta indica uma ação educativa, pensando em criar um novo homem, uma nova mulher, que se reconhecessem como sujeitos que vivem suas práticas como cultura e não apenas aquilo que é apresentado como tal, por exemplo, o que é corrente no imaginário popular, comum, de que o homem culto é o letrado, ou ainda, cultura tendo apenas o sentido da arte (a pintura, a música, etc.). Essa interpretação encontrou resistências, outras visões, como a do reassentado Ilídio Meurer, que não compartilha da opinião, que é expressada da seguinte maneira:

Esse programa daí é uma coisa complexa, sabe? Essa coisa da mostra cultural, por exemplo, na verdade, eu não posso falar pelos outros, eu posso falar por mim, isso aí foi uns eventos criados, que foi naquela mesma questão que eu te falei no início, foi criado por alguém que tinha interesse de seguir carreira política no caso. Então se criou pra ele todo ano aparecer um pouco e tá sempre na mídia com isso. A mostra cultural, na minha opinião, no meu entendimento, a gente tinha que chamar uns caras que entendem da coisa, da música, de outras questões, trazer e discutir isso, isso não foi discutido. Isso foi discutido por quatro ou cinco, tipo eu fui divergente, eu nunca concordei com a forma que foi colocada. Tudo bem, para um evento, mostra cultural, beleza, agora querer dizer que aquilo era cultura do povo, isso é conversa pra boi dormir. *Nossa cultura é a nossa realidade*, aquilo não tinha nada a ver.¹⁵⁰ (Grifo meu).

A fala do reassentado expõe a cultura como se fosse algo pensado, mas também vivido, ou seja, que a realidade e a cultura não se dissociam, demonstrando uma interpretação que se aproxima da noção de cultura expressa por Willians (1979), para quem cultura não deve ser considerada uma entidade percebida, que está dada puramente. Willians entende que a cultura está ligada tanto aos processos gerais, como também aos processos íntimos, que ela é um processo integral da vida relacionado aos seus diferentes modos, ou seja, não se distingue da realidade social que os sujeitos vivenciam, e que, pelo contrário, é um elemento constitutivo do processo de construção social.

¹⁵⁰ MEURER, Ilídio. *Entrevista*. Citada.

Além de uma noção diferenciada sobre cultura, o depoente lança a percepção de que o Programa Arte e Cultura foi algo criado para corresponder ao interesse individual de se projetar na carreira política, um fato relevante tendo em vista que algumas lideranças tiveram esse envolvimento quando da candidatura a cargos políticos em seus municípios de origem. Apesar da crítica por parte do reassentado Ilídio ao que foi considerado como cultura quando do desdobramento do Programa Arte e Cultura na prática, é importante salientar o que consta nos termos do programa no PD (2000). Nesse documento, a noção de cultura perpassa por uma conceituação bastante “sintonizada” à que o reassentado menciona, pois no PD cultura está relacionada “ [...] à realidade, ao modo de vida e principalmente à bagagem histórica” dos reassentados (PD, 2000, p.48). Consta ainda que a cultura é construída, envolve ações em torno da “[..] criação e a crítica aos valores vigentes”, assim como “deve se colocar a serviço dos problemas sociais [...]”, através da “[...] formação da consciência revolucionária.” (PD, 2000, p.47).

Isso deveria acontecer, segundo o PD, através da promoção de eventos que contemplassem as produções artísticas resultantes da preservação das características culturais dos reassentados. Talvez tenha sido justamente no desdobramento dessa proposta na prática que tenha ocorrido equívocos, gerando possivelmente uma contradição entre o que se propunha ao que de fato aconteceu, como referencia a fala do reassentado Ilídio. Apesar de tudo isso, quando os recursos provenientes da Copel para os reassentamentos começaram a cessar em 2004, esse foi um dos primeiros programas a ser desativado. O que é relevante destacar aqui é a opinião dos jovens. E eles sentiram falta desse programa, pois era considerado um estímulo às relações sociais, artísticas e também um excelente tipo de entretenimento. Não eram, contudo, os jovens que decidiam sobre os investimentos, tampouco eles se organizaram para continuar com os eventos culturais, mesmo que fossem em proporção menor. A fala de Andreia demonstra o entusiasmo acerca dos eventos que aconteciam na Mostra Cultural:

Ah... tem assim as oficinas de teatro, todos os jovens adoravam, nossa! Agora não tem mais, mas era o que mais chamava a atenção pra juventude. Eu não sei quanto aos outros. As mostras culturais eram joia quando tinha [...] teve eu acho umas seis, só até a sexta ou sétima mostra cultural, daí não teve mais verba, não sei como é que foi lá! A gente ficava sabendo de vez em quando de uns desentendimentos assim, mas, no mais eles procuravam ajudar todos igual! A maioria dos casos era abafado, eu mesma não me interessava muito, pra falar a verdade. Agora é que eu fiquei sabendo, é que a gente fica sabendo, a família da gente comenta, mas eu soube de desvio de verba, tá, tá, tá...

Era muito dinheiro que vinha de onde e, a gente nunca sabia aonde que ia. Por exemplo, até então, pra essa mostra cultural que era pra estar sempre acontecendo, mas acabou que veio o dinheiro e não foi feita essa mostra cultural. [...] Por isso que, nesse caso, houve bastante conflito. Mais do que isso, eu não sei!¹⁵¹

Segundo Andreia, os desentendimentos de alguns reassentados na comunidade eram constantes, mas, no final, procurava-se ajudar a todos igualmente. Ao mesmo tempo em que ela rememora com entusiasmo como ocorriam as Mostras Culturais, projeto articulado ao Programa de Arte e Cultura, fica também exposta a decepção pela descontinuidade do programa e o respectivo motivo para que viesse a tomar esse rumo essa atividade mencionada como importante, principalmente pelos jovens. Se houve desvio, não nos foi possível confirmar, mas, independentemente da veracidade do fato, percebe-se que houve posicionamentos diversos em relação à atividade e não poucos parecem ter sido os conflitos. Sobre o assunto, Margaret explicita:

Então a continuidade disso é o fato de ter que, e a gente tinha claro isso, sabe, não é que terminou porque terminou o convênio com a Copel, a gente tinha claro mostrar que era possível fazer, mas a ideia era que os municípios assumissem, que ela se tornasse uma política pública. Todos os programas que nós fizemos, todos, em todos os momentos a gente discutia não como privado, mas para se tornar política pública, porque a gente sabe, você sabe que não adianta você querer, dentro de uma sociedade, assumir uma coisa que não é pública. Ninguém tem condições de garantir isso... A gente chamou a Secretaria de Cultura aqui de Cascavel, tanto que eles participaram, participavam não, eles iam nos eventos, porque quando fala de participação, a pessoa pensa, o prefeito estava lá, ele participou, não, ele ia no evento. Foi dada a sugestão, foi sugerido inclusive para o secretário de Cultura, não sei quem era o secretário naquela época [...].¹⁵²

Assim como em outros momentos da entrevista, a reassentada Margaret menciona a necessidade de que vários dos programas fossem assumidos pela esfera pública governamental, em específico a autarquia municipal. É que, já naquele momento, não havia nenhum indicativo de que o Programa pudesse se autossustentar sem o envio de recursos, indicando uma contradição, já que nega terem as mostras sido encerradas ao término do convênio com a Copel. Foram feitas tentativas para que o município tivesse assumido o evento, porém sem resultados, pois atualmente o Programa está desativado no reassentamento. Segundo ela, não há possibilidade alguma de o PD funcionar na sua totalidade, sem que haja o apoio dos governos, parcial ou totalmente. É interessante observar que as ações de uma organização social, nascida de um movimento social, propõem procurar

¹⁵¹ DORÉ, Andreia. *Entrevista*. Citada.

¹⁵² MARAN, Margaret. *Entrevista*. Citada.

o Estado para a criação de políticas públicas de desenvolvimento, o que nos leva a questionar se esta proposição foi discutida e avaliada na construção dos projetos do PD, ou se as dificuldades levaram ao engendramento dessa proposição. De qualquer modo, isso mostra que os sujeitos propõem ações às esferas públicas, reivindicam políticas públicas, portanto atuam no sentido de construir cidadania. Como mostra José Murilo de Carvalho, em “Os Bestializados – O Rio de Janeiro e a República que não foi”¹⁵³, é dever do Estado promover políticas públicas, objetivando a cidadania, mas também os sujeitos devem fazê-lo mediante ações em diferentes espaços e em relação ao Estado, cobrando deste ações, programas, políticas para a promoção da cidadania.

Na percepção que permaneceu na elaboração final do PD, o desenvolvimento comunitário, através do Programa de Desenvolvimento Comunitário, é visto como uma forma de também incentivar os reassentados ao exercício da cidadania, com a criação de espaços que privilegiem a formação e o desenvolvimento de pessoas com capacidade para apreender os processos de construção das estruturas onde estão inseridos, trabalhar em equipe e viabilizar ações para o desenvolvimento sustentável da comunidade: “[...] contemplando todos os aspectos da vida humana, social, econômica, cultural, ética, política, religiosa” (PD, 2000, p. 56). Para qualquer organização, isso implica ter uma atenção consciente das próprias mudanças que ocorreram e de como lidar com elas – nesse caso em específico, a fim de desenvolver propostas e ações sobre o novo espaço habitado. Isso pode significar, na concepção do PD, a diferença entre a construção de soluções sustentáveis ou o fracasso do reassentamento.

Para que isso se cumprisse, para o desenvolvimento do Programa Comunitário, previa-se a necessidade do envolvimento e da participação de todos, voltando-se à questão da coletividade. Nesse sentido é que foram pensadas as relações familiares e o quanto elas poderiam afetar no envolvimento dos sujeitos com o programa. Essa análise incluiu, principalmente, as relações de gênero, especificamente no que concerne ao gênero feminino, como as mulheres eram tratadas, como ocorria a participação delas no planejamento e na execução das atividades na propriedade, o papel que elas exerciam no núcleo familiar e como isso poderia se expandir para a comunidade como um todo. Em decorrência dessa análise é

¹⁵³CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados – o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

que foi recriado o Núcleo de Mulheres, ou também chamado Grupo de Mulheres, que, na verdade, já existia nas articulações da luta, mas não de forma sistematizada. Além do gênero feminino, também foi proposto o Grupo de Jovens, proposta que não é inovadora, pois advém dos grupos de jovens ligados à Igreja Católica das várias comunidades onde residiam antes de reassentar. Por fim, foi pensada a criação do Grupo de Convivência. Cada qual, em sua especificidade, deveria desenvolver ações voltadas para as necessidades dos reassentados, inserindo-os no processo social e produtivo. A respeito do Grupo de Mulheres, Margaret Maran, uma das fundadoras e membro representativo desse grupo enquanto esteve residindo no reassentamento, ao passo que solicitada, a partir do que ainda hoje existe, descreve minuciosamente como esse grupo se originou, a dinâmica de sustentação, as reivindicações assumidas, os objetivos propostos e a receptividade ao grupo pelos reassentados.

O grupo de mulheres assim ainda existe alguns grupos que se reúnem que fazem alguns encontros das mulheres, a padaria é resultado do grupo de mulheres, um sucesso bem grande assim, e eu acho assim que o resultado do grupo de mulheres, num primeiro momento, foi discutir as relações de gênero no meio dos conflitos que, as mulheres e os homens, de gênero mesmo né? Para elas entenderem, porque muitas vezes assim, não só culpar o homem, mas buscar e entender, como melhorar suas relações com os filhos também, compreender esse processo todo, foi muito bom isso, de garantir os seus direitos da nota de produtora, de saber negociar com o marido o uso da camisinha, de fazer os exames, da não violência, que é muito forte, da bebida alcoólica, de como conduzir e orientar. Teve muitos cursos de capacitação de orientar as mulheres, quando, por exemplo, quando o pai e o filho brigam muito, como ela pode interferir sem... sabe... então assim, houve essa capacitação dessa forma também sabe, e que deu resultado bastante grande... Se você pensar, diminuiu muito a violência. Num primeiro momento, quando nós chegamos no reassentamento, aumentou a violência muito, aumentou muito a violência contra as mulheres porque, aquela coisa, quando o homem se sente acuado, quando ele não sabe muito bem o que fazer, ele explode e qual é a primeira coisa, é a mulher. Então teve muitas separações de casais no reassentamento, muitas, assim acho que é, se você ver vai ter muitos casais separados, e uns com mais violência, outros com menos, já é resultado desse trabalho também sabe? Um pouco da libertação das mulheres também, pode ser que às vezes a separação não é a melhor coisa, no momento, mas a independência da mulher, a capacidade que ela tem de voltar a viver, respirar, ser um ser como si mesmo, isso é bem importante, então deu esse resultado. Aquilo que eu falei para você, teve momentos fortes de a gente brigar pelos nossos direitos assim, título da terra no nome da mulher, a força de trabalho, a mulher se equiparar ao homem, então essas coisas que foram bem importantes, a nota de produtora, conta na Cresol para poder, por exemplo, na Cresol hoje, que a gente adotou uma política da época que eu era da direção da Cresol, de que, tinha muitos homens que viviam fazendo empréstimo e gastavam o dinheiro na zona, dizia que ia fazer uma coisa e não fazia, a mulher nem sabia, depois o cara não pagava, e na hora de pagar a dívida que a mulher descobria que o marido tinha pego aquilo lá, o quê que nós fizemos, adotamos e hoje o homem não faz financiamento se a mulher não vier assinar. Os dois têm que assinar, por

quê? Porque daí o seguinte: os dois são donos da propriedade e aí a mulher vai saber onde o homem vai gastar o dinheiro, entendeu? Evita muitos conflitos, muitas coisas dessa forma entendeu? E isso foi uma política que a gente desenvolveu junto, a partir das reivindicações que as mulheres falavam, porque isso ninguém ia saber, mas quem vai saber? Isso é sigilo bancário. Mas as mulheres contavam no grupo de mulheres, que isso acontecia daí eu, como estava dentro de outro espaço, trazia aquele problema para tornar-se uma política, da entidade, da instituição, acho que isso é bem importante assim... E aos poucos foi tendo uma aceitação... os homens aceitaram... no primeiro momento não... Eles nem sabiam porque... nem podiam saber, mas eles no fundo, eles sabiam que tinha dedo meu, mas depois eles entenderam que era o melhor que tinham, que era por aí mesmo, era melhor para eles mesmos, para a própria família, essa coisa toda. Então o grupo de mulheres era mais nesse sentido, a gente está colhendo os resultados desse processo e ainda tem as mulheres assim, se reúnem, eu sei que ainda que a Emater¹⁵⁴ de vez em quando vai fazer alguns cursos, teve alguns momentos que as mulheres reivindicaram professor de educação física para fazer ginástica para elas [...].¹⁵⁵

Alguns trechos do depoimento remetem às conquistas antes do reassentamento, através da participação inicialmente tímida, nem tão efetiva assim das mulheres. Depois de algum tempo, segundo Margaret, em 1994, é que se percebeu a importância do envolvimento das mulheres, até como forma de estratégia frente a algumas “armadilhas” da Copel, que enviava seus homens nas propriedades para fazer levantamentos e cadastros quando os homens não estavam, a fim de manipular informações e quem sabe até recolher assinaturas, pois as mulheres não estavam a par de toda a situação. Então era urgente que as mulheres despertassem criticamente para o seu papel na organização da luta. Nesse processo, as mulheres foram descobrindo novas perspectivas que as levaram a se reunir e a buscar a formação do Grupo de Mulheres, como já citado no primeiro capítulo.

A participação das mulheres, principalmente quando elas tomam frente de um grupo, geralmente está pautada pelo fator sobrevivência, ou seja, a mulher nutre a preocupação constante para com a questão do sustento dos seus, e por isso acaba se envolvendo em lutas que dizem respeito a certas garantias, como no caso das reassentadas, o direito à terra, ao espaço de produção e à reprodução da sua família, explicando o seu engajamento maior com a luta. Em dada medida isso se deve ao que nos aponta Perrot (1989, apud Rago, 1998, p. 2): “[...] a mulher está sempre mais atenta aos detalhes, mais voltada para as pequenas manifestações do dia-a-dia, geralmente pouco notadas pelos homens”, o que a leva também à reorganização dos espaços físicos, sociais, abrindo um campo de possibilidades, nesse caso

¹⁵⁴ Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER).

¹⁵⁵ MARAN, Margaret. *Entrevista*. Citada.

através da formação de um grupo importante na mobilização dos reassentados e, posteriormente, na organização social e produtiva do reassentamento, trazendo o que a mesma autora observa como: “[...] a visibilidade às mulheres enquanto agentes históricos.”

Nesse sentido, através da importante atuação das mulheres, já em 1994, com o Grupo de Mulheres formado, são firmadas parcerias com a Rede Mulher,¹⁵⁶ com o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) e com outras entidades, como a CPT, colaborando com as reivindicações que foram postas no decorrer desse processo concomitantemente com o da luta, como, por exemplo, o título da terra que deveria constar também o nome da mulher, a equiparação da força de trabalho da mulher com a do homem, para compor um dos critérios do cálculo para determinar a porção de terra, os chamados lotes que caberia a cada uma das famílias a serem reassentadas.

Assim, o Grupo de Mulheres teve por objetivo dar continuidade ao processo organizatório das mulheres reassentadas, pois, com as mudanças sociais e culturais recorrentes da reconstrução da vida das famílias, a elas se apresentaram novos desafios, que se transmutaram em objetivos e metas especificamente expostos dentro do Programa Comunitário. As demais conquistas mencionadas na fala de Margaret, tais como a construção e administração de duas padarias¹⁵⁷, as discussões sobre as relações de gênero, a diminuição dos índices de violência contra as mulheres no reassentamento, o cuidado com a saúde, a capacitação pessoal e profissional, são ações que surgiram pela constatação de problemas vividos pelas mulheres e, segundo a reassentada, se realizaram com sucesso.

Essas múltiplas ações se viabilizariam através de cursos, de seminários, de oficinas realizadas nas comunidades, através da integração com outros movimentos e outras entidades, com a participação representativa nas Associações, no Conselho Escolar, no Conselho e na Executiva da Crabi, garantindo assim a participação nas decisões do grupo como um todo. Além disso, foi assegurada a participação em espaços públicos, como o Conselho Municipal da Saúde de Cascavel, espaço onde, segundo Margaret: “[...] a gente fez discussão de

¹⁵⁶ Organização não governamental sem fins lucrativos, que promove e facilita a interconexão entre grupos de mulheres em todo o Brasil (apud Makoski-Lombardi, 2006, p. 74).

¹⁵⁷ Para compreender melhor o que havia acontecido com as Padarias em 12/3/2009, foi me esclarecido que atualmente uma das Padarias está desativada e a outra, chamada Pão na Roça: “*está a todo vapor!*”. Esta funciona na comunidade Nova Aliança, no interior do Reassentamento São Francisco de Assis.

*políticas públicas de saúde [...]”*¹⁵⁸, ressaltando, mais uma vez, a reivindicação da construção de políticas públicas.

Quando a reassentada menciona a reivindicação do título de propriedade em nome da mulher, da nota de produtora, assim como a exigência do compartilhamento na concessão de financiamentos por parte da Cresol¹⁵⁹, é possível perceber que a noção de que o homem é quem decide, bem como a noção de que a família é um trabalhador coletivo, pôde ter sido um dos elementos norteadores dessa negociação. O conteúdo da fala, no que se refere a essa questão, pode ser melhor entendido se recorrermos ao estudo de José Vicente Tavares dos Santos. Segundo o autor:

Na unidade produtiva camponesa, a força de trabalho é utilizada segundo seu valor de uso, pois é como atividade orientada de transformação de objetos que a capacidade de trabalho de cada membro possui significado para a família. Não se realiza a separação do trabalho da pessoa do trabalhador nem a conseqüente conversão da força de trabalho em mercadoria. Cada pessoa da família camponesa desempenha um trabalho útil e concreto, segundo o momento e a necessidade. Desse modo, estrutura-se no interior da família uma divisão técnica do trabalho, articulada pelo processo de cooperação, resultando numa jornada de trabalho combinada de vários membros da família. Nesse sentido a família camponesa transforma-se em um trabalhador coletivo. (1978, p. 34).

O autor considera que, na família camponesa, há uma interdependência e complementaridade nas atividades, gerando um processo de cooperação. Todavia, há que se observar que, se o trabalhador é coletivo, a tomada de decisões nem sempre é. Há uma separação de tarefas e hierarquias, onde o homem, o pai, é visto como a “cabeça” da família,

¹⁵⁸ MARAN, Margaret. *Entrevista*. Citada.

¹⁵⁹ Sistema de Cooperativas de Crédito com Interação Solidária. De acordo com o site oficial do Sistema Cresol de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária, ela é resultado da luta de famílias agricultoras por acesso ao crédito e pela participação, como sujeitos, num projeto de desenvolvimento local sustentável. No final da década de 1980, as dificuldades de acesso ao crédito rural, a necessidade de financiar experiências alternativas da agricultura e a luta dos assentados da reforma agrária nas regiões sudoeste e centro-oeste do Paraná levaram algumas organizações a estruturar um fundo de financiamento para a agricultura familiar – o Fundo de Crédito Rotativo (FCR). Assim, em 1995 foram criadas as primeiras cooperativas do Sistema Cresol e, em seguida, uma base de serviços (Baser) encarregada de dar suporte a essas cooperativas nas áreas de formação, de normatização, de contabilidade, de informática, organizando ainda a interlocução com outras organizações, bancos, governos e entidades de apoio. Com o gradativo aumento do número de cooperativas nos anos seguintes, novas bases regionais foram criadas e em 1998 são constituídas as primeiras cooperativas do Sistema Cresol nos Estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Em 2000, a Cresol Baser, por orientação do Banco Central, foi transformada em cooperativa central, com sede em Francisco Beltrão/PR. Em 2004, conforme o princípio da descentralização e do crescimento horizontal, foi criada a segunda cooperativa central de crédito. A Cresol Central, com sede em Chapecó/SC, tem filiadas as cooperativas do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, enquanto a Central Cresol Baser tem como filiadas as cooperativas singulares do Paraná e também de Santa Catarina. Disponível em: <<http://www.cresol.com.br/>>. Acesso em: 24 jul. 2009.

como aponta o estudo de Makoski-Lombardi (2006). A autora teve como elemento central de suas análises a questão de gênero e desenvolvimento rural, através da participação das mulheres na organização da Crabi e a partir das análises quantitativas e qualitativas. Assim, ela permitiu-se inferir que: “[...] algumas evidências mostram o crescente número de mulheres fortalecendo suas organizações, mudando as condições de convivência em que vivem, fazendo valer o direito enquanto mulher, trabalhadora e cidadã” (p. 79), ou seja, melhorando a qualidade de suas vidas e de seus familiares, tanto no que se refere ao âmbito social, quanto no produtivo, demonstrando, em números, quão expressiva é a participação de suas organizações pluriativas no orçamento do lar, pois agregam renda a atividades até então não exploradas e tidas como aparentemente não lucrativas. Concluiu, contudo, ressaltando que ainda perdura a tradicional divisão de tarefas no interior de várias propriedades e que, em alguns casos, percebeu-se a dificuldade, por parte de alguns homens, em aceitar as conquistas das mulheres.

Entre outras falas, na entrevista com Lúcia Catne a questão de como estão os grupos que foram criados no reassentamento, em específico o Grupo de Mulheres, é evidenciada. O que se pôde perceber é que houve uma “desistência”, por parte da maioria dos reassentados, das práticas de organização de atividades em grupos, explicando, possivelmente, a desativação de uma das padarias, mencionado anteriormente. Segundo Lúcia:

Agora, no nosso meio não tem mais, hoje não tem mais grupo de mulher, não. Não sei se desanimaram. Agora tem um único grupo que ainda mantém a tradição do grupo de mulheres, que é o lá da Barra Bonita. Aquilo lá não tem mais nada [*se referindo a padaria*]¹⁶⁰, já faz uns 3 anos que não tem mais. Antes tinha, tinha os curso de bolo, até de bordado acho que veio.¹⁶¹

Atesta a depoente que permanece um único Grupo de Mulheres na comunidade Barra Bonita (referindo-se à Comunidade Vargem Bonita), o que diverge da fala da reassentada Margaret, que diz existir a panificadora na Comunidade Nova Aliança. Sabe-se, porém, que os dois grupos estão ativos. A reassentada Lúcia menciona que o que lhe chamava mais atenção, em relação às ações que o grupo de mulheres realizava, eram os cursos, não menos importantes, mas que não medem o peso político-organizacional e suas efetivas conquistas para as mulheres reassentadas. Quando questiono Andreia acerca da participação das mulheres na luta, se ela ou alguma mulher da sua família se envolveu nas movimentações e qual é a sua avaliação sobre a participação das mulheres, a reassentada avalia que:

¹⁶⁰ Grifo meu.

¹⁶¹ CATNE, Lúcia. *Entrevista*. Citada.

Ah... Sim, eu creio que teve a participação, sim. Teve a Margaret Maran e a Margareth Machado que faziam parte da Crabi, nossa, que ajudaram bastante. Traziam as reuniões, traziam tudo!

Da minha família, assim, quando tinha reunião dos atingidos, assim, elas participavam junto. Elas vieram aqui, escolheram o local, tudo, mas não assim pra ir lutar mesmo não, da minha família não, mas eu conheço algumas que lutaram sempre e, nossa, eu acho ótimo, positivíssimo.¹⁶²

As diferentes entrevistas evidenciam essa percepção, como para José Gonçalves de Oliveira, que afirma ter sido efetiva a participação das mulheres. Ele destaca a importância dessa participação, fala sobre o incentivo que uma mulher exercia sobre as outras numa mesma comunidade e no geral, e como esse fator foi importante para o sucesso da luta.

Ah, sem dúvida nenhuma que as mulheres também faziam parte, eu posso dizer, quase 100% das mulheres davam força total. Todas elas também, uma que tinha também no meio das mulheres, mas uma puxou as outras e deu tudo certo, uniu assim homens, mulheres e até crianças, tudo no protesto, pra dar tudo certo o objetivo que nós pensamos.¹⁶³

Essa informação aparece no estudo de Makoski-Lombardi (2006) quando afirma que, a partir do momento em que as mulheres das diferentes comunidades viram o exemplo e a experiência das pioneiras do Grupo de Mulheres, vislumbraram a possibilidade de também participarem, ocorrendo, assim, uma maior adesão ao grupo. Pergunto, então, sobre a existência de mulheres fazendo parte da liderança e se elas eram ouvidas igualmente: *“Teve! Teve bastante, nossa, e aqui mesmo depois que a gente foi reassentado [...] em partes iguais, tranquilamente, mesma força total, igualzinha”*¹⁶⁴, referindo-se ao fato de que tiveram mulheres partilhando a liderança com os homens e se fazendo ouvir igualmente.

O reconhecimento da importância exercida pelas mulheres está expresso nas diferentes entrevistas. As falas de Andreia Doré e de José Gonçalves de Oliveira, moradores do reassentamento e que, enquanto reassentados, participaram de maneiras diversas de todo o processo, da luta ao reassentamento, convergem nessa percepção. Diante do exposto nos relatos, é possível inferir que as mudanças ocorridas a partir das ações do Grupo de Mulheres foram significativas para o reassentamento.

Nesse sentido, justifica-se a preocupação e a importância dadas pelos reassentados e pela equipe em recriar o Grupo de Mulheres como parte integrante do Programa de

¹⁶² DORÉ, Andreia. *Entrevista*. Citada.

¹⁶³ OLIVEIRA, José Gonçalves de. *Entrevista*. Citada.

¹⁶⁴ OLIVEIRA, José Gonçalves de. *Entrevista*. Citada.

Desenvolvimento Comunitário, e, assim como ocorreu com as mulheres, houve também a preocupação com os jovens e com as formas de ação que poderiam orientá-los na dinâmica da realidade por eles vivida. Esse foi o fator desencadeador para a recriação do Grupo de Jovens. Na avaliação dos elaboradores do PD, boa parte da saída desse segmento do campo deve-se a fatores como os de ordem econômica, pois, se o jovem não participa da organização da agricultura familiar, não terá a sua própria renda. Assim, quão menos colabora na produção e na obtenção da subsistência e até do excedente produzido pela família, tanto mais isso o leva a buscar a sua autonomia em outros espaços, em geral atraído pelos empregos urbanos. A ausência de atividades de lazer, a falta de políticas públicas e a discriminação social muitas vezes sofrida por esses jovens, impostas pelo estigma do caipira e de que a agricultura familiar nada tem a agregar ao jovem no sentido de um futuro promissor, são também tantos motivos preponderantes para a não valorização do modo de vida por eles herdado e experimentado.

Para resistir e, ao mesmo tempo, trabalhar contra essa percepção que descola o jovem reassentado de sua realidade, é que, através do Grupo de Jovens, alguns já formados anteriormente ao reassentamento em torno do mesmo nome, só que advindos da Igreja Católica, procurou-se desenvolver espaços e ações¹⁶⁵ para que os jovens expressassem seus anseios. Ao mesmo tempo, esses espaços serviriam para que se pudessem propor reflexões, através de atividades pautadas no aprofundamento de elementos teóricos, a fim de compreenderem a realidade na qual estavam inseridos. Outro elemento importante ligado a esse projeto do Grupo de Jovens refere-se à formação de novas lideranças, elemento visto como imprescindível para a manutenção das comunidades e do próprio reassentamento. Em dois momentos da entrevista com Margaret Maran, ela expõe no que todo esse processo resultou.

[...] por exemplo, o Cirineu está lá, tem gente fazendo faculdade, quantas pessoas estão fazendo faculdade, entendeu? [...] Então o João de Campos, que fez Pedagogia da Terra, ele está em São Paulo fazendo um curso de espanhol, porque ele vai coordenar um curso na Venezuela, um intercâmbio com a Venezuela, no sentido de organizar, ele vai coordenar, ele vai ser o coordenador pedagógico do curso ligado à terra, na Venezuela... De onde ele saiu? Do Reassentamento São Francisco. Então não serviu? O Volnei, que

¹⁶⁵ Grupos de discussão e de resolução de problemas cotidianos nas comunidades; incentivo à participação em cursos profissionalizantes; promoção de palestras e cursos que atinjam as dimensões: política, social, cultural e de lazer; promover o acesso a espaços de lazer; incentivo à participação da juventude nos eventos culturais da Crabi – tudo isso visando propiciar a permanência na terra com qualidade de vida. (cf. PD, 2000, p. 68).

está na SETP¹⁶⁶, que faz toda a articulação de segurança alimentar, não sei o que lá, é filho de reassentado, não é porque é meu filho, mas é reassentado, veja, ele é um técnico... Nas conversas que a gente sente... é um banho, porque ele tem, além do conhecimento técnico, ele tem uma caminhada que não dá na faculdade, que é do movimento.

[...] muitos jovens, eles veem que a qualidade de vida lá no sítio é muito melhor do que aqui [*se referindo à cidade*]¹⁶⁷, então aprende o que eles podem desenvolver lá, e que é importante você ter educação, ter estudo, ter conhecimento lá no sítio. Jovem, com toda aquela ideologia, você sabe como é que é, então assim, mas os estudantes estão aí, eu acho assim que muitas coisas, muitos jovens estão empenhados principalmente na questão do leite, entendeu? E que estão lá e estão trabalhando, fizeram curso de inseminação, é resultado dos grupos de jovens, porque quando a gente reunia os jovens era para discutir a problemática, porque tem um problema muito grande e que às vezes não aparecem, os jovens vão para as cidades porque eles têm divergências com os pais, com os homens, porque o pai tem um jeito de ser e de fazer, o filho já vem com outro jeito, e o pai não aceita que aquele pirralho, um bosta, um não sei o que vai querer me mandar, eu sempre fiz assim e deu certo porque que agora eu tenho que mudar, e os conflitos são muito grandes, entende? Idade, geração, método, essa coisa toda, então muitos jovens saíram por causa disso, mas muitos já retornaram. Esses dias eu estava conversando com um que, com a questão da compra direta da agricultura familiar, o filho voltou para auxiliar o pai, porque está produzindo outro tipo de coisa que não é só lavoura. O pai começou a perceber que o filho, estando junto com ele, ele tem mais segurança, divide os trabalhos, as tarefas, essa coisa toda [...].¹⁶⁸

A relação entre pai e filho, à qual a reassentada se refere, está enraizada no significado acerca da liberdade, tida aqui como autonomia, exposto na articulação entre a família, a terra e o trabalho desenvolvido no estudo de Woortmann (1990): “A transmissão de terra sem o saber não transformaria essa terra em terra de trabalho, nem em patrimônio familiar. É pelo saber que o pai ‘governa’, ‘dá a direção’ do processo de trabalho. [...] controla o processo de trabalho pelos princípios do parentesco e sob o ‘governo’ do pai” (p. 55).

Apesar de as relações estarem pautadas, ainda, em certa medida, pelas ações tradicionais mantidas pelos mais velhos, os pais, ao mesmo tempo abrem espaço para se

¹⁶⁶ A Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social (SETP), criada em 2002, tem por finalidade: a definição de diretrizes, a formulação, a coordenação e a implantação de programas para a política pública do trabalho, emprego e renda no âmbito do Sistema Público de Trabalho, Emprego e Renda nas áreas de: intermediação do trabalhador e orientação profissional, operacionalização do seguro-desemprego e documentação do trabalhador, qualificação profissional e social, certificação profissional, fomento a atividades produtivas autônomas e empreendedoras, relações de trabalho, saúde e segurança no trabalho, geração e divulgação de informações sobre o mercado de trabalho; e a articulação interinstitucional para a definição de diretrizes, formulação e implantação da Política de Segurança Alimentar e Nutricional no âmbito estadual do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional definido por lei e a efetivação de medidas diretas e imediatas de garantia de acesso à alimentação adequada, com ações que ampliem a capacidade de subsistência autônoma da população. Disponível em: <<http://www.sept.pr.gov.br>>. Acesso em: 5 mar. 2009.

¹⁶⁷ Grifo meu.

¹⁶⁸ MARAN, Margaret. *Entrevista*. Citada.

desenvolver um novo movimento dentro do núcleo familiar. Percebe-se, pelas falas acerca de algumas conquistas, que a formação dos jovens resultou em duas situações diferentes, porém não antagônicas: o encaminhamento desses para uma formação universitária ou técnica, que lhes permitiu traçar outros rumos, como é o caso daqueles que expandiram as suas experiências do movimento para fora do reassentamento, trabalhando em empresas, bem como se engajando em outros movimentos. Há, porém, também aqueles que retornaram para o reassentamento. A exemplo disso podemos citar a entrevistada Roselei Koch Ribeiro, que hoje está envolvida com o desenvolvimento da produção na propriedade de sua família, e contando com os conhecimentos que lhe foram transmitidos na formação que foi buscar fora do reassentamento, onde se graduou em Pedagogia, e atualmente trabalha na escola do reassentamento.

Os jovens que retornam ao reassentamento, eles o fazem porque sabem que aquele é um bom lugar para se viver e até porque, segundo a reassentada Margaret, hoje há uma política pública que incentiva a produção da agricultura familiar, elementos importantes para que tal fato ocorra. Nem todas as percepções convergem nesse sentido, contudo. No depoimento da reassentada Jucelha Catne, que também foi favorecida com o estudo universitário, graduando-se em Matemática e atualmente trabalha na escola do reassentamento, trabalhar na propriedade da família é uma situação que lhe causa insatisfação e não vai se prolongar por muito tempo. Tal situação será discutida mais adiante, ao tratarmos do Programa de Educação.

Ainda no que se refere ao Programa de Educação, é importante adiantar, aqui, que, nos diferentes espaços educativos do reassentamento, como no caso da escola do reassentamento, é privilegiada uma educação do e no campo, que se orienta pela reflexão e pela consideração do modo de vida camponês, o que se amplia pela compreensão das necessidades, dos interesses e dos valores do homem do campo. Isso significa que, entre o Programa de Desenvolvimento Comunitário e o Programa de Educação, há uma articulação consistente, principalmente no que se refere ao Grupo de Jovens, onde se objetivou subsidiar, através de diferentes ações estratégicas, uma educação coerente com os interesses, com o desenvolvimento dos jovens agricultores, possibilitando a reinvenção de homens e mulheres em sintonia e satisfação com o espaço que habitam.

A preocupação com a satisfação no espaço vivido, com a vida na nova terra, é também demonstrada através da importância do cuidado com a terceira idade no reassentamento, o que

nos remete à reflexão de Woortmann (1990). Segundo o autor, para que a terra seja transformada em espaço de trabalho e este, por sua vez, represente o patrimônio da família, há uma dependência direta da transmissão, de geração a geração, dos saberes. Assim, com o intuito de fazer o registro das experiências e a transmissão dos conhecimentos para as pessoas mais jovens, possibilitando, ao mesmo tempo, a manutenção e a recriação de um modo de vida próprio, foram desenvolvidas ações voltadas para a terceira idade. Essas ações, por sua vez, objetivaram orientar sobre os direitos dos idosos, incentivar o desenvolvimento de atividades culturais, atividades físicas e de lazer, por meio da realização de simpósios, de seminários, de festas, de encontros e de intercâmbios com outros grupos. Tais proposições serviram de base para a elaboração do Grupo de Convivência. De acordo com o Programa de Desenvolvimento Comunitário, as pessoas de idade mais avançada encontravam maiores dificuldades na adaptação ao novo espaço. Segundo relata Margaret:

Uma senhora, que, olha, nunca esqueço a dona Maria, ela mora no Agro Ibema, faz um tempão que não a vejo, não sei nem se está viva, mas nunca esqueço, ela veio para o reassentamento e eu sempre ia na casa dela, casinha de chão batido, mas essa mulher era alegre, a casa dela cheia de flores, sabe assim, aquele ranchinho lindo, que dá gosto de você chegar lá, aí um dia fui na casa dela, visitar ela em Ibema, que estava doente, e as mulheres: “Margaret a dona Maria está doente, não tem mais alegria, não está mais cantando, que nem ela cantava”. E ela vivia cantando, declamando poesia e aí, ela triste: “Margaret tenho que falar com você”. Achei que era problema sério, com marido, filho, sei lá. Ela me chamou no quarto, chorando. Perguntei: “Dona Maria, o que está acontecendo? Por que a senhora está tristonha assim?” “Tenho vergonha de falar...”. E o que será? A gente sempre pensa na questão da violência, mas faz anos que ela é casada, será? Já de idade, não era uma menina nova, daí ela me disse: “Se eu te contar, você não vai ficar brava comigo?” Falei: “Não, imagina!” “É que eu não consigo ser feliz aqui. Essa casa linda, que eu ganhei tudo isso que eu ganhei aqui, mas eu tenho saudade do meu ranchinho”, daí você pergunta: Valeu a pena?¹⁶⁹

Há, nessa fala da reassentada, uma série de elementos que, se vistos na sua totalidade, nos levam a compreender que a d. Maria está tratando das lembranças que a remetem ao modo de vida anterior ao reassentamento e o quão difícil estava sendo para ela adaptar-se ao diferente, ao novo modo de vida. O choro, a tristeza, a saudade do “ranchinho” descritos pela depoente talvez possam nos indicar uma manifestação de resistência, consciente ou não, por parte de d. Maria, não deixando dúvidas quanto à reflexão proposta por Margaret no final de sua fala. Por outro lado, mas não contraditoriamente, ainda que em outras falas possamos nos ater a uma percepção por parte dos reassentados de que tenha havido uma situação de saldo positivo ou, no mínimo, vantajosa, no que se refere aos reflexos da relocação, há entre eles

¹⁶⁹ MARAN, Margaret. *Entrevista*. Citada.

aqueles para os quais, se fosse feita uma relação de perdas e de ganhos, não haveria saldo positivo algum – pelo contrário, há um sentimento de perda que se anuncia todos os dias, alertando para o fato de que a saída da margem do rio talvez não tenha significado um avanço.

Diante do até aqui exposto a respeito do Programa de Desenvolvimento Comunitário e dos diferentes grupos que se formaram dentro do Programa, em especial o que se refere ao Grupo de Convivência, a reassentada esclarece:

O desenvolvimento comunitário, o quê que a gente trabalhou? A gente trabalhou os grupos, por exemplo, assim, de jovens, grupo de idosos, grupo de mulheres, e o desenvolvimento da comunidade mesmo, porque tem os centros comunitários, como que você gestiona isso, como que você faz com que estes grupos tenham acesso a esta... O que a gente trabalhou menos foi o grupo da terceira idade, a gente não conseguiu, primeiro porque não tinham muitas pessoas de idade, não tinham idosos assim. Esses dias uma pessoa me perguntou, preciso de uma vizinha não sei o que, eu lembrei de duas pessoas só de idade, no reassentamento não tem, é um ponto positivo se você olhar. Então a gente não avançou muito porque a gente não tinha pessoas suficientes para formar um grupo...¹⁷⁰

Assim, cada comunidade contava com os projetos que mais interessavam ou com os que estavam mais de acordo com a sua realidade. No caso do Grupo de Convivência, devido à dificuldade exposta na fala, não foi possível um maior avanço na continuidade desse grupo e de suas atividades. Em outra direção, o reassentado Valdir, ex-presidente da associação da comunidade Alto Alegre, assevera que, na época em que era presidente, não havia conflitos na sua comunidade e os seus participantes eram muito unidos, ou seja, havia uma comunidade de interesses. A prioridade era a Igreja, o time de futebol e o Grupo de Jovens. Quando questionado sobre como está a sua comunidade hoje, avalia:

É, inclusive isso se perdeu hoje, está meio que abandonado. Hoje, assim, a igreja assumiu o papel dela, a associação o papel dela e o esporte, então assim... se dividiu em três alas. Hoje eu não participo de nada, faz três anos que eu parei, quer dizer, eu frequento, mas procuro não dar a minha opinião! Porque assim, pra tu dar a tua opinião, eles vão te colocar em algum cargo, e se te colocarem num cargo, tem que trabalhar e, trabalhar ocupa tempo, e agora não estou podendo.¹⁷¹

O envolvimento com o grupo, segundo Valdir, já não é mais o mesmo. Ao afirmar que cada instituição assumiu seu papel, é possível afirmar que o Programa não deu certo, já que todos os projetos deveriam funcionar em parceria. Essa inferência é possível em virtude das

¹⁷⁰ MARAN, Margaret. *Entrevista*. Citada.

¹⁷¹ NUNES, Valdir Poluceno. *Entrevista*. Citada.

falas recorrentes entre os reassentados. Nesse caso, segundo ele, porque cada qual assumiu seu papel, reforçando a fala anterior da depoente Lúcia, de que os grupos já não estão efetivos. O reassentado toca em um dos pontos que perpassa o Programa Comunitário e que é ressaltado nos objetivos de cada um dos grupos até aqui discutidos: o lazer. Ainda se referindo à comunidade a que pertence, Valdir aborda mais precisamente o lazer, através de uma das manifestações, o esporte.

Eu não gostava de futebol, passei a gostar pra conviver junto com eles, aí eu ajudava na organização dos times, fazendo um trabalho meio de base pra eles [...]. Acho que ficou uns quatro anos o time mais unido do reassentamento, inclusive é o melhor campo que tem até hoje...¹⁷²

Algumas das possíveis explicações que podem ser dadas no que se refere à continuidade ou não do desenvolvimento de ações que pudessem incentivar as práticas comunitárias, entre elas a do esporte e a do lazer, são apontadas por Ilídio:

Esta é uma questão já, vamos dizer, não é do processo de barragem. Isso [*se referindo ao esporte e lazer*]¹⁷³ é uma coisa que vem se pensando aí há uns 20 anos, é uma coisa que no interior ele tá em decadência, porque daí entra numa outra coisa, chamada família. Porque, por exemplo, sou eu e mais seis irmãos e eu só tenho um filho, o meu irmão só tem duas filhas, o meu cunhado só tem uma filha, o outro não tem nenhum. Então se diminuiu muito a questão da natalidade, da população, daí essa questão do esporte em si ficou muito decadente [...]. O Programa, [...] ele funciona, mas funciona com poucas pessoas. O lazer, claro, na situação de se morar numa casa mais confortável, isso melhorou com certeza, tu mora melhor! Então, ele era ligado um pouco a essa questão mesmo, a questão de desenvolvimento comunitário era a questão de trazer o lazer, o esporte. Tipo assim, essa questão ficou mais ou menos nessa situação também... Então, com o controle maior da natalidade, se reduz a população, aí se reduz no tamanho da família também. Vamos dizer assim, a gente não pode ter reclamação nessa questão aí, sempre tem festa aqui, o pessoal vai e coisa e tal, mas claro que não é como era há um tempo atrás, tu juntava 30 famílias, tu tinha 200 pessoas, agora tu junta umas 50, 60 pessoas, mudou a realidade.¹⁷⁴

O reassentado não afirma existirem mais as práticas de lazer e de esporte no interior do reassentamento, porém aponta para um problema de dimensão mais ampla, pois o reassentado atribui o pouco envolvimento da comunidade nesse tipo de atividade pelo fato de que as famílias se tornaram menores. Trata-se de uma situação que não se evidencia só no campo, o que acarretou numa espécie de abandono dos espaços e das atividades de lazer e de

¹⁷² NUNES, Valdir Poluceno. *Entrevista*. Citada.

¹⁷³ Grifo meu.

¹⁷⁴ MEURER, Ilídio. *Entrevista*. Citada.

esporte. Essa pode ser uma explicação plausível, se levarmos em conta que esses espaços são para o desfrute da família toda, mas não significa uma determinação, pois, como o próprio reassentado afirma: “*funciona com poucas pessoas*”. É interessante observar, nas considerações de Ilídio, que habitar uma moradia de melhor qualidade significa desfrutar de momentos de lazer mais agradáveis, o que vem confirmar a percepção positiva do novo espaço em relação ao espaço em que se habitava antes do reassentamento.

Numa outra direção, a reassentada Margaret, sobre o lazer, tece uma avaliação positiva, afirmando que funciona muito bem.

Então, o esporte e o lazer continuam até hoje. É o único que funciona... Nas comunidades, as comunidades fazem intercâmbio até hoje. Ninguém sabe, se você falar que não existe, existe, você está pegando, lá tem cancha de bocha, tem jogo de mulher, de homem. De futebol, de homem e de mulher, é o único lugar que tem time feminino também e tem casais, se você for lá na Aliança, lá no São Francisco, lá na Fazendinha, lá na Refopaz, e lá em Três Barras. Então eles fazem, por exemplo, a comunidade tal marca jogo com a comunidade tal. Uma vai lá, faz churrasco. Isso existe até hoje. É resultado do trabalho que nós fizemos. Pode não ser articulado do jeito que era em um grande evento assim, mas ele existe e isso para mim é o que basta... Funciona, com homens e mulheres, porque é muito difícil você ir numa comunidade rural que as mulheres participem do processo de lazer... O lazer das mulheres é fazer tricô, fazer crochê, fazer não sei o quê, mas no reassentamento, não, as mulheres jogam bocha, jogam futebol, inclusive tem meninas do reassentamento que jogam aqui no time de Cascavel. Isso tudo faz parte do esporte e lazer, do lazer que a gente construiu. Inclusive era nesse sentido mesmo, de fazer com que as pessoas não só se divertissem, mas a mulher também, e a gente conseguiu.¹⁷⁵

Apesar das percepções antagônicas acerca do Programa de Desenvolvimento Comunitário referenciadas nos diferentes depoimentos, em visitas que foram realizadas ao reassentamento em alguns sábados, para a produção das entrevistas, foi possível perceber que existe, pelo menos no que diz respeito ao esporte e ao lazer, uma continuidade na execução da proposta tida no Programa. Os espaços de lazer do reassentamento, tais como a cancha de bocha, a “prainha” e a lanchonete do lago, a quadra de futebol, sempre estavam sendo utilizados pelos reassentados. Acrescente-se a eles um novo espaço, o jôquei-clube. Trata-se de um espaço rodeado de controvérsias, como já mencionado no primeiro capítulo deste trabalho, não só por ser algo novo no reassentamento, como também pelo fato de alguns reassentados afirmarem ser um espaço pouco frequentado pelos próprios reassentados, sendo, então, frequentado por pessoas de fora, gerando certo desconforto para alguns.

¹⁷⁵ MARAN, Margaret. *Entrevista*. Citada.

Nas falas dos reassentados, foram apresentados vários motivos para que se perceba o Programa de Desenvolvimento Comunitário como aquele sobre o qual mais expectativas foram projetadas, por pretender organizar a vida social no reassentamento e, por esse motivo, é nele que convergem interesses de todos os reassentados, das crianças, dos jovens, dos adultos e da terceira idade. Essa convergência de interesses se justifica pela sua característica de envolver elementos da vida comunitária e do lazer, elementos pelos quais os reassentados muito lutaram, visto que se mantiveram firmes no propósito de exigir construir as comunidades formadas pelos laços de amizade, de parentesco e de vizinhança, já pensando em uma melhor adaptação e na possibilidade de desenvolvimento de uma vida melhor.

2.3 SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA

No sentido de promover condições para que todos os reassentados desfrutassem de melhoria na qualidade de suas vidas é que o Programa Saúde foi pensado. Esse programa é integrado por quatro projetos: Educação em Saúde, Unidade Básica de Saúde, Fitoterapia e Alimentação Alternativa, este último vinculado à prática da agroecologia, amplamente incentivada pela Crabi.

Não só pelo impacto gerado pela mudança espacial, o que já não é pouco, mas também pelas mudanças acarretadas pela transformação na estrutura da produção agrícola no país, a população do campo ficou excluída do acesso de assistência à saúde pública. Segundo o PD (2000), através do Programa Saúde se objetivou aliar o conhecimento popular ao científico. Para tanto, foi proposta primordial a implantação de um modelo assistencial integral que atendesse os reassentados com igualdade e equidade, atendimento que se pôde tornar uma das propostas desse programa através da conquista realizada em meio aos embates com a Copel, quando estavam discutindo e reivindicando a estruturação do reassentamento, sendo a construção da Unidade Básica de Saúde, o Posto de Saúde, uma das exigências mantidas. Em convênio com a Secretaria de Saúde do município de Cascavel, a Crabi conseguiu ampliar algo que não só saúde almejava, mas acesso a políticas públicas. Como participou da discussão e planejamento do programa na totalidade, Margaret narra como foi pensada a construção dessa proposta.

Olha, os postos de saúde, por exemplo, no primeiro momento, para garantir a gente reivindicou ambulância, uma casa lá, o projeto de uma casa, mas a

gente sabia, por exemplo, e fez seminários, por exemplo, o quê que as pessoas entendiam por saúde, acho que essas eram coisas bem interessantes que a gente ia de comunidade em comunidade, tudo o que a gente fazia não era a cabeça dos dirigentes que dizia que tinha que ser e ia fazer. A gente pensava que tinha que ser diferente, mas como tinha que ser esse diferente? A gente tinha que construir com as famílias, e a gente queria saber se éramos só nós que achávamos que tinha que ser diferente ou se as pessoas também sentiam esta necessidade, que não adianta você querer fazer uma coisa que não é [...] Aí o quê que a gente fazia, discutia, a pessoa está contente num modelo, não, muita gente falava dos chás, essa era uma coisa bem importante assim, sabe, porque, num primeiro momento, a gente queria que a saúde levasse em consideração isso [...]. Mas, as pessoas têm que se inserir no Sistema Único de Saúde, estamos discutindo política pública de saúde, então a gente discutiu tudo isso com as famílias. E aí é que foi construída essa questão das unidades de saúde. As primeiras foram implantadas no reassentamento, as primeiras que a gente queria isso, é claro que as pessoas a gente assim, eu hoje vejo assim, Curitiba tem, tinha, não sei se ainda tem um sistema mais assim, nós fomos lá conhecer, com algumas famílias, com algumas lideranças nós fomos, fomos lá conhecer, que tinham os chás, tinha uma unidade, que tinham alguns médicos que trabalhavam desta forma, agora aqui, você primeiro precisa de um profissional preparado para fazer isto, tem que ter uma política pública que faça isto...¹⁷⁶

Apesar de o modelo de assistência à saúde do município de Cascavel não comportar a proposta vista por Margaret e outros dirigentes na capital, o que, segundo ela, seria o ideal, o modelo assistencial de saúde foi construído com a finalidade de oferecer atendimento através do Programa Saúde da Família no posto de saúde, e, além desse atendimento, promover a prevenção e a medicina alternativa. Isso só seria possível através do Projeto Educação em Saúde, com a realização de palestras e de cursos de prevenção, assim como campanhas educativas sobre assuntos relacionados à saúde, mantendo parcerias com universidades e entidades afins. A utilização de plantas medicinais, por sua vez, se daria através do Projeto Fitoterapia, onde seriam capacitados agentes comunitários de saúde no conhecimento e na preparação dos fitoterápicos, facilitando às famílias o acesso a esses remédios, bem como incentivando-os a práticas alimentares mais saudáveis, equilibrada em nutrientes, livre de agrotóxicos, o que, por sua vez, se tornaria possível através da parceria entre o Projeto de Alimentação Alternativa com a proposta agroecológica.

Mesmo com todos os esforços convergindo para a efetivação dessa proposta, desses projetos, atualmente, apenas está em funcionamento o Programa Saúde da Família, no posto de saúde. Quando questionada sobre por que o Programa tomou esse “rumo”, Margaret responde:

¹⁷⁶ MARAN, Margaret. *Entrevista*. Citada.

[...] tem que ter uma *política pública que faça isto... Que sustente*, secretário de saúde, prefeito, tudo mais. Então tem que estar com vontade de fazer isto, porque daí tem os laboratórios em cima, porque daí, se o cara toma o chá ao invés do comprimido, o laboratório não vai vender aquele comprimido. Então não é tão fácil, tem outros interesses por trás, que estão dominando, não é tão fácil como a gente quer... Mas eu vejo com bons olhos e vejo com sucesso o que a gente conseguiu fazer dentro dos nossos limites, por um bom tempo participei do Conselho Municipal de Saúde, teve outras pessoas que participaram. Hoje eu não sei se tem alguém dos reassentados participando ou não, mas sei que a gente participou, a gente fez parte dessa política, desse movimento, tanto para poder mudar as coisas, na saúde a gente discutiu isso, além disso, na saúde *a gente discutia as relações de gênero, a questão da violência, a gente discutiu muito isso nos reassentamentos. A gente discutia muito a questão do uso dos agrotóxicos, da utilização da alimentação saudável, a gente trabalhou saúde não como doença, mas como prevenção, como promoção da saúde*, porque, às vezes, quando você fala em saúde, as pessoas justamente pensam no remédio [...], mas a gente trabalhou tudo isso com todos os reassentados, tanto que, se você for conversar com as pessoas, as pessoas sabem, pode ser que não pratique, mas sabe das coisas, tem muitas pessoas que utilizam ainda os chás, utilizam muitas coisas...¹⁷⁷ (Grifo meu).

É possível perceber que os temas e as propostas do Programa Saúde, pensados pelos reassentados e pela equipe na construção do PD, são interdependentes, pois questões (como as de gênero, de violência, de alimentação saudável e de medicina alternativa) perpassaram as discussões realizadas nos encontros e foram tidas como indissociáveis para o bem-estar de todos os reassentados. Desse modo, fica perceptível que havia uma visão avançada no que se refere à proposição do trato para com a saúde por parte da proposta no PD (2000).

Insisti no diálogo sobre as questões da saúde com a reassentada, pois ela participou não só da construção da proposta do Programa Saúde conjuntamente com a equipe e com outros reassentados, como também fez parte do Conselho Municipal de Saúde, entidade formada a partir de representantes da sociedade civil, onde são ouvidas e propostas questões para a melhoria da saúde no âmbito municipal, podendo inclusive vir a se criar políticas públicas. No caso da proposta da articulação da medicina convencional a uma medicina alternativa que valorizasse o uso das plantas medicinais, não foi possível torná-la uma política pública, o que ocorreu pelo fato de não ter encontrado apoio necessário para a continuidade da proposta, ou seja, não houve interesse por parte do âmbito público, talvez porque outros interesses estivessem e estejam em “jogo”, como afirmou Margaret. Assim, prevalece, como única referência no Programa Saúde, o funcionamento do posto de saúde. Possivelmente isso possa servir para justificar, em parte, porque, quando os reassentados são solicitados a falar

¹⁷⁷ MARAN, Margaret. *Entrevista*. Citada.

sobre o que acham desse programa, eles se remetem apenas ao posto de saúde, ressaltando a importância dessa conquista, como demonstram os depoimentos a seguir:

Eu acho que, quanto à saúde, é uma questão interessante pra nós aqui de dentro, de ter conseguido essa questão do Programa Saúde da Família, pra poder estar visitando as pessoas. Então, eu acho que nós, enquanto Cascavel, nós somos um pouco privilegiados nessa questão, que é dois local só, que é aqui o nosso e mais um outro aí, que foi feita uma pesquisa do município, é um dos melhores locais sobre isso. A gente sabe que Cascavel é uma cidade que abriga um polo regional e lá se tem mais dificuldade em ter acesso a um posto de saúde lá da cidade, ou o acesso que a gente tinha lá nos municípios, que é uma questão mais pequena, né. Então nós estamos nesse programa aí, é nós e mais uma comunidade que eu não vou saber te dizer qual, que somos privilegiados nisso aí.¹⁷⁸

Ilídio Meurer está se referindo ao programa municipal que oferece atendimento domiciliar através da visita de uma agente da saúde. Em geral, esse profissional que vai fazer as visitas nas casas é uma Assistente Social. Para tanto, basta os usuários estarem cadastrados no posto de saúde. O reassentado se refere a esse programa como sendo algo particularizado, quase exclusivo, porém esse atendimento já é política pública no município de Cascavel. Apenas no período de implantação é que foi um serviço, digamos, “exclusivo” aos reassentados. Sobre o reconhecimento da importância do atendimento prestado pelo posto de saúde no reassentamento, as diferentes entrevistas convergem, como é o caso da fala da entrevistada Maria de Oliveira:

Aqui tudo é mais fácil! Se lá a gente ficasse doente, você tinha que ir à Boa Vista ou em Três Barras, e aqui não. Aqui tem o posto de saúde pertinho de nossas casas. A gente fica mais sossegada. Sempre que preciso, vou ao posto e rapidinho sou atendida. Tem médico que fica o dia inteiro.¹⁷⁹

Da mesma maneira pela qual Ilídio e Maria de Oliveira se referem com satisfação, por terem um posto de saúde próximo à sua moradia, coisa que antes do reassentamento era de difícil acesso, para Lúcia, além do acesso ao posto de saúde do reassentamento e de este fazer encaminhamentos, ainda existe a possibilidade e recursos para tratamento na cidade de Cascavel, pois, além de ser perto, a ambulância do posto, que é mantida em comodato com a Secretaria da Saúde de Cascavel, faz o transporte.

Ah, pra nós melhorou! Você imagina se estivesse em outro lugar, longe de recurso, como que eu ia fazer com o meu marido, ele faz quimioterapia. Aqui, eu vou ali ao posto, eles encaminham, ou nós pegamos o ônibus, seis

¹⁷⁸ MEURER, Ilídio. *Entrevista*. Citada.

¹⁷⁹ OLIVEIRA, Maria Vieira de. *Entrevista*. Citada.

horas tem o ônibus, a gente vai lá no Ceonc¹⁸⁰ faz, e o homem do posto vai buscar.¹⁸¹

Lúcia, antes de me conceder a entrevista, havia comentado sobre o estado de saúde de seu esposo, que sofre de câncer e contou-me sobre a dificuldade em lidar com a doença. O que a tranquiliza, de certa forma, é o que ela narra, a possibilidade de acesso à assistência à saúde, que, em outro local, provavelmente não lhes fosse proporcionado. Entre outras falas, a dos reassentados Margaret, Ilídio, Maria e Lúcia apresenta elementos convergentes, o que não se pode deixar de observar. Todos mencionam, de forma direta ou indireta, o quanto a saúde no reassentamento, a condição da prestação desse serviço, representou uma melhoria na qualidade de vida dos reassentados, demonstrando que, apesar de esse programa não ter funcionado na sua totalidade proposta inicialmente pelo PD (2000), ainda assim ele cumpriu o seu propósito maior.

2.4 POR UMA EDUCAÇÃO BÁSICA “DO” E “NO” CAMPO

Fica perceptível que o principal protagonista em todos os programas é o homem do campo. Dessa forma, não só o Programa Saúde foi elencado como de extrema importância, mas também se revelou, nas falas de alguns reassentados, o destaque dado ao Programa de Educação, principalmente quando comparado à oferta que se tinha onde viviam antes do reassentamento, bem como enquanto as possibilidades que a educação pode oferecer para uma nova vida. A jovem reassentada Jucelha assim relembra:

[...] porque assim, quando a gente morava nas fazendas dos outros era muito difícil a gente ir pra escola! Então, não tinha aquela escola perto, meu pai que tinha que levar a gente sempre, ia levar e buscar. Então, a gente via que o sofrimento que tinha, e a gente sempre tem que dar valor nos estudos. Eu, hoje em dia, sempre brinco com os meus irmãos, que hoje eles estão dentro da escola e não dão o valor para o que tem. Nós não, nós tinha que andar 8, 9 km, meu pai tinha que levar, então a gente foi dando um pouquinho mais de valor, porque eu não fiz a 1ª. Série, nem pré, nem nada, entrei direto na 2ª e ainda atrasada. Porque agora, que eu fiz 23 anos, que eu me formei! Daí eu acho que a partir disso... E, sempre que eu estudava, eu quis ser professora e sempre de matemática, eu sempre gostei de ensinar.¹⁸²

¹⁸⁰ Fazendo referência ao Centro de Oncologia de Cascavel, que se localiza na região central do município.

¹⁸¹ CATNE, Lúcia. *Entrevista*. Citada.

¹⁸² CATNE, Jucelha. *Entrevista*. Citada.

Ao ressaltar as dificuldades encontradas para estudar onde vivia, em Três Barras, a depoente se utiliza da trajetória vivida para mostrar o avanço que ela teve enquanto pessoa, ao avaliar a própria vida, ao mesmo tempo avalia o reassentamento, dando uma demonstração do quanto a trajetória da comunidade se imbrica com a vida pessoal dos sujeitos, marcando suas vidas. Além disso nos leva à observação do quão importante se fez a construção de uma escola no interior do reassentamento. Assim, é pertinente entendermos qual é a origem, como e quando ocorreu essa proposição, de que fosse construída uma educação que buscasse valorizar os sujeitos do campo, em especial nesse caso, uma educação para a reinvenção desses novos homens, os reassentados. Nesse sentido, somos levados às primeiras discussões ou, pelo menos, à primeira discussão sistematizada e oficial acerca da temática.

A partir de 1998, com a I Conferência Nacional “Por uma Educação do Campo”, o delineamento de propostas que venham ao encontro de uma política educacional direcionada ao atendimento da “especificidade do campo” é uma decorrência das reivindicações de movimento sociais do campo, que, naquele evento se concretiza como parte de uma luta maior, qual seja, o de um projeto popular de desenvolvimento para o campo que considere os sujeitos do campo fortalecendo sua identidade. (ARROYO, CALDART e MOLINA, 2005, p. 69).

As discussões da I Conferência Nacional: “Por uma Educação Básica do Campo”¹⁸³, realizada em julho de 1998, e as diretrizes geradas a partir dela, serviram de base para a discussão e a materialização da propositura do Programa de Educação constante no PD (2000), pois nesse documento é citado: “Este projeto apresenta uma proposta de educação diferenciada que é fruto da construção coletiva dos agricultores e agricultoras, dos movimentos populares e de instituições de mediação [...]” (p. 78). O Movimento dos

¹⁸³ A I Conferência e Seminário Nacional “Por uma Educação Básica do Campo” teve como parceiros: UNESCO, MST, CONTAG, PRONERA, CRUB e CNBB. Realizada em julho de 1998, a conferência contou com a presença de 1000 delegados de todo país, e de 150 convidados de diversas universidades, organizações não governamentais e movimentos sociais. Precedida de 20 encontros estaduais, o objetivo da Conferência foi desencadear um amplo processo de reflexão sobre a situação da Educação no campo brasileiro. Com a preocupação de situar o contexto da educação dentro da realidade agrária do país e da história do desenvolvimento da agricultura, foram preparados dois textos para subsidiar as reflexões nos encontros estaduais. Além dos debates, os encontros estaduais fizeram a seleção das melhores experiências existentes em suas áreas rurais, nas seguintes frentes: educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e profissional, educação de jovens e adultos, e formação dos professores. O conjunto de experiências selecionadas em cada frente foi apresentado e debatido na Conferência, como parte dos subsídios para a elaboração da proposta nacional. Um dos objetivos da Conferência, ao preparar a proposta, foi oferecer subsídios à Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, que estava elaborando as emendas ao Plano Nacional de Educação, que, à época, não possuía nenhuma proposta específica para a área rural, ignorando a existência de 33 milhões de pessoas que viviam naquele momento no campo. Em função da imensa receptividade obtida dos educadores da área rural aos chamamentos da Conferência, as entidades promotoras decidiram dar continuidade a essa parceria, na perspectiva de organizar novos encontros e de fortalecer a construção de uma proposta específica de educação para o campo, a partir das necessidades e da realidade concreta enfrentada pela população dessa área e pelos educadores que com ela trabalham. Disponível em: <<http://www.unb.br/administracao/decanatos>>. Acesso em: 10 mar. 2009.

Atingidos por Barragens participou da organização da Conferência, apesar de os documentos (tanto o PD, quanto o PPP da escola) não mencionarem esse encontro como referência à elaboração dos mesmos. Ainda assim foi possível observar que as concepções, bem como algumas ações a serem efetivadas, estão diretamente interligadas. A título de exemplo, a clareza presente nos dois documentos no que diz respeito ao sentido e ao significado de uma educação que seja ao mesmo tempo “do” e “no” campo, que possibilite a transformação desse espaço, bem como a manutenção das formas de se viver que caracterizam esses sujeitos. Assim, dirigentes e reassentados projetaram, na elaboração do PD (2000), a oferta de uma educação pautada nesses princípios. Com clareza, os autores explicitam o que vem a ser essa educação:

Este “do campo” tem o sentido do pluralismo das idéias e das concepções pedagógicas: diz respeito à identidade dos grupos formadores da sociedade brasileira (conforme os artigos 206 e 216 da nossa constituição). Não basta ter escolas *no campo*, queremos ajudar a construir escolas *do campo*, escolas com projetos político-pedagógicos vinculados às causas, aos desafios, aos sonhos, à história e à cultura do povo trabalhador do campo. (ARROYO, CALDART e MOLINA, 2005, p. 27).

Nesse sentido, buscou-se construir uma proposta de educação que viabilizasse essa noção – uma educação que, além de estar se fazendo, se construindo num determinado espaço, também seja condizente aos interesses daqueles que nesse espaço habitam. Dessa forma, o Programa de Educação é construído por três projetos: Educação Escolar, Educação Popular e o Projeto de Educação dos Atingidos por Barragens (PEABA). Esses projetos privilegiam tanto a educação formal, quanto a educação informal, o que nos permite afirmar que esse programa conta com uma visão ampla de educação, pois, como referencia Brandão:

Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos, todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação. Com uma ou com várias: Educação? Educações. (2004, p. 7).

A partir dessa noção, é interessante observar que o Programa de Educação dos reassentados tem como objetivo trabalhar uma educação de qualidade e em diferentes espaços, buscando, com isso, não alijar dos sujeitos os conteúdos oficiais, a ciência e a cultura acumulada pela humanidade. O objetivo é privilegiar de tal forma que esses sujeitos possam vir a agregar valores como o respeito à diversidade, à solidariedade, ao crescimento coletivo e à autonomia crítica, sem deixar de contemplar a realidade e os interesses do homem do

campo, podendo, dessa forma, contribuir para a permanência dos reassentados no campo e para a formação para o exercício da cidadania. Essas são algumas das reivindicações que se inauguram a partir do momento em que os agricultores estavam reassentados e que devem ser pauta da luta a partir de então, aos olhos das lideranças e da Crabi.

Esses elementos primordiais para que se cumpra o objetivo de formação humana na sua totalidade exigem uma nova luta que deverá ser orientada pela prática da Educação Libertadora¹⁸⁴. O Programa apresenta que a educação do campo privilegiada em lei só tende a desmerecer o homem que lá vive, sendo essa uma forma de fazer com que o mesmo esqueça as suas raízes, pois, através da desvalorização do modo de vida camponês, ocorre o incentivo da saída do homem do campo, mostrando que o modelo ideal é o modo de vida urbano, refletindo no fenômeno do êxodo rural. Vindo a favor dessa informação apresentada no PD (2000), podemos referenciar Caldart:

O trabalho forma/produz o ser humano: a Educação do Campo precisa recuperar toda uma tradição pedagógica de valorização do trabalho como princípio educativo, de compreensão do vínculo entre educação e produção, e de discussão sobre as diferentes dimensões e métodos de formação do trabalhador, de educação profissional, confrontando todo este acúmulo de teorias e de práticas com a experiência específica de trabalho e de educação dos camponeses. (2004, p. 32).

Percebendo a desvalorização do trabalhador do campo e o conseqüente desencantamento projetado na escola e na educação, é que os reassentados de São Francisco de Assis, conjuntamente com a Crabi e equipe técnica, propõem um novo entendimento do processo de aprendizagem, sugerindo a necessidade de se criarem estratégias de ensino mais adequadas às particularidades de sua clientela. Em particular, torna evidente a necessidade de um currículo integrado, diferenciado, que valorize o conhecimento contextual, no qual todos possam compactuar com os seus reais interesses e necessidades. Uma boa forma de conseguir esse tipo de integração é a abordagem conhecida como “aprendizagem baseada em projetos”, que consiste em fomentar experiências de aprendizagem que engajem as famílias do reassentamento em projetos complexos do mundo real, através dos quais possam desenvolver e aplicar suas habilidades e conhecimentos. Em suma, uma educação “[...] voltada aos

¹⁸⁴Cf. LUCKESI, Cipriano C. “Tendências pedagógicas na prática escolar”. In: *Filosofia da educação*. O termo foi elaborado e difundido no Brasil por Paulo Freire e foi atribuído para a educação de perspectiva transformadora, que busca trabalhar de forma crítica, promovendo o entendimento da realidade e da possibilidade de mudanças sociais que sejam advindas dos interesses das camadas populares: “É uma atividade onde professores e alunos, mediatizados pela realidade que apreendem e da qual extraem o conteúdo de aprendizagem, atingem um nível de consciência dessa mesma realidade, a fim de nela atuarem, num sentido de transformação social” (1994, p. 64).

interesses da vida no campo, de forma a contribuir para a permanência na unidade familiar rural e para a vivência na sociedade” (PD, 2000, p. 77), proposta que, em alguns casos, se coloca em contraposição com as expectativas dos reassentados, como veremos adiante.

Para que se possibilite o resgate do respeito à educação “do” e “no” campo e a consequente valorização do homem do campo através das propostas e de ações diferenciadas aqui mencionadas, cada um dos projetos do Programa de Educação se situa em um raio de ação e cada qual vai trabalhar a seu modo e, dependendo, com público diferenciado no interior do reassentamento. O Projeto Educação Popular, dos reassentados, tem por objetivo propor atividades com a finalidade de capacitar as famílias agricultoras, a fim de promover espaços como seminários, reuniões e debates para refletir sobre formas para o fortalecimento de sua organização familiar, comunitária e política. Para tanto, são combinadas atividades que envolvam trabalho, mobilização, atividades de estudo e de organização. Esse projeto se situa na esfera da educação informal, podendo se expandir para o que hoje se chama de educação não formal¹⁸⁵, visando, como público-alvo, os jovens, as mulheres, os homens e as pessoas de terceira idade.

Já o Projeto PEABA atende à peculiaridade de um grupo de reassentados, pessoas jovens e adultas que não dominem a leitura da palavra, buscando atender àqueles que, em tempo e idade escolar oficial, não tiveram condições, fossem quais fossem, de frequentá-la. Então foi realizado um convênio com o Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos (CEEBJA) para trabalhar diretamente com a alfabetização dos reassentados, através do método Paulo Freire, que permite partir do levantamento junto com os educandos de temas e palavras geradoras, possibilitando-lhes, ao mesmo tempo em que ocorre a aprendizagem da leitura e da escrita, compreender os componentes sociopolíticos nos quais estão inseridos.

A conjuntura na qual os reassentados estão inseridos exigiu a busca pelo desenvolvimento de novas formas de relacionamento social, construção de identidades, formação de lideranças políticas e estudos dos problemas relacionados ao grupo e, para tanto, a educação serviu como sistema articulador. No PD (2000) foi pensada uma educação voltada à conscientização dos interesses e às necessidades do homem do campo. Segundo Arroyo e Fernádes: “[...] não só há no campo uma dinâmica social, ou movimentos sociais no campo,

¹⁸⁵ A educação não formal pode ser considerada: “[...] uma atividade educacional organizada e sistemática, levada a efeito fora do marco de referência do sistema formal, visando propiciar tipos selecionados de aprendizagem a subgrupos particulares da população, sejam estes adultos ou crianças” (Coombs e Ahmed apud La Belle e Verhine, 1975, p. 170 apud Gohn, 2001, p. 91).

também há um movimento pedagógico” (1999, p. 16). Nesse sentido é que a educação do campo deve ser pensada dentro de seus condicionantes. Dessa forma é que se deu o direcionamento da formulação da proposta educacional para as “educações” no reassentamento.

Segundo as diretrizes da I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo (1998), a educação do campo “[...] se vincula ao processo de construção de um projeto popular para o Brasil, que inclui necessariamente um novo projeto de desenvolvimento para o campo e a garantia de que todo o povo tenha acesso à educação” (p. 77) e isso é sustentado enquanto proposta do Projeto de Educação Escolar para a escola do reassentamento. O Projeto teve por finalidade desempenhar um papel muito importante e, de certa forma, definitivo para as famílias, pois, através dele, se esperava a possibilidade de resolver três grandes preocupações: o preconceito ligado à ideia de desvalorização do meio rural; a readaptação ao novo local e o deslocamento das crianças às escolas urbanas.

Inicialmente, no ano de 1998, quando a escola estava em construção, no centro da comunidade a fim de facilitar o acesso a todos do reassentamento, local onde permanece até a atualidade, os alunos tinham que se deslocar para estudar na cidade de Corbélia. Ainda no ano de 1998 foi discutido e construído o primeiro PPP da escola, que contou com a participação dos pais e da equipe da Crabi. O projeto pautou-se na realidade dos atingidos, tendo como fio condutor a proposta da agricultura familiar, valorizando a relação dos sujeitos com a terra, como explicita a fala da reassentada Margaret.

Num primeiro momento a gente fez um seminário que a gente perguntou para os pais e para as mães dos estudantes, se a escola que os filhos, que eles estavam indo condizia com a realidade deles, se eles estavam contentes com aquele tipo de educação, 100% disse que não, 100% disse, por exemplo, que os filhos chegavam com livros que falavam de São Paulo, do Rio de Janeiro, que não tinha nada a ver com eles, e os estudantes disseram que se sentiam envergonhados porque tinham que ir para a cidade estudar, chegavam lá empoeirados, perdiam auto-estima, não queriam mais saber mais do sítio, estas coisas todas. Pensando nisso, todos participaram, que não foi uma coisa só dos dirigentes, partiu em cima de uma coisa concreta, não adianta eu não estar contente se é da minha cabeça, queria saber se todas as famílias, aí depois que eles disseram isto, a gente pensou o que é que eles queriam então, o que eles achavam o que era possível fazer para melhorar. Aí eles colocaram o que eles queriam na escola, que levasse em consideração isso, tivesse uma horta, que a comida fosse feito lá, que os professores entendessem a questão do campo, então a partir disto que a gente começou a buscar parcerias, imagine eu só tinha a quarta série primária, entendeu? Não entendia nada de como que ia fazer um projeto de educação, mas eu era responsável para isso acontecer, aí o que que eu fiz? Aí tinha a Sidéria, que

era psicóloga, também não era formada nessa área, e a Carin que era assistente social, aí nós buscamos quem? Aí nós batemos na porta da prefeitura daqui de Cascavel, falamos com a Edinha naquela época, naquela época era ela que era a secretária, muito querida, muito fofo ela, eu sou muito grata a ela, porque ela foi uma pessoa maravilhosa, abriu as portas mesmo, tinha, ela respirava educação, aí ela falou: “Margaret... Vou fornecer profissionais para te auxiliar, o que você precisar”, daí foi a Natalina, o Valdecir Nath, que nos auxiliaram nesse sentido, de construir um projeto [...].¹⁸⁶

A articulação na fala da depoente mostra como a luta foi um aprendizado político para os reassentados, no seu caso como integrante das lideranças, principalmente quando afirma que só estudou até a “quarta série primária”, expondo a preocupação que tivera com o planejamento de como seria a escola do e no reassentamento, pois estava responsável pelo projeto e que, em parceria com a Secretaria de Educação de Cascavel e com o auxílio de profissionais, o projeto aconteceu, demonstrando o avanço não só político, mas também pessoal.

Assim, a Escola Municipal, bem como o Colégio Estadual São Francisco de Assis, que funciona no mesmo prédio, atendendo nas modalidades da educação infantil, fundamental e ensino médio, é resultado do aprendizado que os reassentados e lideranças obtiveram a partir das experiências vivenciadas, desde o momento em que eles refletem sobre a realidade que estavam enfrentando, perpassando pelo momento de reflexão da escola de que prescindiam até a procura de parcerias e a realização de um projeto para a escola almejada. Isso se deu em parte também pelo fato de que, para as lideranças, Crabi e equipe técnica, estava clara a ideia de que o movimento deveria continuar com outras reivindicações e isso só seria alcançado se outras articulações fossem propostas, como, por exemplo, por meio de um Programa de Educação. Nesse sentido, a escola e seus profissionais têm buscado, nos últimos dez anos, estruturar uma proposta político-pedagógica que seja consciente, coletiva e que possa provocar modificações significativas na vida daqueles e daquelas que dela participam. Para que isso ocorra, ela propõe uma educação que considere a particularidade dos agricultores e das agricultoras e familiares, que seja articulada com o saber universal que propicia o crescimento individual, à medida que garanta a apropriação do conhecimento produzido e sistematizado e o desenvolvimento da coletividade, que se evidencia na busca de soluções para os problemas da população dessa comunidade. Nesse sentido, o PPP da escola aponta:

¹⁸⁶ MARAN, Margaret. *Entrevista*. Citada.

Concebemos que estas instituições de ensino precisam pautar-se em encaminhamentos metodológicos que contemplem: a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade; a leitura e a pesquisa; a história dos movimentos sociais; e a avaliação enquanto processo contínuo e de caráter diagnóstico-formativo. (2006, p. 24).

Para Sirikis (2003), na ótica marxista, que influenciou alguns historiadores urbanistas no século XX, a “contradição entre o homem e a natureza” precedia e sucederia aquela entre as classes sociais. Mesmo as correntes defensoras do homem do campo, das associações, dos latifundiários, enfim, tanto do homem do campo como da cidade, que aparentemente valorizavam os espaços verdes, não constituíam a cidade como um ente separado da natureza, mas, sim, de uma natureza transformada, um novo ecossistema integrado, modificado, diferente do ambiente natural, mas não fora dele, não imune aos seus ciclos, às suas dinâmicas e às suas reações. Em alguns casos, essa percepção acabou por fazer com que o homem do campo deixasse para trás o que construiu uma vida inteira de trabalho, para passar para uma nova condição de vida, ir para a cidade.

Foi pensando em contrapor essa opção que o Programa de Educação se preocupou em alinhar os conhecimentos e a cultura acumulados pelos homens e tidos como referenciais, como os conteúdos “oficiais”, àquilo que eles têm como o “estilo de vida camponês”, articulando-os de acordo com conhecimentos de real interesse desses sujeitos, que são as práticas e a cultura campesina. Assim, é possível inferir que o Programa de Educação encontrou subsídios que o sustentam na própria propositura da I Conferência Nacional: “Por uma Educação Básica do Campo”, que emitiu, como parecer final do evento, uma reflexão contendo os seguintes termos de compromissos e desafios para a educação do campo:

1. Vincular as práticas da educação básica do campo com o processo de construção de um projeto popular de desenvolvimento nacional.
2. Propor e viver novos valores culturais.
3. Valorizar as culturas do campo.
4. Fazer mobilização em vista da conquista.
5. Lutar para que todo o povo tenha acesso à alfabetização.
6. Formar educadoras e educadores do campo.
7. Produzir uma proposta de educação básica do campo.
8. Envolver comunidades nesse processo.
9. Acreditar na nossa capacidade de construir o novo.
10. Implementar as propostas de ação dessa conferência. (CALDART, CERIOLI, FERNANDES, 2004, p. 92-95).

Ainda que a proposta do Projeto Educacional seja firme em seus propósitos e possibilite formas de manter o homem no campo, mesmo assim muitas vezes a saída do

jovem do campo pode ocorrer, mas não de maneira forçada, como se o campo não tivesse mais nada a oferecer, só restando migrar para a cidade. Pelo contrário, a educação escolar permite enxergar o campo e a cidade como extensão um do outro, numa ótica de totalidade e não a cidade numa perspectiva idealizada. É inegável que, em alguns casos, a percepção que emerge das falas dos reassentados, principalmente dos mais jovens, é justamente essa, de que o campo não tem mais nada a oferecer. É o que aponta a fala da reassentada Jucelha, ao comentar sobre a saída do namorado do reassentamento para ir trabalhar no Estado de Santa Catarina, onde, segundo a reassentada, as oportunidades são melhores.

É a questão do desemprego. Porque, tipo assim, ninguém quer viver na roça. A roça é importante e tudo, mas quem é jovem que puder sair, puder estudar e ter uma profissão, eu acho que vai ganhar bem mais do que ficar na agricultura. Por exemplo, quem mexe com pecuária, não tem folga, não tem final de semana, não tem feriado, nem natal nem nada, não tem décimo terceiro, não tem direito a nada. Porque, é dia e noite trabalhando ali. Então, acho que é uma coisa assim que quem puder, dos jovens, que se puder trabalhar fora, melhor! Daí, aqui em Cascavel tem muita gente. Porque é uma região muito boa de estudo no Paraná. Aqui não compensa ficar, daí ele foi pra lá pra trabalhar em empresas, lá tem bem mais.¹⁸⁷

A depoente defende a ideia de que trabalhar numa empresa proporciona mais liberdade do que trabalhar na propriedade da família, no campo. Segundo ela, questões como: disposição de horário, descanso remunerado, feriados, décimo terceiro salário, enfim, aquilo que ela chama de direitos, são os diferenciais ofertados pelo emprego nas empresas da cidade. São questões que, se vistas por esse ângulo das leis trabalhistas, podem explicar a defesa em “trabalhar fora” por parte da reassentada, porém não é clara e evidente essa defesa, ao passo que a mesma não conta com a sujeição à empresa que é imposta pela lógica da submissão ao capital. Apesar de o agricultor e a pequena propriedade também estarem sujeitos à lógica do capital, ainda assim essa relação é diferente, pois, no caso da agricultura familiar, existe uma integração somente parcial ao mercado. De acordo com Woortmann (1990), existe uma ética camponesa de liberdade no campo, onde o trabalho familiar é visto como oposição ao trabalho assalariado. Essa percepção se dá pelo fato de que a terra e o trabalho são vistos como os elementos que dimensionam a autonomia dos sujeitos, garantida pelo saber que é transmitido de pai para filho – uma herança que assegura a propriedade. A manutenção da terra como espaço da família significa a possibilidade de espaço de realização e de liberdade para esses sujeitos. Nesses termos, podemos nos remeter à Margarida Maria Moura:

¹⁸⁷ CATNE, Jucelha. *Entrevista*. Citada.

Trabalhar na própria terra significa “ser livre” no sentido de estar voltado às exigências da produção da vida própria da família: significa não receber ordens de um superior; significa também espaçar a entrada nas malhas de contratos lesivos porque desonestos e mal pagos [...]. (1991, p. 12).

Eis algumas referências que propõem uma reflexão diversa da opinião de Jucelha, que não enxerga a permanência no campo como sendo uma alternativa viável e, quiçá, a mais vantajosa. Nesse sentido, podemos perceber que, por melhor que tenham sido elaborados os projetos do PD, aqui nos referimos em especial ao de educação, alguns reassentados não se reconheceram nele, como é o caso da depoente, que admite ser importante a escola no reassentamento, mas não reconhece o seu objetivo maior, que é o de subsidiar formas e conhecimentos para que os reassentados possam dar continuidade às atividades do campo.

Com o intuito de entender melhor a opinião da reassentada em relação à saída do reassentamento, se se tratava de uma questão de valores, então a questioneei sobre o rendimento mensal dela, incluindo a participação que ela tem no lucro da propriedade, já que, nas horas em que está em casa, ajuda no trabalho de ordenha. A reassentada respondeu-me, detalhadamente, a renda da família assim:

Olha, a minha mãe tira R\$ 600, eu mais R\$ 290, daí a outra minha irmã tira R\$ 300. Daí, tem a da agricultura, que no caso nesse ano era pro meu pai pegar R\$ 6.000,00, mas ele pegou 4.000,00 agora. Então se for botar na caneta, por mês dá em torno de R\$ 1.000,00 a 1.500,00, por aí.

A partir dos cálculos de Jucelha, percebe-se que a família contabiliza o montante total, ou seja, contam o quanto alguns componentes ganham trabalhando fora, somado ao que a propriedade agrega de renda, e, apesar de não ser um valor alto, o que importa é que há aí a lógica da renda familiar, em que todos os componentes da casa ajudam a provê-la. Possivelmente esse seja um dos motivos pelo qual a reassentada perceba o trabalho na cidade como aquele que vai lhe gerar outras possibilidades. Assim, a demonstração da renda da família Catne pode ser levada em conta quando da menção que a reassentada faz em relação à sua saída do reassentamento, com a intenção de se colocar no mercado e ganhar melhor, mas, ainda assim, é preciso considerar que essa saída pode consistir numa visão equivocada. Diante da devolutiva dada pela reassentada, algumas outras questões foram despontando, conduzindo-me a uma outra pergunta pertinente ao assunto. Questionei-a, então, sobre a sua condição e expectativa acerca do reassentamento. Jucelha respondeu:

É, o jeito é ir pra lá. Não só para o Estado de Santa Catarina, mas pra outros estados, o acesso a estudo é bem mais restrito, não tem tanto como aqui em

Cascavel, porque aqui a oferta de estudo é muito grande, tem bastante faculdade, então, acho que o mercado tá muito pequeno pra tanta gente formado. Então, acho que o negócio é estudar aqui, se formar aqui, e tentar a profissão em outro lugar.¹⁸⁸

Ao mesmo tempo em que a escola do reassentamento acabou por significar a possibilidade de educação escolarizada numa área próxima à realidade cotidiana dos reassentados, como era de se esperar, e esse é o caso da reassentada Jucelha, a escola também trouxe a possibilidade de dar continuidade aos estudos. Essa reassentada se formou em Matemática numa das instituições de ensino superior particulares da cidade de Cascavel. Junto com a formação, outras expectativas e sonhos de uma vida diferente vieram, por isso a vontade de sair do campo. De maneira diversa, mas não divergente, esses elementos são apontados também na fala da reassentada Andreia. Para ela, os estudos representam uma forma de se “desvencilhar” do espaço chamado campo.

Ah, quando eu puder, vou fazer faculdade, daí vou sair daqui, vou morar na cidade! Trabalhar e morar lá, vai ter mais oportunidade, o que que eu vou ficar fazendo aqui?¹⁸⁹

Apesar de o reassentamento estar entre dois municípios e não distar muito destes, a reassentada associa trabalho e residência na cidade, talvez pelo próprio costume do campo, onde necessariamente essa é a condição. O que importa salientar é que essas falas se contrapõem à própria proposta do Projeto de Educação Escolar contida no PD (2000) e, mais ainda, contrariam o maior dos objetivos nele contidos.

Diante dos depoimentos das duas jovens, é preciso perceber como a proposta de educação formalizada é percebida por elas. A proposta constante no PD é a de que os reassentados tenham facilidade ao acesso à educação, não só geograficamente falando (o que já está atendido na própria organização territorial do reassentamento), mas possibilitando formas e conteúdos de ensino que compactuem com os reais interesses e necessidades do homem do campo – por isso o Programa de Educação propõe um currículo diferenciado. A educação escolar, ou formalizada, foi assim definida pela reassentada Andreia:

Aqui, o colégio é muito melhor pra gente, e também mais conhecimento, porque lá a gente ficava [...] não que a gente ficava assim, como é que se diz? Excluído, né? Mas, a gente ficou sabendo mais as coisas aqui.¹⁹⁰

¹⁸⁸ CATNE, Jucelha. *Entrevista*. Citada.

¹⁸⁹ DORÉ, Andreia. *Entrevista*. Citada.

¹⁹⁰ DORÉ, Andreia. *Entrevista*. Citada.

Perguntei-lhe que “coisas” são essas que ela ficou sabendo na escola do reassentamento. Ela responde:

É o acesso à informação, acesso a mais emprego, tudo isso. Porque lá era uma cidade menor, a gente morava no sítio, no interior, num distrito. Barra Bonita é bem pequeno, não tinha muito [...]. É, bom [...] ótimo pra mim, é tudo!¹⁹¹

É no sentido das “possibilidades” que a reassentada menciona a importância da escola e não em sua propositura enquanto escola “do” e “no” campo. Para Lúcia Catne, a escola do reassentamento, além de ser próxima e facilitar o acesso ao estudo para os seus filhos, é onde a reassentada trabalha, agregando renda à produção de leite que mantém em sua propriedade, reforçando a percepção de elementos que não os que a levam a ser uma proposta diferenciada, específica para os sujeitos do campo: *“E, assim pra estudar, para as meninas estudar a escola é ali, pra estudar era sempre mais ruim. Desde que começou a escola, eu trabalho ali, trabalho de cozinheira”*.¹⁹²

Apesar da implantação de uma proposta diferenciada na escola do reassentamento, ela não se esgota nesse espaço, pois abrange diferentes dimensões que são colocadas em prática por meio de outras ações. É, contudo, na instância escolar que encontramos o seu principal articulador. Sendo a escola uma propulsora das práticas voltadas para os interesses e necessidades do homem e da mulher do campo e isso inclui a proposta de uma prática voltada para a agroecologia. É lá também que ela se manifesta como uma prática política voltada para a construção de uma nova organização social, comunitária e produtiva no reassentamento.

O que se evidencia a partir do PD (2000) é que cada projeto delinea metas e objetivos de um projeto maior, proposto pelos reassentados, articulado na Crabi, com a equipe técnica quando da sua formulação. O objetivo central é o de organizar a coletividade das famílias reassentadas em torno da produção econômica, social, política e cultural, demonstrando que o processo de desenvolvimento do reassentamento deve ser empreendido por todos e que a escola é uma das instâncias importantes para que isto ocorra, já que é ela a responsável por articular alguns temas.

Como já fora referenciado no debate sobre o projeto agroecológico e a título de articulação necessária dessa temática com o exposto sobre o Projeto de Educação Escolar, é

¹⁹¹ DORÉ, Andreia. *Entrevista*. Citada.

¹⁹² CATNE, Lúcia. *Entrevista*. Citada.

pertinente mencionar que o estudo da agroecologia fornece os princípios conceituais e metodológicos apropriados para o desenvolvimento sustentável, e a abordagem participativa fornece bases metodológicas para a revalorização dos conhecimentos locais a respeito do uso e do manejo dos recursos. Sendo assim, tratar desse estudo na escola tem uma função fundamental na revalorização e no desenvolvimento da analogia entre o conhecimento tradicional de manejo dos agroecossistemas e os princípios ecológicos que regem o funcionamento dos ecossistemas naturais. Além disso, nas últimas décadas do século XX, a questão ambiental foi sendo progressivamente incorporada às mais diversas áreas das políticas públicas, da pesquisa e do ensino, dos movimentos sociais, dos programas partidários, da justiça e da gestão de empresas. Ocorre, no entanto, que a agroecologia, vista a partir do universo do homem do campo, é pouco estudada e desenvolvida, por isso a relevância dada ao assunto e ao seu estudo pelo Projeto de Educação Escolar.

Ainda, no que se refere à propositura da formação do homem do campo, soma-se à problemática em torno do desenvolvimento de estudos sobre a agroecologia, outro elemento fundamental: a inserção dos sujeitos nos Movimentos Sociais, requisito básico para tornar-se consciente e fazer parte do coletivo, segundo o PD (2000). Nesse caso, a Crabi assumiu, como base para a formação e capacitação de jovens e de adultos reassentados, as concepções de técnico pesquisador, técnico militante, formação humana, pedagógica, nos quais as ações estiveram voltadas sempre para o desenvolvimento comunitário. Foi propósito dessa formação tornar perceptível que cada qual tem sua história de vida, a história da comunidade a que pertencia e continua ou não a pertencer, as diferenças pessoais, grupais, culturais, diferenças essas que devem ser respeitadas em qualquer trabalho a ser desenvolvido e devem somar, garantindo a totalidade do projeto para toda a comunidade. Assim, os princípios da agroecologia também podem ser interpretados como princípios da comunidade. Trata-se de princípios que tomam como base o pensamento sistêmico, sendo ele o núcleo intelectual da alfabetização ecológica, o arcabouço conceitual que vai permitir integrar todos em seu projeto, se trabalhados na escola. São eles:

1. A compreensão dos princípios da ecologia e da agroecologia, sua experimentação na natureza e a conseqüente aquisição de um senso de lugar.
2. A incorporação de *insights* nascidos de um novo conceito de aprendizagem, que enfatiza a busca de padrões e significados por parte de crianças, jovens e adultos.
3. A implementação dos princípios da ecologia e da agroecologia para construir e manter uma comunidade de aprendizagem.

4. A integração do currículo através da aprendizagem baseada nos projetos propostos. (PD, 2000, p. 41-45).

Assim, pode-se inferir que a agroecologia, enquanto processo, é claramente parcial à medida que se faz opção por um sistema produtivo e que esse sistema visa agredir minimamente a natureza, buscando explorar a diversidade dos ambientes, características sociais e culturais da agricultura familiar. É uma abordagem intensiva no uso de conhecimento, ao mesmo tempo em que é econômica no uso de insumos externos à propriedade. É nessa perspectiva que o Programa de Educação tem a capacidade de sustentar essa propositura, pois trata-se também de um processo e, enquanto tal, visa à contínua dinamização e valorização dos conhecimentos e do ser humano.

Diante do até aqui exposto, é possível afirmar que a Crabi e seus dirigentes, em sua maioria líderes escolhidos pelos reassentados, tinham para si que a luta deveria continuar de outra maneira, com novas parcerias e proposituras relacionadas às necessidades vivenciadas na nova terra, e que isso dependeria, em grande parte, da organização social e produtiva do reassentamento. Por isso procuraram, por meio da equipe técnica e por meio de fóruns de discussão (reuniões, encontros, entre outros) com os reassentados, elaborar uma proposta de desenvolvimento para os diferentes setores importantes, entre os quais: a inter-relação das relações humanas, o meio ambiente, a produção, a transformação e a comercialização. Tudo isso se deu com o objetivo de viabilizar o reassentamento rural, com a geração de novos postos de trabalho e manter a luta pela permanência no campo, aliando-os à possibilidade de proporcionar aos indivíduos uma melhoria da qualidade de vida, sem agressão ao meio e à sociedade. Ao mesmo tempo, a Crabi e parte dos reassentados procuraram dar continuidade à luta política por demandas dos reassentados e, articulados ao MAB e ao MST, lutar pelos atingidos e, de modo mais amplo, pela reforma agrária.

Todavia, nem todos participaram e resistências se fizeram no processo de implantação do PD. Foi possível perceber, através das falas, algumas fazendo avaliações positivas, outras negativas, e, por meio do cotejamento dessas falas com o documento proposto pelos reassentados e Crabi, a existência de momentos de convergências e de divergências de interesses ao longo do processo. As divergências não se restringem apenas à não identificação entre lideranças e reassentados. Os pontos de discordância surgiram também entre os próprios reassentados, pois há divergências em todas as esferas. Contradições surgiram ao longo da trajetória que compreende as discussões e a implantação à realidade atual no reassentamento.

A própria proposta de dar continuidade à luta possivelmente incomodou parte dos reassentados, pois empreender novas conquistas ameaça a tranquilidade tida por alguns como “o fazer a vida”, melhorar as condições materiais, cultivando a terra do “seu” jeito, evidenciando a percepção inicial, mencionada neste trabalho, de que há uma contradição entre o proposto no documento e os modos de cultivo da terra dimensionados pelos modos de vida das famílias.

O PD visava abarcar a totalidade das dimensões da vida cotidiana, da organização social no reassentamento, entretanto, na prática, no processo de implantação houve uma fragmentação e a visão holística, a visão de totalidade se perdeu. Tudo isso revela percepções diversificadas e interesses múltiplos em relação à organização do reassentamento, da produção e acerca do projeto político proposto pela Crabi. É com a diluição da Crabi que veremos que toda essa diversificação de pensamentos, de ações e de caminhos tomados pelos reassentados se entrecruza, despontando para um momento onde outras possibilidades se abrem.

Assim, no capítulo seguinte serão retomadas algumas questões que conduziram o trabalho como um todo. A discussão central norteia-se pela investigação acerca da extinção da Crabi e quais as possibilidades em relação à organização social e produtiva nesse novo momento de reassentamento.

CAPÍTULO 3

O REASSENTAMENTO NA ENCRUZILHADA

*“[...] a transformação histórica acontece não por uma dada ‘base’ ter dado vida a uma ‘superestrutura’ correspondente, mas pelo fato de as alterações nas relações produtivas serem vivenciadas na vida social e cultural, de repercutirem nas ideias e valores humanos e de serem questionados nas ações, escolhas e crenças humanas”.*¹⁹³

O diálogo com as narrativas e com as questões abordadas nos capítulos anteriores, acerca das relações, da organização e dos conflitos entre os reassentados e destes com as lideranças, nos remetem à reflexão do historiador Thompson no texto em epígrafe. Para ele, as práticas, as relações e as representações, bem como os sujeitos individuais e os sujeitos coletivos, se constituem na experiência social. Nesse sentido, o que será tratado nas páginas que se seguem é decorrente das inquietações e dos questionamentos que foram despontando a partir das falas dos reassentados com os quais, durante o processo de pesquisa, se teve contato, por meio das entrevistas ou até mesmo das conversas informais.

¹⁹³ THOMPSON, Edward P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Ed.Unicamp, 2001, p. 260.

As reflexões aqui tecidas são, em sua maioria, construídas no vivido do tempo presente, momento em que os reassentados fazem uma espécie de balanço da trajetória social do grupo, bem como da trajetória pessoal, através de suas narrativas, possivelmente como forma de atribuir um sentido a tudo o que vivenciaram. Diante disso, um elemento que pareceu importante e que também foi suscitado pelas observações feitas no reassentamento é o de procurar compreender se existem e quais são as novas possibilidades que se abrem aos reassentados a partir da conjuntura atualmente vivida, com a dissolução da Crabi e a articulação de uma outra forma de organização, o Conselho Unificado dos reassentados de São Francisco de Assis. Para esta investigação, além do já observado e coletado em entrevistas, uma nova visita e outras entrevistas com alguns dos reassentados já entrevistados anteriormente se fizeram necessárias.

No capítulo anterior, vimos que o PD se constituiu num importante instrumento no que se refere à reconstrução da vida social e material dos atingidos. Esse planejamento estratégico evidencia um avanço político no que se refere, entre outras questões, à organização política, à gestão da produção, à relação com o meio ambiente e à qualidade de vida no campo. Isso não significa que, no processo de elaboração do PD e no seu conteúdo, não se explicitem limites, visões e posicionamentos diversos, e conflitos. Nesse sentido, é importante compreender a avaliação que os reassentados fazem, a partir do momento atual, do Programa de Desenvolvimento. As dimensões que a entrevistada Margaret Maran tece a esse processo são significativas.

Olha só, primeiro o grande problema foi as pessoas entenderem que uma comunidade rural *não é só produção*. Isso quando eu falo, é quem está lá vivendo, são os profissionais que dão assistência técnica, seja ele público ou privado, é *ver o campo como um espaço de vida das pessoas*, que leva em consideração todos os eixos, esses eixos que nós... os principais... que a gente tentou trabalhar, *então esse é o primeiro problema que teve, porque ou você vê o conjunto, tem a visão holística da coisa ou você trabalha fragmentado*. Então, se toda a equipe não trabalha num único, que é a formação das pessoas, não é para ver o conjunto, é para ver o individual, a sua partezinha, até porque é próprio da pessoa. Eu acredito, assim, numa cultura de domínio, se você é fácil de ser manipulado, você entende uma coisa só. Então, se você entende o conjunto é mais difícil. Esse *foi o principal problema que nós tivemos, de não ver o conjunto*, de olhar o reassentamento quando vai falar de produção, é produção entende? Mas como faz para produzir, de que jeito que é para produzir, se as pessoas são felizes, se não são, se têm acesso às coisas ou não têm, não é visto, isso *é um problema, que eu considero que a gente teve, e que continua tendo e qualquer projeto vai ter*, enquanto profissionais, dirigentes, políticos e mesmo..., eu digo, políticos, porque mesmo que você não seja político partidário, mas você é formador de opinião, você vive num espaço, e o

espaço é político, *se os dirigentes não tiverem essa visão holística, a gente vai sempre ter problema, qualquer seja ele o projeto de desenvolvimento.* Então esse foi um dos gargalos que nós tivemos. Eu tenho certeza que se todos os programas [...] porque *esses programas não foram montados pelos dirigentes, foram montados pelas necessidades das famílias,* que se você for numa comunidade rural, fizer um diagnóstico sério e montar uma coisa séria para mudar aquela comunidade, você vai achar os mesmos problemas e os eixos vão sair meio parecidos, claro você vai ter que ter um método que conduz para isso e tal. Mas, se você levar a sério, todas as comunidades rurais têm estes problemas, entendeu? *O reassentamento é um caso à parte porque a gente conseguiu sistematizar, porém faltou o mais importante - tornar os programas políticas públicas.*¹⁹⁴ (Grifo meu).

Há, nessa fala da reassentada, referenciais importantes que denotam a visão e a consciência sobre o processo de organização do reassentamento na sua totalidade. Aqui retomamos a questão de que a proposta da organização social e produtiva do reassentamento não é algo “dado”. As evidências também indicam que não foi imposto. Trata-se de um projeto, com certo grau de parcialidade, permeado por uma visão prospectiva por parte dos dirigentes. Assim, pode-se inferir que, possivelmente, alguns dos referenciais foram construídos pelos próprios dirigentes da Crabi, tendo em conta que seriam eles os que, à época, tinham, em certa medida, essa visão holística, da qual a depoente está tratando, bem como o controle sobre o processo. Afinal, como revela o fragmento, os dirigentes eram formadores de opinião e, nesse papel, não há neutralidade, pois deve haver um posicionamento, o que, por sua vez, envolve uma série de interesses.

Na avaliação de Margaret, os problemas quanto à construção e à execução do PD situam-se em duas esferas. A primeira esfera é a interna do reassentamento, que dependeu da subjetividade dos sujeitos envolvidos – subjetividade que, segundo a reassentada, não lhes permitiu que a proposta fosse concebida como deveria, pelo contrário, a percepção de boa parte dos reassentados foi fragmentada quando deveria ser de totalidade. A segunda esfera diz respeito ao âmbito externo e se refere à não concretização de alguns programas do PD (2000) em políticas públicas, o que, segundo a entrevistada, era uma providência necessária para o encaminhamento e a continuidade de determinadas atividades, como já afirmara em outros momentos de seu depoimento. Na mesma direção situa-se a interpretação de Ilídio Meurer:

Eu diria que em partes ele funciona, partes não. É. Partes dele, eu acho que aconteceu, partes se plantou umas sementes que está se colhendo os frutos hoje e parte não. Teve coisas que não funcionou, mas eu acho que, como todos, a gente teve essa experiência, não teve outras. Mas, eu acho que como todos os planos são assim também, quando o plano é meio complexo, como

¹⁹⁴ MARAN, Margaret. *Entrevista*. Citada.

é que se diz? Grande né, ele não abrange tudo, tipo assim, não se acerta tudo no que se aposta.¹⁹⁵

De forma diversa, mas não contraditória à explicação de Margaret, o reassentado faz um balanço, no qual parece prevalecer o meio termo, quando reconhece que se deve ter compreensão das possibilidades de acertos, bem como com o risco de se cometerem erros, tendo em vista a complexidade do PD. Salienta que alguns frutos desse processo estão atualmente sendo colhidos, havendo aí o reconhecimento de que alguns projetos foram levados à frente e dão resultados, entre os quais: o Programa Educação, o Programa Saúde e o Programa Agropecuário (este último em parte), vindo na mesma direção de outras falas no decorrer deste trabalho.

Apesar disso, há de se investigar o que ocorreu para que houvesse limites, o que não é tarefa fácil, pois, se assim o fosse, os problemas quanto aos projetos que não funcionam na sua totalidade se resolveriam de maneira simples. Os reassentados se referem de formas diversas àquilo que não é executado, ou que não deu certo no funcionamento interno do reassentamento, a exemplo disto, o que afirma José Camilo, ex-liderança da Crabi, que faz referência à importância da organização entre os reassentados, sugerindo que foi uma falha não terem formado uma cooperativa, o que, segundo ele, poderia trazer mais garantias no mercado para aqueles que se organizam em associações no reassentamento. Ao mesmo tempo, esse processo poderia garantir a continuidade da estrutura organizativa dos reassentados. Em outros termos, a Crabi não teria sido dissolvida, mas transformada em cooperativa, como forma socioeconômica e política.

Porque se não estiver organizado, a gente vê que não vai continuar a organização. Tem cooperativas, tem associações de grupos, tem grupos de produção com equipamentos, tem grupos de produção do leite organizado pra vender o produto, tem grupos que compram organizados. Isso existe ainda, isso foi de toda a luta que criou essa organização. Agora, nós não temos uma cooperativa [...]. *Deveríamos ter transformado a Crabi numa cooperativa.* Se nós tivéssemos feito isso, hoje nós estávamos com uma *cooperativa fortíssima.* (Grifo meu).¹⁹⁶

O sentido de cooperativa fortíssima não guarda relação com o sentido de cooperativas fortes, altamente lucrativas que privilegiam a produção para o mercado externo, defendem e

¹⁹⁵ MEURER, Ilídio. *Entrevista*. Citada.

¹⁹⁶ CAMILO, José Uliano. *Entrevista*. Citada.

apoiam o agronegócio e estão fortemente articulados ao mercado internacional. Um pouco mais à frente em seu relato, José Camilo acrescenta que:

Mas, nós sempre tivemos clareza que nós não queríamos algo que fosse forte, uma Coopavel¹⁹⁷ da vida, uma coisa aí, que tivesse um monte de estrutura. Mas, algo que fosse prático para as famílias estar gerenciando e, além de gerenciar, eles ter clareza do que estavam fazendo e conhecimento, porque hoje em 90% das cooperativas o sócio não sabe o que tem o que deve ou o que vai acontecer no amanhã.¹⁹⁸

A narrativa demarca um sentido político organizativo diferente daquele da maioria das cooperativas existentes no país, nas quais há pouca participação na tomada de decisões e pouco controle dos associados sobre a gestão. É preciso esclarecer que a vontade de José Camilo era a criação de uma cooperativa, entretanto parte do grupo discordava, expressando divergências políticas. Isso também se deu em função de o entrevistado confundir a sua pessoa com o sujeito coletivo (Crabi), indicando subjetividades diversas. Talvez essa tenha sido uma das questões pela qual a própria Crabi não se tenha conseguido administrar, minimizando as divergências, podendo isso ter afetado o processo de organização como um todo. A partir disto houve conflitos, como denuncia a fala de Valdir:

O pessoal da Crabi tinha o pensamento de organização, de luta contra a Copel. Hoje nós não temos mais adversário, hoje nosso adversário é nós produzir, nós industrializar, é buscar tecnologia, não tem mais com quem brigar e continua sendo essa briga. Acabou a Copel e estão procurando adversário pra brigar, isso não existe mais, já foi, águas passadas. Aí, como não tem adversário pra brigar, nós começamos a brigar entre nós mesmos!¹⁹⁹

A fala é indicativa de que no momento da luta havia coesão, como estratégia, porém quando o reassentado, na sua narrativa, olha para o passado e o compara com o presente, nesse movimento ele demonstra as fissuras que levaram às divergências políticas que se sucederam no processo de luta. Desde a articulação do movimento inicialmente em torno da luta até a instauração da organização social e produtiva no reassentamento, todos esses momentos demonstram que o processo de organização nunca deixou de ser tenso e mesmo depois da conquista do reassentamento as tensões não haviam sido superadas.

¹⁹⁷ Referindo-se à Cooperativa Agroindustrial de Cascavel Ltda. A título de informação, essa cooperativa é considerada uma das mais consolidadas e lucrativas do ramo no Brasil e desde 1995 vem realizando o Show Rural, uma feira de divulgação e de venda de novas tecnologias para o campo. O evento é referência internacional no que diz respeito ao agronegócio. Contraditoriamente, a Coopavel vem realizando pesquisas e desenvolvendo culturas e técnicas agroecológicas desde o ano de 2006. Disponível em: <<http://www.coopavel.com.br>>. Acesso em: 12 mar. 2009.

¹⁹⁸ CAMILO, José Uliano. *Entrevista*. Citada.

¹⁹⁹ NUNES, Valdir Poluceno. *Entrevista*. Citada.

É possível perceber, através do depoimento, que, num dado momento, houve uma maior compatibilidade de ideias entre os reassentados, bem como entre reassentados e lideranças, mas depois de as famílias reassentadas estarem “estabilizadas” ocorreu uma incidência maior de divergências. É isso que pode ter levado à não viabilização de alguns projetos, como fora já apontado no segundo capítulo, com o cotejamento dos depoimentos e a discussão do PD (2000).

Nesse sentido, fica visível que, depois da conquista do reassentamento e do PD, houve divergências de interesses. Nem sempre as propostas das lideranças foram aceitas por todos. As lideranças apontavam um caminho, que julgavam ser o melhor para o reassentamento, mas parte dos reassentados não concordavam. Como afirma Valdir, o objetivo era muito prático: necessidade de responder à realidade imediata. Uma vez reassentados e organizados internamente, não há mais luta e, sendo assim, não há mais motivo para estarem atrelados às decisões da organização da Crabi. Há outras coisas importantes com que se preocupar, segundo a própria fala do reassentado. Na mesma direção Roselei aponta:

*[...] a busca maior da Crabi era enquanto o movimento mesmo, depois parece que deu uma acalmada e já não tinha mais porque ter Crabi e até porque alguns pontos de ter acabado é que o pessoal já não estava mais... já estava de saco cheio de ir atrás de reunião, de reunião e reunião. Depois de uma luta muito grande eu acho que o pessoal estava querendo um pouco de sossego também. Quando marcavam reuniões, o pessoal já não estava mais indo e tudo isso levou a ela desaparecer.*²⁰⁰ (Grifo meu).

O depoimento da reassentada indica que houve um desinteresse pelas reuniões e o não atendimento aos chamados da Crabi por parte de alguns reassentados. Ao que parece, para esses que começaram a faltar, a comissão, os líderes, as reuniões e as propostas não eram mais vistas como necessárias, talvez por estarem cansados, pois, como a reassentada menciona, a luta foi muito grande, cansativa, ou talvez pela existência de projetos norteados por propósitos diferenciados entre lideranças e reassentados, consequência da também “grande” conquista. Através da discussão com o PD (2000) e em alguns depoimentos no capítulo anterior, percebemos que havia a propositura, por parte da Crabi, de continuar existindo, dando suporte ao desenvolvimento dos projetos existentes e buscando atender às demandas que surgissem no reassentamento através de novas conquistas.

²⁰⁰ RIBEIRO, Roselei Koch. *Entrevista*. Reassentamento São Francisco de Assis - Cascavel, 13 de julho de 2009.

Nessa direção, Roselei atribui um significado político à existência da Crabi, como organização dos atingidos para a luta pela terra e para a implantação das condições de instalação das famílias no reassentamento (casas, galpões, escola, posto de saúde, etc.). Atendidas as demandas de infraestrutura e outras necessidades das famílias, passou a predominar a organização familiar para o trabalho na terra. Realizado o projeto da terra, posse e/ou propriedade da terra e trabalho familiar, o sentido da continuidade da luta coletiva enquanto atingidos deixa de existir.

Dessa forma, as demandas apresentadas e defendidas pelas lideranças, como o apoio à luta do MST, a luta contra os pedágios nas rodovias paranaenses, a agroecologia como necessidade para a melhoria da qualidade de vida, a produção orgânica como forma de gerar renda e alimentos saudáveis, não tiveram apoio da maioria dos reassentados. Observou-se que a maior parte dos reassentados adota práticas que se opõem às formas de produzir e às relações com a terra inerentes, historicamente, aos modos de vida do campesinato brasileiro, como, por exemplo, ao utilizarem inseticidas e herbicidas. Ou seja, os atingidos retornam à terra, mas já não mantêm a mesma relação com ela nos processos produtivos. Mesclam-se, nesse escopo, elementos de temporalidades diversas. Trata-se de um modo de vida em recriação, que articula elementos do tempo passado com o moderno.

Toda essa consideração indica a dinâmica existente no reassentamento e confirma o que já fora mencionado neste trabalho: quando estamos tratando de movimentos sociais e de organizações, tal qual a organização dos reassentados em torno da Crabi, nesse estágio pelo qual passou o reassentamento, não é incomum despontar um número maior de dissensos, podendo esse estágio levar à instabilidade do conjunto ou, ao menos, de parte dele.

3.1 OS DISSENSOS E A EXTINÇÃO DA CRABI

As questões levantadas até aqui nos remetem a uma outra questão: – Como se engendrou a dissolução da Crabi? Possivelmente, essa dissolução está relacionada às múltiplas dimensões do processo vivido pelos reassentados. Há quem afirme que a Crabi não existe mais em virtude da divergência entre os interesses pessoais e os do coletivo. Outros afirmam a dissolução ter sido pelo fato de terem acabado os recursos que eram enviados pela

Copel, como há quem explique a extinção de outra forma, como necessária. Na visão de Ilídio Meurer, por exemplo,

Porque tem essas coisas da hierarquia, isso desde uma comunidade, de um movimento social que nem nós viemos, do município, do Estado, da União, tem essa coisa da hierarquia em qualquer organização, tipo eu estive sempre dentro, mas eu nunca tive o poder da ponta, da caneta, nunca tive caneta na mão. Fui muito usado dentro do processo, fui uma laranja, eu sempre brinquei em muitos momentos: dizem que da laranja eles tiram o suco, do bagaço eles fazem o whyski, mas tudo bem, pra mim foi um aprendizado, eu nunca tinha visto isso, né. Essas pessoas estavam muito bem assessoradas por outras pessoas que entendiam da coisa, pra manipular os outros, tinha uma assessoria de fora, só que eu também não tinha cabeça pra ver isso. Nós, tipo assim, a Crabi tá aí, debulhou-se por isso. *É porque teve um momento aí que não teve mais como contornar essa situação, os interesses próprios com os interesses coletivos.* Daí, tipo assim, dividiu-se, se era sete que tinha na ponta, quatro não concordou no final, que até então, até pouco tempo atrás, quatro estava do lado de lá e três pro lado de cá, e depois quatro não concordou com o negócio daí falou: “nós abandonamos o barco, estamos fora!”. Daí eles pegaram outro time e daí terminaram de sepultar, pegaram e tocaram o último um ano e meio e daí tá como tá hoje. [...] *a diferença foi ideológica e não foi dinheiro.* Eu acho assim, quem tava pegando alguma coisa daquilo ali, ele tava mal apenas pagando o básico do que ele tinha.²⁰¹ (Grifo meu).

Espera-se, de um processo de organização de um movimento social, a participação de todos na tomada de decisões e compromisso na execução das ações. Ilídio afirma, porém, ter havido a predominância dos interesses particulares sobre os da coletividade e, para que esses interesses particulares fossem atendidos, alguns dirigentes tinham de, no mínimo, utilizar-se do poder de convencimento, até mesmo da cooptação dos sujeitos, como se refere quando menciona a manipulação e o papel de “laranja” que lhe foi atribuído no processo.

No depoimento, o reassentado é claro ao expressar que os problemas que levaram à dissolução da Crabi passam longe de serem de ordem financeira, no sentido de que alguém estivesse levando vantagem sobre o dinheiro da Comissão. Para ele, o cerne do problema está no campo ideológico, um elemento difícil de precisar do ponto de vista do conteúdo de um conjunto elaborado de ideias. Para que houvesse o esclarecimento maior de sua percepção, perguntei-lhe o que seria essa diferença ideológica. Respondendo a isso, o reassentado indicou uma diferença no campo das ideias das quais os sujeitos se utilizavam para defender os seus interesses e fazê-lo de tal forma que gerasse um convencimento de que seriam realmente as melhores opções para o grupo. O ideológico, aqui, refere-se mais a ideias divergentes sobre as ações para a continuidade da luta e para o desenvolvimento dos

²⁰¹ MEURER, Ilídio. *Entrevista*. Citada.

reassentados, o que nos indica uma clareza conceitual por parte do reassentado, que se refere à ideologia no seu sentido vulgar.

Em outra oportunidade, numa segunda entrevista com o reassentado Ilídio Meurer, realizada em 13 de julho de 2009, ele acrescenta alguns motivos na tentativa de explicar o desfecho dado à Crabi, mantendo o que havia colocado na primeira entrevista. Sem dar tanta ênfase a um elemento em específico, ele diz:

Eu acho que os reais motivos teve, quem sabe dois ou três. Um, como eu acho assim, como vem de um movimento social aonde tem que passar toda discussão pela ampla maioria, né? A Crabi *centralizou* demais o poder em cima de duas, três pessoas, tinha aquela coisa, que parece que tem um dono, porque a gente não é do tipo daquela pessoa... Eles não têm interesse em deixar para outros tocarem, aquelas pessoas na frente e culminou com aquelas pessoas na frente. Uma segunda coisa, é que ela vivia basicamente na *questão financeira* de convênios com a Copel e estes convênios terminaram. Também ficou sem uma *fonte de renda*, por exemplo. E também outra coisa, é que *o objetivo dela enquanto entidade* teria que ser mudado todo se ela continuasse, porque o objetivo dela era a questão de luta pela terra, teria que mudar para fazer pela permanência na terra. E daí teria que ter uma série de mudanças, teria que ser um movimento que se abre para a luta, para se conquistar, ficar uma coisa para permanecer. Então, por exemplo, se o objetivo dela fosse expandir para trabalhar pela barragem de Capanema que está para sair, pela barragem do... lá para organizar, para mostrar para o pessoal, mostrar os direitos que aquelas população ribeirinha tem, para junto ela buscar com as empresas que vão construir, com as estatais, a empresa privada, hoje está muito a questão de consórcio, para não perder o objetivo no foco.²⁰²

Na fala do reassentado são apontadas três questões, além da questão da centralização do poder e de que havia, por parte de alguns, o interesse de que não fosse dada continuidade à atuação da Crabi se esta viesse a passar para outras mãos, traduzindo isso na afirmativa de que havia “um dono”. O reassentado menciona outros fatores: o fim do convênio com a Copel (o que levou à inexistência de um suporte financeiro importante para a Comissão) e a necessidade da alteração dos projetos e das formas de atuação da Crabi (o que, na verdade, seria uma consequência, caso ela viesse a continuar existindo), apontando para a necessidade de abrir-se para lutas mais amplas, de outros movimentos sociais.

Ainda no intento de entender o processo de diluição da Crabi, realizou-se o esforço de buscar ouvir a reassentada e também ex-líder Margaret Maran. Para ela, esse processo de extinção era tido como “natural” em função de a Crabi ter cumprido com os seus objetivos, de

²⁰² MEURER, Ilídio. *Entrevista*. Reassentamento São Francisco de Assis - Cascavel, 13 de julho de 2009.

ter cumprido aquilo que motivou a sua criação. Sendo assim, não havia mais razão de existir, como ela explica:

[...] chegou o momento de que as pessoas acharam melhor que a função da Crabi enquanto Crabi, e assim, *teve um outro momento em que a gente pensou mesmo que ia chegar o momento que ela não ia ter porque mais existir*, porque a função dela era essa, organizar as famílias para resistir e buscar qualidade de vida melhor enquanto reivindicação da barragem, da construção da barragem, enquanto atingidos, afetados, desalojados e tudo mais. Então pensando nisto, a gente pensou que teria que ter um tripé: então quando a gente pensou o Plano de Desenvolvimento não sei o que, a gente pensou que tinha um tripé: *que seriam três cooperativas*²⁰³ *para poder dar continuidade na organização dos reassentados*. [...]. Enquanto ator social, a gente achou bem importante fortalecer o movimento nacional dos atingidos por barragens. Mas, eu diria que, num determinado momento, a gente foi, mas a gente não deu conta porque, aquilo que eu falei: como é que as pessoas que *estão reassentadas, que estão lá, vão se preocupar com quem está sendo atingido pela barragem de Salto Capanema? Sabe, é meio difícil, porque não faz parte do cotidiano delas*, então assim, para nós [...] não é que a Crabi se burocratizou, é que a gente já tinha clareza, aquilo que eu falei, o problema já tinha sido solucionado. Então, o que a gente, enquanto liderança, pensou? Que teria que criar outras estruturas e outras ferramentas que pudessem dar continuidade à organização dos agricultores e que respondesse às demandas que eles tinham, que eles poderiam ter, que foi isso que ficou, está aí, que está posta.²⁰⁴ (Grifo meu).

A fala de Margaret carrega a marca indelével da sua passagem pela liderança, pois, além da organização das informações, em seus depoimentos sempre há a emissão de uma fala em nome do coletivo, do “nós”, característica que nos levou a perceber que ela ainda se sente autorizada a falar em nome do grupo. Ela coloca a importância da Crabi em todo o processo. Menciona, porém, que, depois que as famílias estavam estruturadas dentro da organização do reassentamento, cada família produzindo, a luta estava (digamos) encerrada – aliás, dada como uma luta ganha por parte de alguns. Assim, não haveria mais motivos para se preocuparem com outros sujeitos que estariam passando pela mesma situação e pelas mesmas dificuldades que os reassentados de Salto Caxias passaram num dado momento, como é o caso dos atingidos de Salto Capanema. A função da Crabi, portanto, tinha ali se encerrado.

Essa interpretação está no presente, pois as lideranças da Cabi, em diversos momentos, procuraram mobilizar os reassentados para atuar em ações conjuntas com o MST, como em

²⁰³ Referindo-se ao convênio efetuado com o Sistema de Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária (Cresol), com a abertura da mesma no município de Cascavel sob a custódia da Crabi, e à criação da Cooperativa de Produção e Comercialização da Agricultura Familiar (Coopcafi) e da Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos aos Reassentados (Coater).

²⁰⁴ MARAN, Margaret. *Entrevista*. Citada.

ações de fechamento temporário de praças de pedágio, e com o MAB para auxiliar atingidos de outras barragens.

Nesses termos, como a fala indica, as lideranças começaram a perceber, no processo, os limites que se apresentavam à Crabi, e que poderiam levar à sua extinção. Assim, a leitura de que ela cumpriu a sua função é do presente em direção ao passado e justificadora do papel cumprido pela Crabi, e, portanto, na mesma medida de quem era Crabi (lideranças). Para Valdir, a extinção da Crabi é mencionada como necessária; natural, na mesma perspectiva de Margaret, porém acrescenta, a isso, a questão de que ela também é resultado da conjuntura financeira pela qual passava a comissão na época.

Eu acho que é um processo natural o que aconteceu de ela ter saído da administração do reassentamento. Ela cumpriu com o papel dela, que era a construção das casas, o acompanhamento dos produtores durante os três anos que os reassentados estavam aqui nas áreas, ela simplesmente cumpriu com o seu papel e acho que isso acontece com todos os processos de construção de barragens e reassentamentos. *Daí a partir da Crabi é que se criou um novo conselho do Reassentamento São Francisco*, como aconteceu com outros reassentamentos, [...]. Ela atuou o tempo que foi necessário, porque a partir do momento que não tinha mais recurso da Copel, a Copel já não tinha mais responsabilidade com os agricultores, era lógico que ela ia se retirar mesmo. *Ela poderia ter continuado, eu acho que ela deveria ter continuado pelo menos até o pessoal pegar a documentação, mas alguma coisa aconteceu dando errado e acabou.*²⁰⁵ (Grifo meu).

A respeito da sua afirmação de que “alguma coisa aconteceu de errado”, perguntei a Valdir o que podia ter havido. A isso ele respondeu: “*Deve ter sido briga por poderes e acabou o dinheiro, o recurso para manter ela*”²⁰⁶, somando mais um elemento aos fatores por ele já mencionados: a questão do poder, reforçando a possibilidade de ter havido desencontros de interesses pelo fato da intencionalidade de uns utilizarem-se do espaço e das “vantagens” de ser liderança para benefício próprio, explicitada por Ilídio Meurer. Ainda no que se refere a esse depoimento, chamou-nos a atenção a informação da criação de um Conselho Unificado, assunto do qual nos ocuparemos mais adiante.

Apesar de serem diversos os elementos que perpassam as falas dos reassentados, inclusive no que diz respeito ao motivo de ter sido extinta a Crabi, há uma característica que deve ser enfatizada, até porque a encontramos, com contextualização diferente, mas presente nos depoimentos de Margaret, de Valdir, de Roselei, de Ilídio e de José Camilo, que é a

²⁰⁵ NUNES, Valdir Poluceno. *Entrevista*. Reassentamento São Francisco de Assis - Cascavel, 13 de julho de 2009.

²⁰⁶ NUNES, Valdir Poluceno. *Entrevista*. Citada.

reconstrução do passado na tentativa de inventariar a forma como tudo foi feito: os erros cometidos, os acertos, o que não foi feito, os conflitos, o que poderia ter sido feito, enfim, os reassentados, ao analisarem as experiências passadas a partir do tempo presente, fazem um balanço do reassentamento.

Esses balanços vêm confirmar o que inicialmente foi apontado neste capítulo, pois podem ser considerados, no seu conjunto, como indicativos das convergências e/ou das divergências do processo. Os depoimentos nos levam a afirmar, em linhas gerais, que o processo de diluição da Crabi foi consequência da combinação de uma série de elementos, ou seja, é uma somatória dos diferentes fatores mencionados pelos reassentados. Diante do cotejamento das inferências dos depoentes é, contudo, possível questionar a afirmação de que havia de fato um planejamento e que, após ganha a “causa” e organizado o reassentamento, a luta estaria encerrada, o que “naturalmente” culminaria na extinção da Crabi e com ela, claro, a sua atuação.

Um indicativo que nos leva a essa problematização transita no campo das subjetividades e das divergências decorrentes delas. Trata-se do fato de que, segundo o depoimento da ex-líder Margaret Maran, a diluição já estava sendo prevista, quando, durante o processo de organização do reassentamento, foram criadas duas cooperativas e com outra foi feito convênio, a fim de que pudessem suprir em parte a ausência da Crabi, não deixando os reassentados sem assistência. Já no depoimento do ex-líder José Camilo apareceu, claramente, o arrependimento de não ter sido feito da Crabi a cooperativa “oficial” dos reassentados, demonstrando a existência de perspectivas diversas no interior da própria direção da Crabi.

Havia, pois, interesses múltiplos, tanto entre os dirigentes da Crabi, ou entre estes e os reassentados. Os reassentados, em sua maioria, estavam mais preocupados em se estabilizar na nova terra e não tinham como prioridade engajar-se a novas lutas nem a novas parcerias (pelo menos num primeiro momento). Esses interesses múltiplos, parece-nos, levaram à condução de diferentes projetos pós-reassentamento, inviabilizando alguns que já estavam em andamento. Somando-se a isso, outro elemento desponta como convergente nas falas. É o fato de que, sem os recursos que a Copel enviava, inviabilizou-se o funcionamento e a atuação da Crabi. Isso tudo nos pode indicar o “desmonte” do discurso de coletividade que foi criado, incorporado e defendido no decorrer da luta, das negociações e na própria organização do reassentamento, até mesmo quando foram discutidos os projetos do PD (2000).

Por outro lado, há a possibilidade de relativizarmos a ideia de uma única coletividade através do questionamento da sua existência e de qual ou quais eram os coletivos dos e entre os reassentados. Se retomarmos a reflexão de Sader (1988), que nos indica que o sujeito coletivo é construído em determinadas situações, em que interesses comuns são compartilhados, podemos afirmar que, diante da expropriação, os pequenos proprietários, parceiros, arrendatários, meeiros e posseiros se reconheceram numa mesma identidade, engendrada na luta: a de atingidos. Com a conquista da terra e com a organização da vida nela, a essa identidade somou-se a de reassentado. Essas identidades não são homogêneas, pois os sujeitos são portadores de interesses que, em dados momentos, podem ser convergentes e, em outros, divergentes, conflitantes, o que nos faz lembrar da concepção de Thompson (1998), que demonstra que um mesmo sujeito pode ser portador de várias identidades. Nesse sentido, é possível afirmar que podem existir outros coletivos ou vários coletivos entre os reassentados, sendo que a própria Crabi é um exemplar disto, bem como o Conselho Unificado, como veremos adiante.

Ainda no que se refere à extinção da Crabi, não se trata de diagnosticar as causas da diluição da Crabi, bem como não se pode precisar uma data como sendo o momento em que isso aconteceu, já que entendemos a não continuidade da Crabi não como algo “natural”, e sim como consequência de um processo, e, enquanto tal, se construiu no decorrer do seu período de existência, no fazer-se das relações, levando-nos a inferir que ela não foi pensada para cumprir um papel e depois ser extinta. Isso nos leva a concluir que nem todas as dimensões desse processo estavam em consonância com um controle previamente planejado.

Dessa forma, a extinção da Crabi resulta não só das divergências existentes no reassentamento, sendo engendrada na sua própria trajetória e pode ser considerada como uma das dimensões de um processo vivenciado pelos reassentados, dimensão que abriu possibilidades dentro do reassentamento.

3.2 TECENDO CAMINHOS

Os depoimentos dos reassentados acerca da dissolução da Crabi, nas páginas anteriores, são significativos, pois representam uma espécie de balanço sobre o passado. Ao mesmo tempo, as observações em visitas ao reassentamento, nos últimos dois anos desta

pesquisa, revelaram algumas alterações importantes na configuração da organização social e produtiva do reassentamento. As mudanças se referem, em especial, aos espaços comuns, como, por exemplo, à área de lazer. Esse é um aspecto que talvez seja expressivo de um novo momento do reassentamento, do qual se ocupam as próximas discussões. Embora seja definitiva a diluição da Crabi, para entender melhor o que isso representou para os reassentados, procurei dialogar sobre o que acarretou a sua ausência no reassentamento. Para o ex-líder Valdir,

Ficou mais democrático depois que ela saiu e depois que o conselho assumiu foram terceirizando alguns trabalhos. A participação de todos, as pessoas tiveram mais oportunidades de liderar as comunidades, o próprio Conselho. Surgiu o Conselho do reassentamento.²⁰⁷

A propósito do que o depoente Valdir já havia mencionado como “novo Conselho” em outro momento da entrevista, ele retoma a fala e insiste em informar que, graças à saída da Crabi, houve mais oportunidades em relação à participação nas tomadas de decisão do destino das comunidades e do reassentamento. Para usar uma expressão e sentido atribuído à atuação da Crabi, retomamos a fala de Ilídio Meurer: “ela parecia ter um dono”. O reassentado Valdir, mencionando ser o momento um dos “mais democráticos”, inaugurado por uma nova organização no interior do reassentamento, indica uma das novas possibilidades de organização dos reassentados. A solicitação foi que ele explicasse no que consiste e como funciona esse Conselho.

É o Conselho Unificado, deliberativo da *Colônia São Francisco de Assis*. Foi criado um conselho para administrar a sede do Reassentamento São Francisco de Assis, mais os ônibus, os bens que o conselho tem, tem quatro ônibus, um microônibus. São dois representantes de cada comunidade que formam o Conselho. Dentro desses representantes das comunidades foi indicado um presidente, um tesoureiro, um secretário para administrar o Conselho Unificado, tendo a participação de todos.²⁰⁸ (Grifo meu).

O reassentado, ao dar a sua explicação acerca do Conselho, fez lembrar as responsabilidades e o próprio funcionamento da Crabi e a forma como era feita a indicação de sua direção executiva²⁰⁹. Perguntado sobre essa semelhança, Ilídio Meurer respondeu:

²⁰⁷ NUNES, Valdir Poluceno. *Entrevista*. Citada.

²⁰⁸ NUNES, Valdir Poluceno. *Entrevista*. Citada.

²⁰⁹ De acordo com MAKOSKI-LOMBARDI, S. P. *Desenvolvimento rural e gênero: a participação das mulheres na organização de um movimento social – o caso da Crabi – PR*: “Os presidentes e vice-presidentes das associações formam o Conselho da Crabi e este conselho escolhe a direção executiva da Crabi, que são: presidente, vice-presidente, tesoureiro e secretário, mais conselho fiscal (quatro pessoas)” (2006, p. 68).

Aqui dentro continua as oito associações... E esses líderes, esses presidentes das associações continuam sendo eleitos da mesma forma. Faz a eleição, foi feita agora em março... de janeiro até março, nos três primeiros meses do ano tem que ser feita e tem um prazo de dois anos.²¹⁰

Talvez, para além de uma mera semelhança, possamos considerar que a forma como conduzem a eleição dos representantes das comunidades e entre estes a direção do Conselho e como se organizam em torno desse Conselho, é a expressão do aprendizado político que os reassentados obtiveram. Ou seja, é fruto das experiências vivenciadas com a própria organização político-administrativa da Crabi, o que nos demonstra, contrariamente à avaliação do articulista da matéria do Jornal Hoje, citado na introdução a este trabalho, que os reassentados não se encontram “largados à própria sorte” e não deixaram de rearticular a forma de organização e de articulação política.

Ao mesmo tempo, continuam reunidos em formas de organização para o estímulo e o apoio à cooperação na produção. Das três cooperativas mencionadas anteriormente por Margaret Maranhão, duas delas, a Cresol e a Coopcafi²¹¹, continuam prestando assistência aos reassentados. Esta informação demonstra, mais uma vez, que a matéria jornalística acima mencionada se engana quando desqualifica os agricultores afirmando que eles não têm potencial para se organizarem e que não tiveram aprendizado com o processo de implantação dos projetos financiados pela Copel, durante os anos iniciais de reassentamento.

Na conversa com o reassentado Ilídio, tendo-lhe sido perguntado sobre o que o Conselho trouxe, se comparado com que acontecia antes, sob a égide da Crabi, ele disse:

Eu acho que são dois momentos diferentes: um momento, tipo assim, no início tinha aqueles recursos, o pessoal estava naquela fase de adaptação aqui, ambientação. Isso queira ou não queira também amarra bastante o pessoal, porque o agricultor tem aquela coisa, quando ele começa a sair muito, atrás de reunião ou de coisa, ele deixa o trabalho dele. Aí acaba não fazendo aqui, ou ele é remunerado para ganhar no mínimo a despesa lá, ou se ele deixa aqui ele perde. No momento, é este momento, por exemplo, que dá liberdade para o pessoal para correr atrás de *buscar novos recursos, novas coisas [...] foram abertas novas frentes de parcerias, uma com a Emater, tem as questões dos tratores solidários, implementos, um monte de coisa aí,*

²¹⁰ MEURER, Ilídio. *Entrevista*. Citada.

²¹¹ De acordo com uma conversa informal mantida com o reassentado Ilídio Meurer, em 24/7/2009, ficou a informação de que a Cresol continua sendo a Cooperativa de Crédito dos reassentados, aliás, ao que indica pelas propagandas veiculadas nas rádios de Cascavel, é uma cooperativa consolidada e atuante em todo o Sul do país. A Coopcafi está sendo “reerguida”, segundo o reassentado, por eles mesmos, e a terceira cooperativa, a Coater, foi “levada” por um dos reassentados para atuar em outro Estado e não faz mais parte da rede que presta assistência ao reassentamento e aos reassentados.

foi buscado, agora está se buscando outras coisas, de comprar adubos, insumos essas coisas [...].²¹² (Grifo meu).

Roselei, abordada sobre esse assunto, disse:

[...] agora sem a Crabi, hoje não tem mais necessidade da Crabi. Naquela época sim, naquela época era necessário, hoje cada um caminha pelas suas próprias pernas. Cada um sabe levar a sua própria vida, cada um já adquiriu o conhecimento da área onde a gente mora, já busca o que a gente precisa fora, por exemplo, assim na cidade, hoje a gente não sente falta da Crabi. Acho que a gente se organizou, com um membro de cada comunidade, eles formaram um conselho administrativo, que é esse conselho que está buscando as verbas agora pra cá, por exemplo, *o padrão de luz para as comunidades que fica isento a partir de não sei quantos watts gasto, a questão do turismo rural que eles estão buscando também*, mas assim já é uma coisa pra acrescentar ao reassentamento, não é uma luta, *são verbas que existem e que o pessoal se organizou para ir buscar*. Precisa na verdade, é como se fosse que nem na cidade tem... o presidente de bairro, a associação de bairros lá e aqui a associação de moradores, é a mesma coisa, só muda um pouco a nomenclatura, mas tem a mesma função.²¹³ (Grifo meu).

Tanto para Roselei, quanto para Ilídio, está claro que esse é um novo momento. Muitas coisas mudaram e se se for traçar um comparativo com o que acontecia anteriormente, quando a Crabi atuava junto aos reassentados, os dois reassentados apresentam o que está sendo conquistado (de acordo com Roselei: “acrescentado”), a partir das próprias necessidades dos reassentados e do reassentamento. Trata-se de necessidades que foram surgindo e que motivaram a criação de um Conselho a fim de organizar a pauta para a busca de soluções a elas, sugerindo que o trabalho desenvolvido pela Crabi hoje não faz falta. Inferir que a Crabi não faz falta pode significar uma tentativa de justificar a sua dissolução, e esta é, no mínimo, uma questão polêmica.

Quando os reassentados mencionam sobre as verbas e o acesso a políticas públicas, tais como os programas²¹⁴ do governo de compra do trator e da isenção da taxa de luz,

²¹² MEURER, Ilídio. *Entrevista*. Citada.

²¹³ RIBEIRO, Roselei Koch. *Entrevista*. Citada.

²¹⁴ De acordo com a Agência Estadual de Notícias do Estado do Paraná, o programa Trator e Equipamentos Populares Solidários disponibiliza verba para financiar a compra de tratores e implementos pelos agricultores familiares paranaenses enquadrados nas categorias C e D do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). O investimento em trator será convertido em equivalência-produto e a moeda escolhida é o milho, grão cultivado praticamente em todo o Paraná. O pequeno agricultor credenciado junto ao Pronaf poderá ser beneficiado pelo Fundo de Aval, que vai garantir a operação no banco. A vantagem da equivalência é que ela permitirá aos produtores saber de quanto será a dívida contraída na aquisição do trator ou do implemento, desde o início até o final do contrato. Os agricultores que serão atendidos pelo programa Trator Solidário são os que vêm apresentando mais dificuldades para adquirir equipamentos. Os beneficiários são os agricultores familiares com renda bruta anual de R\$ 3 mil a R\$ 45 mil. A compra de tratores poderá ser feita individualmente ou em grupo. O limite de financiamento por produtor será de R\$ 18 mil. Serão financiados tratores com potência de 50 cv a 75 cv e também tratores multicultivadores, indicados para

podemos observar a satisfação com que colocam essas conquistas, o que nos levou a perceber os motivos pelos quais acreditam que é um momento de melhoria, onde a liberdade, segundo Ilídio, é um fator importante em toda essa nova organização, pois, além de o agricultor poder atuar de acordo com os seus interesses e necessidades, ele não fica no prejuízo ao deslocar suas energias à outra função que não seja a terra, situação que, segundo o reassentado, acontecia quando do seu envolvimento na direção da Crabi.

Através desses depoimentos, podemos perceber que o Conselho ocupa um papel importante atualmente para o desenvolvimento do reassentamento, é o responsável pela participação dos reassentados na hora de eleger as prioridades na busca de melhorias, além do fato de que ele representa um avanço político, um largo passo dado por esses agricultores rumo à autonomia, visando ao bem-estar das famílias e à melhoria da produção nas propriedades, conseqüentemente na vida desses sujeitos. Dessa forma, a recente atuação do Conselho, segundo informações por cerca de dois anos, acabou promovendo novas possibilidades aos reassentados, como é o caso da menção de Roselei ao turismo rural²¹⁵. Esse aspecto é, sem dúvida, uma das mudanças que ocorreram nesse período e que pode ser vista no reassentamento.

Para entender melhor a dinâmica do reassentamento na perspectiva do desenvolvimento do turismo rural, a investigação procurou saber qual é a importância e o que os reassentados entendem por lazer. Na tentativa de perceber sobre as mudanças e melhorias no que se refere ao lazer, foram questionados sobre se tiveram e quais foram os avanços em relação a isso. Essas questões, que foram propostas nas conversas com alguns reassentados, visam também perceber a aceitação dos espaços que foram abertos, pois é válido lembrar que,

cultivo de olerícolas. O prazo de financiamento será de até dez anos, com até cinco anos de carência - nos outros cinco, os pagamentos serão anuais com juros médios de 3% ao ano. O outro programa trata-se do Programa Luz Fraterna, instituído em 2003 pelo governador Roberto Requião e permite ao governo do Estado quitar a conta de energia elétrica de famílias paranaenses de baixa renda, quando o consumo não ultrapassar o limite de 100 quilowatts-hora no mês. O programa é desenvolvido pela Secretaria de Trabalho, Emprego e Promoção Social em parceria com as Secretarias de Planejamento e Coordenação Geral, pela Copel e pelas concessionárias de energia elétrica que atendem o Estado. Para incentivar ainda mais ações que promovam o desenvolvimento no campo, o governador, o secretário da Agricultura, o presidente do Incra e o presidente da Cooperativa Central da Reforma Agrária assinaram, em 2008, um protocolo de intenções que prevê o desenvolvimento de atividades de fomento na área rural através do acesso ao programa. Disponível em: <<http://www.aenoticias.pr.gov.br/>>. Acesso em: 22 jul. 2009.

²¹⁵ Segundo a Associação Brasileira de Turismo Rural, essa modalidade de turismo é uma atividade desenvolvida no campo, comprometida com a atividade produtiva, agregando valor a produtos e a serviços e resgatando o patrimônio natural e cultural da comunidade. Tem por objetivo, além do incremento de receita, o desenvolvimento do ecoturismo, lutar pela preservação do meio ambiente, a geração de empregos e a preservação do patrimônio rural. Isso significa que, para ser enquadrado como turismo rural, o empreendimento deve ser e não apenas "parecer" um sítio ou fazenda. Disponível em: <www.abtr.com.br/>. Acesso em: 22 jul. 2009.

em outros momentos deste trabalho, alguns depoimentos foram claros ao expressarem que não viam com “bons olhos” a abertura do reassentamento para visitantes de fora, e essa abertura é uma condição necessária para que haja o desenvolvimento dessa nova possibilidade para o reassentamento.

Sobre essa nova possibilidade que se abriu aos reassentados, a exploração do turismo rural, foi promovida uma conversa com Valdir, que, além de conduzir o funcionamento da lanchonete que fica à beira do lago do reassentamento, na chamada “prainha”, foi quem construiu o jôquei-clube local. Outro aspecto que demonstra as mudanças que o local sofreu a partir do turismo rural é a mudança de nome²¹⁶ na placa de identificação do local, que fica no trevo de acesso ao reassentamento, onde se lia “Reassentamento São Francisco de Assis” agora se lê “Colônia São Francisco de Assis”, o que despontou, confusamente, na fala de Valdir, pois ele se refere ao local primeiro como colônia, depois como reassentamento. Em meio a isso, perguntei-lhe então sobre os espaços de lazer que são considerados importantes dentro do que é oferecido como turismo rural e sobre a participação dos reassentados nesses espaços.

Têm o jôquei-clube e o recanto do lago, esses espaços que inclusive hoje eu trabalho. Mas, assim a participação do reassentado na área de lazer que aqui é oferecido é bem participativo. Eles participam bastante do recanto do lago, participam das comunidades, eu acho que não se compara o lazer que a gente tem hoje com o que se tinha, não tem explicação.²¹⁷

²¹⁶Sobre o assunto ver: PAGLIARINI JÚNIOR, Jorge. *Memórias de luta, lutas pela memória: o Reassentamento São Francisco de Assis*. Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus Marechal Cândido Rondon, 2009 (Dissertação de Mestrado em História). Neste estudo, o autor investiga o motivo da mudança no nome do local, apontando que o termo Reassentamento significa a vitória dos atingidos contra o Estado, demonstra um passado comum, de luta. Mas, em virtude dos reassentados sofrerem discriminação por parte dos comerciantes e de moradores da região, em relação à confusão que se faz entre o termo assentado e reassentado, e tendo em vista a dedicação em alavancar o turismo rural no local, optou-se pelo termo Colônia. Segundo o estudo, proceder a alteração do nome não foi um processo simples, tão menos harmônico, já que existem disputas internas, disputas materiais (em relação ao uso e administração do local) e disputas simbólicas (em relação as atribuições que o nome apresenta). Assim, há quem defenda a mudança de nome para evitar a confusão feita entre os reassentados com os sem-terra (no caso, assentados de alguma localidade) e porque “soa” melhor quando se fala que naquela localidade, com aquele nome (Colônia), se pratica o turismo rural. Outros defendem que deve permanecer Reassentamento, pois não se pode apagar o passado e o seu significado que em dada medida está contido no nome, além do quê, alguns acreditam ser esta mudança no nome parte de uma estratégia para facilitar futuramente a negociação das terras, pois será melhor aceito no mercado imobiliário se chamado de Colônia. De qualquer forma, é importante observar que nas entrevistas, bem como nas conversas informais que mantive com os depoentes desta pesquisa, somente Valdir é quem se referiu ao local chamando-o de Colônia, talvez isso tenha ocorrido pelo fato de que a proposta da nova denominação não se fixou totalmente. Assim, é possível perceber que ao passo que a maior parte dos reassentados utilizam a denominação Reassentamento, expressam a força da história do movimento, o que parece ser ainda muito forte ali dentro.

²¹⁷ NUNES, Valdir Poluceno. *Entrevista*. Citada.

O reassentado menciona que os espaços do turismo rural (o jôquei-clube e o recanto do lago, conhecido como “prainha”) são frequentados pelos reassentados, e reforça a importância desses espaços, afirmando que lazer como o que eles desfrutam no reassentamento atualmente é muito melhor e não se compara ao que as comunidades tinham na beira do rio. Por já ter ouvido de alguns reassentados, em outros momentos, a afirmativa de que esses espaços não eram muito frequentados por gente de dentro do reassentamento, procurei dialogar com outros reassentados para saber o que achavam desses espaços e se os frequentavam. Segundo Roselei:

De vez em nunca! Eu não sou muito fã de água, meus filhos que gostam, meu filho mais velho já não tá mais querendo muito. A gente vai de vez em quando. Inclusive agora tem churrasqueira lá, tudo organizado, mas eu só fui conhecer isso daí quando veio uns parentes do meu marido, daí a gente foi assar uma carne, mas a gente foi mais pra mostrar.²¹⁸

Na mesma direção, o reassentado Ilídio disse:

[...] o pessoal de fora vem ali tal e compra, mas o pessoal daqui fica meio assistindo, a gente vai, mas é menos que os de fora. Os de fora usam mais do que a gente. O negócio de trazer gente de fora foi, em vez de alguém sair daqui para gastar fora, traz o de fora para gastar aqui dentro. Agora no inverno tenho quase certeza que dá prejuízo por causa propriamente do tipo do lazer, tem que estar quente... os dois, a hípica também. A gente vai na prainha quando vem alguém de fora, parente ou algum amigo, daí onde existe uma prainha...a gente vai para lá no final do dia. Eu mesmo sair daqui para ir lá, eu prefiro ficar aqui embaixo desse barraco aqui.²¹⁹

Os dois depoentes afirmam não terem o hábito de passar as suas horas de lazer nos espaços comuns, ditos espaços do turismo rural, e informam que esses espaços são muito mais frequentados por gente de fora do que pelos próprios reassentados, contrariamente do que afirmou o reassentado Valdir. Roselei, mesmo não tendo o hábito de frequentar a prainha, destaca que o local é bem organizado, dispondo de uma infraestrutura adequada.

Nessa oportunidade, coincidentemente ou não, enquanto aguardava Roselei chegar da cidade, por ocasião da última entrevista que fiz com ela, estava sentada na varanda da casa de sua vizinha – aliás, prática muito comum no reassentamento, em que os vizinhos são solícitos com as visitas em geral, recebendo e fazendo “sala”. Nessa oportunidade aproveitei para conversar um pouco com Noeli e com o seu filho Alexandre, de 12 anos, e eles me falaram a mesma coisa: não frequentam a prainha, quão menos o jôquei-clube e, quando o fazem, é para

²¹⁸ RIBEIRO, Roselei Koch. *Entrevista*. Citada.

²¹⁹ MEURER, Ilídio. *Entrevista*. Citada.

levar algum parente de fora que deseja conhecer. Pelo visto, é mais comum os reassentados não fazerem uso desses espaços do que o contrário, talvez por não terem criado esse hábito e preferirem ficar em suas propriedades, como é o caso de Ilídio.

Embora os reassentados entrevistados afirmem frequentar pouco os espaços em questão, eles não manifestaram qualquer tipo de reação contrária à existência deles, e parece que isso está bem definido, pelo menos para o reassentado e ex-líder Ilídio Meurer, que esses são espaços que servem para trazer dinheiro para dentro do reassentamento. Ocorre, contudo, que, apesar de a infraestrutura oferecida ser de qualidade, através das observações, bem como das conversas podemos afirmar que a logística em torno do turismo rural necessita ser mais fomentada. Parece que esse é um dos caminhos possíveis para o desenvolvimento das novas atividades dentro do reassentamento, o que, segundo alguns depoimentos já está sendo feito através de investimentos na infraestrutura e com a busca de recursos.

Uma das percepções dos reassentados em relação ao lazer pode ser dimensionada a partir do significado atribuído a essa atividade na acepção de Valdir.

Eu acho que o lazer pro reassentado é muito bom. A questão de *cada comunidade ter o seu barzinho, a sua cancha de bocha, tem o seu salão, a sua igreja, o seu campo de futebol*, aí tipo assim, cada *associação* faz a sua diversão entre eles e aí vez em quando eles fazem um intercâmbio, *um vai visitar o outro para um jogo de bocha, de bola*. Aqui facilitou e diversificou bastante o lazer, lá até tinha esses tipos de coisas, mas era muito longe. [...] Aqui melhorou, porque tudo ficou próximo, e tipo assim o lazer que a gente tinha lá não era como associação ou da gente, a gente ia participar no barzinho, a cancha de bocha era do dono do bar ou campo de futebol era deles também, a gente não tinha o direito de opinar em nada e aqui a gente tem porque é da comunidade²²⁰. (Grifo meu).

No fragmento acima, o reassentado relaciona o sentido de lazer à noção de comunidade, articulada nas e pelas relações e práticas nos espaços comunitários. A cancha de bocha, a igreja, o salão comunitário, o campo de futebol, o barzinho, como locais de encontro, centrais na comunidade, são demonstrações de que a organização social traz ainda as marcas das comunidades tradicionais, ao mesmo tempo em que se inovam através de práticas de lazer (tidas como modernas). De acordo com Seyferth (1990), é nesses espaços de sociabilidade que se estabelece uma rede de relações para as famílias, em função da própria proximidade das moradias, não obstante também estendem essa rede de relacionamentos, mantendo contato com outras comunidades.

²²⁰ NUNES, Valdir Poluceno. *Entrevista*. Citada.

Nesse sentido, a fala faz referência às atividades esportivas e de dança, além do espaço onde são comercializadas bebidas. Em outro espaço também são vendidos produtos artesanais do próprio reassentamento, chamado de barzinho. Valdir observa ainda que essas são as opções de lazer das quais as comunidades dispõem atualmente e que há a possibilidade de se fazer um intercâmbio nessas práticas entre as comunidades. E, ainda, pensando na esfera participativa, o ex-líder afirma que os espaços comuns são, de fato, comuns, pois pertencem à comunidade, o que significa um avanço nessa área, contrapondo ao que tinham antes do reassentamento. Na mesma direção, a fala de Ilídio Meurer também vem em forma de balanço. Ele descreve brevemente o lazer no passado e o compara com o presente.

Depende muito do lazer que cada pessoa busca, é muito variado, por exemplo, tinha muitas pessoas que o melhor lazer que eles tinham lá era ir pescar, ou fazer alguma coisa assim, e aqui não tem isso. Então varia muito, agora em comunidade no caso, tipo assim, o lazer é melhor, todas elas têm um campo de futebol, tem uma quadra, tem uma cancha de bocha, tem um salão bom para dança [...] ²²¹.

O reassentado menciona que a prática da pesca, que era uma atividade comum antes do reassentamento, atualmente não faz parte do rol das atividades de lazer dos reassentados, mas destaca, assim como Valdir, que a infraestrutura disponível para o lazer ainda assim é muito melhor. Quando solicitei para Roselei o que ela compreende que seja lazer e se ele é importante, ela traz um elemento diferenciado.

A gente trabalha a semana inteira e final de semana você quer ficar dentro de casa. Aqui no reassentamento a gente cultiva muito ainda *essa questão de vizinhança*, domingo à tarde quando a gente não tem muito que fazer, eu vou lá à vizinha tomar um chimarrão, isso pra mim é lazer. Como a gente é que escolheu os vizinhos, e isso eu acho um ponto muito positivo, quando eu vim pra cá eu escolhi essa minha vizinha aqui, a de lá, então a gente tem uma relação muito boa. *A gente faz a troca de serviços*, a gente faz isso, o dia que eu preciso dela ela vem o dia que ela precisa de mim eu vou lá, a gente faz pães juntas, faz bolachas, esse tipo de coisa continua e eu dou muito valor pra isso. ²²² (Grifo meu).

Para ela, a visita aos vizinhos para tomar um chimarrão é uma das formas de lazer que, conjuntamente com as práticas de troca de serviços e de compartilhamento na produção de mantimentos, foram trazidas da beira do rio, práticas diversas, inerentes aos modos de vida das categorias sociais que compõem o campesino brasileiro e que são preservadas por serem

²²¹ MEURER, Ilídio. *Entrevista*. Citada.

²²² RIBEIRO, Roselei Koch. *Entrevista*. Citada.

importantes à manutenção desse modo de vida²²³. Ainda assim, insisti e perguntei se, além da manutenção dessas práticas, algo de novo no que se refere ao lazer havia sido criado no reassentamento e se havia melhorado o lazer em relação ao que tinham nos locais de origem, antes de vir morar no reassentamento.

Depende muito de cada comunidade, na comunidade que a gente pertencia não tinha essas raias de corrida de cavalos, por exemplo, onde a gente morava não tinha, em outras comunidades já tinha. Varia muito de cada comunidade. Daí tem a questão da prainha artificial que tem ali, acho que é isso. [...] por aqui e pelos meus vizinhos mais próximos, a gente participa bem mais de festas e de coisas que tem, até pelo fato de as comunidades ficarem mais perto e assim, a gente tem mais acesso a cultura. Hoje em dia o pessoal sai daqui e vai pra cidade, vai a cinema, vai assistir a uma peça de teatro, alguma coisa assim, que antes lá a gente nunca via isso, eu nem conhecia, então já é uma questão que nesse ponto foi muito positivo.²²⁴

É perceptível que, no que concerne ao assunto lazer, as falas são prospectivas. Essa avaliação é articulada em meio à descrição das atividades que tinham e das que têm atualmente, o que demonstra um avanço positivo. Nota-se, ainda, por essa descrição, que os novos espaços (a prainha e o jóquei-clube) são lembrados como diferenciados, aos quais, antes do reassentamento, os agricultores, no geral, não tinham acesso. Ainda que, por diferentes motivos, pouco frequentem esses lugares, eles estão disponíveis e são opções de lazer no interior do reassentamento. No que se refere ao acesso e à participação nas atividades de lazer, tanto Roselei quanto Valdir e Ilídio manifestam o quanto esse quesito foi facilitado no reassentamento, até pela proximidade das comunidades. A facilitação ao acesso não se restringe, porém, ao âmbito interno do reassentamento. Roselei menciona que os reassentados extrapolam o território do reassentamento e buscam lazer também na cidade, já que há facilidade em se locomover até as cidades vizinhas mais próximas (Cascavel e Corbélia). A fim de entender como eles estabelecem essa relação com o lazer oferecido na cidade, continuei o diálogo a respeito do assunto com Ilídio. Para ele,

[...] é uma mudança... lazer... lazer... a gente está aqui numa região que, por exemplo, ela é uma cidade grande, como se diz. Para quem gosta de um lazer, de ir para a cidade ou para outros espaços, aqui tem mais cidades perto, têm mais coisas diferentes. Nova Prata era um município muito

²²³ Sobre o assunto ver: CÂNDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito*. 34. ed. São Paulo: Duas Cidades, 2001; SCHREINER, D. F. *Entre a exclusão e a utopia - um estudo sobre os processos de organização da vida cotidiana nos assentamentos rurais (região sudoeste/oeste do Paraná)*. São Paulo, 2002. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP. (Tese de Doutorado em História); SEYFERTH, Giralda. *Imigração e cultura no Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1990 e WOORTMANN, Klaas Axel A. W. *Com parente não se negueia: o campesinato como ordem moral*. Série Antropologia, n. 69. Brasília: UNB, 1990. Mimeo.

²²⁴ RIBEIRO, Roselei Koch. *Entrevista*. Citada.

pequeno, era muito restrito. Aqui tem as coisas muito maiores, então tem muito mais opções, por exemplo, para o pessoal que é mais jovem aqui, que gosta de baillão, em Cascavel quase todo dia tem. E lá não, não tinha isso.²²⁵

A relação que Ilídio estabelece com o lazer da cidade difere um pouco da menção que Roselei faz. Ela destaca atividades como: cinema e teatro, enquanto o reassentado menciona os bailes como um atrativo que a cidade, principalmente a de Cascavel, oferece. Isso se deve, em grande medida, pelas relações que os sujeitos estabelecem com a cidade. No caso de Roselei, por ela ter frequentado uma faculdade na cidade de Cascavel, atualmente é Pedagoga e atua em uma pré-escola nessa mesma cidade, fica mais evidenciado que ela teve acesso a um outro circuito de atividades, mencionado por ela como cultural. Ainda assim, as duas falas evidenciam que ocorre a saída do reassentamento em busca de lazer na cidade. Nesse tocante, Valdir coloca:

Eu acho que eles aproveitam bem, porque assim, geralmente eles saem pra buscar lazer fora, mas é o que não tem aqui, por exemplo, bocha tem aqui, futebol tem aqui, mas eles vão representar o Reassentamento São Francisco, assim como a gente tem os visitantes aqui, eu acho que isso é normal, e tem que ser assim.²²⁶

Nesses termos, os moradores do São Francisco aproveitam o lazer da localidade e só procuram o lazer na cidade através de alguma atividade que realmente não seja oferecida no reassentamento, além da questão de que algumas modalidades esportivas propiciam a saída para que os reassentados representem o reassentamento em competições na cidade. Talvez ele tenha essa opinião por estar bastante próximo à organização desse tipo de atividade, podendo até ter como intenção explicitar uma visão que exalta as atividades de lazer do reassentamento como forma de alavancar o turismo rural. Essa é a impressão que ficou bastante evidente, tanto nas falas, como em uma de suas atitudes, quando, com orgulho, nos entregou o cartão de visitas do Recanto do lago, onde consta a informação do endereço da “Colônia São Francisco” e do que é oferecido nesse espaço: área de banho, pedalinho, seguranças, salva-vidas/enfermeiros, quadra de areia, jôquei-clube, área de *camping*, pescaria, trilhas, locações para festas, lanchonete e restaurante.

Tudo isso conduziu à conclusão de que essa nova possibilidade, provinda de um novo momento de reassentamento, já pode ser considerada como significativo de um avanço na

²²⁵ MEURER, Ilídio. *Entrevista*. Citada.

²²⁶ NUNES, Valdir Poluceno. *Entrevista*. Citada.

qualidade do lazer, mas, além disso, significa também um avanço econômico para o reassentamento.

Nesse sentido, outros elementos despontam, quando se trata de elencar as melhorias, os avanços no reassentamento em relação não só ao novo momento, com a dissolução da Crabi, como também em relação à trajetória vivenciada pelos reassentados.

Eu acho que foi o Conselho unificado. Em alguns grupos as associações de moradores tiveram mais candidatos a vereador, de prefeito que teve mais oportunidade trabalhar aqui dentro do reassentamento que antes era meio limitado, que a Crabi antes às vezes interferia, né.²²⁷

O reassentado, ex-líder e atual articulador do turismo rural no reassentamento, ao ser solicitado sobre os avanços que o reassentamento e os reassentados em geral tiveram, destaca a questão política, referindo-se à criação do Conselho em primeiro lugar. Logo em seguida fala da atuação dos reassentados em suas comunidades e da liberdade que passaram a ter, principalmente depois da retirada da Crabi do reassentamento, para que as associações de moradores lançassem representantes na política local²²⁸, bem como se permitiu um acesso maior à entrada de políticas advindas do poder executivo municipal local. Dessa forma, demonstra que a liberdade de atuação política dos reassentados, bem como a abertura para novos grupos políticos, representou a mudança mais significativa. Também na perspectiva política se posiciona a opinião do reassentado Ilídio.

Eu acho que quando se soma um monte de pessoas juntos e de ideias, se busca um objetivo só e todo mundo vai à luta, eu acho que se consegue mover montanhas. Sabe, é muito forte isto... é uma coisa que para mim marcou. Eu acho que a coisa da organização do início, não de hoje, hoje não tem nem comparação, hoje caiu no individualismo de novo, mas aquela coisa da busca de garantir o direito, aquilo foi muito forte, precisa de muita mobilização, de muita gente, muita coisa. Aquilo se conquistou, agora dentro disso, a coisa mais negativa [...] que pessoas que vão pelo meio disso, por exemplo, ou se destacam ou tentam ser líderes e daí eles usam isso de forma individual, para eles se projetarem politicamente, para irem para outros caminhos, eles desvirtuam isto. Isso é o ponto mais negativo que tem dentro. Você consegue alavancar uma coisa muito grande, num conjunto de gente, depois que conseguimos tudo isso, daí o cara pega aquela questão e diz: “eu fui o cara”, tem isso por causa de mim, não existe... Fosse um, ou dois, ou meia dúzia de gente lá, ninguém estava aqui hoje.²²⁹ (Grifo meu).

²²⁷ NUNES, Valdir Poluceno. *Entrevista*. Citada.

²²⁸ O Reassentamento São Francisco de Assis está sob a jurisdição da comarca eleitoral do município de Cascavel.

²²⁹ MEURER, Ilídio. *Entrevista*. Citada.

Enquanto o reassentado Valdir se preocupa em falar da questão política no novo momento de reassentamento, Ilídio rememora a trajetória e o sentido político da luta num passado recente. Atente-se para o fato de o reassentado mencionar o que ficou de positivo e o que ficou de negativo para ele, através da relação entre as conquistas e a existência do que há hoje, em termos de reassentamento mesmo, a partir da luta de várias pessoas. Procura mensurar a força que a união das pessoas e a organização para a garantia dos direitos têm como aspectos positivos, e argumenta ser o individualismo o aspecto negativo que ainda atrapalha na organização do reassentamento atualmente, mesmo que muita coisa tenha mudado. Isso se deve, em parte, ao já mencionado em outro momento deste texto, ou seja, que não é próprio da cultura camponesa a prática coletiva na produção²³⁰ em determinadas atividades. Talvez seja essa a queixa de Ilídio ao mencionar que “hoje caiu no individualismo de novo”.

Destaca-se, aqui, que outras falas, nas páginas anteriores, apontaram para a participação e a fala de Ilídio é sobre o individualismo, que, segundo ele, está muito presente nas práticas dentro do reassentamento, mas nem por isso podem ser consideradas falas contraditórias, pois atualmente a conjuntura é outra, assim como a luta e as formas de se organizarem também são outras. Na mesma perspectiva do que foi apontado como positivo pelo reassentado Ilídio, Roselei ressalta:

*O que ficou foi a questão da união, foi uma união muito grande, independente de problemas com um ou com outro, mas a gente se uniu atrás de um objetivo só. A gente lutou por aquele objetivo, então isso deixa bem claro pra gente que a gente tem muita força quando a gente está unido, e a gente sempre vai precisar estar unido com alguém pra conseguir alguma coisa[...]. E é um crescimento intelectual que a gente vai adquirindo, são etapas da vida da gente que a gente vai vencendo e vai buscando cada vez mais.*²³¹ (Grifo meu)

Pode-se observar que a reassentada traz a percepção de que o que aconteceu de importante em todo o processo, o que marcou, foi a questão da união e da organização em torno da luta, e disso tudo ela tira a lição de que a união e a busca contínua são necessárias. O resultado dessa busca é o que a reassentada chama de “crescimento intelectual”, ao passo que afirma ter se visto elevada enquanto pessoa. Isso, em dada medida, nos remete ao que já foi comentado em relação à sua formação acadêmica, que constitui o que a reassentada considera

²³⁰ É válido observar aqui que a prática coletiva à qual o agricultor não é muito afeito é a que se refere ao cultivo da terra e tudo o que pode gerar formas de controle sobre ela, não esquecendo que a família é um coletivo, conforme já discutido às páginas 136 e 155 deste trabalho.

²³¹ RIBEIRO, Roselei Koch. *Entrevista*. Citada.

como um “*avanço em sua vida*”²³². De qualquer forma é inegável, porém, que esse é um dos elementos importantes para o conjunto de reassentados. A partir das conversas foi possível perceber que houve avanço no que diz respeito à formação humana, pessoal, mas também coletiva, como na nova configuração e organização entre os reassentados.

O avanço, na opinião da reassentada e ex-líder Margaret, se fez a partir de um “misto” entre a formação humana e a formação política individual e coletiva. Sobre esse caminho de aprendizagens, ela faz um balanço geral, ressaltando o que ficou marcado ao longo da trajetória.

[...] tivemos assim uma coisa muito bonita, foi a honestidade das lideranças, assim, passou muito dinheiro pelas nossas mãos, a gente assinava muita conta, muita coisa. Houve, por parte de alguns fazendeiros, de alguns deputados, queriam corromper as lideranças para escolher uma área pior não sei o quê, então o ponto forte que unificou e mostrou a seriedade que fez com que as pessoas ficassem firmes foi a honestidade das lideranças. Você pode pegar qualquer liderança que estava, que foi da Crabi assim, nenhum fez fortuna, nenhum, sabe, pegou, se apropriou de alguma coisa que não era sua, esse foi o ponto bem positivo, que não é em todos os movimentos que você tem essa coisa da honestidade, claro que o fato de estar ligado à igreja, vir de outro perfil, as pessoas tinham assim aquela coisa da mística do compromisso, de estar sempre junto, lutando por justiça, não se deixar levar pelos interesses que não fossem os do grupo, do coletivo. *Então essa foi uma das coisas, bem positivas, a solidariedade das pessoas, a força de vontade de cada um aprender, de cada uma*, porque como dizia uma das lideranças nossas, uns “*beira córrego*” [...], aprendemos muita coisa, porque a gente não tinha noção, mas não tinha preguiça, essa foi uma coisa bem interessante assim. *As dificuldades, acho, foram um pouco os egos e as disputas internas, não com pessoas que iniciaram o movimento, mas com pessoas que chegaram depois* sabe, e que eu não as culpo. Eu acho que é fruto da...acho que todo mundo tem direito de querer ser alguém na vida, sabe, de querer fazer as coisas, ou pelo menos estar num lugar achando que é fácil de fazer. Então, assim, essas divisões foram meio complicadas [...], *acho que o processo de aprendizagem de todas as pessoas, das lideranças tiveram assim, que se disponibilizaram a ter, foi bastante positivo...*²³³ (Grifo meu).

Margaret sistematiza a sua fala a ponto de destacar os pontos positivos e contrapô-los aos negativos e, assim, percorre o processo como um todo. Destaca a importância da disponibilidade dos reassentados, bem como das lideranças em aprender, inferindo que houve aprendizado na luta, em específico quando menciona que os “*beira córregos*” aprenderam muita coisa, demonstrando que os reassentados possuem a noção da mudança pela qual passaram e que foram se construindo ao longo de todo o processo. Menciona, ainda, a confiança depositada nas lideranças em virtude da honestidade destas. Outro ponto onde a

²³² RIBEIRO, Roselei Koch. *Entrevista*. Citada.

²³³ MARAN, Margaret. *Entrevista*. Citada.

reassentada procurou ser enfática foi o reconhecimento de que houve disputas, mas que surgiram através da atuação de pessoas que não participaram da luta, avaliando que nem todos aqueles que hoje estão no reassentamento têm o mesmo grau de comprometimento para com o desenvolvimento dele.

Assim, percebemos que as avaliações são diversas e que os reassentados fazem, cada qual, o seu balanço, onde apontam os avanços significativos para o grupo, para o reassentamento. Intencionalmente ou não, destacam a questão coletiva. Trata-se dos aspectos positivos ou dos avanços que ficaram, e talvez seja a questão coletiva um facilitador de alguns projetos que são “alavancados” pela atuação do Conselho na atualidade do reassentamento. A busca de conhecimentos e a continuidade do processo de organização parecem ser importantes na visão dos reassentados no presente vivido, como forma de viabilizarem os seus projetos.

Essa questão de buscar mais conhecimento das coisas, se a gente tem um objetivo a gente *tem que estar sempre buscando e buscando fora, pra você acrescentar, se organizar e sempre estar se elevando enquanto pessoa, melhorar.*²³⁴ (Grifo meu).

Na mesma perspectiva do que havia colocado anteriormente acerca dos avanços que julgava serem importantes, Roselei afirma que a perspectiva para que haja ainda mais avanços dentro do reassentamento está projetada na busca de novos conhecimentos, daqueles que ainda não são compartilhados no interior do reassentamento, que precisam vir de fora. Para Valdir, alguns projetos seriam importantes para o desenvolvimento do reassentamento na nova fase.

Acho que de repente a agroindustrialização, a comercialização dos produtos dos agricultores, trazendo formação para os agricultores, ajudando na questão política, social [...].²³⁵

Na mesma direção, Ilídio Meurer afirma:

[...] avançar na agricultura, o pequeno agricultor hoje sem ele conseguir, ele só produz a matéria-prima. Se ele conseguisse entrar, por exemplo, aí na questão dos próprios governos nos três níveis, tanto municipal, quanto estadual e federal e poder agregar valor, fazer indústrias, agregar valor em

²³⁴ RIBEIRO. Roselei Koch. *Entrevista*. Citada.

²³⁵ NUNES. Valdir Poluceno. *Entrevista*. Citada.

cima disto. Então, acho que aí teria um campo que daria para se estar trabalhando, de estar se buscando isso, a questão de agregar aqui dentro.²³⁶

Os reassentados Valdir e Ilídio dão demonstração de que há muita coisa a fazer ainda no reassentamento para que ele se desenvolva mais e, conseqüentemente, melhore. Para se alcançar novos avanços é preciso dar continuidade a alguns projetos já existentes, pois os apontamentos feitos pelos reassentados são os constantes do Programa Agropecuário do PD (2000), apontamentos que, por ‘n’ motivos já explicitados, formam uma complexa sistemática (não cabe repeti-la neste momento) e, por isso, foram sendo deixados de lado. A criação de novos projetos por meio da atuação do Conselho é importante e positiva para os moradores do reassentamento. É, no entanto, importante observar que o papel desenvolvido pelo Conselho não é tão amplo quanto era a atuação da Crabi.

A atuação do Conselho Unificado se restringe, pelo menos até o momento, a ações como o desenvolvimento do turismo rural e a busca por participação em políticas públicas, ao passo que o escopo da atuação da Crabi tinha uma abrangência maior, abrangência que, ao longo deste trabalho, foi demonstrada através da abordagem sobre a elaboração e o funcionamento dos projetos do Plano de Desenvolvimento, assim como por meio das falas dos reassentados que dimensionaram a importância da sua atuação. Todavia, trata-se de um processo em aberto e, como tal, está cotidianamente se construindo no *fazer-se* das relações inerentes ao reassentamento.

²³⁶ MEURER, Ilídio. *Entrevista*. Citada.

CONCLUSÃO

É importante mencionar que o estudo sobre os atingidos da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias está presente nas universidades sob os mais variados aspectos. Nesse sentido, o objetivo central deste trabalho foi o de investigar os modos de vida desses trabalhadores da terra, suas trajetórias e a articulação desses modos na tecitura da organização social e produtiva do Reassentamento São Francisco de Assis. Sob essa perspectiva, o tema foi abordado a partir das falas dos sujeitos, o que, no decorrer da pesquisa, permitiu a compreensão de percepções diversas, percepções que constituem as memórias acerca de todo o processo pelo qual passaram, da condição de atingidos à de reassentados. Assim, após analisado, esse processo permite mais algumas considerações.

Através dos depoimentos e das consultas a documentos, pode-se inferir que houve uma recriação no modo de vida das comunidades, onde o novo carrega o velho. Relações de vizinhança e de reciprocidade permanecem, talvez não na mesma intensidade, e outras foram recriadas. Ao mesmo tempo há a incorporação do novo, através da mecanização das atividades agropecuárias, por exemplo. A participação política, derivada do aprendizado político que parte dos reassentados obteve, é uma dimensão importante e que se visualiza na vida desses sujeitos, ou seja, o processo de luta, a organização da vida social no reassentamento e as práticas sociopolíticas e culturais indicam um aprendizado por parte dos sujeitos, do ponto de vista pessoal e do ponto de vista de identidades coletivas.

São, portanto, várias as identidades ali se forjando: a de atingido, a de reassentado, e hoje fazem parte desse novo modo de vida. Antes a identidade de expropriado não fazia parte dessa representação. Então, as representações de atingidos e de reassentados revelam conteúdos e significados novos para esses sujeitos nas trajetórias vivenciadas no passado recente de luta e de resistência pela permanência na terra.

Nesse processo incide a relação entre o individual e o coletivo. Diversos coletivos se apresentam dentro do reassentamento. A partir do momento em que foi sendo analisado, nesta pesquisa, o processo de organização social e produtiva do reassentamento, a partir dali se evidenciaram conflitos. Estes, por sua vez, foram os pressupostos, muitas vezes, para as diferentes percepções se erigirem, cedendo espaço para a construção de alguns projetos.

Aquilo que a liderança via como projetos da coletividade, percebeu-se, não deixa de o ser, mas há outras coletividades que despontaram no São Francisco de Assis.

De maneira especial, no decorrer da pesquisa, foi realizada uma espécie de diálogo com o Plano de Desenvolvimento, em que se percebeu que ele foi construído pautado na proposta de planejar o desenvolvimento e de envolver as famílias reassentadas, o que, nesta análise, pareceu algo altamente positivo do ponto de vista de viabilizar a permanência das famílias no campo, com enfoque na produção da pequena propriedade familiar, dedicada à produção agroecológica.

Nesse sentido, a proposta de pensar um planejamento diferenciado representa a defesa de outro modelo de desenvolvimento no campo (que não o agronegócio). A afirmação desse modelo tem conteúdo e significado político, constituídos num modelo alternativo que despontou ao longo de toda a trajetória desse grupo social. Sobretudo, tendo em vista que a agricultura familiar é a responsável pela maior parte da produção nacional de alimentos, e foi relegado a segundo plano na história do nosso país.

O que se pode perceber é que o esforço no sentido de viabilizar a agricultura familiar com a produção de alimentos, sobretudo os orgânicos, proposto através do Plano de Desenvolvimento (2000), é uma opção política acertada do ponto de vista da melhoria das condições de vida, não apenas das famílias reassentadas, mas também de todos os consumidores. Nesse sentido, agrega-se aí a possibilidade que se abriu para a comercialização de no mínimo 30% da agricultura familiar para a merenda escolar²³⁷ nos municípios. Isso nos serve como um pressuposto para confrontar e para desconstruir as afirmativas desqualificadoras e pessimistas veiculadas pelo articulista do Jornal Hoje, trazidas às primeiras páginas deste trabalho, a título de introdução à pesquisa.

Podemos inferir que várias são as contribuições que o Plano de Desenvolvimento trouxe ao reassentamento e aos reassentados, apesar de alguns programas e projetos não serem mais executados. Muita coisa permaneceu, como, por exemplo, o Programa Educação, em que uma de suas dimensões, o Projeto Político-Pedagógico do colégio do reassentamento

²³⁷ A Lei Federal no. 11.947/2009 determina a utilização de, no mínimo, 30% dos recursos repassados pelo FNDE para alimentação escolar, na compra de produtos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas (de acordo, especificamente, com o artigo 14). Disponível em: <<http://comunidades.mda.gov.br>>. Acesso em: 9 ago. de 2009.

é diferenciado e foi conquistado a partir da luta engendrada pelos reassentados e Crabi, que tinham um entendimento claro de que a educação no campo tem as suas peculiaridades e, por isso mesmo, discutiram e elaboraram uma proposta que atendesse aos interesses daqueles que cultivam a terra e nela vivem. Outro projeto de extrema relevância na vida das comunidades é o Programa Saúde, em que seus projetos dão conta de atender as demandas dos reassentados, sem que estes, na maioria das vezes, precisem se locomover às cidades vizinhas.

Todas essas questões aqui elencadas – especialmente a) a organização social e produtiva do reassentamento, através do desenvolvimento das atividades nas comunidades, do turismo rural e do desenvolvimento da produtividade agrícola, onde o arcaico e o moderno se articulam e b) o suporte educacional e no âmbito da saúde –, todas são manifestações concisas e resultantes do crescimento individual e coletivo que despontaram nas conquistas pelos reassentados. Essas conquistas foram engendradas no “*fazer-se*” das experiências, às vezes convergentes, outras divergentes, sobrepostas na trajetória de vida e de trabalho dos sujeitos sociais.

Estamos no ano de 2009 e, olhando a partir deste tempo histórico, é que se procurou aqui explicitar as experiências dos reassentados de São Francisco de Assis, o que permitiu afirmar que houve avanços de ordem política no reassentamento e esses avanços nos foram indicados através das entrevistas, em que as falas apontaram as novas possibilidades que estão despontando para os moradores do reassentamento. O que importa aqui concluir é que a extinção da Crabi talvez não configure um retrocesso na vida do reassentamento, pois houve um avanço político considerável no reassentamento, avanço que não pode ser negligenciado. Dessa forma, afirma-se aqui, em forma conclusiva, que os reassentados do São Francisco de Assis não só não ficaram desassistidos, como tampouco a trajetória desse grupo de pessoas, a contar com as possibilidades já abertas para o futuro, se dá por encerrada no presente.

REFERÊNCIAS:

ARAÚJO, Maria Lia Corrêa de. **Na margem do Lago**. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1990, 200 p. (Estudos e Pesquisas Fundação Joaquim Nabuco).

ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. **Por uma educação do campo**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

ARROYO, Miguel Gonzalez e FERNÁNDES, Bernardo Maçano. **A educação básica e o movimento social do campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 1999.

BLOEMER, Neusa Maria Sens. **Brava gente brasileira**. Florianópolis, SC: Cidade Futura, 2000.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2004. Coleção Primeiros Passos.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 1998. (Coleção Saraiva de Legislação).

BRENNEISEN, Eliane. **Da luta pela terra à luta pela vida**: entre os fragmentos do presente e as perspectivas do futuro. São Paulo: Annablume, 2004.

CALDART, Roseli Salete. Elementos para construção do projeto político e pedagógico da educação do campo. In: MOLINA, Mônica C.; JESUS, Sonia M. S. A. de (Orgs.). **Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2004. Coleção Por Uma Educação do Campo, nº 5.

_____; CERIOLI, Paulo R.; FERNÁNDES, Bernardo M. **Por uma educação do campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

CÂNDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**. 34. ed. São Paulo: Duas Cidades, 2001.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados – o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CESCO, Maico R.; PASQUALON, Mauro; AMADOR, Cleber P. Usina Hidrelétrica de Itá: impactos sociais e econômicos. In: **Iniciação – Revista de Divulgação Científica**, v. 15, n. 1, jan./jun. 2006.

CODO, Wanderley. Coesão social: um enfoque conceitual. In: **Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa**. Brasília, vol. 18, n. 3, p. 297-304, set./dez. 2002.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal e cultura política**: impactos sobre o associativismo do terceiro setor. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001. Coleção Questões da Nossa Época.

GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. Petrópolis, RJ: Vozes em co-edição com FASE, 1987.

KOTLER, Philip. **Administração de marketing**. São Paulo: Atlas, 1975.

LOBATO, José Bento Monteiro. **Urupês**. Vol. 1. 13. ed. São Paulo: Brasiliense, 1971 (Obras Completas de Monteiro Lobato).

LUCKESI, Cipriano C. **Filosofia da educação**. São Paulo: Cortez, 1994.

MAKOSKI-LOMBARDI, S. P. **Desenvolvimento rural e gênero: a participação das mulheres na organização de um movimento social – o caso da Crabi – PR**. Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus Toledo, 2006. (Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio).

MARTINS, José de Souza. O sentido do associativismo empresarial no Brasil agrário. In: SZMRECSÁNYI, Tomás; QUEDA, Ariowaldo (Org.). **Vida rural e mudança social: leituras básicas de sociologia rural**. 3 ed. São Paulo: Nacional, 1979.

MARTINS-COSTA, Ana Luisa B. **Uma retirada insólita: a representação camponesa sobre a formação do lago de Sobradinho**. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1989. (Dissertação de Mestrado, mimeo).

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas**. V. 3. São Paulo: Alfa-Omega, [s.d.].

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo**. Campinas, 1995. Programa de Doutorado Unicamp. (Tese de Doutorado em Ciências Sociais).

MENESES, Eder. **A luta pela terra contra as forças das águas: a ação dos(as) atingidos(as) pela Barragem de Salto Caxias**. Universidade Federal Fluminense (UFF) /Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Niterói, 2003 (Dissertação de Mestrado em História).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Referências para uma política nacional de Educação do Campo: caderno de subsídios**. Brasília - DF: Secretaria de Educação Média e Tecnológica, Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo, 2004.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. **Nas fronteiras do poder**. Conflito e direito à terra no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: Vício de Leitura: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

MOURA, Margarida Maria. “Liberdade e igualdade: reflexões sobre o campesinato sertanejo e política”. In: **Cadernos CERU**, São Paulo, n. 3 – Série II, 1991.

PAIM, Elisângela S.; ORTIZ, Lúcia S. (Coords.). **Hidrelétricas na Bacia do Rio Uruguai: guia para ONGs e Movimentos Sociais**. Porto Alegre: Núcleo Amigos da Terra/Brasil, 2006.

PAGLIARINI JÚNIOR, Jorge. **Memórias de luta, lutas pela memória:** o Reassentamento São Francisco de Assis. Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus Marechal Cândido Rondon, 2009 (Dissertação de Mestrado em História).

PEIXER, Zilma Isabel. **Utopias do progresso e dilemas de Itá frente a uma hidroelétrica.** Universidade Federal de Santa Catarina – Florianópolis, 1993 (Dissertação de Mestrado em Sociologia Política).

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na história oral. In: **Projeto História:** Revista do programa de estudos pós-graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, São Paulo, n.15, abr. 1997.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a História Oral diferente. In: **Projeto História:** Revista do programa de estudos pós-graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, São Paulo, n. 14, fev. 1997.

PRIORI, Ângelo A. **O protesto do trabalho.** Maringá, PR: Eduem, 1996.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: **Masculino, feminino, plural.** Florianópolis, SC: Editora Mulheres, 1998. Disponível em: <<http://www.projcnpq.mpbnet.com.br>>. Acesso em: 15 jul. 2009.

SACCO DOS ANJOS, F. Pluriatividade e ruralidade: enigmas e falsos dilemas. In: **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, p. 55-57, n. 17, out. 2001.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena:** experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo – 1970/1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Colonos do vinho** – estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo: Hucitec, 1978.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado.** São Paulo: Hucitec, 1988.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais no campo.** 2. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

SCHIOCHET, Valmor. **Esta terra é minha terra** – Movimento dos Desapropriados de Papanduva. Blumenau, SC: Editora da FURB, 1993.

SCHLACHTA, Marcelo Hansen. **O MST e a questão ambiental:** uma cultura política em movimento. Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus Marechal Cândido Rondon, 2008 (Dissertação de Mestrado em História).

SCHMITT, Judite Veranissa. **Os atingidos por Itaipu:** história e memória. Oeste do Paraná, décadas de 1970 a 2000. Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus Marechal Cândido Rondon, 2008 (Dissertação de Mestrado em História).

SCHREINER, D. F. **Entre a exclusão e a utopia - um estudo sobre os processos de organização da vida cotidiana nos assentamentos rurais (região sudoeste/oeste do Paraná).** São

Paulo, 2002. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP. (Tese de Doutorado em História).

SCHREINER, D. F. Terra e cultura: resistência coletiva e organização social dos reassentados de Salto Caxias – PR. In: VARUSSA, Rinaldo J. (Org.). **Mundo dos trabalhadores, lutas e projetos**: temas e perspectivas de investigação na historiografia contemporânea. Cascavel: EDUNIOESTE, 2009. (Série Tempos Históricos).

SEYFERTH, Giralda. **Imigração e cultura no Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1990.

SIRIKIS, Alfredo. **Corredor polonês**. São Paulo: Record, 1983.

THOMPSON E. P. **Costumes em comum**. Estudos sobre cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **A miséria da teoria ou um planetário de erros** (uma crítica ao pensamento de Althusser). Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMSON, Alistair; FRISCH Michael; HAMILTON, Paulo. Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de M.(Coord.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

_____. **O campo e a cidade**: na história e na literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

WOORTMANN, Klaas Axel A. W. **Com parente não se negueia**: o campesinato como ordem moral. Série Antropologia, n. 69. Brasília: UNB, 1990. Mimeo.

VIEIRA, M. do Pilar de A.; PEIXOTO, M. do Rosário da C.; KHOURY, Yara Maria A. **A pesquisa em história**. São Paulo: Ática, 1995.

FONTES

ENTREVISTAS ORAIS: DEPOENTES

CAMILO, José Uliano. Entrevista concedida a Sheila P. Makoski Lombardi na sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) de Cascavel em 4 de julho de 2005. Nessa oportunidade, o reassentado ocupava o cargo de diretor do INCRA de Cascavel, em virtude disso já não ocupava mais o cargo de direção da Crabi, no qual esteve presente desde a sua fundação em 1990 até o ano de 2004. Hoje, o reassentado e sua família não residem mais no reassentamento, a mesma encontra-se arrendada e, segundo informações dos próprios reassentados, ele se encontra no Acre, trabalhando em uma instituição mediadora para a reforma agrária, o que nos impossibilitou produzir uma nova entrevista.

CATNE, Lúcia dos Reis. Natural de Boa Vista da Aparecida, 53 anos, agricultora e cozinheira da Escola São Francisco de Assis, residente em Três Barras do Paraná com o seu esposo e cinco filhos quando da construção da Usina de Salto Caxias. À época da entrevista tinha o seu esposo doente, acometido por câncer, vindo a ficar viúva ainda no ano de 2008. Entrevista realizada em 15 de março de 2008, em sua propriedade no Reassentamento São Francisco de Assis, no município de Cascavel.

CATNE, Jucelha. Natural de Três Barras do Paraná, 24 anos, solteira, licenciada em Matemática e professora da rede pública municipal, atua na Escola São Francisco de Assis. Entrevista realizada em 15 de março de 2008, na propriedade de seus pais no Reassentamento São Francisco de Assis, no município de Cascavel.

DORÉ, Andreia. Natural de Três Barras do Paraná, 22 anos, solteira, agricultora e atendente da lanchonete do Recanto do Lago. Residia com os pais, na propriedade da família no reassentamento, de onde, após casar-se em 2008, foi embora. Entrevista realizada em 17 de novembro de 2007, na lanchonete do Recanto do Lago, no Reassentamento São Francisco de Assis, no município de Cascavel.

MARAN, Margaret. Natural do Estado do Paraná, 42 anos, casada. Residia em Três Barras do Paraná quando da construção da Usina de Salto Caxias, onde atuava como ministra da eucaristia da Igreja Católica em sua comunidade. Passou a atuar como liderança do Movimento dos Atingidos pela Barragem de Salto Caxias e seguiu a trajetória de liderança na Crabi. Atualmente cursa o ensino médio de Técnico Ambiental, reside no bairro Floresta e tem a sua terra no reassentamento arrendada. Entrevista realizada em 5 de setembro de 2008, na sua residência no Bairro Floresta, no município de Cascavel.

MEURER, Ilídio. Natural de Salto do Lontra, 44 anos, casado, agricultor. Atuou como liderança no Movimento dos Atingidos pela Barragem de Salto Caxias, seguindo esta trajetória na liderança da Crabi. Residia na propriedade dos pais em Nova Prata do Iguaçu quando da construção da Usina de Salto Caxias. Entrevistas realizadas em 4 de setembro de 2008 e em 13 de julho de 2009, em sua propriedade no Reassentamento São Francisco de Assis, no município de Cascavel.

NUNES, Valdir Poluceno. Natural de Três Barras do Paraná, 30 anos, casado, agricultor e empresário no ramo do turismo rural, sendo responsável pelos espaços do Recanto do Lago e do Jôquei-Clube no interior do reassentamento. Atuou como presidente da Comunidade Alto Alegre, no reassentamento, durante 14 anos. Entrevistas realizadas em 17 de julho de 2007 e em 13 de julho de 2009, na lanchonete do Recanto do Lago, no Reassentamento São Francisco de Assis, no município de Cascavel.

OLIVEIRA, José Gonçalves de. Natural de Rolândia, no Estado do Paraná, 51 anos, casado, agricultor. Residia em Três Barras do Paraná na propriedade dos pais desde 1976, até a época da construção da Usina de Salto Caxias. Residente no reassentamento até 2008, quando do seu falecimento num acidente automobilístico no trevo de acesso ao reassentamento. Entrevista realizada em 16 de novembro de 2007, no Centro Comunitário do Reassentamento São Francisco de Assis, no município de Cascavel.

OLIVEIRA, Maria Vieira de. Natural de Assis Chateaubriand no Estado do Paraná, 44 anos, viúva, trabalhadora do lar e agricultora, residia em Três Barras do Paraná, com o esposo e filhos na propriedade de seu sogro quando da construção da Usina de Salto Caxias. Entrevista realizada em 16 de novembro de 2007, no Salão de Beleza, no Centro Comunitário do Reassentamento São Francisco de Assis, no município de Cascavel.

RIBEIRO, Roselei Koch. Natural de Nova Prata do Iguaçu, 33 anos, casada. Residia em Boa Vista da Aparecida com o esposo, na propriedade do sogro quando da construção da Usina de Salto Caxias. À época da primeira entrevista, a reassentada era estudante do curso de Pedagogia. Atualmente está formada e atua em um Centro de Educação Infantil na cidade de Cascavel. Entrevistas realizadas em 17 de julho de 2007 e em 13 de julho de 2009, no Reassentamento São Francisco de Assis, no município de Cascavel.

RELATÓRIOS, BOLETINS, INFORMATIVOS E JORNAIS:

Cheiro da Terra – Informativo da Crabi, n. 1, junho de 1997.

COPEL. Companhia Paranaense de Energia. Usina Hidrelétrica de Salto Caxias - Projeto de Reassentamento. 1995.

CPT. Relatório do projeto de pesquisa sobre experiências inovadoras no campo. s/d.

CRABI. Plano de Desenvolvimento, 2000.

CRABI. Proposta dos Atingidos pela Barragem de Salto Caxias. Usina Hidrelétrica de Salto Caxias, Capitão Leônidas Marques, 18 de setembro de 1993.

CRABI. Relatório Interno, 2003.

Jornal Hoje, 12 de março de 2006. Cascavel/PR.

Jornal Três Barras, 12 a 17 de agosto de 1992. Guaraniaçu/PR.

Jornal Gazeta do Paraná, 15 de abril de 1995. Cascavel/PR.

Programa de Reassentamento da Copel – Vol. I, abril de 1996.

Projeto Político-Pedagógico da Escola Municipal do Reassentamento São Francisco de Assis.

OUTRAS FONTES:

www.abtr.com.br

www.aenoticias.pr.gov.br

www.assesoar.org.br

www.camara.gov.br

www.coopavel.com.br

www.cresol.com.br

www.eletrabras.gov.br

www.eletrosul.gov.br

www.jhoje.com.br

www.mda.gov.br

www.mst.org.br

www.projcnpq.com.br

www.sept.pr.gov.br

www.unb.br.